



**Ministério da Justiça**  
**Secretaria Nacional de Justiça**  
**Coordenação-Geral de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas**

**V REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ NACIONAL  
DE ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS  
(CONATRAP)**

**15 e 16 de outubro de 2015**  
**Brasília, DF**

**Shopping ID, 2º andar, Torre A, Sala 21- (Sala de Treinamento Ana Paula Galdino)**

**Brasília, DF**

*(Transcrição *ipsis literis*)*  
*Estenotípia Presencial*  
**TEXTOS SOLUÇÕES - Estenotípia, Degravação e Revisão de Textos Ltda.**  
*(61-9115-4769)*



**Ministério da Justiça**  
**Secretaria Nacional de Justiça**  
**Coordenação-Geral de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas**

## **ÍNDICE**

<b>15/10/2015 – TARDE</b>	<b>Pag. 04</b>
<b>16/10/2015 – MANHÃ</b>	<b>Pag. 55</b>
<b>16/10/2015 – TARDE</b>	<b>Pag. 99</b>



**Ministério da Justiça**  
**Secretaria Nacional de Justiça**  
**Coordenação-Geral de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas**

**Considerações Iniciais**

A título de esclarecimento, no decorrer da reunião, algumas pessoas não foram previamente identificadas, o que impossibilitou ao estenotipista inserir os nomes no texto transcritivo (O Sr (a) não Identificado (a)).

Ressalta-se também que onde aparecem os símbolos (?) são os momentos da reunião onde não foi possível identificar o que foi dito, em razão de problemas técnicos de áudio e/ou forma de expressão não clara por parte do participante.

Outro ponto que vale ser destacado é que, apesar de nossas pesquisas utilizando ferramentas como o *Google* e *ask*, pesquisas feitas por meio da web, não conseguimos identificar algumas nomenclaturas e terminações utilizadas pelos participantes e/ou palestrantes.

Quanto aos demais itens, o trabalho transcorreu na mais perfeita normalidade.



**Ministério da Justiça**  
**Secretaria Nacional de Justiça**  
**Coordenação-Geral de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas**

**ABERTURA DA V REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONATRAP**

**15/10/2015**

**TARDE**

1 **O Sr. Beto Vasconcelos (Presidente/SNJ)** – Sem muitas formalidades, bem-vindo a todas,  
2 bem-vindo a todos. Obrigada pela presença de vocês, mais uma vez. Eu sei que boa parte de  
3 vocês já se conhecem muito bem, mas eu acho que tem novas pessoas, novos representantes,  
4 nova direção. Então, eu acho importante fazer uma rápida apresentação. Mas, antes disso,  
5 deixe-me fazer um registro. Na última reunião que nós tivemos, fui eu aqui a dar a notícia,  
6 que é triste e feliz ao mesmo tempo, que foi a felicidade, a parte positiva da decisão da  
7 Fernanda, que vocês conhecem muito bem, de buscar outro desafio profissional e pessoal na  
8 vida dela. A parte triste disso, e eu tentei muito manter, reverter, mas a Fernanda já tinha  
9 tomado uma decisão na sua vida profissional. Mas, a partir de janeiro perdemos a Fernanda,  
10 uma grande parceira desse tema e de outros tantos. Ganhamos, naquela oportunidade, uma  
11 colaboração muito importante do Marcelo Veiga que parte de vocês conheceram de outros  
12 eventos. Mas, o Marcelo também foi lançado em um novo desafio, foi chamado a assumir a  
13 Secretaria de Reforma do Judiciário. É um desafio também profissional e pessoal, eu acho  
14 que nós todos estamos aqui para dar força e parabenizá-lo pela nova conquista. Mas, conto  
15 também, tem boa notícia, e a boa notícia, eu não sei quanto vocês conhecem, mas eu já  
16 conhecia há mais tempo, antes até mesmo de assumir a Secretaria Nacional de Justiça. Mas,  
17 temos tido sorte, perdendo bons quadros e ganhando bons quadros. Assumi a diretoria do

18 departamento o Davi, que é um brilhante profissional, uma pessoa extremamente engajada,  
19 correta, séria e apaixonada pelo que faz. Então, faço eu a apresentação do Davi a vocês, que  
20 é o novo diretor do Departamento de Justiça, Classificação Indicativa, Tráfico de Pessoas,  
21 Entidades Sociais e Microfilmagem. O nome indica o quanto o departamento é relevante, o  
22 quanto nós estamos em um ambiente institucional fortalecido. O Davi assumiu o  
23 departamento e está agora conosco nesse tema prioritário na Secretaria. Assumiu o cargo de  
24 diretoria adjunta também uma servidora pública do departamento, então, ela já conhece o  
25 departamento, conhece bem as pessoas, conhece bem as políticas e sabe bem dar prioridade  
26 que nós temos com esse tema. Então, são duas pessoas que somam esforços. Já somavam,  
27 agora somam mais ainda esforços à Coordenação de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas,  
28 com a Helô, que fica conosco. A Lucicléia, a Danielle e toda a equipe do enfrentamento ao  
29 tráfico de pessoas. Bom, feita essa apresentação, para quem não me conhece, Beto  
30 Vasconcelos. Eu estou secretário Nacional de Justiça. Não sou e não assumo cargo, e  
31 automaticamente aquela publicação no Diário Oficial não me dá conhecimento e nem  
32 especialização em tema algum, me dá a missão de conduzir ou ajudar a conduzir uma  
33 política. Ninguém nasce sabendo e ninguém aprende só com comunicação no Diário Oficial  
34 depois da assinatura da posse, no caso. Então, o que eu posso dizer para aqueles que não me  
35 ouviram na primeira vez, é que eu estou aqui para somar, ser só mais um. Estou servidor  
36 público para ajudar a condução dos trabalhos de enfrentamento ao tráfico de pessoas. Já é  
37 uma tarefa antiga do ministério e de vocês todos. Espero poder ajudar, mais do que  
38 atrapalhar. É Beto mesmo, não tem o que fazer. Já pensei, em cogitar a hipótese de mudar,  
39 mas não tem como, foi registrado em cartório. O cartório não queria registrar, mas meus  
40 pais foram bastante incisivos de que o apelido passaria a ser nome. Então, não é só  
41 intimidade chamar pelo nome não. É o que eu gostaria que fosse também, e falo  
42 sinceramente. Não gosto dos pronomes de tratamento. Então, é Beto, e é Beto mesmo.  
43 Vamos seguir em frente.

44

#### 45 **APRESENTAÇÃO MEMBROS DO CONATRAP**

46

47 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - Sou O Sr.  
48 Davi Ulisses Brasil Simões Pires. Já fui apresentado. Acho que o Beto falou coisas na minha  
49 apresentação que eu não o faria. Que eu sou extremamente, primeiro modesto, em falar de  
50 qualidades. De verdade, eu estou também servidor público e, assim, com muita satisfação, já  
51 trabalho no Ministério da Justiça há oito anos. Nesse departamento há oito anos. Vocês não

52 me conhecem tanto porque nós, eu e a Fernanda, dividimos as tarefas e os temas. Eu ficava  
53 com os outros dois temas e a Fernanda veio especificamente para o departamento tratar  
54 desse tema de enfrentamento ao tráfico de pessoas. Mas não quer dizer que eu não conheça  
55 um pouco de toda essa matéria, porque, efetivamente, nós viemos tratando disso em todas as  
56 nossas reuniões. Enfim, tenho uma relação muito próxima com a Heloísa, Luciléia e a  
57 Jeanne, e isso nos dá uma tranquilidade. Eu estou muito feliz com a equipe que trabalha  
58 nesse departamento. Eu acho que ser servidor público é um motivo mesmo de orgulho e  
59 deve ser motivo de orgulho. Eu acho que não tem uma definição mais simples e simplória do  
60 que é ser servidor público. É isso mesmo, servir ao público. É isso que nós estamos aqui  
61 para fazer.

62

63 **A Sra. Alessandra Macedo (Diretora Adjunta do Departamento de Justiça,**  
64 **Classificação Indicativa, Tráfico de Pessoas, Entidades Sociais e Microfilmagem) –**  
65 Boa-tarde. Eu sou Alessandra Macedo. Estou como diretora adjunta do Departamento. Sou  
66 gestora pública. Estou desde 2010 no DeJus, como coordenadora de Classificação  
67 Indicativa. Vim recentemente a assumir a diretoria adjunta. E tive a grata surpresa de hoje  
68 ter sido escalada para ser facilitadora de uma comissão e acabei no final quase como  
69 membro da Comissão. Então, nós fizemos um trabalho bem bacana. Espero que vocês  
70 gostem do resultado, que vamos dividir aqui. Foi um prazer trabalhar com a Jeanete, a  
71 Jeanne e o Marcel na Comissão de Monitoramento e Orçamento.

72

73 **A Sra. Heloísa Greco (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas/SNJ) –**  
74 Boa-tarde a todos e todas. Sejam todos bem-vindos para mais uma reunião do Conatrap. Sou  
75 Heloísa Greco. Estou atualmente como coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de  
76 Pessoas, da SNJ.

77

78 **A Sra. Fernanda Papa (Titular SPM/PR) -** Olá. Eu sou a Fernanda Papa. Eu trabalho na  
79 Secretaria de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher. Temos aqui algumas  
80 companheiras também que acompanham o trabalho. Eu não sei se até então ou até ainda. A  
81 SPM, nós estamos em um momento de mudança institucional. A Secretaria e a Política de  
82 Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres obviamente seguem como uma das  
83 prioridades da nossa política para as mulheres no governo federal e compõe a Comissão  
84 Tripartite, que também ainda não temos um novo formato, ou se vamos ter um novo  
85 formato, ou se não vai ter um novo formato, essa é uma discussão a ser feita. Nós estamos

86 aqui para contribuir a partir do olhar da política para as mulheres porque essa nós não  
87 abrimos mãos que continue a ser realizada como projeto, não só do governo, mas como  
88 projeto das mulheres para o Brasil.

89

90 **A Sra. Jeanne de Aguiar Pinheiro de Souza (2ª Suplente-RNPETP)** – Boa-tarde a todos  
91 e a todas. Eu trabalho na Secretaria de Defesa Social, do Estado de Pernambuco, e estou  
92 atualmente no lugar de Juliana. Eu era suplente dela, e com a saída de Juliana, eu estou aqui  
93 representando os Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

94

95 **A Sra. Livia Livia Maria Xerez de Azevedo (3ª Suplente-RNPETP)** - Boa-tarde. Eu sou  
96 Livia Xerez. Estou na Coordenação do Núcleo e do Posto do Ceará. E na oportunidade  
97 represento a Rede de Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante, que  
98 como a minha colega Jeanne, representando também a nossa colega (?), que é a titular do  
99 nosso Colegiado, que não pode participar da reunião. Mas, eu estou aqui para repassar os  
100 informes, principalmente os encaminhamentos efetivos.

101

102 **A Sra. Patrícia (MPF)** – Boa-tarde. Meu nome é Patrícia. Sou assessora da Procuradoria  
103 Federal dos Direitos do Cidadão. Estou aqui representando a doutora Nilce, do Ministério  
104 Público Federal.

105

106 **A Sra. Maria Ione Vasconcelos (Universidade Tiradentes/Sergipe)** - Boa-tarde a todos e  
107 a todas. Sou Maria Ione. Represento neste Conatrap a Universidade Tiradentes.

108

109 **A Sra. Eliane da Silva Souza Pequeno (Conselho Nacional da Promoção da Igualdade  
110 Racial-CNPIR/FUNAI)** - Boa-tarde. Meu nome é Eliane. Eu sou antropóloga da Ouvidoria  
111 da Fundação Nacional do Índio, que tem uma cadeira no Conselho Nacional de Promoção da  
112 Igualdade Racial.

113

114 **A Sra. Lídia Silva Nunes Azevedo (Conselho Nacional do Turismo)** – Boa-tarde. Meu  
115 nome é Lídia. Eu sou do Ministério do Turismo. Eu estou aqui representando o Conselho  
116 Nacional de Turismo. Eu sou suplente. O nosso coordenador Adelino não pode estar  
117 presente. E nós fazemos parte da Coordenação Geral de Proteção à Infância.

118

119 **A Sra. Kátia (Ministério da Justiça)** – Boa-tarde. Meu nome é Kátia. Eu sou do Ministério  
120 da Justiça, da Senasp. Estou como suplente, representando a Beatriz Cruz.

121

122 **A Sra. Natacha Barbosa Mercaldo de Oliveira (CETP)** - Boa-tarde a todas e todos. Eu  
123 sou a Natacha. Também trabalho na Coordenação de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.  
124 E boas-vindas para a mesma reunião.

125

126 **A Sra. Maria Guilhermina da Cunha Salasario (CNCD)** - Boa-tarde a todos e todas. Eu  
127 sou Guilhermina da Cunha Salasario. Aqui representando o Conselho Nacional contra a  
128 Discriminação LGBT.

129

130 **A Sra. Dalila Eugenia Maranhão Dias Figueiredo (Asbrad)** - Boa-tarde a todos e a todas.  
131 Meu nome é Dalila Eugenia Maranhão Dias Figueiredo. Represento a Associação Brasileira  
132 de Defesa da Mulher, da Infância e da Juventude, uma entidade que completa 18 anos e tem  
133 uma atuação bem forte, não só no município de Guarulhos, mas também em outros estados.  
134 E é uma satisfação poder revê-los e trazer todas as nossas inquietações e sugestões neste  
135 coletivo tão rico e de uma família tão antiga, que são as ONGs, que vêm desde o Fórum  
136 Social Mundial. E estamos aqui lutando, acreditando e perseverando. É a palavra-chave aqui  
137 do nosso Núcleo.

138

139 **A Sra. Grasiela Rocha (ASBRAD)** - Boa-tarde. Meu nome é Grasiela Rocha. Hoje eu  
140 estou na Asbrad, junto com a Dalila. E a minha história aqui no Conatrap é bastante antiga,  
141 porque eu fui a consultora do Ministério da Justiça para a montagem do Comitê Nacional  
142 das Estratégias de Chamamento da Sociedade Civil e das outras instituições. Então, muitos  
143 de vocês eu conheço ainda desse período de montagem do Conatrap. Obrigada.

144

145 **O Sr. Frans Nederstigt (Projeto TRAMA)** – Boa-tarde a todos. Meu nome é Frans  
146 Nederstigt, advogado, imigrante holandês, representando o Consórcio Projeto Trama, que é  
147 um consórcio de três ONGs, uma universidade, Unigranrio, com sede em Duque de Caxias,  
148 Rio de Janeiro, e com a participação do Ibis, Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de  
149 Inovações de Saúde Social, a Crioula, que é uma ONG de mulheres negras no Rio e  
150 Organização de Direitos Humanos Projeto Legal, que se reuniram em volta do tema do  
151 tráfico de pessoas em 2004.

152

153 **A Sra. Estela Escândola (Rede Feminista de Saúde)** – Eu sou Estela Escândola. Sou da  
154 Rede Feminista de Saúde. Moro no território fronteiriços chamado Mato Grosso do Sul. A  
155 Rede Feminista tem se dedicado especialmente a fazer o monitoramento das convenções  
156 internacionais, especialmente o Cedal.

157

158 **O Sr. Marcel Theodoor Hazeu (SODIREITOS)** - Boa-tarde. Meu nome é Marcel. Eu  
159 represento aqui a Sociedade de Defesa dos Direitos Sexuais da Amazônia, Sodireitos.

160

161 **O Sr. Thaddeus Gregory Blanchette (Davida)** - Boa-tarde. Meu nome é Thaddeus. Eu  
162 também sou do Rio Grande, como o Frans do Projeto Trama. Eu estou representando a  
163 Organização das prostitutas do Rio de Janeiro, do Brasil em rede brasileira. Eu e Cida  
164 deveríamos ter feito o troca-troca da posição desde o início. No ano passado, eu estava  
165 organizando a pesquisa sobre a Fifa. Eu coloquei isso para alguns de vocês, eu só queria  
166 colocar rápido o que isso é. (?) é a produção do relatório deles sobre os Jogos Olímpicos e  
167 Tráfico, traduzido gentilmente para português para nós, para eu distribuir na reunião. Então,  
168 por favor.

169

170 **A Sra. Chistiane Vieira Nogueira (Coordenação Nacional para Erradicação do**  
171 **Trabalho Escravo/MPT)** – Boa-tarde. Eu sou Cristiane, procuradora do Trabalho.  
172 Assumimos, Rafael e eu, recentemente, a Coordenação Nacional para Erradicação do  
173 Trabalho Escravo e, por isso, agora somos os representantes aqui no Conatrap. É uma  
174 alegria estar aqui. São temas muito próximos, especialmente trabalho escravo e exploração  
175 sexual, os quais nós lidamos diariamente. Já tivemos o prazer de discutir essas questões hoje  
176 de manhã na Comissão do Marco Legal. E estamos muito felizes, especialmente com a  
177 receptividade de todos. Obrigada.

178

179 **O Sr. Rafael Garcia Rodrigues (Coordenação Nacional para Erradicação do Trabalho**  
180 **Escravo/MPT)** –Boa-tarde. Meu nome é Rafael Garcia. Eu sou procurador do Trabalho.  
181 Assumimos recentemente a Coordenação Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo no  
182 âmbito do Ministério Público do Trabalho. E é com grande alegria que nós participamos  
183 dessa primeira reunião. E eu gostaria de destacar uma alegria maior em ver o grande número  
184 de entidades da sociedade civil aqui representados, a legitimidade e força das decisões,  
185 deliberações e debates que aqui se realizam.

186

187 **A Sra. Jeanete Muzzieiro (Conselho Nacional de Direitos da Mulher)** - Boa-tarde a todas  
188 e a todos. Meu nome é Jeanete Muzzieiro. Eu estou conselheira no Conselho Nacional dos  
189 Direitos da Mulher. Essa é a minha quarta presença no Pleno. No Conselho eu represento o  
190 Fórum de Mulheres do Mercosul Brasil. A nossa entidade é composta pela Argentina,  
191 Brasil, Paraguai e Uruguai. E nós trabalhamos muito a questão do tráfico de mulheres nas  
192 fronteiras. Então, por isso, o Pleno do Conselho e a ministra, então, Eleonora Menecucci,  
193 indicou o meu nome para compor para nós trabalharmos junto nessa questão de tentar ver se  
194 melhora esse horror que é essa questão do tráfico. Então, muito obrigada a todos. Nós  
195 tivemos uma reunião muito produtiva de manhã. Apesar de ser a minha primeira vez, eu  
196 ainda não estou familiarizada com o assunto, mas foi muito bom. Estou muito feliz aqui.  
197 Obrigada.

198

199 **O Sr. Rodrigo Delgado (Secretaria Nacional de Assistência Social/MDS)** - Boa-tarde a  
200 todas e todos. Rodrigo Delgado. Sou da Secretaria Nacional de Assistência Social, do MDS.  
201 Trabalho no Departamento de Controle Social Especial. Estamos em um processo de  
202 transição. Eu estou passando a ser suplente agora do SNAS. A Stéfani vai assumir a  
203 titularidade aqui no Conatrap. Quero dizer que, na minha parceria com a Paloma, ela vivia  
204 com maior predominância, nós fazíamos um revezamento internamente. De qualquer forma,  
205 não deixarei de acompanhar essa discussão. Que a Stéfani trabalha na coordenação em que  
206 eu estou como coordenador, então, toda a questão do monitoramento e também da discussão  
207 do Conatrap, certamente nós faremos lá internamente e também socializaremos lá no âmbito  
208 do MDS. E dizer que é uma satisfação muito grande em participar deste pleno aqui. Eu acho  
209 que é um ambiente muito rico, com muita diversidade e com um tema que nos desafia muito,  
210 porque tem diversos elementos novos que nós nos deparamos o tempo todo.

211

212 **A Sra. Stefane Natália Ribeiro e Silva (MDS)** – Boa-tarde a todas e a todos. Sou Stefani.  
213 Sou analista de Políticas Sociais do MDS. Eu vou começar agora acompanhar, agora como  
214 titular. E é um prazer conhecê-los, conhecê-las e rever alguns de outras lutas e outras  
215 histórias. Obrigada.

216

217 **A Sra. Aldenora Gonzales (Conselho Nacional de Assistência Social)** - Boa-tarde a todos  
218 e todas. Eu sou Aldenora Gonzales. Represento aqui o Conselho Nacional de Assistência  
219 Social, o qual orgulhosamente eu estou participando na qualidade de conselheira pelo  
220 Instituto Ecovida, uma organização em defesa dos direitos dos usuários do Suas, segmento

221 ao qual eu pertença. Então, eu me sinto muito alegre, é a minha segunda reunião aqui, não  
222 pude estar na passada. E como todo mundo está muito feliz, eu quero fazer um apelo aqui  
223 para o presidente, com relação à passagem. Me perdoe se eu vou já começar com  
224 reclamação, mas eu, por exemplo, amanhã vou ter que me ausentar a partir de meio-dia  
225 porque a minha passagem é as 14h. E eu gostaria de poder ficar e participar da reunião até o  
226 final da próxima vez. Obrigada.

227

228 **A Sra. Lucicleia Sousa e Silva Rollemberg (CETP)** - Boa-tarde. Eu sou Lucicléia, como  
229 disse o secretário. Eu acho que conheço quase todos aqui, poucos eu não conhecia  
230 pessoalmente. Sejam todos e todas bem-vindos. Espero que a 5ª Reunião seja muito  
231 produtiva e que os encaminhamentos dessa nossa quinta edição venha para fortalecer a nossa  
232 política.

233

234 **A Sra. Danielle de Souza Galdino (Secretária Executiva/CETP)** - Boa-tarde a todas e  
235 todos. Todos me conhecem. Eu sou Danielle, a secretária executiva. Quero dizer que é  
236 sempre bom rever as pessoas que já estão conosco há um tempo e conhecer pessoalmente  
237 aqueles que eu estou só dialogando por e-mail, por telefone. Sejam muito bem-vindos. E eu  
238 estou à disposição para ajudar no que for preciso.

239

240 **A Sra. Ivanete Alves (Ministério da Saúde)** - Boa-tarde a todos e a todas. Meu nome é  
241 Ivanete Alves. Eu estou substituindo a Kátia Souto. Ela não está podendo participar, e eu  
242 estou vindo participar aqui. Provavelmente nós trocaremos, mas nós vamos ter que aguardar  
243 umas duas semanas para fazer isso. Eu sou do Ministério da Saúde.

244

## 245 **JUSTIFICATIVAS DE AUSÊNCIAS**

246

247 **O Sr. Beto Vasconcelos (Presidente/SNJ)** – Obrigado. Todos apresentados, mas temos  
248 novos integrantes do Conatrap. A Fernanda entrou agora como titular formalmente, e  
249 publicado dia 29 de maio. A Nilsia, como suplente, da Asbrad. Também já publicados, em  
250 21 de setembro, o Davi, como suplente, Irina, como suplente, Lívia, também como suplente  
251 do Posto Avançado de Atendimento ao Imigrante do Ceará. O Sr. Frans Nederstigt,  
252 publicado. Jeanete também publicada como representante titular. E agora, ainda aguardando  
253 publicação a Stéfani, que acabou de se apresentar como titular do representante do MDS.  
254 Rafael e Cristiane, do Ministério Público do Trabalho. Rafael como titular, Cristiane como

255 Suplente. Justificar as ausências aqui da Beatriz Silva, da Senasp, o Érico Alves, do  
256 Departamento de Polícia Federal, a Leila, do Posto Avançado de Atendimento Humanizado  
257 do Pará. Roberta Souza, da Astral, e Cristiano da Astral também. Aline Trindade, do  
258 Conselho Nacional de Saúde. Adelino, do Cenitur, do Conselho Nacional do Turismo, Vitor  
259 Valério, do Conanda, e Nilce Rodrigues, do Ministério Público Federal.

260

## 261 **APROVAÇÃO DA PAUTA**

262

263 **O Sr. Beto Vasconcelos (Presidente/SNJ)** – O próximo item de pauta é aprovar a  
264 programação. Todos receberam. Então, faço uma consulta geral, se a programação da  
265 reunião do Conatrap de hoje e de amanhã está aprovada. Alguma observação? Seguimos  
266 naquele estilo. Aqui é um espaço democrático. Também foi encaminhado para vocês o  
267 resumo executivo da 4ª Reunião Ordinária do Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico  
268 de Pessoas. A Dani está me mencionando que não recebemos nenhuma contribuição. Na  
269 verdade, é um resumo executivo efetivamente, e tem todos os anexos da reunião aqui  
270 juntados. Então, aprovado também o resumo executivo. A Dani vai atualizar os  
271 encaminhamentos.

272

273 **A Sra. Estela Escândola (Rede Feminista de Saúde)** – Uma questão. É porque eu estou  
274 seguindo a ordem. E nós deveríamos fazer a apresentação da pauta antes de apresentar. Nós  
275 vamos fazer agora?

276

277 **O Sr. Beto Vasconcelos (Presidente/SNJ)** – Sim. A pauta é a programação. Eu falei  
278 programação.

279

280 **A Sra. Estela Escândola (Rede Feminista de Saúde)** – Desculpa. É porque tinha  
281 programação e tinha pauta. Eu quero uma inclusão de pauta. Reforma administrativa do  
282 Governo Federal e a Gestão do Plano de Enfrentamento ao Tráfico.

283

284 **O Sr. Beto Vasconcelos (Presidente/SNJ)** – Um item de debate do Conatrap. É isso?

285

286 **A Sra. Estela Escândola (Rede Feminista de Saúde)** – Item de debate não. Um item de  
287 pauta nosso, que é a Reforma Administrativa do Governo Federal e a gestão da Política de  
288 Enfrentamento ao Tráfico. Inclusão de pauta.

289

290 **O Sr. Beto Vasconcelos (Presidente/SNJ)** – Alguém tem alguma posição ou comentário?  
291 Nós incluiríamos, então, ao final da pauta da reunião, o item sugerido. Vamos tentar fazer  
292 uma proposta de que seja tratado no segundo dia, junto com a proposta de Avaliação do  
293 Biênio 2014/2015 e Composição do Biênio 2016/2017 do Conatrap, onde entraria, então, a  
294 Reforma Administrativa e Gestão da Política.

295

296 **A Sra. Estela Escândola (Rede Feminista de Saúde)** – Eu não sei se é aí não. Desculpa  
297 insistir, mas eu acho que tem que ser uma pauta muito específica. Os últimos  
298 acontecimentos dão conta para nós que essa é uma pauta relevante para nós pensarmos uma  
299 política. Então, eu sugiro que seja uma pauta específica. Pode ser logo em seguida, agora. Eu  
300 acho que nós temos que tratá-la de pronto.

301

302 **O Sr. Beto Vasconcelos (Presidente/SNJ)** – Eu não tinha sugerido que fosse dentro não.  
303 Eu tinha sugerido que fosse específica, concordando, mas só pelo tema, fazer em sequência  
304 nesse lugar. Mas, com certeza, uma pauta específica. Não tratar naquele momento, mas, sim,  
305 tratar como um item específico de pauta. Todos e todas de acordo? Podemos?

306

307 **A Sra. Danielle de Souza Galdino (Secretária Executiva/CETP)** - Neste momento, bem  
308 rápido, nós temos os encaminhamentos da reunião passada, que todos receberam por e-mail.  
309 Nós viemos acompanhando, monitorando. Este é o momento de retorno mesmo para vocês.  
310 Além desses acompanhamentos gerais, que são aqueles que são deliberados aqui em  
311 Plenário, tem alguns encaminhamentos que são pontuais de cada comissão, e que talvez não  
312 estejam aqui porque é muito específico e deveriam ter sido tratados nos momentos das  
313 comissões, e podem ser trazidos no momento das apresentações de vocês. Alguns  
314 encaminhamentos foram bem administrativos mesmo e nós tentamos dar encaminhamento.  
315 Por exemplo, em relação a levantamentos e sistematização de informação junto aos  
316 membros do Conatrap sobre as instituições que vocês representam, para nós termos uma  
317 noção do que faz a instituição de vocês, que temas, que interface tem com a Política de  
318 Enfrentamento ao Tráfico. Eu não sei se vocês lembram desse encaminhamento. Eu ainda  
319 estou aguardando as entidades me passarem. Apenas quatro até o momento me passaram.  
320 Então, após esta 5ª Reunião, eu vou cobrar novamente a todo o Comitê, porque é importante  
321 nós termos esse mapeamento de quem são as instituições que compõem o Comitê. Às vezes  
322 tem uma pauta tão específica, e nós temos dentro do Colegiado um parceiro que pode nos

323 apoiar e discutir aquela temática. Então, depois eu vou voltar a cobrar de vocês. Atualizar o  
324 contato dos comitês estaduais foi cumprido. Encaminhar ao representante do Ministério  
325 Público do Trabalho, que na época era o doutor Jonas, um quadro comparativo do PL, que  
326 seria objeto de discussão hoje de manhã, foi cumprido o encaminhamento. Realizar o  
327 levantamento dos atores estaduais, autoridades, instituições que possam contribuir com a  
328 implementação de Política de ETP. Para os novos, ETP, Enfrentamento ao Tráfico de  
329 Pessoas, para nós economizarmos palavras. Nos estados onde não têm núcleo, posto, comitê,  
330 que atores nós podemos ter naquele estado para nos apoiar, de repente, na implementação de  
331 um equipamento desses? Nós não conseguimos ainda concluir esse levantamento. E na  
332 reunião técnica da Rede de Núcleos e Postos, nós pedimos o apoio da Rede, porque a Rede  
333 está nos estados, tem de repente parceiros nos estados vizinhos que não tem nenhum  
334 equipamento de ETP e podem nos auxiliar. Então, nós ainda não conseguimos fechar esse  
335 levantamento. Criamos o *WhatsApp* do Marco Legal. Precisamos utilizá-lo mais. Nós já  
336 temos esse canal de comunicação. Já convidamos o MEC, o MEC esteve conosco hoje de  
337 manhã, foi muito boa, e daqui a pouco a coordenadora vai falar sobre essa reunião com o  
338 MEC, que é sobre inserir a pauta de tráfico de pessoas nos currículos de ensino superior, e  
339 ela vai poder apresentar resultado. Também foi bastante cobrado um mecanismo de agilizar  
340 a atualização sobre movimento do PL hoje, atualmente no Senado. Nós tivemos uma reunião  
341 com a nossa Secretaria de Assuntos Legislativos para também pontuar essa questão. A  
342 dificuldade é que muitas vezes a própria Secretaria também fica sabendo muito próximo do  
343 acontecimento. Então, nós estamos pensando ainda em estratégias de como conseguir essa  
344 informação de como está o trâmite legal do PL, com tempo hábil de poder informar a vocês,  
345 a comissão e ao Comitê de um modo geral, até para de repente uma incidência mais bem  
346 preparada. Também teve a questão de atualizar a Comissão de Orçamentos sobre cursos *on-*  
347 *line* na área de orçamento, e já foi cumprido. Encaminhar à Coordenação Tripartite o parecer  
348 da Comissão de Articulação e Fortalecimento sobre a questão da portaria da Rede. Isso já foi  
349 feito, os trâmites estão seguindo. Agora com a reforma administrativa nós temos uma  
350 questão, que seria uma portaria tripartite. Agora tem a questão de ter agora três ministérios  
351 que se tornaram um. Essa é uma questão que nós temos que pensar depois como ficaria.  
352 Mas, só para atualizar, que a portaria está caminhando sim, mas como está em consultoria  
353 jurídica é um pouco mais demorado. E só seriam as consultorias jurídicas de três  
354 ministérios. Solicitar ao grupo interministerial e à Coordenação Tripartite um pedido de  
355 envio de ofício ao Ministério da Defesa para inserir a temática do tráfico de pessoas no  
356 Plano Estratégico de Fronteira no sentido de capacitação dos agentes em operações que se

357 dão na fronteira. Isso já foi cumprido, já oficiamos, e estamos só aguardando os efeitos e os  
358 desdobramentos desse encaminhamento, do recebimento desse ofício. Nós podemos  
359 recomendar, sugerir. Nós não temos como forçar, temos que aguardar realmente como vai  
360 ser recebida essa nossa recomendação.

361

362 **A Sra. Estela Escândola (Rede Feminista de Saúde)** – Sobre a discussão da capacitação  
363 de fronteira, eu não sei em que momento nós podemos realmente discutir conteúdo e linha  
364 programática. Porque o que nós temos visto na capacitação ainda é dizer que a fronteira é o  
365 local do crime, do desmando, da desgraça. E nós, que somos de fronteira, nós não queremos  
366 ouvir mais isso não. Então, eu não sei em que momento nós vamos fazer isso. Nós, na  
367 Comissão de Fortalecimento, também temos uma discussão de fronteira. Mas, eu peço que  
368 isso precisava ser um pouco mais bem discutido entre nós, até para equalizar a forma como  
369 nós falamos das fronteiras. Talvez, fosse até necessário falarmos de territórios fronteiriços  
370 para além da discussão de fronteira.

371

372 **A Sra. Danielle de Souza Galdino (Secretária Executiva/CETP)** - Está registrada, Estela,  
373 a sua observação. Inclusive, esse ofício foi para pedir que seja inserido, e nos colocamos à  
374 disposição para conversar. É onde entra esse segundo passo.

375

376 **A Sra. Dalila Eugenia Maranhão Dias Figueiredo (Asbrad)** - Só para acrescentar um  
377 pouco mais o que a Estela falou. Uma das minhas sugestões para debate deste coletivo foi  
378 exatamente pautar a questão transfronteiriça. Até passei, e você considerou essa  
379 possibilidade dentro do contexto da proteção à vítima e de tudo aquilo que tem que ser  
380 debatido. O que nós sentimos é uma necessidade de termos um tempo para maior para  
381 debater as questões relevantes e tão atuais, que são transversais a uma série de questões que  
382 nós atendemos na ponta, nós somos uma ONG de atendimento. Então, esse tempo nós  
383 necessitamos de debate, debate profundo, que talvez não ocorra no momento em que o  
384 Conatrap se reúne. Então, nós precisaríamos pensar em todas as instituições. Inclusive, hoje  
385 essa comissão tratou para além daqueles ofícios que foram encaminhados de outras  
386 instituições de como deve ser esse diálogo, então, talvez pensar em um tempo realmente  
387 para que nós tratemos efetivamente dessa questão, com a competência das pessoas que estão  
388 na fronteira.

389

390 **A Sra. Danielle de Souza Galdino (Secretária Executiva/CETP)** - E tem vários outros  
391 atores que precisam ser envolvidos nessa conversa. Só concluindo, então, os  
392 encaminhamentos. Nós temos mantido um encaminhamento que para ser cumprido dependia  
393 de nós recebermos a minuta de ofício. Recebemos ontem, por parte da Comissão de Marco  
394 Legal, então, o próximo passo vai ser analisar essa minuta para poder encaminhar aos  
395 órgãos, no sentido de propor solicitar informações ao DNCI, DPF e MRE sobre os acordos  
396 internacionais firmados pelo Brasil, em matéria de tráfico de pessoas. A questão de reuniões  
397 virtuais, nós já fizemos o mapeamento de onde nós podemos contar com o espaço para que o  
398 Conatrap possa se reunir em outros momentos, com a maior frequência, utilizando a  
399 ferramenta da tecnologia, já que o encontro presencial é quadrimestral em média. Já  
400 encaminhamos as outras questões administrativas. Encaminhamos a memória de reunião,  
401 encaminhamos o mapa das conferências nacionais para vocês. Então, a questão é incidir  
402 realmente localmente, antes de elas chegarem, as propostas no âmbito nacional, é  
403 importante. Inclusive, pautamos isso na reunião técnica da Rede, para que em seus  
404 respectivos territórios, eles façam essa incidência nos espaços ainda iniciais de preparação  
405 das conferências. Então, é isso. Agora, nós vamos partir para o momento de apresentação.  
406 Tem duas propostas. Já teve uma alteração de horário. Então, nós vamos entrar agora no  
407 momento de trabalho das comissões.

408

409 **O Sr. Beto Vasconcelos (Presidente/SNJ)** – Perfeito. Obrigado pelos informes. Só queria  
410 registrar um testemunho. Estou há 12 anos e meio no governo e tenho visto diversas formas  
411 de trabalho, diversos comitês, diversos ambientes de participação social e ambientes de  
412 debate de políticas públicas. E eu tenho testemunhado isso e o Conatrap é,  
413 indiscutivelmente, modelo de governança. E na atuação de vocês, a Danielle, a Heloísa,  
414 Lucicleia, de toda a equipe, Natacha, de toda a equipe da coordenação geral, na minha  
415 opinião, faço um elogio público, que eu acho que isso pouco acontece no serviço público.  
416 Muito se cobra, e eu particularmente cobro bastante, mas pouco se dá de retorno e  
417 reconhecimento. Eu acho importantíssimo o trabalho de vocês. Sempre muito bem  
418 organizado, sempre bem planejado. É óbvio que sempre vai ter coisas a serem aprimoradas.  
419 Mas, tenho visto no departamento, seja na Coordenação de Enfrentamento ao Tráfico de  
420 Pessoas, esse profissionalismo, como tenho visto no departamento no tocante ao tema de  
421 Classificação Indicativa também, no trabalho da Alessandra e do Davi. Não só um trabalho  
422 profissional, extremamente organizado. E no caso dos dois, das duas áreas, são iniciativas  
423 premiadas e elogiadas. Então, eu ouvi, em viagens internacionais, elogios à Comitativa de

424 Enfrentamento, a nova governança. Uma governança tripartite, com a participação da  
425 sociedade civil. E ouvi em outras entidades, e vi entidades premiando várias das iniciativas  
426 da Classificação Indicativa. Desculpa me alongar por isso, mas eu acho que quem está no  
427 serviço público permanentemente como servidor público, ou quem está provisoriamente  
428 como um cargo de confiança, poucas vezes houve, sobretudo da chefia, o reconhecimento do  
429 trabalho. Então, faço eu o reconhecimento público e parabéns pelo profissionalismo e  
430 competência de vocês todos E, sobretudo, a participação de vocês, porque garantem pressão  
431 a eles, o que é importante sempre. Mas, eu acho que tem também obtido e provocado  
432 resultados muito positivos. De novo, sempre é possível e é necessário melhorar, mas eu acho  
433 que o reconhecimento do que foi feito até agora é muito importante. Feito esse registro,  
434 vamos passar, então, ao relato das comissões permanentes. A primeira delas é sobre o marco  
435 legal, discussão do marco legal. O relator é o nosso querido imigrante.

436

437 **O Sr. Frans Nederstigt (Projeto TRAMA)** – Obrigado. A Comissão do Marco Legal  
438 tentou durante os últimos meses ter uma discussão interna sobre os projetos de lei que estão  
439 tramitando no Legislativo. E só para lembrar, temos uma proposta oriunda do Senado, e uma  
440 proposta que já foi revista na Câmara e que tem, então, uma segunda versão, um substitutivo  
441 da Câmara, que é a coluna do meio. A discussão ficou um pouco prejudicada, no sentido que  
442 houve algumas trocas na Comissão. Algumas organizações mandaram observações sobre os  
443 dois textos, mas o texto ficou muito grande e hoje de manhã decidimos partir de uma nota  
444 técnica do próprio ministério, que, na verdade, faz uma breve síntese dos pontos mais  
445 relevantes que estão modificando e os pontos mais sensíveis que estão sendo tratados. Nem  
446 sempre esses pontos que já estavam na nota técnica foram determinativos, porque há outros  
447 pontos que foram discutidos. E posso dizer que hoje de manhã conseguimos trabalhar  
448 bastante. Alguns pontos que não pareciam tão polêmicos, ficaram mais polêmicos e vice-  
449 versa. Então, conseguimos terminar grande parte da discussão. Na verdade, os nossos  
450 comentários estão em outro documento. A ordem da nossa discussão não foi a ordem da  
451 apresentação dos artigos da Câmara e do Senado. Tivemos a participação hoje de manhã  
452 também de duas representantes do setor de assuntos legislativos, que estavam  
453 acompanhando toda essa discussão, junto inclusive ao senador Ferraço, que é o relator do  
454 projeto no Senado. E a proposta da Câmara é o deputado Arnaldo Jodir. Esse é o artigo, não  
455 está nessa ordem. Eu acho que mais para cima tem inclusive alguns comentários sobre a  
456 definição do tráfico de pessoas, o Art. 149A. Então, vamos começar com esse. Esse é um  
457 ponto polêmico. O Art. 18A, da Câmara e do Senado que, na verdade, diz que a pessoa

458 vítima do tráfico de pessoas, seja em que modalidade que seja, independentemente da sua  
459 situação migratória. Esse, na verdade, é o primeiro ponto bem polêmico nas duas propostas,  
460 que a Câmara liga a situação de regularização da situação migratória da vítima do tráfico de  
461 pessoas, que inclusive já é tratado por uma resolução do Cenig 93, que dá a essa comissão  
462 de pessoa em situação migratória irregular no Brasil quando é considerada vítima. A questão  
463 é que a Câmara liga essa condição à condição do refugiado, decidido pelo Conari, que é um  
464 equívoco, porque nem toda vítima de tráfico de pessoas é refugiada e vice-versa. Então, esse  
465 é um ponto bem malpensado, vamos dizer, pela Câmara, porque não é dessa maneira que  
466 deve se tratar. Então, a nossa justificativa, e para termos mais tempo, em alguns momentos a  
467 Comissão decidiu para referendar a justificativa, que já está sendo feita e utilizada pelo  
468 Ministério da Justiça nessas discussões. Esse foi o primeiro ponto que parecia muito  
469 polêmico, mas que houve um entendimento muito fácil, e todo mundo concordando quanto  
470 ao texto do Senado. Eu não sei como nós vamos trabalhar esses 40 minutos. Se nós ponto  
471 por ponto vamos pedir o posicionamento do Plenário ou se vamos tratar de tudo. Então, esse  
472 é o primeiro. Esse é o próximo ponto polêmico que não está na nota técnica da Secretaria  
473 Nacional de Justiça, mas que foi tratado rapidamente na Comissão. Porque a Câmara faz  
474 uma modificação de inúmeros artigos do Código do Processo Penal. E, na verdade, está se  
475 abrindo mais possibilidades para a Polícia, Ministério Público acessarem vários dados,  
476 criando novos sistemas que empresas públicas e privadas que estão armazenando dados  
477 temáticos ou de internet para ficar com esses dados durante seis meses, é que depois de  
478 algum tempo que podem ser acessados, então, pela Polícia, pelo Ministério Público, com  
479 aprovação posterior do Judiciário. Isso tem alguns pontos muito polêmicos, e decidimos  
480 alertar a Câmara e o Senado sobre essa proposta. Recomenda-se uma análise técnica mais  
481 aprofundada, tento em vista ampliar as normas do Código do Processo Penal, muito além da  
482 temática do enfrentamento ao tráfico de pessoas. É do essencial do que se espera de uma lei  
483 geral. Ademais, se identificam vários pontos de inconstitucionalidade, possível violação de  
484 direitos. Então, foi uma forma bem genérica para dizer: “Toma muito cuidado nesses pontos,  
485 que são muito mais amplos, que vão ter efeito muito mais amplo quanto a investigação  
486 policial e o Ministério Público em certos crimes”. Eu não sei se já tem alguns comentários  
487 sobre isso. Mas, vamos para uma pergunta de esclarecimento, então, para podermos seguir.

488

489 **A Sra. Dalila Eugenia Maranhão Dias Figueiredo (Asbrad)** - Sobre a possibilidade de  
490 modificação, de alteração de recomendações etc. Porque nós estivemos na audiência pública,  
491 a Asbrad teve, com o deputado Arnaldo Jordi, que é do Pará, e nós colocamos essa questão

492 dessa lacuna de refugiados e a confusão conceitual. E ele pediu para nós enviarmos por e-  
493 mail, que ele se comprometia. Tentaram arrumar o texto, mas lembrou que não deve haver  
494 mais alteração. Só lembrando. Foi uma conversa que nós tivemos com o deputado Arnaldo  
495 Jordi, por ocasião da audiência pública. Só um esclarecimento.

496

497 **O Sr. Beto Vasconcelos (Presidente/SNJ)** – Só complementar. A observação é  
498 extremamente importante. Eu não sei se todos estão cientes disso. Nós temos a opção, é  
499 quase binária.

500

501 **O Sr. Frans Nederstigt (Projeto TRAMA)** – Sim. Exatamente.

502

503 **O Sr. Beto Vasconcelos (Presidente/SNJ)** – A posição é quase binária. É a coluna A,  
504 coluna B, (?). Isso. Exatamente. Esse momento do projeto de lei já foi, voltou, então, agora é  
505 um esclarecimento importante a dar.

506

507 **O Sr. Frans Nederstigt (Projeto TRAMA)** – É excelente esse esclarecimento. Eu acho que  
508 foi tão claro isso na Comissão, que eu acabei não repetindo isso. Mas, isso é muito claro, é  
509 muito importante para o Plenário que estávamos de mãos atadas, vamos dizer, e ficou  
510 também muito claro qual é a explicação do pessoal da SAL. Que tecnicamente seria até  
511 possível, mas assim, deveria se voltar. Não há brecha para realmente mudar o texto. Ou A,  
512 ou B, ou nada. Então, decidimos aqui para não incluir, o Conatrap recomendar a não  
513 inclusão dessas modificações do Código do Processo Penal.

514

515 **A Sra. Lucicleia Sousa e Silva Rollemberg (CETP)** - Os outros membros da Comissão.  
516 Porque não foi essa compreensão que eu entendi que vocês tinham acordado. O que eu  
517 compreendi é que vocês iriam recomendar que eles dessem uma atenção, fizessem uma  
518 análise técnica mais detida de todos os dispositivos que estão ali previstos como tendo  
519 previsão de alteração do Código de Processo Penal e que estão ali no Art. 10, que é o Art.  
520 13A a 13H. Mas, sem entrar em uma análise técnica. Não está se pedindo supressão ou  
521 manutenção, mas, sim, que eles tenham uma análise mais detida, porque o Conatrap  
522 identifica em alguns dispositivos inclusive inconstitucionalidades. Mas, não se entrou na  
523 análise específica e não se bateu na tecla de supressão ou manutenção de nenhum desses  
524 dispositivos, apenas recomendação de maior atenção.

525

526 **O Sr. Frans Nederstigt (Projeto TRAMA)** – É verdade. É mais cautelosa a forma como  
527 você coloca. Eu acho que o sentimento foi que tem que ter muito cuidado e que isso não se  
528 decide tão rapidamente, e faz essas mudanças dentro de um projeto de lei que é sobre o  
529 enfrentamento de tráfico de pessoas. Mas, para não adentrar nessa visão técnica, nessa  
530 análise técnica, realmente foi de uma forma bem sutil recomendar uma análise técnica vai  
531 aprofundada, mas alertando que já com uma visão bem rápida dá para ver que há algumas  
532 inconstitucionalidades e alguns vícios, nesse sentido. Então, realmente, foi mais cautelosa,  
533 mas, ao mesmo tempo, bem claro quanto ao perigo que essas modificações poderiam trazer  
534 em alguns desses artigos. Essa é uma recomendação que está em itálico porque justamente é  
535 uma justificativa mais interna da Comissão aqui no Conatrap, no sentido de deixar claro que  
536 é um ponto polêmico e que eu não vou adentrar demasiadamente na questão da  
537 fundamentação que está dada aqui. A questão aqui colocada é o registro, na verdade, cria  
538 sistemas de informação para a polícia, para o Ministério Público, para vários órgãos públicos  
539 poderem fazer pesquisas, mas também investigações, e tratar dos dados de vítimas e  
540 possíveis supostos traficantes de pessoas, mas também condenados, e todo esse sistema que  
541 existe. A Câmara aqui vai muito mais além e quer criar um cadastro nacional de traficantes  
542 de seres humanos. Fora da questão de seres humanos e tráfico de pessoas, a questão aqui é  
543 muito polêmica. Talvez a ideia foi de se utilizar o conceito da lista suja do Ministério do  
544 Trabalho e Emprego. Houve essa discussão na Comissão muito aprofundada. E realmente é  
545 possível de se pensar várias utilidades e talvez ampliar essa lista suja, mas tem que ser feita  
546 com muita cautela. E a ideia é não colocar isso na legislação. Deixa, vamos ficar com o texto  
547 do Senado que, na verdade, é bem amplo que dá algumas possibilidades, mas que também  
548 não adentra na proteção da privacidade das pessoas, a presunção da inocência, várias  
549 questões, várias garantias constitucionais que devem ser consideradas. Então, o  
550 posicionamento foi sugere-se o texto do Senado, uma vez que é um texto aberto,  
551 possibilitando abranger vários sistemas e metodologias dos órgãos de segurança pública já  
552 em funcionamento e em construção, como o Sinesp, e a lista suja de trabalho escravo do  
553 MTE, sendo que o texto proposto pela Câmara deverá ser considerado inconstitucional e  
554 violando várias normativas constitucionais. Essa foi a justificativa que foi dada para ser  
555 utilizada internamente. Porque, na verdade, não deve se adentrar na forma em que esse  
556 sistema de informações exatamente vai funcionar.

557

558 **A Sra. Jeanne de Aguiar Pinheiro de Souza (2ª Suplente-RNPETP)** – A nossa ideia foi  
559 que no plano criminal não seria interessante, não seria constitucional. A exposição de

560 pessoas físicas e jurídicas de coordenação criminal, que talvez ficasse em uma primeira  
561 camada do tráfico. Mas, por outro lado, do ponto de vista da cadeia produtiva, da  
562 coordenação do plano cível de indenização, talvez fosse interessante hotéis, redes, pessoas  
563 jurídicas, como tem no plano do campo da lista suja. Talvez fosse um caminho interessante,  
564 então, por isso que também preservar essa possibilidade de uma regulamentação, se pensar  
565 em algo desse tipo.

566

567 **O Sr. Thaddeus Gregory Blanchette (Davida)** - Eu não sei o quanto isso foi conseguido  
568 pensar em uma lista suja ou naquele projeto de lei que foi feito imediatamente antes da Fifa  
569 para proibir turistas sexuais de entrar no Brasil, não foi justificado, apelando ao pânico  
570 sexual. Eles bloquearam a entrada de 500 estrangeiros, alguma coisa assim. Eu acho que só  
571 dois ou três deles tinham de alguma ligação com exploração sexual. E o problema principal,  
572 nem todos os países definem o que é tráfico de pessoa da mesma maneira. Será que o Brasil  
573 quer aceitar, por exemplo, o traficante, quando é definido por um país como Uganda, como  
574 algo dessa natureza. Então, realmente, é bastante complicado.

575

576 **O Sr. Beto Vasconcelos (Presidente/SNJ)** – Uma breve informação, uma questão de  
577 ordem. Nós separamos aqui 50 minutos para falar desse tema, do relato da comissão. Então,  
578 eu peço que as manifestações possam ser complementares ao do relator, e não entrar ao  
579 debate agora. Pelo menos a ideia. E também assim, Frans, ter uma concepção aí, porque nós  
580 iríamos, com 50 minutos, até 16h45. Obrigado.

581

582

583 **O Sr. Frans Nederstigt (Projeto TRAMA)** – Vou ser bem rápido. Vamos seguir para o  
584 próximo ponto. Eu acho que faltam uns três pontos só. Aqui é o texto sobre o Art. 149, que é  
585 o artigo do Código Penal, que trata sobre o trabalho escravo. Talvez, à primeira vista,  
586 algumas das modificações propostas pela Câmara parecem interessantes, mas seguindo  
587 muito as observações dos representantes do Ministério Público do Trabalho, nós ficamos  
588 bem acordados que, na verdade, qualquer modificação no Art. 149 vai dar para ser muito,  
589 talvez como imigrante eu posso falar, mas vai dar muita confusão, no sentido de que é uma  
590 PEC que está sendo discutida há muito tempo. Esse é um dos artigos que é mais debatido e é  
591 mais polêmico na bancada ruralista. Então, decidimos por não tocar nesse artigo, para não  
592 criar nenhuma brecha para discutir o trabalho análogo ao trabalho escravo. Então, vamos  
593 para o Art. 12, que é, na verdade, o X da questão, que é a definição do tráfico de pessoas.

594 Nenhum dos dois artigos, para começar, seguem literalmente a definição do Protocolo de  
595 Palermo, decreto legislativo que implementa, nacionaliza o Protocolo de Palermo no Brasil.  
596 Eu acho inacreditável, eu acho que também é uma questão que o Conatrap deve mencionar  
597 que nessa questão, nessa definição, nem o Senado, nem a Câmara, acerta. Foi falado muito  
598 claro por quase todos os participantes da comissão que essas opções aqui são as opções para  
599 o menos pior. Então, o menos pior é o texto da Câmara, e muitas das opções que pelo menos  
600 a definição mais básica, o *caput* do tráfico de pessoas, que fala lá tráfico de pessoas, mas que  
601 parece mais com o Protocolo de Palermo. Ação, meio e fim. E o fim está nos incisos. Então,  
602 aqui está faltando a justificativa novamente da Comissão, justamente porque o Ministério da  
603 Justiça, a Secretaria, na verdade, estará acompanhando, e vice-versa, a Comissão estava  
604 acompanhando as escolhas do ministério. A única exceção foi a questão da adoção ilegal e  
605 adoção que, na verdade, o ministério está voltando para a adoção legal, e a Comissão optou  
606 para adoção. Porque a situação é que quando se recolhe aos meios de ameaça a violência,  
607 outras formas de coação, rapto, fraude, abuso de autoridade ou pagamento, a adoção vai ser  
608 ilegal, mas não precisa uma adoção ilegal para configurar o tráfico. Então, é uma questão de  
609 simplicidade. Exploração sexual, que seria uma das modalidades do Protocolo, que não faz  
610 nenhuma diferença os dois textos. O trabalho análogo escravo, novamente foi uma opção do  
611 Ministério Público do Trabalho, que diz: “Essas duas diferenças, não fazem diferença  
612 material”. Então, se optou ficar com a Câmara. A remoção de órgãos, células, tecido ou  
613 parte do corpo humano, porque essa diferença células foi a inclusão, que inclusive em  
614 alguma legislação extraordinária está sendo discutida. E a questão da célula está em uma  
615 normativa internacional, então, foi uma opção de seguir como está na legislação  
616 internacional. Submissão a qualquer tipo de servidão, a mesma coisa. Vamos para  
617 penalidade. Aqui, foi optado pelo texto do Senado porque, na verdade, se dá mais amplitude  
618 à individualização da pena, se dá mais confiança ao Judiciário para definir uma pena entre  
619 quatro e oito anos, em vez de uma pena mínima de cinco anos. E aí de novo a Câmara faz  
620 uma diferença e uma escadinha, aumento de pena de um terço para metade, definindo, na  
621 verdade, pensando muito para o Judiciário como se deve fazer, fazendo uma diferenciação  
622 de criança, de adolescente até 14 anos. Entra demasiadamente no papel do Judiciário e limita  
623 a flexibilização e individualização da pena, limita o atendimento de cada caso é um caso.  
624 Então, aqui foi optado justamente para o texto do Senado. Aí pode-se baixar mais, mas eu  
625 não vou ler todas. Mas, aqui, por exemplo, aumento da pena quando há relações de  
626 parentesco ou ascendente, padrasto, madrasta. Isso não é muito técnico, falar dessa forma.  
627 Por fim, a vítima de tráfico de pessoas for retirada do território nacional. O quarto, lá segue-

628 se a Câmara, porque esse do território nacional e internacional, isso já está no *caput*, então, é  
629 um problema. E, por fim, as condições da redução da pena quando nós formos primários,  
630 que, na verdade, já existe na legislação e a não integração da organização criminosa, que  
631 também já consta, na verdade, na legislação, no processo penal. Por fim, a Câmara faz  
632 algumas sugestões sobre o cumprimento da pena, curso de direitos humanos, coisas que vão  
633 ser de extrema operacionalização que pode dar problemas no momento de aplicação da pena,  
634 de ser uma razão de talvez uma pessoa ter um benefício para sair mais cedo, que, na  
635 verdade, é uma questão que não se aplica só ao tráfico de pessoas, é uma discussão mais  
636 ampla e não podemos utilizar essa lei de inovação ao tráfico de pessoas para introduzir  
637 muitas inovações que, na verdade, tem um escopo bem maior.

638

639 **O Sr. Thaddeus Gregory Blanchette (Davida)** - Frans, uma pergunta. Volta para a questão  
640 da remoção dos órgãos. Na época, eu tinha registrado um problema que temos. Esse número  
641 quatro. Um problema aqui, eu não sei se isso foi discutido aí, a Cida deveria ter anotado  
642 isso, eu não sei se ela falou. Porque nós falamos de tráfico para fins de órgãos, tráfico de  
643 órgãos. Mas, aqui se fala de remoção de órgãos e tecidos ou parte do corpo humano. Eu  
644 queria perguntar para a colega lá do movimento LGBT, se você não tem medo que isso vá  
645 mirar uma série de pessoas que faz prática entre comunidades transexuais e travestis? Sendo  
646 que remoção, tudo isso poderia ser entendido, (?) coisas dessa natureza podem entrar como  
647 uma intervenção médica dessa maneira.

648

649 **A Sra. Maria Guilhermina da Cunha Salasario (CNCD)** - Mas, isso aí é caso de tráfico  
650 de pessoas.

651

652 **O Sr. Thaddeus Gregory Blanchette (Davida)** - Sim. Mas, sendo que a prostituição ainda  
653 está sendo considerada quase que como uma exploração sexual nesse caso. Porque o único  
654 lugar onde exploração sexual é de fato tipificado no Código Penal ou outra forma de  
655 prostituição, e sendo que boa parte da população trans por preconceito etc e tal trabalha na  
656 prostituição e migra-se, através de redes de apoio e amigos. Meu medo é que essas duas  
657 coisas combinadas podem transformar uma série de práticas de (?), que eu não quero dizer  
658 se são bons ou ruins, mas que são comuns dentro da comunidade trans, e tráfico (?).

659

660 **O Sr. Frans Nederstigt (Projeto TRAMA)** – Eu acho que podemos registrar e realmente  
661 discutir. Eu acho que é importante justamente porque no final das propostas tem, inclusive,

662 uma das propostas é manter o Art. 231 e Art. 231A, e o outro que diz: “Temos que deixar de  
663 fora o Art. 231 e Art. 231A”, que eu acho que a Comissão definiu para tirar o Art. 231 e Art.  
664 231A.

665

666 **O Sr. Thaddeus Gregory Blanchette (Davida)** - Se o Art. 231 fica aqui dentro, eu acho  
667 que tem uma maneira nova de virarem comunidades trans. Eu sei que tem pessoas dentro do  
668 Congresso que estão de fato pensando nisso. Porque uma das formulações originais dessa  
669 versão da Câmara falava especificamente nisso, de crianças ou adolescentes tiradas dessa  
670 maneira.

671

672 **O Sr. Frans Nederstigt (Projeto TRAMA)** – Eu acho que é válida a discussão, mesmo  
673 com o Art. 231 e Art. 231A sendo tirados, porque há uma questão de sem consentimento da  
674 vítima irrelevante. Mas, eu acho que podemos pegar esse ponto daqui a pouco. Vamos  
675 descer lá para o próximo ponto. Eu acho que é importante discutir. Aqui é o primeiro ponto  
676 polêmico que nós discutimos hoje de manhã.

677

678 **O Sr. Beto Vasconcelos (Presidente/SNJ)** – Frans, desculpa lhe interromper. Antes de você  
679 entrar no próximo ponto polêmico, eu não quero fazer saída à francesa. Eu estou te pedindo  
680 a palavra só para dizer que eu preciso sair, e eu volto ou ainda hoje, ou eu volto para a  
681 reunião ainda amanhã. Hoje talvez seja difícil pelo teor da ligação que eu recebi, mas aí  
682 amanhã nós voltamos com vocês. É reforma do Conselho de Segurança da ONU. Deixa-me  
683 voltar lá. Obrigado. Desculpa te interromper.

684

685 **O Sr. Frans Nederstigt (Projeto TRAMA)** – Esse ponto polêmico, na verdade, é uma  
686 modificação proposta pelo Senado, que é sobre o seguro-desemprego, que a vítima do  
687 tráfico de pessoas pode obter quando estivesse em situação de trabalho. A questão é o que é  
688 trabalho e o que é trabalho escravo, e em outra situação que já é definido nessa lei de seguro  
689 desemprego, a Lei nº 7.998/90. Ficamos com o texto do Senado, com uma importantíssima  
690 exclusão, que é o §2º, onde está escrito que a vítima do tráfico de pessoas no território  
691 nacional será beneficiado quando é resgatado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, desde  
692 que beneficiado de visto ou residência permanente. Isso é, na verdade, esvaziar a proposta e,  
693 mais ainda, não é esvaziar a proposta só para vítimas de tráfico de pessoas, mas também  
694 para eventuais outros migrantes, refugiados que forem acolhidos, que forem achados em  
695 situação de trabalho escravo que, então, também não poderiam mais acessar o seguro-

696 desemprego. Foi muito bem explicado pelos representantes o Ministério Público do  
697 Trabalho, porque essa questão é uma questão prática mesmo. Depois do resgate, primeiro  
698 tem que se reestruturar, tem que dar esse seguro-desemprego. E claro, também fica muito  
699 claro que com as resoluções do Cenig essas pessoas podem sim obter um visto. Não é isso,  
700 mas na verdade é a questão do ovo e da galinha. Nesse caso, então, foi primeiro o ovo. É  
701 isso, eu acho que foram todas. Eu não sei se aqui abaixo tem mais colocações em vermelho,  
702 mas pela minha memória foi essa discussão que nós conseguimos limitar. Ficaram duas  
703 questões em abertas, que eu acho importante mencionar. Há muitas sugestões de  
704 modificações de legislação especial, e foram mudanças propostas no ECA, Estatuto da  
705 Criança e do Adolescente, na legislação sobre agenciamento de modelos, Lei Pelé, várias  
706 outras questões que nós não conseguimos abordar. Na verdade, o Ministério da Justiça tem o  
707 entendimento que não deve se modificar nenhuma dessas legislações especiais. Na verdade,  
708 a Comissão viu essas propostas sobre a modificação. Eu acho que a tendência foi também de  
709 não querer essas modificações, mas eu acho que nós podemos utilizar o mesmo tipo de  
710 justificativa, como nós utilizamos para as mudanças do Código do Processo Penal, que é  
711 necessária uma avaliação mais aprofundada para se chegar a uma conclusão definitiva. O  
712 mais importante, que realmente a Comissão não adentrou, mas que com a pergunta do  
713 Thaddeus foi trazida, é o Art. 22: “Ficam revogados os Art. 231 e Art. 231A”. Do Senado  
714 também há essa revogação expressa. Isso tem que ser realmente uma questão que eu acho  
715 que o Conatrap também deve mencionar em eventual recomendação. Sim, exatamente. Eu  
716 acho que o Conatrap tem que reforçar que tem que ser revogado o Art. 149A. É isso, eu  
717 terminei.

718

719 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça) - É**  
720 **complementação da Comissão?**

721

722 **A Sra. Maria Guilhermina da Cunha Salasario (CNCD) - Sobre a colocação que o**  
723 **Thaddeus colocou. Isso aí nós vamos levar. Infelizmente, a Bethe não está aqui no momento,**  
724 **então, nós não tínhamos como trabalhar isso falando diretamente com as pessoas que fazem**  
725 **realmente parte desse momento. Então, nós vamos levar isso para a Antra, para a Astral,**  
726 **para Rede Trans, que são as meninas que realmente fazem parte, que têm mais**  
727 **conhecimento com relação àquele ponto específico. Então, durante a semana nós já**  
728 **enviamos essa colocação.**

729

730 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - Quem  
731 mais? Ainda é da Comissão? Então, feitas as observações da Comissão, nós abrimos para  
732 um debate, salientando que também há tempo para esse debate. Infelizmente é curto, 15  
733 minutos. Então, quer dizer, eu peço a todos que sejam módicos nas suas apresentações ou  
734 muito objetivos. E também, eu acho que nós temos que tirar um encaminhamento. Eu não  
735 sei se nós teremos tanto tempo de consulta. Porque assim, me parece, assim, claro que  
736 vamos ouvir todos os integrantes do Conselho, do Conatrap. Mas, a questão é a seguinte, eu  
737 acho que nós devemos encaminhar isso rapidamente. Ou seja, isso nós teremos que aprovar  
738 até amanhã e já ter o texto amanhã. Então, eu acho que esse encaminhamento é importante.

739

740 **A Sra. Estela Escândola (Rede Feminista de Saúde)** – A primeira coisa, eu quero dizer  
741 que em 2014, pelo menos durante seis meses várias organizações se debruçaram sobre esse  
742 PL finalizando uma proposta, enviada à Secretaria do Conatrap. Todos que são do Conatrap  
743 de 2014 receberam essa proposta com vários adendos. E eu quero dizer, primeiro, assim,  
744 estou muito feliz que a Comissão do Marco Legal está caminhando. Eu confio muito nessas  
745 pessoas que estão na Comissão do Marco Legal. Mas, quero dizer que a Secretaria Executiva  
746 não fez o seu trabalho de enviar para a Comissão do Marco Legal todo o trabalho que já  
747 tinha sido feito. Ou seja, a Comissão do Marco Legal parece que começou de um ponto  
748 como se não tivesse tido outro trabalho preliminar. E nós fizemos um trabalho imenso. Está  
749 assinado, se eu não estiver errada, por umas cinco ou mais organizações, inclusive com o  
750 pessoal de Belo Monte, com a colaboração do pessoal do Came, de São Paulo, com muitas  
751 organizações. A Rede Feminista participou intensamente. Então, eu quero dizer isso porque  
752 senão parece que toda hora nós começamos do zero. Então, nós temos uma proposta que foi  
753 trabalhada durante todo esse tempo. E quero levantar alguns aspectos. Primeiro, muitos  
754 aspectos que vocês levantaram é o que nós estávamos colocados mesmo. Uma discussão  
755 trazida na época por Fernanda.

756

757 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - Só um  
758 minuto. Duas questões que são pontuais aí. Nós partimos agora do relatório, e nosso  
759 relatório, embora nós tenhamos todos os estudos anteriores, não é possível incidir. Ou seja, a  
760 nossa discussão, tecnicamente melhor do que esse resultado apresentado, infelizmente ela  
761 não pode incidir neste momento. Então, quer dizer, você já colocou algumas coisas.  
762 Pontualmente, o que nós estamos tratando agora é de uma nota que o Conatrap fará.

763

764 **A Sra. Estela Escândola (Rede Feminista de Saúde)** – O que o Conatrap vai fazer com  
765 isso. É com isso que eu estou preocupada.

766

767 **O Sr. Interlocutor não identificado** – O que o Conatrap falar. Então, o que é necessário  
768 incluir?

769

770 **A Sra. Estela Escândola (Rede Feminista de Saúde)** – Exato, é disso que nós estamos  
771 falando. Porque se nós fizemos um trabalho imenso, e esse trabalho imenso não foi  
772 considerado, embora muitas das questões que eles levantem tem a ver com esse trabalho  
773 nisso, eu quero pautar algumas questões. A recomendação de Cedal é que o Brasil precisa  
774 ter uma lei abrangente de enfrentamento ao tráfico de pessoas. Significa que não pode ser  
775 uma lei só sobre os crimes, mas sobretudo sobre a proteção das vítimas. Sobre o  
776 atendimento, sobre a prevenção e sobre a gestão da política. Então, a lei, e aí que eu quero  
777 dizer, porque o que nós recebemos de resposta da Secretaria Executiva? “Tudo o que vocês  
778 fizeram está fora do prazo, portanto, não enviaremos mais nem para o Senado, nem para a  
779 Câmara”. Se estava fora do prazo há um ano, então, nós estamos fora do prazo de novo. Eu  
780 quero dizer isso, senão é um retrabalho. Nesse aspecto, é importante destacar. Nós já  
781 prevíamos em uma discussão trazida pela Fernanda a questão da adoção, precisava ter uma  
782 melhor discussão, talvez com a Associação Brasileira dos Magistrados da Justiça e da  
783 Infância, que tinha uma discussão bastante aprofundada sobre a questão da adoção. Ou seja,  
784 precisa fazer um encontro da discussão que eles já têm. Por quê? Porque a finalidade da  
785 adoção quando não há exploração continua sendo tráfico? Se a principal questão que está  
786 colocada no tráfico é a exploração. Essa questão foi trazida pela Fernanda, há três reuniões.  
787 Então, não sou eu a novidade daqui não. A segunda questão, sobre os direitos das pessoas  
788 em situação de tráfico. Nós já sabemos que a resolução do Cenig, ela não tem eficácia  
789 nenhuma, por exemplo, para a Polícia Federal, nenhuma. Decisão do Cenig e ação da Polícia  
790 Federal são duas coisas que não se conversam, não têm eficácia na ação da Polícia Federal.  
791 Eu posso dar 10 casos de meninas que foram despachadas de Mato Grosso do Sul. Então,  
792 nós precisamos muito bem definir quais são os direitos das pessoas, inclusive encontrando  
793 com a discussão que não é abrigo. A palavra da lei é abrigo. Nós fizemos uma discussão  
794 longa e porque a SPM já tem uma discussão que se chama abrigamento. Vítima de tráfico  
795 não é para abrigo, é para abrigamento em diferentes formas, conforme a situação. Eu estou  
796 falando de coisas muitas específicas, mas que eram fundamentais para a nossa conversa.

797

798 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - Estela,  
799 uma questão de ordem. Efetivamente, claro, essas questões conceituais estão colocadas de  
800 forma errada nos dois projetos, uma da Câmara e o outro do Senado. Elas estão erradas e  
801 não tem, neste momento do processo legislativo, não tem como nós trocarmos. Então, quer  
802 dizer, embora nós tenhamos a clareza disso, inclusive pela própria manifestação que você  
803 cita, nós temos clareza desses erros. Esses erros nós, inclusive, na reunião com os assessores  
804 do senador Ferraço, nós colocamos esses pontos, e foi muito importante o estudo que vocês  
805 apresentaram. Foi muito importante para dar essa base. Agora, com relação à questão de  
806 prazo que você falava, se estava fora de prazo naquele momento e se está fora de prazo  
807 agora, estava fora de prazo para fazer sugestão, porque o processo já tinha andado. Então,  
808 sugestão de alteração na lei não podia mais ser feita. Então, é essa a questão. Eu acho que  
809 nós não podemos misturar as coisas. Eu acho que nós temos que ser muito objetivos neste  
810 momento de qual é a nota que vai ser apresentar. Então, o que tem de mais importante a  
811 acrescentar nessa nota, porque nós não vamos alterar. Não vamos alterar conceitos que estão  
812 errados, e também não vai fazer a lei perfeita que o CEDAL aconselha. Então, quer dizer,  
813 isso é superimportante, mas não tem como fazer agora, neste momento, nesse projeto de lei.  
814 É provável que tenham outros. E essa incidência nós continuamos fazendo. A Comissão de  
815 Marco Legal não termina aqui, e a nossa proposta a nossa meta de marco legal não termina  
816 com isso também, embora esse seja um bom passo. Considerando todas as coisas boas e  
817 ruins que têm aí, ele é melhor do que nada.

818

819 **A Sra. Lucicleia Sousa e Silva Rollemberg (CETP)** - Só para explicar um pouco mais a  
820 questão do momento. Nós estamos em um momento regimental do processamento  
821 legislativo que impede modificação de texto. Isso tem que ficar bem claro. Então, nós temos  
822 que saber com objetividade como nós vamos nos posicionar. Não adianta vocês elaborarem  
823 um texto pedindo a alteração. Pode até encaminhar para uma proposta futura, mas para este  
824 momento legislativo desses dois projetos nós não temos como fazer alteração legislativa. O  
825 próprio Frans frisou, e frisou bem. Pela manhã foi discutido e rediscutido, e eles mesmos  
826 identificaram que os dois textos não são os textos ideais. Nós temos erros, e às vezes alguns  
827 erros até gritantes, inconstitucionalidades até em alguns desses dispositivos. Mas,  
828 infelizmente no momento processual de aprovação legislativa nós não temos como fazer  
829 alteração. Nós temos duas realidades, e entre essas duas realidades o Conatrap pode se  
830 manifestar pela possibilidade da aprovação de um texto ou outro, ou a mesclagem de um

831 parágrafo com um *caput*, e aí vai. Apenas texto fechado, ou parágrafo, ou inciso, ou *caput*.  
832 Deixar bem claro isso.

833

834 **A Sra. Estela Escândola (Rede Feminista de Saúde)** – Só para terminar. Essa é a  
835 diferença de posicionamento, Lucicleia. Você acha que é assim, eu não acho. Eu acho que o  
836 Conatrap tem que fazer um mega parecer, tem que falar o que está errado, tem que fazer  
837 como é que tinha de ser. Aí a responsabilidade é do Legislativo. Mas, nós não podemos fugir  
838 do nosso papel. Essa é a diferença. Eu não quero dizer, o Conatrap concorda com isso ou  
839 com aquilo. Eu quero dizer, os dois textos estão errados. É essa que é a diferença. Eu não  
840 estou querendo que nós assinemos abaixo nenhum desses projetos de lei, porque estão  
841 equivocados. E nós somos o Comitê Nacional, nós podemos dizer que está errado. Eu não  
842 quero subserviência para isso.

843

844 **O Sr. Interlocutor não identificado** – Se a avaliação política desse Conselho for  
845 efetivamente esta de que vale mais não ter nenhum do que ter um projeto de lei ou uma lei,  
846 não ter nenhuma lei a ter essas duas propostas, se essa for a ideia, bom, eu acho que sim, é  
847 esse o procedimento que tem que ser adotado. Mas, enfim, eu acho que nós devemos discutir  
848 mais isso.

849

850 **O Sr. Marcel Theodoor Hazeu (SODIREITOS)** - No espírito da fala da Estela. Eu acho  
851 que o Conatrap tem que se posicionar de duas formas relacionadas a essa matéria. Eu acho  
852 que o que a Comissão fez é um trabalho que nós poderíamos fechar com as observações que  
853 eles fizeram, se tiver uma boa introdução, justamente apontando contradições e egos nas  
854 duas propostas, sugerindo inclusive a alteração nisso, e depois apresentar com essas  
855 observações que dentro das duas propostas tem um pouco mais de possibilidade ou outra.  
856 Por exemplo, discutimos sempre, há muito tempo aqui, o tema de exploração sexual, como é  
857 inadequado estar em uma legislação referente ao tráfico. Ao máximo, a exploração sexual de  
858 criança e adolescente porque já está mais ou menos conceituada, a exploração sexual em  
859 geral, não tem uma clara definição e recai sobre a repressão das prostitutas e prostitutos.  
860 Então, isso nós já tínhamos discutido. Aqui aparece exploração sexual. Então, essas  
861 observações nós precisamos encaminhar. Didática é também político e estratégico, porque  
862 ninguém disse que um desses projetos vai ser aprovado sem nenhuma alteração, durante  
863 todo o processo, porque um é de 2012 e o outro de 2014, nós estamos no final de 2015.

864 Então a minha sugestão é que se inclua sim esses dois debates, e não apresentar somente  
865 como se fosse “aprova”, “aprova”.

866

867 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - – Eu  
868 concordo. A ideia é justamente essa, de se fazer a nota, que a nota diga exatamente isso.  
869 Diga tudo que é o que o Conatrap entende. Agora, o momento nestes dois processos é esse.  
870 Isso o Executivo pode fazer muito pouco, o Conatrap pode fazer pouco, além de dizer do seu  
871 posicionamento. Fazer esse posicionamento agora não equivale ter um resultado, que agora  
872 está exclusivamente na mão do relator. Não tem mais outro momento.

873

874 **A Sra. Jeanne de Aguiar Pinheiro de Souza (2ª Suplente-RNPETP)** – Eu só queria  
875 mesmo dar um informativo. Que a Polícia Federal lá em Pernambuco não tem problema  
876 nenhum com relação ao Cenig. Inclusive, nós tivemos um caso que foi por uma guia da  
877 própria Polícia Federal diretamente para o Cenig. Ou seja, não foi nem feito um parecer no  
878 relatório. Ele já tem uma guia onde já preenche e coloca tráfico de pessoas, e é encaminhado  
879 para o Cenig. E aí nós vamos aguardar realmente o trâmite normal do Cenig de recebimento,  
880 de protocolo dessa informação.

881

882 **O Sr. Thaddeus Gregory Blanchette (Davida)** - Eu gostaria de sublinhar o Marcel está  
883 falando. Eu entendo muito bem que nós não podemos mandar no Congresso Nacional, mas  
884 isso não quer dizer que nós temos que assinar embaixo. Se o Congresso Nacional está  
885 fazendo merda, então, o nosso trabalho é falar para a nação e falar para o mundo: “Escuta, o  
886 Brasil não está levando essa questão a sério”. E essa coisa de quase sempre: “Tem que ser  
887 assim, porque foi decidido previamente”. Para mim é um ponto muito sensível, porque eu  
888 estou trilhando esse caminho desde 2005. Desde a primeira vez que começou a se reunir  
889 pessoas para discutir isso. Eu chego às reuniões sempre com as coisas pré-definidas: “Faz  
890 dessa maneira, já foi definido”. O Protocolo de Palermo foi feito, Brasil tem que fazer. É  
891 sempre esse grito de emergência, e nesse grito de emergência nós fizemos mudanças, em  
892 2009, que realmente fizemos enormes programas no Art. 231. E realmente, eu não acho que  
893 nós devemos assinar embaixo de uma coisa que não seja bem-feita. Essa coisa que o Marcel  
894 falou aqui, dentro dessas duas propostas, essas coisas são melhores, essas coisas são piores,  
895 isso aqui faz parte também do nosso trabalho. Nós não devemos simplesmente colocar as  
896 mãos para cima e dizer: “Tudo bem, o Congresso já decidiu. É isso”.

897

898 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - A  
899 Danielle está me avisando aqui que nós temos o intervalo agora. Eu acho que na volta, nós  
900 temos que pensar um pouco e fazer esse encaminhamento. A minha sugestão de  
901 encaminhamento é que a própria Comissão redija essa nota de hoje para amanhã, e amanhã  
902 nós votamos e encaminhamos essa nota, junto com o quadro, é evidente. Porque assim, ou  
903 não se faz incidência, nós podemos continuar discutindo, e passar. Como colocou o Marcel,  
904 existe esse projeto e esse projeto. Ou nós fazemos ou, então, deixa passar mesmo e fazemos  
905 uma manifestação mais completa. Ou fazemos os dois. Mas, essa nota com relação a isso  
906 tem que ser feita de hoje para amanhã ou, então, nós fazemos para a próxima reunião que é  
907 em dezembro. Aí eu não sei se ainda há tempo. Então, eu vou sugerir isso. Nós fazemos  
908 esse intervalo, conversamos um pouquinho ali também, e nós voltamos para fazer esse  
909 encaminhamento. A minha sugestão é essa. Voltamos as 17h00 em ponto.

910

911 *(Pausa para o coffee break)*

912

913 **A Sra. Danielle de Souza Galdino (Secretária Executiva/CETP)** - Vamos dar início agora  
914 a segunda parte. Vamos retomar agora os trabalhos. Eu quero convidar todo o pessoal que  
915 está lá fora para irem entrando, porque nós estamos com o tempo apertado.

916

917 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - – Vamos  
918 recomeçar. O encaminhamento da Comissão.

919

920 **O Sr. Marcel Theodoor Hazeu (SODIREITOS)** - Nós tivemos uma pequena conversa  
921 aqui a respeito da possibilidade de fazer amanhã de manhã uma nota introdutória para  
922 acompanhar esse documento, que nós entendemos que vai ser aprovado. Então, é colocar os  
923 nossos questionamentos, não necessariamente precisa de uma tese, de explicar tudo que nós  
924 não achamos que não está certo. Mas, apontar questões que, a nosso ver, devem ser  
925 aprofundadas ou tem contradições, e que mesmo aprovadas uma dessas duas propostas, seja  
926 necessário avançar nesse debate.

927

928 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - – Seria  
929 uma introdução, e depois, apesar disso, nesse contexto.

930

931 **O Sr. Marcel Theodoor Hazeu (SODIREITOS)** - O Frans com a ajuda de uma ou duas  
932 pessoas, se propõe a fazer isso amanhã de manhã, enquanto discutimos o regimento interno,  
933 sem prejuízos. E apresentar no final de amanhã, para nós deliberar sobre ele. Vocês  
934 concordam?

935

936 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - – Todos  
937 concordam?

938

939 **A Sra. Estela Escândola (Rede Feminista de Saúde)** – Eu concordo com esse  
940 encaminhamento sim, mas eu queria dar outra missão para a Comissão de Legislação, que é  
941 elaborar uma lei efetiva de enfrentamento, uma lei geral, de efetivo. Por quê? Vai dar o  
942 parecer que essa daí não presta, então, qual é que nós queremos? Nós temos que ter. Essa é  
943 uma necessidade nacional. Então, ou o MJ vai fazer e vai trazer par nós ou o MJ compõe  
944 uma comissão para fazer uma lei nacional. É isso que nós precisamos. Não é que eu estou  
945 delirando, é porque os mandatos internacionais estão pedindo isso. Nós temos que ter uma  
946 lei sombra.

947

948 **O Sr. Frans Nederstigt (Projeto TRAMA)** – A Comissão não vai aceitar a incumbência de  
949 escrever uma nova lei. Eu acho que podemos, sim, amanhã, aproveitando este momento,  
950 porque falamos também que esse momento é crucial, sim, para o Conatrap dar essa visão  
951 sobre quais dos textos é melhor em alguns momentos. Mas, também fazer essa introdução  
952 mostrando a preocupação do Conatrap em alguns momentos. Vou me disponibilizar para  
953 amanhã de manhã fazer esse texto, junto com algumas outras pessoas que se disponibilizem.  
954 Utilizando também as justificativas, em alguns momentos, do Ministério da Justiça que já  
955 estão prontas, e utilizar o texto que foi feito por algumas organizações, que foi referendado  
956 pela Estela. Esse grupo se forma agora? Eu acho que pode ser também um ou dois. Quando  
957 fica muito grande também não trabalha tão fácil. A Cristina já foi, mas vai voltar amanhã,  
958 mas então, ótimo. Eu acho que seria ótimo. Rafael, eu, a Guilhermina.

959

960 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - – Todos  
961 de acordo? Então, temos a deliberação. Muito obrigado. Só a sugestão, mas é uma mera  
962 sugestão mesmo, que seja algo mais pontual. Porque pela experiência que nós temos com o  
963 Legislativo, eles não leem muito. Que seja uma coisa mais pontual mesmo. Vamos ao

964 relatório da segunda Comissão. Comissão de Produção e Disseminação do Conhecimento,  
965 que é a Fernanda Papa.

966

967 **A Sra. Fernanda Papa (Titular SPM/PR)** - Obrigada. A Bethe Fernandes está em  
968 Corumbá. Teve a ausência justificada nessa reunião. Ela está na coordenação da nossa  
969 Comissão. Então, nós não temos como fazer aqui a síntese. Nós participamos de manhã da  
970 reunião a SPM. Também estava presente a Ione, da UniT, o Thaddeus, O Sr. Davi Ulisses  
971 Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça) - da, também a Eliane, do CNPIR,  
972 pela Funai, e também estava presente a Danielle da Secretaria Executiva, além do Guilherme  
973 e da Evelin, da equipe de Enfrentamento ao Tráfico, que estavam também conosco. A  
974 reunião de hoje, e agradecer a Secretaria Executiva que fez a articulação para o Ministério  
975 da Educação estar presente, dando sequência a alguns pontos do plano de trabalho dessa  
976 Comissão, que é discutir com o Ministério da Educação as possibilidades e os caminhos  
977 possíveis para a inclusão de conteúdos de uma disciplina ou de uma temática de  
978 enfrentamento ao tráfico de pessoas e currículos de cursos superiores. Inicialmente, o pedido  
979 ao Ministério da Educação foi para discussão em relação ao curso de Direito. E durante o  
980 debate nós acabamos criando a conversa para outras áreas do conhecimento também no  
981 nível de graduação que nós achamos que seria importante tentar fazer essa inclusão. Então,  
982 quem participou conosco foi a Luciana Garcia. A Luciana é coordenadora geral de  
983 Regulação e Normas do Ensino Superior do Ministério da Educação, trabalha na Secretaria  
984 de Ensino Superior, e ela trouxe para nós um primeiro panorama sobre o que compete ao  
985 MEC e o que não compete ao MEC em relação ao sistema de ensino e a definição dos cursos  
986 do âmbito nacional, e também em relação aos sistemas estaduais. Mais uma vez trouxe que a  
987 Lei de Diretrizes da Educação é quem define o funcionamento em relação às competências e  
988 as autonomias para definição dos cursos. No caso, as instituições de ensino superior, que  
989 eles chamam de IES, eles têm a liberdade para criar as grades curriculares, de acordo com as  
990 necessidades, para que sejam respeitados conteúdos e demandas regionais que sejam  
991 importantes estarem contempladas. E esses critérios são definidos pelo Conselho Nacional  
992 de Educação, que também é autônomo em relação ao Ministério da Educação, mas seria o  
993 fórum em que os critérios para compor as diretrizes dos cursos acontecem. Ela citou em  
994 relação ao curso de Direito, em que a diretriz atual na verdade foi feita em 2004. O  
995 Ministério, no último período, inclusive determinou a não possibilidade de abertura de  
996 novos cursos, por uma questão até de controle de mercado de qualidade dos cursos, que  
997 estavam se multiplicando muito rapidamente, do ponto de vista dos cursos de faculdades

998 privadas. Mas, tem uma grande pressão atualmente sobre o Ministério da Educação para se  
999 rever as diretrizes em relação aos cursos de Direito. Isso já está se avizinando, com pressão  
1000 de entidades, tanto da sociedade civil, mas principalmente da Ordem dos Advogados do  
1001 Brasil, membros do Ministério Público, profissionais da área do Direito, que também atuam  
1002 em diferentes frentes e também a sociedade civil. Eu acho que nós podemos passar aqui e já  
1003 mostrar quais foram esses encaminhamentos. A primeira sugestão que foi feita é que o  
1004 Conatrap se apresente ao Conselho Nacional de Educação, inicialmente enviando um ofício,  
1005 para situar esse debate que tem sido desenvolvido e que faz parte das orientações do 2º  
1006 Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, que é conseguir elevar para uma  
1007 esfera de produção de conhecimento e de formação de novos profissionais, nesse caso na  
1008 área de Direito, para que possam estar mais bem-informados e aptos a discutir a temática,  
1009 uma vez formados nos cursos universitários. Então, para nós dizermos que temos interesse  
1010 em participar do debate das diretrizes curriculares nacionais. E nós podemos tomar como  
1011 exemplo uma diretriz mais recente, que foi feita uma matriz para direitos humanos, e que  
1012 também contou com participação de áreas sem o enfrentamento ao tráfico, vamos dizer, um  
1013 campo de conhecimento que é multidisciplinar, como diz o Thaddeus, polissêmico. Então,  
1014 que tem tudo a ver nós fazermos essa proposição, pleitearmos essa participação e se valer já  
1015 do processo recente em relação a matriz de direitos humanos, que também teve esse caráter  
1016 de participação de temas específicos, mas que são complexos o suficiente para interpelar a  
1017 disciplina em questão. Então, fica esse como o primeiro compromisso, e nós submetemos  
1018 aqui ao conjunto do Comitê, e também consultando se sai pela Comissão ou sai como o  
1019 Comitê como um todo, esse pleito para o Conselho Nacional de Educação? Comitê como  
1020 um todo, essa é a ideia. E uma segunda possibilidade, na verdade, assim, em continuidade a  
1021 esse movimento de abrir esse espaço de diálogo com o Conselho Nacional de Educação, nós  
1022 deveríamos mapear as regiões estratégicas para a formação de profissionais com  
1023 sensibilidade, conhecimento específico em enfrentamento ao tráfico. Porque na experiência  
1024 do Ministério da Educação, e aí ela até trouxe o exemplo do programa Mais Médicos, que  
1025 tem uma vertente muito forte do ponto de vista da indução da política de formação de novos  
1026 profissionais de medicina em regiões onde há ou havia uma grande lacuna de profissionais,  
1027 isso com bastante resistência da categoria também, mas que houve um grande  
1028 redirecionamento para abrir editais, para abrir cursos de medicina em lugares onde havia  
1029 escassez de médicos. Então, ao identificarmos aquelas regiões, e aí nós citamos a  
1030 importância, por exemplo, de cursos em regiões de fronteiras ou em outras regiões que nós  
1031 sabemos que a situação do tráfico e das diferentes manifestações na questão do tráfico de

1032 pessoas são mais marcados, trazer esse mapa. E essa também seria uma tarefa nossa para  
1033 que o Ministério da Educação possa cruzar com as instituições de ensino que estão mais  
1034 próximas a essas localidades ou a essas regiões, e nós buscarmos promover, então, a  
1035 incorporação da temática, e aí isso até eles vão precisar definir estratégias para isso. Mas, se  
1036 trataria de focalizar com a possibilidade de ter resultados em um prazo menor para lugares  
1037 que têm uma maior urgência de se pautar a discussão do tráfico de pessoas, em uma  
1038 perspectiva que esteja alinhada também com as abordagens e as diretrizes do Plano Nacional  
1039 de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. O debate foi muito interessante. Depois as outras  
1040 pessoas que participaram também podem complementar. Mas, ela mesma sugeriu,  
1041 poderíamos pensar em pós-graduação *latu sensu*, que é mais rápida a forma de formalizar,  
1042 do que os cursos de pós-graduação *stricto sensu*, ou mesmo curso de graduação formal. E aí  
1043 a discussão foi ampla, foram levantadas as preocupações em relação a abrir o *latu sensu* sem  
1044 nenhum controle, indiscriminadamente, porque poderia ser feito um uso indevido do  
1045 discurso na questão do tráfico para criminalizar ainda mais determinados grupos. Então, o  
1046 debate foi, vamos pensar em instituições sérias, instituições privadas ou públicas que tenham  
1047 um trabalho já reconhecido nesse campo para fazer essa aproximação e eventualmente abrir  
1048 os editais, e que essas pessoas possam cumprir os critérios de acordo com a qualidade e a  
1049 seriedade necessária em relação a abordagem que tem se trabalhado a Política de  
1050 Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Paralelamente a isso, seria muito importante um  
1051 diálogo mais estratégico e político com a OAB, que é quem tem de fato conseguido pautar  
1052 bastante as definições em torno dos cursos de Direito, e também do Conselho Federal de  
1053 Serviço Social, porque pensamos também em outras disciplinas para além do Direito que  
1054 têm. A Psicologia também foi citada, eu não sei por que escapou ali. A psicologia nós  
1055 também mencionamos. Eu acho que escapou ali de colocar na relatoria, o Conselho Federal  
1056 de Psicologia. Eu acho que nós precisamos complementar ali na relatoria o Conselho Federal  
1057 de Psicologia e a Associação dos Magistrados. Isso aí depois vai nas notas gerais. Mas, em  
1058 resumo, e aí eu acho que depois do debate, que foi longo até, inclusive em relação as  
1059 preocupações, se nós apostaríamos em *latu sensu* ou não, foi considerar que o momento  
1060 atual exigiria desse coletivo um investimento no processo de indução desta política que  
1061 queremos e onde queremos no âmbito das políticas de educação, seja principalmente  
1062 superior, com unidades públicas e privadas de qualidade que já contam com núcleos de  
1063 pesquisa que atuam na temática do tráfico de pessoas ou que também tenham núcleos afins,  
1064 que não estejam necessariamente só trabalhando a questão do tráfico, mas que estejam  
1065 trabalhando exploração sexual, eventualmente de crianças e adolescentes, de mulheres

1066 adultas, ou de outros temas que sejam correlatos e que estariam sensíveis a colher a temática  
1067 mais ampla das questões que envolvem o tráfico. Então, o objetivo seria, nós construirmos  
1068 essa matriz de currículo escolar específica à luz de todo o material que já vem sendo  
1069 produzido, então, já existe toda uma produção que está disponível e que foi construída no  
1070 último período, e que poderia servir de base para esse olhar. E também considerar para além  
1071 dos processos de educação formal, o trabalho e a adaptação de conteúdos para processos  
1072 comunitários educativos. Essa foi uma preocupação trazida pela Eliane, especificamente  
1073 para o contato com cidadãos, cidadãs indígenas, que não necessariamente têm a  
1074 oportunidade de passar por esses outros espaços, mas que têm seus processos somente, mas  
1075 que têm seus processos também, além da educação formal, processos comunitários  
1076 educativos. E que aí esses conteúdos seriam também importantes considerar esse grupo de  
1077 especial interesse na formação sobre o tráfico. Uma última informação, uma última questão  
1078 que nós levantamos, ficou com uma dúvida, porque é possível que já exista, mas nós não  
1079 conseguimos identificar, é se existe uma linha específica de pesquisa sobre enfrentamento ao  
1080 tráfico de pessoas no Programa Pró-Extensão Universitária, o Proeste, do Ministério da  
1081 Educação. Normalmente se trata de uma negociação mesmo que nós fazemos com o MEC  
1082 para criar uma linha de pesquisa. Os editais do Proest têm recursos de R\$ 200 mil a R\$ 300  
1083 mil para pesquisas com até dois anos, e pesquisa de extensão. Isso poderia atingir grupos  
1084 que já têm um trabalho importante na área e fazer a ponte com a produção de conhecimento  
1085 universitário, de maneira a também já fomentar essa institucionalização maior da questão do  
1086 tráfico no meio acadêmico. Então, essa foi a primeira rodada da nossa reunião dessa manhã,  
1087 da reunião da Comissão. Gostaria de saber se outras pessoas que participaram do debate  
1088 gostariam de complementar ou fazer alguma outra correção.

1089

1090 **A Sra. Eliane da Silva Souza Pequeno (Conselho Nacional da Promoção da Igualdade**  
1091 **Racial-CNPIR/FUNAI)** - Embora a excelência da relatora, eu só queria comentar, dividir  
1092 com o Pleno, que a nossa preocupação não está específica com os cursos de Direito. Nós  
1093 conversamos sobre outros cursos. E não só com outros cursos, com as pessoas. Então, essa  
1094 dificuldade de você trabalhar a temática, aquele que realmente não participa do sistema de  
1095 ensino formal. Nós até comentamos, na linha até de Paulo Freire, por que não trabalhar de  
1096 alguma forma, dentro da Educação de Jovens e Adultos, onde nós acreditamos que pode ser  
1097 um trabalho específico, bem focalizado, mas com todas as preocupações que isso também  
1098 não se torne sem controle, uma coisa bem pontual, com sensibilidade com as vítimas.

1099

1100 **A Sra. Jeanne de Aguiar Pinheiro de Souza (2ª Suplente-RNPETP)** – Para além da  
1101 excelência, (?) a Fernanda também, é só complementando enquanto também integrante. Só  
1102 ressaltando que no âmbito da formação superior, é claro e evidente que há sim essa  
1103 discussão a respeito dos direitos humanos. Agora, de que modo? De um modo muito  
1104 isolado, e muito a depender da perspectiva daquela universidade, do perfil de quem faz o  
1105 curso, e por aí vai. Por exemplo, eu conheço cursos na área de serviço social mesmo, que lá  
1106 nós temos a disciplina com seminários temáticos, temas contemporâneos, e que esses temas  
1107 há uma variação. A cada um ano, a cada seis meses, é feita uma análise a partir da  
1108 perspectiva do Colegiado, e esses temas são redirecionados. Porém, discutir tráfico de  
1109 pessoas ainda é algo muito distante. Sim, é feito um seminário, tem um estudioso, tem o  
1110 integrante do Conatrap, aí nós levamos a essa discussão. Mas, a nossa preocupação é mesmo  
1111 impactar, e é mesmo que esse tema incorpore na discussão e no lugar dos direitos humanos  
1112 essa importância que nós sabemos. Então, por isso que nós saímos com tudo o que é  
1113 necessário para poder viabilizar essa implementação, já dentro das diretrizes mesmo. E de  
1114 início, os três cursos, Psicologia, Direito e Serviço Social, mas só frisando, há um  
1115 entendimento de que não somente essas três áreas devam serem informadas e dialogar a  
1116 respeito do tema. Temos de pensar isso.

1117

1118 **O Sr. Thaddeus Gregory Blanchette (Davida)** - Eu só queria salientar algumas das coisas  
1119 que eu estava levantando, porque alguns de vocês podem estar pensando: “Não é bom  
1120 multiplicar curso sobre tráfico? Vamos fazer em qualquer lugar, em qualquer hora”. Tráfico,  
1121 como nós sabemos, é um assunto complexo. Ele não é um conceito muito bem-definidos  
1122 ainda. Há várias definições de vários grupos. Se você começar a dizer que tudo e qualquer  
1123 curso vale, daqui a pouco nós vamos ter igrejas religiosas fazendo curso de tráfico, dizendo  
1124 que toda prostituição é tráfico, que travestis de fato são pessoas recrutadas por pessoas  
1125 inescrupulosas e transformadas, e exploradas sexualmente. Esse tipo de coisa já está  
1126 acontecendo nos Estados Unidos. Eu participei no ano passado de um curso distância,  
1127 organizado pelo High State University que está até gerando um caso agora com a má  
1128 qualidade. E tem 10 mil pessoas fazendo aquele curso, inclusive alguns brasileiros. Todos os  
1129 países recebem um diploma como especialista na área de tráfico após seis horas de assistir  
1130 uns vídeos que têm sérios problemas factuais, coisas dessa natureza. Então, se nós vamos  
1131 fazer cursos ou oferecer programas para várias universidades sobre isso, isso tem que ser  
1132 trabalhado com pessoas que já estão produzindo informações, que têm produções realizadas  
1133 por pares, que produziram isso dentro do complexo científico, e não qualquer um que

1134 assistiu Salve Jorge, Meninos do Sol, e “Pronto, agora eu sei tudo sobre tráfico”. Então, tem  
1135 que ser muito cuidadoso com essa coisa.

1136

1137 **A Sra. Fernanda Papa (Titular SPM/PR)** - – Thaddeus, comentar que esse curso que você  
1138 fez, o High State, no Protocolo de Palermo nem foi mencionado.

1139

1140 **O Sr. Thaddeus Gregory Blanchette (Davida)** - Eles mencionaram, mas aí eles aplicaram  
1141 (?) a lei americana como diretriz internacional sobre o que era o tráfico de pessoas. E nós  
1142 temos brasileiros que pegaram seu diploma, e eu estou esperando esses caras aparecerem.

1143

1144 **A Sra. Dalila Eugenia Maranhão Dias Figueiredo (Asbrad)** - Eu estou comentando que  
1145 esses cursos e esse risco nós vemos na ponta quando nós estamos trabalhando e nós de  
1146 repente ficamos sabendo que tem uma capacitação para o enfrentamento ao tráfico de  
1147 pessoas. Aí você está trabalhando em uma sondagem, e aí você vai nessa capacitação e você  
1148 observa os equívocos, os erros, a confusão que já é complexo tratar, falar sobre o tráfico de  
1149 pessoas, mas não é impossível. Mas, os equívocos são tão grandes e, muitas vezes, eles são  
1150 praticados pelo próprio agente público, da repressão, da responsabilização, da proteção. Isso  
1151 dá uma enorme inquietação para nós. Por quê? Porque eles estão tornando opinião, estão  
1152 formando replicadores, e isso é muito grave. E eu já vi muitas vezes isso.

1153

1154 **O Sr. Thaddeus Gregory Blanchette (Davida)** - Nesse caso do High State, eles estavam  
1155 sendo organizados por Corsera, que é uma organização americana que faz cursos pela  
1156 internet. E muita gente estava fazendo esses cursos é de seis horas, de oito horas. Esse caso  
1157 foram quatro semanas. Tem quatro provas, só para vocês saberem o nível, quatro provas de  
1158 escolha múltipla, e você poderia fazer cada prova cinco vezes, até que você acerta todas as  
1159 perguntas. Era horrível. E o problema é que a vasta maioria dos alunos eram agentes do  
1160 sistema de segurança, do sistema de bem-estar social, que estavam sendo pressionados a  
1161 adquirir uma espécie de expertise instantânea no tráfico para as suas respectivas burocracias  
1162 dizerem: “Nós temos o nosso expert no tráfico”. E isso já aconteceu nos Estados Unidos, na  
1163 década de 80. Provavelmente vocês não sabem, de repente, um monte de multiplicadores,  
1164 rodou todas as polícias, várias associações policiais dos Estados Unidos, ensinando sobre  
1165 abusos rituais satanistas. Muita gente foi presa, muita gente foi capacitada. Dinheiro  
1166 horrores foram gastados. Dez anos mais tarde alguns dos últimos desses casos estão sendo

1167 finalmente julgados, e os réus inocentados. Então, nós temos que tomar muito cuidado de  
1168 não produzir cursos simplesmente por produzir. Tem curso que é pior do que nada.

1169

1170 **A Sra. Fernanda Papa (Titular SPM/PR)** - É por isso que a proposta de encaminhamento  
1171 que nós tivemos com a especialista do MEC que esteve pela manhã conosco foi de focalizar,  
1172 de nós identificarmos onde está a nossa maior demanda, reunir quem tem produzido  
1173 seriamente sobre a temática e direcionar para um próximo passo. Eu acho que só faltou aqui,  
1174 para finalizar esse ponto, nós colocarmos prazos. Então, o prazo para interpelar, para fazer o  
1175 diálogo com o Conselho Nacional de Educação, e depois nós nos dividirmos, quem vai fazer  
1176 o primeiro contato com a OAB, com os outros conselhos. E eventualmente esse grupo, e  
1177 acho que poderia submeter ao comitê como um todo, se mais pessoas tiverem interesse em  
1178 fazer parte de um grupo que vai tentar fazer esse processo de indução buscando dar os  
1179 próximos passos do que nós colocamos ali como proposta. Talvez para a próxima reunião já  
1180 daria para fazer o ofício. Nós já vamos mandar para o Conselho de Educação, e fazer os  
1181 primeiros movimentos políticos.

1182

1183 **O Sr. Thaddeus Gregory Blanchette (Davida)** - A possibilidade é que nós mesmos  
1184 poderíamos oferecer de fazer dois conselhos. Nós mesmos poderíamos fazer um mestrado  
1185 *latu sensu*. Nós temos professores aqui, que nós poderíamos valorizar isso. Ver aqui, são  
1186 pessoas que podem ser contratados, e oferecer isso para uma universidade, dizer: “Se você  
1187 quer, nós temos um curso, temos professores, mas custaria tanto”. Pronto.

1188

1189 **A Sra. Fernanda Papa (Titular SPM/PR)** - Acho que fica, então, para nós encaminharmos  
1190 o próximo momento de conversa disso. O outro ponto que nós discutimos hoje, eu vou pedir  
1191 a gentileza da pessoa que está cuidando do computador.

1192

1193 **O Sr. Marcel Theodoor Hazeu (SODIREITOS)** - Eu só quero fazer uma intervenção de  
1194 um segundo só. Para lembrar que nós também quando nós estávamos organizando as  
1195 informações, temos que ter muitos critérios. Porque infelizmente estivemos em um  
1196 seminário sobre tráfico de pessoas em Belém, e um referendado juiz, chamado Rinaldo de  
1197 Goiás, fez a palestra de abertura, e isso foi para nós um desastre de referências que ele usou  
1198 nessa palestra sobre o tráfico de pessoas. Referendando sempre a repressão, referendando o  
1199 rebaixamento de maioria penal. Foi de tudo e um grande show, mas nós não podemos

1200 cair neste erro de fazer informações contraprodutivos. Eu acho que é muito importante  
1201 lembrar isso.

1202

1203 **A Sra. Fernanda Papa (Titular SPM/PR)** - É interessante, porque teve um comentário  
1204 muito parecido com o seu no nosso grupo hoje de manhã para outra situação em relação à  
1205 Semana de Mobilização, que eu acho que é na mesma linha. Então, eu queria passar para  
1206 esse próximo ponto. A avaliação preliminar da Semana de Mobilização. Nós dizemos  
1207 preliminar porque já existe um relatório, não sei se todas as pessoas aqui tiveram  
1208 oportunidade de olhar o relatório. Ele tem tantas fotos legais. Então, nós vamos comentar o  
1209 que basicamente nós observamos a partir do relatório preliminar, e na verdade é quase que  
1210 uma fotografia, sem grande análise. Então, nós buscamos identificar quais foram as  
1211 principais ações da semana, amplitude da mobilização em relação aos diferentes estados. O  
1212 que identificamos como pontos positivos e também nós colocamos pontos a melhorar. E em  
1213 uma análise que foi breve, foi hoje de manhã, em poucos minutos. Nós achamos que isso  
1214 também não esgota esse olhar que o Comitê pode ter sobre a semana de mobilização. Mas,  
1215 para um primeiro retorno sobre o que foi observado, este ano a semana contou com ações  
1216 em 12 estados, foi mais do que no último ano. Então, foi maior do que no ano passado,  
1217 foram 12 estados e o Distrito Federal. Nós tivemos ações no Distrito Federal, no Acre,  
1218 Amazonas, Bahia, Ceará, Goiás, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro,  
1219 Rio Grande do Sul e São Paulo. Esses foram os estados em que houve ações coordenadas  
1220 pela Rede de Núcleos e Postos e Comitês. Então, foi um erro nosso que nós deixamos  
1221 escapar. Porque outros parceiros fizeram atividades também em outros estados: Defensoria  
1222 Pública da União, a Procuradoria Federal de Direitos do Cidadão, que tentou fazer ações  
1223 para todos os seus núcleos, a UniT, em Sergipe, o Ministério Público no Ceará, o Ministério  
1224 Público Federal, o MPE do Mato Grosso, o TJ do Goiás, a Secretaria de Justiça e Direitos do  
1225 Mato Grosso, o Comitê de Mato Grosso. Será que aqui era Mato Grosso do Sul? O Comitê  
1226 Social Coração Azul do Rio, Câmara Legislativa de Duque de Caxias, a Secretaria de  
1227 Políticas para as Mulheres da Presidência da República, o Banco de Brasília, o BRB, que fez  
1228 uma ação de colocar campanha em todos os seus terminais para as pessoas conhecerem, a  
1229 UniT também colocou em todos os seus computadores para professores, alunos e  
1230 funcionários, conteúdos da campanha, a Itaipu Nacional também promoveu a campanha, a  
1231 Associação de Delegados da Polícia Federal também. O problema Vira Vida, do Sesi, que  
1232 também tem uma parceria, uma interface importante com o MDS também, Sest e Senat  
1233 também tiveram suas ações ligadas a semana de mobilização. Falta complementar aqui o

1234 Comitê do Mato Grosso do Sul e a Polícia Rodoviária Federal. É que esses fazem parte.  
1235 Tem que dizer isso, é importante dizer isso, isso está a partir dos conteúdos que foram  
1236 enviados pelos estados e pelas entidades. Tem lá no relatório preliminar assim: “Tocantins,  
1237 falta enviar”. Então, tem alguns que ainda têm lacunas, que tem informação de que houve  
1238 ação, mas não enviaram a informação do que foi feito. Tem uma observação em relação aos  
1239 parceiros que foram registrados. A Comissão expressou preocupação com o registro de uma  
1240 ONG chamada Jocun, entre os parceiros da campanha. Alguns dos membros da Comissão  
1241 têm informações de denúncias graves que essa organização sofre pelo seu envolvimento com  
1242 discriminação étnica, racial e homofóbica nas ações que promovem dentro e fora do Brasil.  
1243 Inclusive, com povos indígenas isolados e habitantes de regiões de fronteiras, e também um  
1244 relato de perseguição homossexual. Então, essa foi uma preocupação que foi trazida para  
1245 nós talvez discutirmos, porque tinha certo destaque deles na foto, e isso foi levantado no  
1246 grupo, sobre como nós podemos registrar ou encaminhar alguma coisa em relação a essa  
1247 entidade. É internacional. O Thaddeus trouxe um exemplo, ele explicou com bastante  
1248 detalhe alguns exemplos de conduta questionável e com comprometimento ético da  
1249 entidade. Eles colocam site, captam dinheiro e usam relatórios de outras organizações para  
1250 dizer que são deles.

1251

1252 **O Sr. Thaddeus Gregory Blanchette (Davida)** - Deixa-me explicar uma coisa.  
1253 Internacionalmente, o movimento evangélico está investindo em peso. Não só eles, mas a  
1254 Igreja católica e outras organizações religiosas nessa temática. Eu não estou querendo  
1255 desqualificar as ações de todas as organizações de fé, mas é muito complicado, porque essas  
1256 organizações têm políticas referentes ao sexo e, em muitos casos, particularmente os grupos  
1257 evangélicos americanos, tráfico está repondo um eixo de mobilização que outrora é ocupada  
1258 pela luta contra LGBT, contra a homossexualidade, que particularmente entre os jovens as  
1259 igrejas estão começando a perceber que eles estão perdendo. Então, o tráfico é outro assunto  
1260 que toca na sexualidade, do que eles podem fazer valer a moralidade que eles estão  
1261 colocando como correta, particularmente entre a juventude. Nos últimos três anos várias  
1262 organizações evangélicas religiosas têm, então, aparecido, e alguns deles têm vindo para o  
1263 Brasil. Em particular, tem um chamado *Internacional (?)* Essa organização apareceu no  
1264 nosso congresso no ano passado e fez reunião com a bancada evangélica. Tem outro, com  
1265 quem eu estou lidando agora no Rio e em São Paulo, chamado *27 Milion*. E tem esse tal do  
1266 Jocun. Todas essas organizações, a (?), por exemplo, foi fundada pela mesma organização  
1267 que ajudou o governo de Uganda a editar a lei de morte aos homossexuais. É o mesmo povo,

1268 eles têm até as mesmas contas bancárias e tudo. Eles também têm apoiado estupros coletivos  
1269 contra lésbicas. E eles agora têm toda a sua frente antitráfico, que chegou no Rio de Janeiro  
1270 durante a Copa do Mundo, foi para a Vila Mimosa, e agora estão produzindo filmes  
1271 internacionais mostrando o grande problema da situação no Brasil, quantas milhões de  
1272 crianças estão sendo estupradas. *Vinte e sete milhões*, foi parceiro no Gift Box em São Paulo,  
1273 e várias outras coisas. Eles estão apresentando o Gift Box e outros projetos como se fossem  
1274 seus próprios projetos. Eles, por exemplo, no seu site, têm três ou quatro contas bancárias  
1275 que eles estão dizendo que o dinheiro pode ser arrecadado para um abrigo, que eles alegam  
1276 que está funcionando em São Paulo, que recolhe crianças resgatadas. O abrigo não existe,  
1277 ele não está funcionando. E é um projeto de outra organização ainda por cima, chamado  
1278 Aba, o *27 millions* está recolhendo dinheiro no nome deles. E Jocun, tem várias questões de  
1279 problemas com as reservas indígenas. Ou seja, infelizmente nos próximos anos, e  
1280 particularmente quando chegar os jogos olímpicos, nós vamos ter cada vez mais essas  
1281 organizações religiosas chegando no Brasil dizendo: “Eu estou a fim de ajudar”, e nós temos  
1282 que tomar muito cuidado com algumas dessas organizações, porque a política deles não é  
1283 falar de uma política de respeito de direitos humanos. Jocun é uma dessas, (?) é outra, e essa  
1284 *27 millions* eu tenho a informação (?). Então, nós estamos basicamente preocupados que  
1285 algumas dessas organizações estavam aparecendo como parceiros dessas iniciativas locais,  
1286 porque nós achamos que muitos desses grupos locais, tipo qualquer um que queira (?).  
1287 Imagina se alguém apresenta em seu comitê local, nós temos um abrigo para criança já  
1288 funcionando: “Legal, vamos lá”. Nós temos que tomar cuidado com isso.

1289

1290 **A Sra. Fernanda Papa (Titular SPM/PR)** - Eu acho que foi registrado com preocupação  
1291 em relação ao registro para nós também pensarmos no âmbito do próprio Comitê o que fazer  
1292 nesse caso em relação a entidades cuja ética tem sido questionada. Então, se isso pode gerar  
1293 um tipo de investigação ou mesmo de denúncia, ou outros encaminhamentos. Enfim, nós,  
1294 então, observamos os tipos de ação que foram identificadas entre as ações realizadas pelos  
1295 parceiros na semana de mobilização. Então, audiências públicas em Câmaras Legislativas,  
1296 em Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas, palestras com especialistas e parceiros  
1297 governamentais do sistema de Justiça, então, muitas palestras, Ministério Público fez a  
1298 defensoria, teve palestra também para os conselheiros tutelares, que foi o caso da ação da  
1299 ação da (?). A iluminação de prédios públicos, que já tinha sido uma das estratégias no ano  
1300 anterior. Em Salvador teve, em Brasília teve, em Manaus teve, em várias outras cidades  
1301 também. A estratégia de convocar coletivas de imprensa para falar da semana internacional

1302 de mobilização e também para falar da Semana Coração Azul. Rodas de conversas em  
1303 escolas, em mais de um lugar foram citadas como ações que foram levadas a cabo. A blitz  
1304 informativa da Polícia Rodoviária Federal, tanto em estradas, mas também foram feitas com  
1305 abordagem a canoeiros, no caso do Estado do Amazonas. Mostra de filmes, a Bahia teve  
1306 uma mostra de filmes, eu não estou lembrada agora, mas a da Bahia chamou a nossa atenção  
1307 no relatório. O Ceará fez uma panfletagem dentro de aviões. Foi a Bahia que fez a  
1308 panfletagem. No Ceará acho que também teve. Então, foi na Bahia. Várias pessoas também  
1309 citaram que deram entrevistas para rádios, e teve televisão também em alguns casos. As  
1310 ações dos postos dos aeroportos com viajantes. As pessoas saíram do posto para circular  
1311 pelo aeroporto, pela área de entrega de bagagens, pelo *check-in*, para fazer abordagens e  
1312 discutir a temática. São Paulo fez o lançamento da sua *Gift Box*. A ação com alunos do Pró-  
1313 Jovem, isso foi na cidade de Guarulhos. O lançamento nacional do relatório e do selo com os  
1314 Correios, isso foi aqui em Brasília, também com diversos parceiros, e que também gerou  
1315 grande inserção nos meios de comunicação. Campanha nos terminais de atendimento do  
1316 Banco de Brasília, que também foi uma ação nova, que nós não tínhamos conhecimento  
1317 anteriormente. Um curso para defensores públicos. Informação por meio da Procuradoria  
1318 Federal de Direitos do Cidadão, eles fizeram uma ação bem generalizada nacional de  
1319 informar maximamente sobre a semana. Campanha para todos os terminais de todos os  
1320 computadores para alunos e professores da UniT. E uma campanha também com muita  
1321 informação sobre direitos, e com uma abordagem bastante interessante, na Associação de  
1322 Delegados da Polícia Federal na sua página *on-line*. Então, foram os tipos de ação.  
1323 Certamente algumas aí em vários lugares. O grupo olhou como positivo o fato do Ministério  
1324 da Justiça ter tido uma ação exemplar na comunicação do site. Foi olhada especialmente  
1325 aquela informação: “Você vai viajar em uma decisão sua”, e que tem uma pessoa com uma  
1326 mala, não dá para saber se é homem ou mulher, mas que chama a atenção para os direitos e  
1327 não estigmatizando a vítima. Então, informa sobre os direitos, mas não chama a pessoa de  
1328 burra ou usa um apelo da violência, que está implicada na situação do tráfico. E aquele  
1329 exemplo anterior da mulher presa na caixa, que foi o que gerou na nossa reunião anterior ou  
1330 talvez até antes uma crítica muito forte de quem pode estar sujeito a uma situação de tráfico  
1331 não sei identifica com a caixa rodando na esteira da bagagem.

1332

1333 **O Sr. Thaddeus Gregory Blanchette (Davida)** - A ONG foi exemplar. Mas, nem todos os  
1334 parceiros da ONG (?). O Ministério de Justiça foi exemplar nisso, mas nem todos os grupos

1335 que participaram no nível local foram exemplares. Ou seja, ainda como nós vamos falar no  
1336 negativo, ainda teve o uso dessas imagens por grupos locais de discussão.

1337

1338 **A Sra. Heloísa Greco (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas/SNJ) –**

1339 Eu acho que o importante dessa avaliação é o relatório preliminar, nós não circulamos para  
1340 todo o Comitê, foi direto para essa Comissão. Eu acho que é importante também para nós  
1341 repassarmos e revermos isso na reunião técnica. Até pensando que na reunião técnica os  
1342 coordenadores dos núcleos, também tinha gente nova que entrou. Nós avaliamos que teve  
1343 grupos que não foram alinhadas nessa perspectiva que hoje o Ministério adota. E a ideia é  
1344 com certeza aperfeiçoar para as próximas. Mas, obrigada. Bacana.

1345

1346 **A Sra. Fernanda Papa (Titular SPM/PR) -** O que foi destacado e que fez diferença ver

1347 essa Coordenação Nacional de Eventos, que se refletiu a partir da orientação que foi  
1348 trabalhada na reunião com Núcleos e Postos. Então, isso mostrou uma elevação na qualidade  
1349 das ações em função desse alinhamento conceitual e político que foi promovido pelo  
1350 Ministério um pouco antes da semana. A coordenação então, possibilita a avaliação das  
1351 ações e posterior reforço às boas práticas e ao incentivo ao abandono daquelas consideradas  
1352 ineficazes. Então, tem esse acompanhamento com o olhar nacional também das diretrizes,  
1353 contribui para melhorar gradativamente as próximas frentes. Também chama a atenção o  
1354 fato de municípios que não contam com a Rede e nem com Postos que fizeram ações, como  
1355 é o caso de Duque de Caxias, no Rio de Janeiro. Também foi considerada positiva a  
1356 presença de imagem de povos indígenas na campanha do Mato Grosso, que trouxe a imagem  
1357 dessas pessoas em situação de tráfico. E a conclusão de que a visão da Semana de  
1358 Mobilização foi de fato ampliada, e isso como o principal ponto positivo. O que é preciso  
1359 melhorar? A campanha continua a promover a imagem da pessoa traficada como uma  
1360 pessoa ingênua, infantil ou burra. Melhorar as imagens. Isso foi trazido em relação àquela  
1361 imagem azul, com a cabeça.

1362

1363 **O Sr. Thaddeus Gregory Blanchette (Davida) -** O Ministério da Justiça corretamente sabe

1364 que nós não podemos fazer usar mais essas coisas de sangue, mulher. Nós temos outro tema  
1365 que é bastante utilizado, e isso baseado em um levantamento que nós acabamos de fazer, e  
1366 que vai ser publicado na próxima edição da revista Mobilidades Humanas, e esse tema é o  
1367 da Cinderela, da sonhadora, da burra, da criança, mulher criança infantilizada, que não  
1368 entende, e que sonha e não conhece a realidade. A vasta maioria das pessoas que eu conheço

1369 que passaram por processos (?) do tráfico sabem muito bem o que estava acontecendo, eles  
1370 não eram sonhadores, idiotas que precisavam ser tutelados. Sabiam que estavam tomando  
1371 um risco. E essa, por exemplo, Coração Azul, é a cabeça nas nuvens, repetiu toda essa...  
1372 Essa imagem também tem que ser questionada nessas campanhas que nós estamos fazendo.

1373

1374 **A Sra. Fernanda Papa (Titular SPM/PR)** - Thaddeus, nós até, além disso que você  
1375 mencionou, na verdade nós também ponderamos que da própria comissão saiu uma  
1376 recomendação na reunião anterior de que a imagem da faixa não condizia a realidade, e aí eu  
1377 trago a fala que foi da Bethé naquele momento, de que quem muitas vezes acaba em uma  
1378 situação de tráfico, mesmo interna, sobretudo internacional, é porque a pessoa tem o sonho  
1379 de melhorar de vida. Então, eu acho que essa foi a ideia que foi captada por essa campanha,  
1380 que tentou melhorar em relação a campanha anterior. Então, eu acho que foi um pouco isso  
1381 que nós discutimos.

1382

1383 **O Sr. Thaddeus Gregory Blanchette (Davida)** - Essa ideia já foi criticada em 2010, 2012.  
1384 Eu, por Adriana Piscitelli, por um monte de gente que estuda o tráfico empiricamente.  
1385 Porque não é um sonho, é a realidade de mudar de vida.

1386

1387 **A Sra. Fernanda Papa (Titular SPM/PR)** - Sim. Mas, a Astral também está implicante  
1388 com isso.

1389

1390 **O Sr. Thaddeus Gregory Blanchette (Davida)** - Eu sei. Mas, a maioria das pessoas que  
1391 passam por esse processo diz que sim, a vida deles melhorou. Passaram por um inferno de  
1392 exploração no início do processo, mas de fato tiveram condições. Eu ouvi isso vez após vez.  
1393 Então, temos que tomar cuidado com essa ideia que eu gosto de repetir, que a Adriana (?)  
1394 repetir, todos nós ouvimos repetir, porque esse povo meio sonhador ele não entende.

1395

1396 **O Sr. Interlocutor não identificado** – Eu acho que, enfim, é uma crítica.

1397

1398 **O Sr. Thaddeus Gregory Blanchette (Davida)** - Quantas vezes eu ouvi? Um monte de  
1399 pessoas nessa sala: “Essas pessoas não entendem que elas são traficadas”. Isso foi uma  
1400 ladainha que todo mundo que tem pesquisado esse tema academicamente, tem repetidamente  
1401 notado. Aí entende e as pessoas não sabem que eles têm que ser informados. Nós temos que  
1402 ir para a Rede. Tem dois problemas que eu queria colocar por que que isso é problemático.

1403 A (?) acabou de fazer uma puta de uma pesquisa (?) com a Polícia Federal e a maneira que  
1404 eles lidam com essa questão de tráfico. Em primeiro lugar, esquece, polícia não é órgão de  
1405 Justiça e de proteção de direitos humanos, polícia tipifica crime, eles vão lá para ver se o  
1406 crime do tráfico aconteceu. Por isso, tem dois tipos de pessoas: vítimas ou algozes. E no  
1407 caso do tráfico, quando as mulheres, por exemplo, que viajam para a Espanha e trabalharam  
1408 na prostituição lá e encontraram problemas, e até talvez recrutaram uma prima para ir junto,  
1409 quando a complexidade da situação delas onde elas estão agindo como agentes e conhecem a  
1410 situação, não correspondem com aquela coisa do sonhador. Porque a polícia diz: “Ela não é  
1411 bem traficada, ela não é uma vítima, ela é quase uma criminosa, ela é uma semicriminosa”.  
1412 (?) agente da Polícia Federal falando essas coisas repetidamente. Então, quando o Coração  
1413 Azul faz uma campanha nacional com essa imagem. Eu entendo que vocês estão dizendo  
1414 que foi o sonho, o problema é que repete essa metodologia da pessoa traficada que é  
1415 sonhadora, que é Cinderela. (?) sonho, Cinderela, a Cinderela e o lobo. Eu recolhi 20  
1416 instâncias desse tipo de imagens sendo usadas por órgãos ou governo federal e seus aliados.  
1417 Se nós vamos evitar mulher na caixa, essa também tem que ir embora, porque isso está  
1418 fazendo efeitos colaterais nocivos. Porque promove uma ideia de uma vítima inocente e sem  
1419 agência, e essas pessoas não são assim.

1420

1421 **A Sra. Fernanda Papa (Titular SPM/PR) - Obrigada, Thaddeus.** Eu acho que a mensagem  
1422 é essa, é melhorar a imagem para tentar comunicar com mais precisão, porque é difícil  
1423 precisar nesse tema. Mas, é mais com mais proximidade com as diferentes realidades que  
1424 podem afetar uma pessoa nesse tipo de situação. Então, a ideia é de melhorar as imagens da  
1425 campanha. Também preparar as imagens de campanha, os materiais, com um pouco mais de  
1426 antecedência, para os parceiros se planejarem melhor e terem a possibilidade de ampliar a  
1427 adesão à campanha. Então, essa também foi outra sugestão em relação ao que precisa  
1428 melhorar. Esse comentário, que tem a ver com o que o Marcel falou anteriormente também,  
1429 de profissionalizar mais os pares que fazem os debates como representantes da Coração  
1430 Azul. Foi um depoimento também do Thaddeus de que em diferentes situações encontrou  
1431 porta-vozes completamente pouco preparados para fazerem o debate com um grau de  
1432 profundidade ou de alcance da complexidade do problema que é exigido na hora em que  
1433 você coloca como um representante da campanha Coração Azul. E aí também o que o  
1434 Thaddeus já mencionou, a preocupação com o fato de ter uma marca, a do Coração Azul,  
1435 associada a um tema que é tão complexo, e que isso se tornou mais uma situação de

1436 marketing à campanha e menos tradução sobre tudo de que fato está se falando ali. Eu não  
1437 sei se eu estou conseguindo traduzir, mas o tempo acabou, Thaddeus.

1438

1439 **O Sr. Thaddeus Gregory Blanchette (Davida)** - Eu só queria colocar aqui. Eu posso  
1440 escrever uma carta explicando (?)?

1441

1442 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - Ótimo.

1443

1444 **A Sra. Fernanda Papa (Titular SPM/PR)** - Seria ótimo. Nós combinamos que o Thaddeus  
1445 também ia aprofundar os pontos que ele trouxe como relevantes, para nós depois  
1446 continuarmos o debate. E a necessidade de rever, que também foi uma dessas considerações  
1447 trazidas pela Da Vida, da centralidade da divulgação dos disque-denúncias, os 100 e o 180,  
1448 como se fossem uma medida eficaz de luta contra o tráfico de pessoas. Porque não  
1449 necessariamente todas as vezes que os disques são acionados vai haver uma resolução rápida  
1450 do problema. Que pode haver outras formas de nós dizermos como alguém pode se engajar  
1451 no enfrentamento ao tráfico para além dos dois disque-denúncias.

1452

1453 **O Sr. Thaddeus Gregory Blanchette (Davida)** - Na vasta maioria das vezes uma denúncia  
1454 do disque-denúncia não resolve nada. E aí eu entendi o disque-denúncia, porque é  
1455 importante que a pessoa tome uma atitude e faz alguma coisa. Mas, aí quando se faz isso, e  
1456 você enche os disque-denúncias de falsos positivos, você acaba criando um problema ainda  
1457 maior. Eu não estou dizendo que nós não precisamos do disque-denúncia, mas nós temos  
1458 que rever a ideia que está em cada cartaz. Os disque-denúncias são um problema. Não  
1459 adianta você incentivar as pessoas a denunciar se não tem um sistema de fluxo de  
1460 atendimento que funciona e que pode lidar com essas questões.

1461

1462 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** -  
1463 Fernanda, nós estamos com o tempo esgotado. É ver o encaminhamento. Acredito que todas  
1464 essas, o que é precisa melhorar fica muito claro, eu acho que são encaminhamentos, são  
1465 ideias para nós assimilarmos e pensarmos nas próximas campanhas com base nessa  
1466 discussão toda que foi feita aqui. Além disso, o Thaddeus se propõe a fazer um texto sobre  
1467 isso. Eu acho que esse é um encaminhamento também que fica aprovado aqui. Quanto ao  
1468 primeiro assunto, tem alguns encaminhamentos que não ficaram bem claros.

1469

1470 **A Sra. Danielle de Souza Galdino (Secretária Executiva/CETP)** - Vão ser simultâneos ou  
1471 vamos eleger um ou outro daqueles? Porque ali tem várias propostas que podem acontecer  
1472 paralelamente, ou o comitê vai eleger um ou outro como mais eficaz e vai apostar nelas.  
1473 Para a Secretaria Executiva, para a Coordenação, sair um encaminhamento claro é muito  
1474 importante, porque depois nós vamos ser cobrados de um encaminhamento que não existiu.  
1475 Então, isso é importante.

1476

1477 **A Sra. Fernanda Papa (Titular SPM/PR)** - O primeiro, se quiser colocar ali em cima só  
1478 para olhar, é mandar um ofício para o Conselho Nacional de Educação. O segundo, enviar o  
1479 ofício, mapear as regiões estratégicas em que há a necessidade de promover a informação.  
1480 Feito isso, o passo seguinte seria fazer novamente uma reunião com o MEC para fazer o  
1481 cruzamento em relação as instituições de ensino, que seria um desdobramento.  
1482 Paralelamente a isso, a articulação política com a Ordem e Conselhos de Serviço Social e  
1483 Psicologia, que foram colocados. É fazer uma articulação política com os conselhos e OAB.  
1484 E o último encaminhamento é mais a longo prazo, mas é a partir de ter feito a incidência  
1485 com o Conselho Nacional de Educação, ou seja, ter articulado cientificamente com esses  
1486 atores que são centrais para definir determinadas pautas em relação a seus currículos. Aí se  
1487 debruçar sobre essa proposta de formação para o ensino superior e para outros níveis de  
1488 ensino em relação ao tráfico. É o Conselho Federal de Psicologia, o Conselho de Serviço  
1489 Social e a OAB, e foi dado aqui mais um, Associação de Juízes, Amagis.

1490

1491 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - Estão  
1492 todos de acordo com os encaminhamentos? Não há prejuízos trabalhistas. (?)

1493

1494 **A Sra. Estela Escândola (Rede Feminista de Saúde)** – Eu acho que todos vocês  
1495 acompanharam. Nós passamos por uma situação meio saia-justa no meu estado, porque nós  
1496 fomos chamados pela Subsecretaria da Mulher para fazer uma programação da mobilização  
1497 do mês de setembro. E, por sorte, eu também tinha sido convidada para a reunião, e eu disse  
1498 que o Brasil não referenda o 23 de setembro. Eu quero dizer que foi uma articulação muito  
1499 legal da Secretaria Executiva com a SPM da época, a eterna SPM, e nós conseguimos  
1500 reverter. O que eu quero dizer com isso? Eu quero que o Conatrap, saia daqui uma  
1501 deliberação para que todos os Ministérios possam olhar nos seus sites se tem alguma  
1502 menção ao 23 de setembro. Porque isso é real. Nós somos aqui vizinhos da Argentina. A  
1503 Argentina tem um movimento extremamente dividido, aonde parte da Argentina condena a

1504 prostituição e, portanto, faz do 23 de setembro a sua bandeira de enfrentamento ao tráfico, e  
1505 a outra parte da Argentina faz o 30 de julho. O que eu quero dizer com isso? Primeiro, que  
1506 nós tenhamos um referendo que o 30 de julho é a data que nós vamos trabalhar na  
1507 mobilização, e que todas as organizações governamentais e não governamentais pudessem  
1508 rever nas suas páginas, nas suas comunicações, a possibilidade de estar escondido em algum  
1509 lugar lá o 23 de setembro, que foi isso que aconteceu.

1510

1511 **A Sra. Heloísa Greco (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas/SNJ)** –  
1512 Nós até recebemos um convite da Câmara Legislativa aqui para isso, e não veio.

1513

1514 **A Sra. Estela Escândola (Rede Feminista de Saúde)** – Eu acho superimportante.

1515

1516 **A Sra. Heloísa Greco (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas/SNJ)** –  
1517 Mas, você está propondo que seja uma recomendação?

1518

1519 **A Sra. Estela Escândola (Rede Feminista de Saúde)** – Do Conatrap, para todas as  
1520 organizações e os ministérios.

1521

1522 **A Sra. Heloísa Greco (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas/SNJ)** –  
1523 De que o Conatrap só se envolva em mobilizações, então, dia 30 de julho.

1524

1525 **A Sra. Estela Escândola (Rede Feminista de Saúde)** – Trinta de julho.

1526

1527 **A Sra. Interlocutora não identificada** – Dia internacional do tráfico de pessoas?

1528

1529 **A Sra. Estela Escândola (Rede Feminista de Saúde)** – É.

1530

1531 **A Sra. Dalila Eugenia Maranhão Dias Figueiredo (Asbrad)** – Tem que falar com a mídia  
1532 também, porque a mídia repercute muito o dia 23.

1533

1534 **A Sra. Estela Escândola (Rede Feminista de Saúde)** – É, porque fica falando dos milhões  
1535 (?).

1536

1537 **A Sra. Heloísa Greco (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas/SNJ)** –  
1538 Você tem a ressalva da questão da exploração sexual de criança e adolescente.  
1539

1540 **A Sra. Estela Escândola (Rede Feminista de Saúde)** – Não, essa é outra coisa. Não é o 23  
1541 de setembro.  
1542

1543 **A Sra. Heloísa Greco (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas/SNJ)** –  
1544 (?) de 23 trata de criança, adolescente, exploração sexual de criança e adolescente. Então,  
1545 nós podemos recomendar o 30 de julho como Dia Internacional de Enfrentamento ao Tráfico  
1546 de Pessoas, que todo o grupo interministerial é a data que tanto o Ministério da Justiça,  
1547 quanto a SPM, quanto a SDH pautam.  
1548

1549 **A Sra. Estela Escândola (Rede Feminista de Saúde)** – É isso. Mas, recomendar para os  
1550 outros ministérios, porque tem uns desavisados.  
1551

1552 **A Sra. Heloísa Greco (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas/SNJ)** –  
1553 Sim, nós recomendamos. Inclusive, a SHD trabalha com exploração sexual da criança e  
1554 adolescente dia 23 também.  
1555

1556 **O Sr. Marcel Theodoor Hazeu (SODIREITOS)** - – Não. Mulheres e adolescente. (?) O  
1557 Dia Internacional contra a Exploração Sexual e o Tráfico de Mulheres e Crianças.  
1558

1559 **A Sra. Heloísa Greco (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas/SNJ)** –  
1560 Pois é. Nós não reconhecemos mais esse dia. Isso que eu estou falando. O Ministério da  
1561 Justiça falou 30 de julho. Só que se tem ainda todo um sistema que trabalha com o tema da  
1562 infância e adolescência, e for ficar utilizando esse dia 23 para a exploração de criança e  
1563 adolescente, tráfico de criança e adolescente, é outra coisa. Para nós não tem nada, e para os  
1564 nossos parceiros da política não é essa data.  
1565

1566 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - Certo?  
1567 Todos de acordo? Tem mais um.  
1568

1569 **A Sra. Maria Guilhermina da Cunha Salasario (CNCD)** - Especificamente, sobre o caso  
1570 Jocun. Eu gostaria que fosse investigado realmente, porque para mim ficou um pouco no ar.

1571 Eu queria que houvesse um encaminhamento realmente com relação a isso. Porque só fala  
1572 sobre, mas não tem o encaminhamento para o que fazer com aquilo ali. Então, eu gostaria  
1573 que fosse investigado.

1574

1575 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - Ok. Mas,  
1576 quais são os elementos? Como nós começamos? Nós pegamos o que está escrito aqui e  
1577 encaminhar para a Polícia Federal, nós podemos fazer, mas vai para a gaveta

1578

1579 **O Sr. Thaddeus Gregory Blanchette (Davida)** - Eu posso sugerir uma coisa. Eu já tomei  
1580 os primeiros passos, independentemente disso. Eu estou falando com os assessores de Jean  
1581 Willys sobre essa questão. Como representante da Davida, porque esses caras estão lá  
1582 dizendo que eles foram para a Vila Mimosa durante a Fifa. No Jocun, acesso (?). E eu já  
1583 estou falando com o assessor do Jean Willys, de talvez sentar e pedir esclarecimentos do  
1584 Congresso. Por que esses caras que estão sendo colocados como expert dentro dessa área?  
1585 Por que foram chamados para fazer alguma coisa no Congresso? E talvez, vindo do  
1586 deputado Jean Willys um pedido para nós ou alguma coisa assim, para investigar esses  
1587 grupos ou pelo menos para pedir para eles esclarecerem quais são as suas posições a respeito  
1588 dessa coisa. Seria um pouco melhor. Então, eu espero até a próxima reunião eu ter alguma  
1589 coisa vindo do povo do Jean Willys.

1590

1591 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - – Então,  
1592 o nosso encaminhamento com relação a isso, nós vamos aguardar mais elementos. Com esse  
1593 início, nós não temos.

1594

1595 **A Sra. Fernanda Papa (Titular SPM/PR)** - Mas, além de aguardar mais elementos, o que  
1596 o grupo expressou foi a preocupação com registro visual dela nos materiais da semana. Até  
1597 que se tenha uma posição sobre a idoneidade ou não da organização, para não misturar com  
1598 todos os demais parceiros que têm feito um trabalho sério.

1599

1600 **A Sra. Maria Guilhermina da Cunha Salasario (CNCD)** - Eu acho que o nosso Plano ele  
1601 tem alguma coisa específica. Eu acho que se formos lá, eu não vou lembrar agora qual, mas  
1602 o em cima do Plano municipal que nós temos em direitos humanos, nós reportamos também  
1603 ao Plano Nacional contra o tráfico de pessoas, e tem algum momento lá que fala da hora do  
1604 governo ter parceria com movimento social ou com institutos, tem determinadas regras para

1605 aceitar essa parceria. Então, o que eu coloco aqui é que nós revejamos esse ponto. Eu posso  
1606 ver isso, e em cima disso colocar isso mais visivelmente.

1607

1608 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - – Mas,  
1609 nesse caso específico, não houve uma parceria com essa ONG. Eu digo assim, isso não pode  
1610 passar, não houve. O que está escrito no relatório...

1611

1612 **A Sra. Dalila Eugenia Maranhão Dias Figueiredo (Asbrad)** - Está escrita ali uma  
1613 preocupação. A Comissão expressa preocupação.

1614

1615 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - – Ótimo.  
1616 Isso nós vamos fazer. Essa questão nós vamos fazer agora com relação a apuração. Quanto a  
1617 investigação nós não vamos fazer, mas o que nós vamos fazer é retirar do relatório a foto.  
1618 Aprovados? Todos de acordo? Passamos, então, a mais uma Comissão, que é Articulação e  
1619 Fortalecimento da Rede. A Dalila, 50 minutos. E se puder ser menos.

1620

1621 **A Sra. Dalila Eugenia Maranhão Dias Figueiredo (Asbrad)** - Em primeiro lugar, eu  
1622 quero dizer que o Rodrigo saiu, mas ele estava presente na nossa Comissão, e ele  
1623 sistematizou as contribuições. E ele não está, e eu quero agradecer e transmitir esse  
1624 agradecimento. Nós estávamos em um grupo não muito grande. A Heloísa da Secretaria  
1625 Nacional, a Graça, do Instituto Aliança, a Aldenora do Conselho Nacional de Assistência  
1626 Social, Rodrigo e Stefani, do MDS, eu, pela Asbrad, a Estela, pela Rede Feminista. Eu acho  
1627 que só nós. Primeiro, nós fizemos uma reflexão sobre esse momento político, ético e  
1628 econômico que o Brasil enfrenta hoje. Fizemos uma reflexão sobre a situação do Ministério  
1629 hoje, que integra três Secretarias. Fizemos uma reflexão também sobre a questão tripartite  
1630 ou bipartite, como essa coisa via ficar. E nós queremos discutir isso, queremos contribuir,  
1631 queremos saber dessa gestão. Fizemos também uma reflexão sobre a necessidade de um  
1632 calendário que seja respeitado, sobre o tempo que o distanciamento da Rede, foram quase  
1633 cinco meses praticamente, para que nos reencontrássemos. Na verdade, o fortalecimento de  
1634 uma Rede que ainda não está muito fortalecida, nem reconhecida nacionalmente, e deveria  
1635 estar. E a Estela colocou muito bem, fortalecimento interno e depois também como se dar  
1636 isso lá fora. Tratar a questão da governança. Tudo isso nós iniciamos, foi mais de uma hora  
1637 de contribuições importantes, que acabamos por resumir em considerações preliminares. E  
1638 eu gostaria de pedir para as colegas presentes, todos os que estiveram nessa Comissão, que

1639 também contribuam se houver alguma omissão ou falha. Então, a Comissão, antes de iniciar  
1640 os debates sobre a pauta prevista, fez uma reflexão sobre a necessidade de se aperfeiçoar a  
1641 governança do Conatrap, com o intuito de dar mais celeridade e eficácia às pautas propostas,  
1642 a partir dessas instâncias de discussão, comissões, comunicações e notas. Nesse sentido,  
1643 avaliou-se que a Secretaria Executiva, por exemplo, não pode se ater somente aos  
1644 encaminhamentos administrativos, e devem promover uma reflexão política das demandas  
1645 encaminhadas. Portanto, essa Comissão avaliou a importância de incluir essa reflexão no  
1646 debate sobre o regimento interno na perspectiva, que assegure respostas políticas às  
1647 demandas que estão sendo colocadas, e talvez repensando as estruturas e os fluxos desses  
1648 órgãos. Não sei se alguém já quer comentar essas considerações preliminares. Porque tem a  
1649 ver também, nós sentimos a falta de uma Mesa Diretora na composição dos comitês. Eu  
1650 tenho como exemplo o Comitê Nacional de Combate e Prevenção a Tortura. O papel da  
1651 Mesa Diretora e todos os encaminhamentos que nós podemos fazer, isso realmente para nós  
1652 é uma lacuna e é algo que nós gostaríamos de discutir com o Pleno. Essa é uma proposta que  
1653 pode sair desse coletivo. Com relação a discussão da pauta, os itens 1 e 2 foram discutidos  
1654 do ponto de vista dos encaminhamentos necessários e estarão descritos mais à frente. Quanto  
1655 aos itens, falando do item 1 e 2, o item 1 é proposta de revisão da Portaria inserida na pauta  
1656 da próxima reunião do Conatrap, e o item 2, formulário criado pela secretária executiva do  
1657 Conatrap, a ser preenchido pelas instituições que integram o Conatrap, formulário que está  
1658 disponibilizado no link. Depois nós vamos também falar sobre o encaminhamento. Quanto  
1659 aos itens 3 e 4 da pauta, discutir-se a necessidade de fortalecer os Comitês Estaduais de  
1660 Enfrentamento ao Tráfico e a articulação do Conatrap com esses comitês, a partir de uma  
1661 estratégia de diálogo permanente que contemple um conjunto de ações, tais como: Formação  
1662 de comitês, orientações sobre estruturação de regimentos internos, mobilização dos atores  
1663 relacionados ao tema, disseminação de boas práticas para a instituição de comitês. Também  
1664 se avaliou a necessidade de se fortalecer a relação com o Cenig, com o Conari e com o  
1665 Conatrae, para avançar no debate na construção de uma agenda que contemple a atenção aos  
1666 migrantes vítimas de tráfico de pessoas contrabandeados e resgatados do trabalho escravo  
1667 por meio dos núcleos e postos, e Comitês Estaduais de Enfrentamento ao Tráfico, a partir  
1668 das seguintes ações: Organização de encontros de alinhamento conceitual e troca de  
1669 experiências. Nós ficamos pensando na necessidade de um encontro nacional de comitês,  
1670 pensamos em encontros regionais de comitês, pensamos na incidência que devemos ter em  
1671 relação aos estados que ainda não tem esses organismos. Nós não conseguimos ainda fazer  
1672 isso, realmente nós precisamos encontrar uma estratégia para desenvolver isso, e fizemos

1673 alguns encaminhamentos. Em relação ao item 1, necessidade de aprovação jurídica,  
1674 publicação e disseminação da revisão da Portaria nº 31/2009. Então, nós precisamos de  
1675 aprovação jurídica, publicação e disseminação. Porque as coisas nem sempre chegam lá na  
1676 ponta. Se chega na ponta, você tem a informação, as pessoas desconhecem a Portaria, nunca  
1677 ouviram falar. E agora, nós vamos trabalhar muito na disseminação de conhecimento, então,  
1678 precisamos fazer isso. A Secretaria Executiva reenviará. Por que qual é o papel de cada um?  
1679 Se a Danielle enviou para todos um questionário para que ele fosse respondido a fim de que  
1680 nós nos conhecêssemos melhor, para que houvesse um fortalecimento, uma interlocução  
1681 melhor, e só quatro organizações responderam, então, nós precisamos também pensar um  
1682 pouco na responsabilidade de cada um. Nesse sentido, o nosso encaminhamento é que a  
1683 secretária reenvie esse formulário sobre competências, ações e interfaces das instituições que  
1684 compõe o Conatrap sobre o tema tráfico de pessoas. E aqui nós precisamos de uma data  
1685 também para um retorno, porque se ficar aberto, dentro de 10 dias ou dentro de 15 dias  
1686 gostaríamos de receber esse retorno. Tem que haver um compromisso de cada organização  
1687 que integra esse coletivo de responder esse questionário, porque senão nós vamos ficar  
1688 sempre cobrando a mesma coisa. Com relação aos itens 3 e 4, estabelecer uma articulação  
1689 com o Conari, Cenig e Conatrae, por meio de uma oficina de trabalho, visando a realização  
1690 de ações conjuntas. E no item 5, retomarmos os encaminhamentos que aqui nós, que a  
1691 Danielle já falou que enviou alguns ofícios e ainda não teve retorno, das instituições que  
1692 foram instadas. Nós recebemos até dois ofícios que ela encaminhou, acho que para o  
1693 Ministério da Defesa e para a Senasp, se não me engano. Estou com os ofícios aqui. Então,  
1694 retomar os encaminhamentos deliberados na última reunião da Comissão, que ocorreu em  
1695 maio de 2015, com a participação do MJ, Senasp, Ministério da Defesa. E eu acho que a  
1696 Estela sugeriu também nações internacionais, foi isso? Integração nacional. O que aconteceu  
1697 na nossa Comissão? O nosso debate de conjuntura nacional foi tão denso e extenso, que nós  
1698 mal tivemos tempo para fazer a sistematização. Porque realmente essa conjuntura nacional é  
1699 algo que tem afetado todas as pessoas que estão aqui presentes e que é algo que precisa ser  
1700 debatido por nós, e não por acaso nós estamos querendo incluir na pauta mais um item sobre  
1701 a questão da gestão. Então, eu gostaria de ouvir dos parceiros e parceiras que participaram lá  
1702 desse encontro, se tem mais alguma coisa a dizer? É isso?

1703

1704 **A Sra. Aldenora Gonzales (Conselho Nacional de Assistência Social)** - Eu, na verdade,  
1705 estou supercontemplada com a Dalila. A exposição que ela fez retrata bem o que nós  
1706 discutimos. Porém, tem algumas coisas nas entrelinhas que eu acho que é importante nós

1707 colocarmos para o coletivo. Que é com relação a toda essa ansiedade. Eu falo por mim e por  
1708 muitos do nosso grupo, que foi o que nós ouvimos lá na nossa Comissão. Essa ansiedade da  
1709 descontinuidade, por exemplo, dos órgãos governamentais que compõem o Conatrap, esse  
1710 distanciamento das nossas reuniões. Eu sei que foi uma coisa que foi aprovada lá atrás, três  
1711 reuniões anuais, mas nós sabemos também que isso de outra forma prejudica essa  
1712 integração. Eu, particularmente, estava extremamente ansiosa, porque nós estamos em outras  
1713 políticas, (?) outras políticas, está no CNS, está no Conselho, e na qualidade de movimentos  
1714 (?) nós acabamos nos distribuindo em diversas políticas. E se nós não temos uma  
1715 continuidade, se não faz uma discussão mais firme, com continuidade, nós acabamos que  
1716 nos perdendo mesmo. Outra inquietação, e é inquietação mesmo, é com relação a esse nosso  
1717 regimento. Eu estive em maio na reunião, não pude participar da outra, mas o que nós  
1718 vemos? Um regimento que para ter uma reunião só, “Vamos pegar o regimento. Isso aqui é  
1719 importante? Essa aqui é a nossa legislação?” É como se fosse o estatuto da entidade. Pega o  
1720 regimento, nós vamos aprovar isso aqui, porque a partir daqui é que nós vamos fazer os  
1721 nossos trabalhos. E aí isso não acontece, nós vamos de pedaço em pedaço, artigo em artigo.  
1722 Eu, honestamente quero que amanhã se consiga aprovar, apesar de que eu já vim preocupada  
1723 por conta da minha passagem, porque eu vou ter que sair amanhã meio-dia correndo para o  
1724 aeroporto. Então, provavelmente eu não vou poder participar desse debate do regimento até  
1725 o final, e eu gostaria bastante. A outra inquietação é com relação a questão da Mesa  
1726 Diretora. É muito ruim, muito ruim mesmo, e essa é a minha opinião particular. Nós temos  
1727 só o presidente. Eu acho que não pode ser assim. Nós vivemos em um país democrático,  
1728 então, tem que ter um presidente, um vice, um secretário, ter uma Mesa que dialogue, e que  
1729 não seja só do governo, que seja governo e sociedade civil na Mesa, para nós podermos  
1730 também nos sentirmos representados. Eu gostaria que fosse nesse formato. Eu proponho  
1731 inclusive que nós façamos esse debate dentro do regimento interno.

1732

1733 **A Sra. Maria das Graças Sá Gadelha (Instituto Aliança com o Adolescente) -** Apenas  
1734 para dizer que me sinto absolutamente contemplada, também...

1735

**16/10/2015**

1736

**MANHÃ**

1737

1738 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça) -** Bom-dia  
1739 a todos. Hoje vamos para o nosso segundo dia de reuniões. Temos uma pauta rica,  
1740 importante e histórica. Hoje fecharemos o Regimento Interno, se todos concordam. Como eu

1741 fui informado, essa discussão já está bem adiantada. Nós estamos com 5 destaques para  
1742 analisar hoje. Eu imagino que o que nós faremos será efetivamente isso. A minha ideia é  
1743 justamente essa. Nós começamos pelos 5 destaques por uma razão óbvia, nós respeitamos as  
1744 decisões que já foram tomadas. Mas também respeitando as manifestações de ontem das  
1745 comissões e do plenário, depois da aprovação desses 5 destaques, nós vamos tentar discutir  
1746 algumas questões que não estão destacadas. Isso não significa voltar ao que já está aprovado.  
1747 Isso é muito importante ficar claro. Por quê? Porque nós estamos participando de um órgão  
1748 colegiado e temos que respeitar as decisões desse próprio órgão. Ou seja, todas as decisões  
1749 que foram tomadas até agora foram tomadas no espírito democrático, numa grande  
1750 discussão que até poderiam ter sido abreviada, não pelo que eu sei das reuniões, mas pelo  
1751 longo período sem regimento. Tenho certeza que isso angustia não só a nós que  
1752 participamos da direção, não só da Mesa, mas também da coordenação de enfrentamento ao  
1753 tráfico, mas a todos vocês que participa de um colegiado sem regimento ainda. Não pretendo  
1754 voltar às questões anteriores ao Artigo 28, é a partir dele que temos os destaques, mas depois  
1755 de vê-los, eu tenho certeza, e até durante essa apreciação deles, contemplar algumas  
1756 questões que foram colocadas ontem na nossa reunião. Vamos adiante assim dessa forma?  
1757 Algum esclarecimento?

1758

1759 **O Sr. Frans Nederstigt (Projeto TRAMA)** – Sobre o grupo de trabalho que tínhamos  
1760 pensado ontem no início da noite para preparar o documento com relação ao marco legal.  
1761 Essa comissão teria que se reunir para terminar o trabalho.

1762

1763 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - Eu não  
1764 sei como a comissão vai se dividir, acho que é impossível, não vejo possibilidade de atrasar  
1765 essa reunião por conta disso.

1766

1767 **O Sr. Frans Nederstigt (Projeto TRAMA)** – Não. A ideia é só algumas pessoas se  
1768 retirarem para fazer essa minuta de um documento.

1769

1770 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - Quais  
1771 seriam as pessoas?

1772

1773 **A Sra. Maria Guilhermina da Cunha Salasario (CNCD)** - Eu, não sei o Rafael tem  
1774 disponibilidade? Só a sociedade civil então? Ok. Então, vamos fazer uma minuta com a  
1775 Guilhermina.

1776

1777 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - Estamos  
1778 avaliando que não é melhor, mas também não vejo outra possibilidade.

1779

1780 **O Sr. Frans Nederstigt (Projeto TRAMA)** – Não é a melhor, mas então eu fico  
1781 trabalhando aqui mesmo, sem prejuízo.

1782

1783 **O Sr. Thaddeus Gregory Blanchette (Davida)** - Alguns de vocês devem saber que o ano  
1784 retrasado, a Câmara de Deputados da França votou em criminalizar os compradores de sexo  
1785 e o movimento das prostitutas da França estava absolutamente contra essa medida. Eu devo  
1786 explicar por quê. Porque, de fato, se criminaliza os clientes, as mulheres e os homens não  
1787 param de vender sexo, mas são forçados a ir a lugares e situações mais perigosos, tem menos  
1788 tempo para avaliar se esse cliente é risco. Esse modelo de criminalizar cliente chama-se o  
1789 “Modelo Sueco”. Porque a Suécia foi o primeiro país a fazer isso e ele nem tem dado frutos  
1790 positivos na Suécia. E se alguém quer falar mais sobre isso comigo eu estou aqui. Ontem o  
1791 Senado francês votou em não criminalizar o cliente. Eu acabei de receber essas informações  
1792 hoje de manhã do movimento francês. Eu só queria passar isso para vocês.

1793

1794 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** -Ótimo.  
1795 Obrigado. Podemos começar a partir do Art. 28? O Caput do Art. 28: “A pauta da reunião  
1796 será elaborada pela Secretaria Executiva e comunicada por e-mail a todos os membros  
1797 titulares e suplentes, com antecedência mínima de 5 dias para as reuniões ordinárias e de 2  
1798 dias para as reuniões extraordinárias”. O destaque é no caput ou nos parágrafos? Quem  
1799 apresentou o destaque está presente? Eu vou continuar lendo os parágrafos para ver se  
1800 refresca a memória com a leitura dos parágrafos. “§ 1º Assuntos não apreciados nas reuniões  
1801 ordinárias ou extraordinárias, a critério do plenário, deverão ser incluídos na Ordem do Dia  
1802 da reunião subsequente”. “§ 2º A matéria que entrar na pauta da reunião deverá ser  
1803 apreciada e votada quando for o caso, no máximo em duas sessões subsequentes”. “§ 3º Por  
1804 solicitação do (a) presidente, do (a) coordenador de comissão permanente ou grupo de  
1805 trabalho ou de qualquer membro e mediante aprovação do plenário poderá incluída na pauta

1806 do dia matéria relevante que necessite de decisão urgente do Conatrap”. Esses são os  
1807 parágrafos do Art. 28.

1808

1809 **A Sra. Estela Scandola (Rede Feminista de Saúde)** – Estou pegando as anotações de 2014  
1810 porque nós da sociedade civil nos reunimos e fizemos os destaques. No art. 128 a proposta  
1811 é: “A pauta da reunião será elaborada pela Secretaria Executiva após decisão da Mesa  
1812 Diretora em conjunto com as coordenações das comissões permanentes”. Essa é a proposta.

1813

1814 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - Nós já  
1815 passamos a parte da Mesa Diretora não existe. Mas podemos colocar como alternativa a  
1816 “Secretaria Executiva ouvidas as coordenações”.

1817

1818 **A Sra. Estela Scandola (Rede Feminista de Saúde)** – Não, porque, na verdade, essa  
1819 função da Mesa Diretora era anterior, não sei se voltaremos hoje, mas enfim.

1820

1821 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - Não, não  
1822 voltaremos hoje algo que já foi aprovado por este plenário.

1823

1824 **A Sra. Estela Scandola (Rede Feminista de Saúde)** – Na verdade “A pauta da reunião será  
1825 elaborada pela Secretaria Executiva, após decisão da presidência em conjunto com as  
1826 coordenações das comissões permanentes”.

1827

1828 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - É uma  
1829 questão mais de redação, em vez de “após decisão da presidência, colocar “em conjunto com  
1830 as coordenações das comissões”. Deveríamos suprimir esse “após decisão da presidência”.  
1831 Acho até que fica mais democrático e participativo. É a minha sugestão.

1832

1833 **A Sra. Estela Scandola (Rede Feminista de Saúde)** – É porque, na verdade, entendemos  
1834 que a Secretaria Executiva tem o papel administrativo na pauta, porque a decisão da pauta é  
1835 em conjunto naquela que nós havíamos proposto da mesa diretora com os presidentes das  
1836 comissões permanentes. Eu queria só perguntar uma coisa. Eu li a ata detalhada. Por que nós  
1837 chamamos essas comissões permanentes nossas de subcomissão? De onde foi tirado o  
1838 motivo dessa mudança? Desculpe, não estou entendendo o porquê vamos chamar de  
1839 subcomissão se não temos nem comissão, como temos subcomissão?

1840

1841 **A Sra. Danielle de Souza Galdino (Secretária Executiva/CETP)** - Estela, nesse caso  
1842 teríamos que retornar às discussões passadas o que foi deliberado. Nesse mesmo quadro que  
1843 todos os conselheiros receberam tem um resumo da discussão de cada artigo que foi  
1844 deliberado. A questão é: nós vamos retomar a discussão de deliberações anteriores, se for,  
1845 voltamos ao quadro para reler toda a discussão.

1846

1847 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - Até para  
1848 evitar o cansaço democrático, nós não vamos voltar. Eu, particularmente, não vejo razão  
1849 nenhuma para chamar subcomissão. Agora se já foi decidido, eu vou respeitar a decisão  
1850 democraticamente.

1851

1852 **A Sra. Estela Scandola (Rede Feminista de Saúde)** – Por favor, alguém pode me dizer  
1853 quem é que fez o argumento “subcomissão”? Essa discussão não está colocada.

1854

1855 **A Sra. Danielle de Souza Galdino (Secretária Executiva/CETP)** - Subcomissões e grupos  
1856 de Trabalho.

1857

1858 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - Uma  
1859 questão de ordem: vamos continuar a discussão do art. 28. Nós anotamos aqui e posterior à  
1860 discussão e aprovação dos destaques esse é um dos pontos que vamos voltar, pelo menos  
1861 para esclarecer.

1862

1863 **A Sra. Heloísa Greco (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas/SNJ)** –  
1864 Bem, não me recordo, mas aqui no próprio comentário do regimento interno “A alteração de  
1865 comissões permanentes para subcomissões foi aprovado na 4ª Comissão Ordinária”.

1866

1867 **A Sra. Estela Scandola (Rede Feminista de Saúde)** – Mas não aparece nem quem teve  
1868 essa ilustre ideia.

1869

1870 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - Bom, se  
1871 foi aprovado por aclamação, quem teve a ilustre ideia foi o plenário. Foi aclamação do  
1872 plenário.

1873

1874 **O Sr. Marcel Theodoor Hazeu (SODIREITOS)** - Independentemente do tempo que  
1875 vamos aplicar comissão ou subcomissão, porque eu faço parte da comissão, eu participei da  
1876 reunião ontem da comissão. Mas tudo bem se é subcomissão a comissão a redação que a  
1877 Estela está sugerindo eu acho pertinente. Quem decide sobre a pauta não é a secretaria é a  
1878 presidência junto com as coordenações das comissões ou subcomissões. Eu concordo com a  
1879 Estela.

1880

1881 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - Bom, “A  
1882 pauta da reunião será elaborada pela Secretaria Executiva, após a decisão”, então a decisão é  
1883 da presidência é antes da elaboração.

1884

1885 **A Sra. Estela Scandola (Rede Feminista de Saúde)** – A presidência com as comissões  
1886 decidem a pauta. Não é isso que está dizendo aqui.

1887

1888 **A Sra. Aldenora Gonzales (Conselho Nacional de Assistência Social)** - Eu penso que até  
1889 para a garantia do processo democrático, precisamos que essa proposta, eu também  
1890 concordo com você quando diz que “após decisão da presidência” porque a decisão não tem  
1891 que ser da presidência e depois reunir com as coordenações de comissão. Ela tem que ser  
1892 uma decisão coletiva da presidência e com os coordenadores de comissão ou com a  
1893 Secretaria Executiva, com os coordenadores de comissões. Agora, honestamente, eu acho  
1894 enorme perda tratarmos as comissões de tanta importância de subcomissão, subcomissão se  
1895 tira de uma comissão debate. Eu penso que é debate que precisamos fazer. Se este pleno  
1896 aprovou, este pleno também pode revogar e precisamos estar maduros o suficiente para fazer  
1897 isso.

1898

1899 **A Sra. Dalila Eugenia Maranhão Dias Figueiredo (ASBRAD)** – Eu quero uma  
1900 informação. Visitando o resumo executivo, a proposta foi da Secretaria de Direitos  
1901 Humanos. “O entendimento sobre comissão permanente, mandato mais contínuo e não tem  
1902 prazo para término de realização de trabalhos, ao contrário do GT proposta para alterar  
1903 subcomissões”. Foi a proposta da SDH. “Observação: a alteração do inciso quarto de  
1904 comissões permanentes para subcomissões, alterar em todo o texto”. Está no resumo  
1905 executivo, só que não tem o nº da página.

1906

1907 **A Sra. Maria das Graças Sá Gadelha (Instituto Aliança com o Adolescente)** - Eu acho  
1908 que foi um equívoco. Eu me lembro perfeitamente dessa fala do George. A proposta do  
1909 George era manter comissão permanente e subcomissões e retirar grupos de trabalho.  
1910 Quando foi transportar para cá é que ficou esse equívoco.

1911

1912 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - Perfeito.  
1913 Agora sim, obrigado, A Dalila, excelente. Bom, voltamos à redação do art. 28. Aldenora,  
1914 você chegou a sugerir a redação? Mas seria: “A pauta da reunião será elaborada pela  
1915 Secretaria Executiva, em conjunto com as coordenações comissões permanentes”. E decisão  
1916 da presidência faz sentido estar aí ou não? Eu acho que a presidência vai presidir a reunião.  
1917 Ok. Todos concordam?

1918

1919 **A Sra. Estela Escândola (Rede Feminista de Saúde)** – Põe a palavra coletiva ali. “Decisão  
1920 coletiva em conjunto...”

1921

1922 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - “A pauta  
1923 da reunião será elaborada pela Secretaria Executiva, em decisão coletiva com as  
1924 coordenações das comissões permanentes, e comunicada por e-mail a todos os membros  
1925 titulares e suplentes, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias para as reuniões ordinárias  
1926 e de 2 (dois) dias para as reuniões extraordinárias”. Vamos colocar em votação, esse caput?  
1927 Algum comentário? Querem que eu repita? Todos de acordo a nova redação? Aprovado por  
1928 aclamação.

1929

1930 Bom, agora vamos aos destaques. Tem destaques nos parágrafos? Vamos ver também se  
1931 eles estão compatíveis com o que acabamos de votar? Bom, tem um pedido de  
1932 esclarecimento da Aldenora com relação ao § 2º.

1933

1934 **A Sra. Aldenora Gonzales (Conselho Nacional de Assistência Social)** - A minha dúvida  
1935 aqui é com relação ao final dele que diz “No máximo em 2 sessões subsequentes”. Eu queria  
1936 compreender isso melhor para eu poder opinar.

1937

1938 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - A ideia é  
1939 estabelecer um prazo máximo de apreciação que seria o caso a de apresentação e mais

1940 sessões subsequentes, quer dizer, o prazo máximo de apreciação de uma matéria seria de  
1941 sessões, quando for o caso.

1942

1943 **A Sra. Aldenora Gonzales (Conselho Nacional de Assistência Social)** - 3 sessões é um  
1944 ano? Porque são 3 reuniões por ano, então, quer dizer, depois de uma ano é que aprecia para  
1945 votar?

1946

1947 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - Não,  
1948 quando for o caso. O começo diz o seguinte: a matéria que entrar em pauta de reunião  
1949 deverá ser apreciada e votada nesta reunião em que foi colocada, quando não der para  
1950 aprovar ainda tem mais duas sessões. Se tiver uma sugestão de melhoria dessa redação?

1951

1952 **A Sra. Estela Escândola (Rede Feminista de Saúde)** – No § 1º talvez ajude para essa  
1953 discussão que a Aldenora traz que seria acrescentar na Ordem do Dia da reunião  
1954 subsequente, vírgula, ou conforme o caso, em outra forma de deliberação, conforme decisão  
1955 do plenário. Por quê? Por exemplo, nós vamos fazer agora o texto para as conferências. Não  
1956 vai dar para aprovar hoje. Nós vamos apresentar na próxima reunião? Não. Podemos decidir  
1957 por e-mail. Temos que ter outra forma mais ágil de decisão para além de uma reunião até  
1958 outra.

1959

1960 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** -  
1961 Concordo no mérito. Mas sou obrigado a fazer uma observação. Serão todas as decisões  
1962 submetidas ao plenário que poderão ser decididas dessa forma? Não. Então não podemos  
1963 colocar dessa forma porque vai dar a entender.

1964

1965 **A Sra. Estela Escândola (Rede Feminista de Saúde)** – Não, mas termina com “Conforme  
1966 decisão do plenário”. Se nós decidirmos que nós vamos terminar por internet, vamos  
1967 terminar por internet.

1968

1969 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - Ok.  
1970 Então vamos colocar dessa forma.

1971

1972 **A Sra. Danielle de Souza Galdino (Secretária Executiva/CETP)** - Só um detalhe que no  
1973 Artigo 42 fala da comunicação entre os membros e fala que também por e-mail para aprovar

1974 documentos e contatos sobre atividades. Então já prevê essa possibilidade de aprovação de  
1975 documentos por internet.

1976

1977 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** -Certo.  
1978 Talvez seja melhor não colocar aqui porque aqui estamos tratando da pauta. Se colocarmos  
1979 outras coisas vai dificultar o entendimento. E, provavelmente, isso aqui vai passar  
1980 novamente pela Conjur, provavelmente eles vão observar essa repetição. Nós podemos  
1981 colocar depois de “reunião subsequente” “se o plenário não decidiu de outra forma”. Estela,  
1982 contempla dessa forma? Não é no § 2º. É no § 1º. “§ 1º Os assuntos não apreciados nas  
1983 reuniões ordinárias ou extraordinárias a critério do Plenário, deverão ser incluídos na ordem  
1984 do dia da reunião subsequente, se o plenário não decidir de outra forma”. Colocando em  
1985 votação a nova redação do § 1º do art. 28; Todos de acordo? **APROVADO POR**  
1986 **ACLAMAÇÃO.**

1987

1988 Vamos para o § 2º, nós estávamos conversando sobre ele se existe uma redação mais clara.  
1989 Sugestão? Nenhuma sugestão? Como não tem nenhuma sugestão, damos por aprovado, sem  
1990 precisar colocar em votação. “§ 2º A matéria que entrar na pauta de reunião deverá ser  
1991 apreciada e votada, quando for o caso, no máximo em duas sessões subsequentes”.

1992

1993 Vamos para o § 3º. “§ 3º Por solicitação do (a) Presidente, do (a) Coordenador (a) de  
1994 Comissão Permanente, ou Grupo de Trabalho ou de qualquer membro e, mediante  
1995 aprovação do Plenário, poderá ser incluída na pauta do dia, matéria relevante que necessite  
1996 de decisão urgente do CONATRAP”. Vocês encontram algum problema? Sugestão de  
1997 alteração? Destaques? Alterar em todo texto grupo de trabalho por subcomissão.  
1998 **APROVADO O TEXTO COMO ESTÁ SÓ FAZENDO A RESSALVA DO GRUPO**  
1999 **DE TRABALHO.**

2000

2001 Qual o destaque que temos? Item 3?

2002

2003 **A Sra. Estela Escândola (Rede Feminista de Saúde)** – Esse destaque do item 3 era para  
2004 resolver um problema que nós não tínhamos resolvido aqui internamente. Quais serão os  
2005 tipos de documentos que nós vamos decidir? Nós vamos ter deliberações, resoluções. O que  
2006 nós vamos fazer? Então o item 3 teria uma vírgula aí, alguma coisa, que seria “Encerrada a  
2007 discussão, realizar-se-á a votação consubstanciada em um documento, conforme o plenário”.

2008 Porque nós não havíamos decidido naquela reunião qual seria o tipo de documento que nós  
2009 elaboraremos; será decisão? Deliberação? Qual o nome do documento que nós produzimos.

2010

2011 **A Sra. Danielle de Souza Galdino (Secretária Executiva/CETP)** - A proposta da Estela,  
2012 talvez tenha passado, nós discutimos bastante sobre isso em que local iria ser colocado, os  
2013 tipos de deliberações, de manifestação do comitê. Na hora passou, ninguém registrou o  
2014 destaque, talvez por não saber onde colocar, mas é interessante que em nenhum ponto do  
2015 regimento fica estabelecido os tipos de manifestação. E talvez aqui poderia ser o local e,  
2016 resgatando a memória das reuniões anteriores, tinha-se consensuado de ser por resolução  
2017 para dentro si, já que não é um comitê deliberativo para fora, então as resoluções internas;  
2018 recomendação para fora, em qualquer situação que entendemos que precise recomendar; e  
2019 notas públicas no sentido de temas polêmicos para o comitê se manifestar. Seriam os 3  
2020 documentos do comitê. Nas discussões só ficou definido esses 3. Mais à frente vamos ver  
2021 que na versão original, na primeira versão, fala de moção. Mas aí temos que padronizar todo  
2022 o documento para o tipo que definirmos aqui. Aí a proposta seria resolução, recomendação e  
2023 nota pública, que aí seria moção. A Grasi foi quem fez a primeira versão do regimento  
2024 interno. Ela gostaria de fazer uma explicação sobre a diferença de moção e nota pública. O  
2025 comitê autoriza a Grasi a se manifestar?

2026

2027 **A Sra. Grasiela Rocha (ASBRAD)** - A moção é para situações assim: alguém fez uma  
2028 ocupação e chama isso de tráfico de pessoas. Aí o Conatrap faz uma moção de repúdio. Uma  
2029 moção de apoio é diferente de uma nota pública.

2030

2031 **A Sra. Jeanete Mazzeiro (Conselho Nacional de Direitos da Mulher)** – Bem, eu acho  
2032 interessante que por ser documentos específicos, ele poderia estar num artigo à parte  
2033 explicando quais são os documentos que o comitê irá produzir. Acho melhor do que colocar  
2034 nesse mesmo artigo aí.

2035

2036 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - Bem,  
2037 primeiro, isso não é uma questão sob destaque, é isso, Dani? Mas foi discutido, mas não foi  
2038 deliberado. Podemos discutir aqui esse assunto?

2039

2040 **A Sra. Estela Escândola (Rede Feminista de Saúde)** – Eu tenho uma sugestão: “Encerrada  
2041 a discussão, realizar-se-á a votação, consubstanciada em um documento, conforme decisão

2042 do plenário. § 1º Todos os documentos emitidos pelo Conatrap poderão ser resolução,  
2043 recomendações, moções e notas públicas.”.

2044

2045 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - O  
2046 problema é que colocar depois do inciso III, parece que se refere só ao inciso III; o parágrafo  
2047 teria que vir antes dos incisos. Artigo próprio acho que vamos violentar um pouco. Eu acho  
2048 que as deliberações das matérias...

2049

2050 **A Sra. Estela Escândola (Rede Feminista de Saúde)** – Então, coloca 31 e esse 31 vai virar  
2051 32.

2052

2053 **A Sra. Danielle de Souza Galdino (Secretária Executiva/CETP)** - Não pode ser parágrafo  
2054 único?

2055

2056 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - As  
2057 questões é que as deliberações em geral, as deliberações são tudo, tudo que se decide aqui.  
2058 Não necessariamente documento produzido. Talvez fosse melhor incluir um artigo mesmo,  
2059 embora não devesse mexer tanto.

2060

2061 **A Sra. Danielle de Souza Galdino (Secretária Executiva/CETP)** - No 34 fala sobre  
2062 formalização das deliberações do Conatrap. Poderia levar para lá. O 34 diz como é a forma  
2063 de formalizar tudo isso, é aqui mesmo. No 34 poderia acrescentar a proposta, Estela. “Por  
2064 meio de”, aí colocaria “resoluções, recomendações, notas públicas e moções”.

2065

2066 **A Sra. Estela Escândola (Rede Feminista de Saúde)** – Mas lá no item 3 “realizar-se-á a  
2067 votação consubstanciada em documento, conforme decisão da maioria”.

2068

2069 **A Sra. Danielle de Souza Galdino (Secretária Executiva/CETP)** - Voltamos lá já, vamos  
2070 terminar isso aqui, então, pode ser?

2071

2072 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - Pega o  
2073 art. 34.

2074

2075 **A Sra. Eliane da Silva Souza Pequeno (Conselho Nacional da Promoção da Igualdade**  
2076 **Racial-CNPIR/FUNAI)** - Bom, estamos em plena Conferência Nacional de Política  
2077 Indigenista e estou acostumada às moções no sentido de uma plenária onde há  
2078 reivindicações ser decidido naquela plenária. Então, ainda não estou convencida quando  
2079 falamos no art. 34 das deliberações qual a diferença de uma nota, conforme nosso Conatrap  
2080 emitiu, por exemplo, nas primeiras reuniões com as questões da Copa, eu acho que a Nota  
2081 Pública ela por si só dá conta do que estamos chamando de moção e por isso se eu tiver  
2082 equivocada, eu gostaria de mais esclarecimentos na questão da recomendação da própria, já  
2083 que a Grasiela está aqui para nos lembrar, pelo que eu entendi não há necessidade de  
2084 moção dentro das deliberações porque a nota pública, eu até sinto que ela é mais  
2085 contundente. Eu acredito tecnicamente falando, na minha concepção, é uma redundância e  
2086 não tem necessidade de ter essa palavra moção.

2087

2088 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - Alguém  
2089 tem outra observação a fazer? Concordam ou discordam? Resolução, recomendação. Nota  
2090 pública basta? Todo mundo concorda em retirar a palavra moção? Sim ou não? Vamos  
2091 simplificar? Se vamos dizer a mesma coisa aí atrapalha. Se usarmos duas expressões para  
2092 falarmos da mesma coisa atrapalha. Uma alternativa é explicar cada um deles. Abre para  
2093 explicar cada um deles e não tem problema, vai ser o que dissermos que ele é. Todas essas  
2094 questões que estou ouvindo aqui, um desagravo, uma moção de aprovação, tudo isso pode  
2095 ser em nota pública.

2096

2097 **A Sra. Jeanete Mazzeiro (Conselho Nacional de Direitos da Mulher)** – Moção de  
2098 repúdio é definida para aquele assunto, não interessa a todo mundo, a comunidade como um  
2099 todo. É o meu entendimento. Acho que a moção tem o poder reduzido de ação. E a nota  
2100 pública é extensiva a todos.

2101

2102 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - Eu acho  
2103 que é o tema quem vai definir. Vamos colocar em votação? A primeira proposta: resolução,  
2104 recomendação, nota pública e moção. A segunda proposta resolução, recomendação e nota  
2105 pública. Simples assim.

2106

2107 **A Sra. Maria Guilhermina da Cunha Salasario (CNCD)** - A minha proposta, como eu  
2108 trabalho muito com direitos humanos e em direitos humanos temos que colocar todas as

2109 caixinhas, nesse caso aqui, normalmente o que fazemos, como a nota pública é abrangente,  
2110 ou seja, ela coloca todos os outros, as moções, as resoluções etc e tal, eu proponho que se  
2111 coloque nota pública e entre parêntese tudo que ela significa, inclusive o *et Cetera*. Você  
2112 entendeu? Agora não vou me lembrar de tudo que é nota pública. Porque se colocarmos nota  
2113 pública e depois coloca moção etc e tal você pode estar restringindo a, e o que fazemos aqui  
2114 é muito mais abrangente do que isso porque a cada momento nós escrevemos um documento  
2115 diferente. Não sei se você está me entendendo.

2116

2117 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** -Eu estou  
2118 entendendo, mas eu acho assim: nós poderíamos escrever tudo que precisamos escrever  
2119 dentro dessa forma de três documentos. Acho que isso também organiza a nossa atividade.  
2120 Quer dizer, todas as demandas podemos responder com esses três documentos. Bom,  
2121 Guilhermina, nós estávamos com duas propostas, com ou sem moção, a sua seria uma  
2122 terceira?

2123

2124 **A Sra. Maria Guilhermina da Cunha Salasario (CNCD)** - Na verdade, o que propus foi  
2125 que colocassem as notas e entre parêntese o que poderia ser todas essas notas, já que está  
2126 havendo esses problemas.

2127

2128 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - E o que  
2129 seria? Moção? Resolução já tem? Eu não sei como colocar a terceira via.

2130

2131 **O Sr. Marcel Theodoor Hazeu (SODIREITOS)** - Eu acho que a diferença entre moção e  
2132 nota pública, a nota pública é que no final o que publicamos referente a todas as nossas  
2133 decisões, vira uma nota pública uma vez que decidimos, então é abrangente. Estou com  
2134 outra dúvida. Nós também elaboramos pareceres, pareceres estão dentro dessas três  
2135 categorias? Em que sentido os pareceres vão aparecer aqui? Pode ser uma recomendação,  
2136 mas não necessariamente é uma recomendação. Então, se não está incluído, eu gostaria de  
2137 incluir.

2138

2139 **A Sra. Danielle de Souza Galdino (Secretária Executiva/CETP)** - A ideia para deixar  
2140 bem objetiva é tudo que vai para fora que não seja uma opinião do comitê sobre determinado  
2141 assunto, recomendando determinada ação seria recomendação. Tudo para fora é  
2142 recomendação, a não ser que seja a opinião do conselho sobre determinado assunto e aí seria

2143 uma nota pública. Assim para ficar bem simples na hora de decidirmos que tipo de  
2144 documento, essa tinha sido a discussão. Mesmo que durante a recomendação se escrevesse  
2145 que tal comissão...

2146

2147 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - Tem outra  
2148 questão aqui no art. 34, lá fala em dar publicidade.

2149

2150 **A Sra. Danielle de Souza Galdino (Secretária Executiva/CETP)** - Aí realmente será que  
2151 não seria moção, Estela, já que é bem específico, pontual, como explicou a nossa colega  
2152 Jeanete Mazzeiro.

2153

2154 **A Sra. Estela Escândola (Rede Feminista de Saúde)** – Por exemplo, o art. 6º da  
2155 Convenção de Sedal, eu, particularmente não gosto dele, pois mistura tudo, exploração  
2156 sexual com prostituição etc. Eu não gosto. Nós podemos ter uma parecer sobre ele. Mas nós  
2157 vamos recomendar a Sedal que mude. Eu acho que é parecer mesmo.

2158

2159 **A Sra. Jeanete Mazzeiro (Conselho Nacional de Direitos da Mulher)** – Eu nunca vi  
2160 parecer de colegiado; vocês já viram? O Marcel está franzindo a testa, mas eu nunca vi. Eu  
2161 já vi parecer de *expert* em alguma coisa, um técnico ou um especialista é que dá uma  
2162 parecer. Nós podemos solicitar um parecer para subsidiar uma discussão, mas eu nunca vi  
2163 um colegiado fazer o parecer. Estou falando uma expressão técnica de parecer.

2164

2165 **O Sr. Thaddeus Gregory Blanchette (Davida)** - Eu já vi colegiados fazerem pareceres e  
2166 em segundo lugar esse tema é transversal. Não existe *expert* em tráfico. Não é coisa, por  
2167 exemplo, terras indígenas que vamos chamar um antropólogo, porque você tem pessoas que  
2168 lida com isso que vêm de áreas da assistência social, da antropologia, da justiça. Então para  
2169 lidar com uma questão eminentemente política e legalista, você vai ter que ter um corpo  
2170 interdisciplinar que reúne técnicos de vários lugares. No Brasil neste momento, essa  
2171 corporação aqui é de fato o mais adequado a formar pareceres ou comitês para fazer  
2172 pareceres. Se burocraticamente é mais fácil dizer que o Conatrap vai querer fazer um parecer  
2173 e essas são as pessoas que vamos chamar para fazer isso, tudo bem. Mas, olha só, essas  
2174 coisas acontecem o tempo todo. O Ministério da Justiça que fizeram aquela pesquisa do  
2175 *crack*, aquilo burlou todas as regras de ética de pesquisa, o ministério, pelo que entendo,  
2176 contratou uns caras em Viena para organizar isso e quando nós tivemos uma questão, um

2177 pesquisador que citou erroneamente alguém do sul do Brasil e nós mandamos uma carta  
2178 pedindo como que falamos com a comissão de ética: “Comissão de ética, o quê?”, então não  
2179 fala que existe esse enorme protocolo de fazer pesquisa e parecer estabelecidos porque isso  
2180 não existe, em termos efetivos este grupo, com a nossa diversidade, seria provavelmente um  
2181 melhor grupo para formar uma comissão para fazer pareceres, como vamos chamar, isso não  
2182 sei, mas, de fato, eu já tenho visto pareceres de grupos desse jeito. Se não me engano, o  
2183 Conselho Nacional de Imigração fez um parecer em certo momento, não fez?

2184

2185 **A Sra. Dalila Eugenia Maranhão Dias Figueiredo (Asbrad)** - Sem querer chamar mais  
2186 polêmica, só tentando ajudar. Pelo Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, eu  
2187 acompanho um caso de repercussão na mídia sobre a tortura praticada contra uma travesti  
2188 por ocasião da prisão dela no estado de São Paulo, com mais uma colega. E o Comitê  
2189 Nacional recomendou um parecer para uma especialista que é o parecer que nós estamos  
2190 enviando para as instituições que precisam exatamente para contribuir um pouco mais sobre  
2191 esse debate, sem querer dizer que este comitê não é legítimo ou não, mas um exemplo de  
2192 como o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura tem agido em casos como esse,  
2193 buscando especialistas para emitirem parecer.

2194

2195 **A Sra. Maria das Graças Sá Gadelha (Instituto Aliança com o Adolescente)** - Eu penso  
2196 que pelo decreto que instituiu o comitê, na verdade, a competência dele está bem clara, o  
2197 que vai gerar a nossa missão é deliberar. E, na visão, a deliberação se dá pela resolução e  
2198 pela recomendação. O parecer subsidia a resolução ou recomendação. No caso da nota  
2199 pública, eu acho até que pode inserir, formalizará suas deliberações por meio de resoluções,  
2200 recomendações, notas públicas. Me parece, salvo melhor juízo, que não caberia ter o  
2201 parecer, na verdade, ele vai subsidiar, vai dar toda a condição para que o comitê possa  
2202 desempenhar a sua missão e as suas competências que estão postas pelo decreto que o  
2203 constituiu.

2204

2205 **A Sra. Danielle de Souza Galdino (Secretária Executiva/CETP)** - Lembrar que o comitê  
2206 tem competência de convidar especialistas. Inclusive para participar de reuniões e contribuir  
2207 com determinada temática.

2208

2209 **A Sra. Maria das Graças Sá Gadelha (Instituto Aliança com o Adolescente)** - Inclusive  
2210 um dos itens da constituição e da competência do comitê trata também da elaboração de

2211 relatórios. Pode também ser subsidiado por pareceres emitidos por especialistas. Não  
2212 necessariamente podem também dentro do próprio grupo ser indignado alguém para fazer  
2213 isso.

2214

2215 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - Bom, eu  
2216 não sei se a discussão esclareceu ou se trouxe mais dificuldade. Nós estávamos com duas  
2217 propostas. Surgiu a terceira. E também não esclarecemos o que é esse parêntese.

2218

2219 **A Sra. Danielle de Souza Galdino (Secretária Executiva/CETP)** - Teria que constar após  
2220 nota pública os tipos de notas públicas que poderiam ser moções etc. Esse etc não sabemos.

2221

2222 **A Sra. Maria Guilhermina da Cunha Salasario (CNCD)** - Na verdade, o que coloquei foi  
2223 uma forma de amenizar os dois. Agora não me lembro, mas poderia a Secretaria Executiva  
2224 fazer essa busca de quais seriam as notas públicas que nós poderíamos emitir enquanto  
2225 conselho deliberativo.

2226

2227 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - A  
2228 questão é a seguinte: quando abrimos para explicar a nota pública se colocarmos um número  
2229 fechado são aquelas e se a deixarmos em aberto podemos na medida da necessidade criar  
2230 nota pública que for necessário. Mantemos? Nós temos a primeira com resolução,  
2231 recomendação e nota pública. A segunda com resolução, recomendação, nota pública e  
2232 moção. São as duas possibilidades. E tem a sugestão da Guilhermina que eu pergunto se  
2233 você a mantém?

2234

2235 **A Sra. Jeanete Mazzeiro (Conselho Nacional de Direitos da Mulher)** – Eu vou falar de  
2236 novo o que já falei. Eu acho que a moção, vamos supor, houve aquele caso das mortes no  
2237 Piauí. O conselho fez uma moção de apoio para aquele caso. Como fazemos para outras  
2238 coisas que acontecem. Agora quando nós fizemos uma moção...

2239

2240 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - Você está  
2241 defendendo de novo a mesma proposta? Se for uma nova proposta, ok. É que não foi para  
2242 votação ainda. Tem uma proposta que tem moção.

2243

2244 **A Sra. Jeanete Mazzeiro (Conselho Nacional de Direitos da Mulher)** – Ok. Eu pensei  
2245 que já tinha saído.

2246

2247 **O Sr. Marcel Theodoor Hazeu (SODIREITOS)** - Eu pensei que o Conatrap poderia emitir  
2248 parecer. Por exemplo, eu acho que o Thaddeus falou muito interessante, mas deveríamos,  
2249 sim, discutir o tráfico de pessoas em nível nacional. Não tem outro fórum que faz isso, e não  
2250 é uma assistencialista qualquer que pode dar o mesmo peso ao parecer. Então, se houver um  
2251 pedido e queremos emitir um parecer sobre a resposta do Sedal em relação ao que foi feito,  
2252 se isso pode considerada uma nota pública aí estarei satisfeito. Agora se isso for um parecer  
2253 específico, mas eu não quero complicar se está subentendido. Então nesse entendimento, eu  
2254 retiro a proposta de incluir o parecer.

2255

2256 **A Sra. Danielle de Souza Galdino (Secretária Executiva/CETP)** - Só uma explicação e  
2257 me corrija se eu estiver errada. Geralmente um parecer é dado quando solicitado. Como  
2258 nosso conselho é consultivo é possível que alguma entidade ou instituição solicite, já que  
2259 aqui é o colegiado nacional especialista na temática seja requisitado a se manifestar sobre o  
2260 assunto. Aí é diferente. Agora se vai para fora, na minha opinião, ainda vai como  
2261 recomendação apenas.

2262

2263 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** -Então eu  
2264 acho que poderíamos explicar cada um deles. A minha sugestão é que possamos definir o  
2265 que é para este comitê uma resolução, enfim, podemos dar o nome que quiser.

2266

2267 **A Sra. Eliane da Silva Souza Pequeno (Conselho Nacional da Promoção da Igualdade**  
2268 **Racial-CNPIR/FUNAI)** - Pela minha lembrança quando fomos treinados para construir o  
2269 regimento interno, nós passamos por vários exercícios. E o que estou vendo aqui de  
2270 resultado, inclusive o próprio art. 34 prova isso que tentamos simplificar ao máximo e  
2271 ampliar ao máximo, na medida do possível. Então quando insistimos em simplificar para  
2272 que ele possa agir de maneira célere. Mas de uma amplitude de acordo com a envergadura  
2273 da temática. É por isso que insistimos relembrar. Inclusive pelo que a própria A Sra.  
2274 Danielle de Souza Galdino (Secretária Executiva/CETP) - falou todos e quaisquer pareceres  
2275 aqui ou das comissões, eles podem, sim, se tornar uma resolução interna, ou uma  
2276 recomendação para fora, ou uma nota pública, de acordo com o que é. É assim que eu penso.

2277

2278 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - Ficamos  
2279 com as duas? A primeira resolução, recomendação e nota pública. A segunda: resolução,  
2280 recomendação, nota pública e moção. Certo? Em votação a proposta nº 1: A favor: CNPIR,  
2281 Senasp, PRF. Proposta nº 2: A favor: Trama, Rede Feminista, Sodireitos, CNCD/LGBT,  
2282 Asbrad, Cnas, Cndm, Cns, Aliança, Unit. **APROVADO.**

2283

2284 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - Votamos  
2285 o art. 34. Agora voltamos para o 30. Tem destaque? Estela, voltando ao 30, como ficou  
2286 definido no 34, quais os documentos produzidos, ainda faz sentido a operação do inciso III  
2287 do art. 30?

2288

2289 **A Sra. Estela Escândola (Rede Feminista de Saúde)** – Não é só inserir aquele  
2290 “consubstanciado em documento, conforme decisão do plenário.”. Nós aqui do plenário  
2291 decidimos que é moção, se é deliberação, se é nota pública.

2292

2293 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - Eu acho  
2294 que nem precisa. Já está definido lá. Por exemplo, se nós deliberarmos que alguém vai  
2295 representar o Conatrap em determinada reunião, isso é uma deliberação, mas não  
2296 necessariamente será resolução, recomendação, nota pública ou moção. Qual é o próximo  
2297 destaque? Art. 36.

2298

2299 **A Sra. Danielle de Souza Galdino (Secretária Executiva/CETP)** - Só o Inciso VII do art.  
2300 36.

2301

2302 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - Caput:  
2303 “São Direitos dos membros do CONATRAP”. Inciso destacado é o sétimo: “- exercer outras  
2304 atribuições que lhes sejam designadas pelo (a) Presidente ou pelo Plenário.”. Qual é o  
2305 destaque?

2306

2307 **A Sra. Estela Escândola (Rede Feminista de Saúde)** – De acordo com as minhas  
2308 anotações de um ano a lápis “Desde que fornecidas as condições para que isso seja  
2309 efetivado”. Por quê? Porque senão decidimos que a pessoa vai para o congresso, mas não  
2310 tem as condições para ir não adiantou nada a decisão. A proposta é essa.

2311

2312 **A Sra. Dalila Eugenia Maranhão Dias Figueiredo (Asbrad)** - Ontem muito se falou sobre  
2313 a participação deste coletivo em conferências, em movimentos, eventos importantes. Tem a  
2314 questão da indicação da pessoa que vai representar, por exemplo, quando se tratar de uma  
2315 conferência estadual de direitos humanos quem for do comitê que estiver naquele estado tem  
2316 mais condição de participar pensando na questão de pagamento de diárias etc. Essa é uma  
2317 questão. As conferências nacionais de todos esses movimentos, essa indicação, como ela vai  
2318 se dar? A secretaria poderá bancar o deslocamento de alguém, ou será alguém de Brasília?  
2319 Como vai construir essa representação? Essa é a minha pergunta? Eu acho superimportante  
2320 o que a Estela e o Marcel falaram ontem, nós comentamos isso na reunião da comissão sobre  
2321 fortalecer significa participar, significa apresentar uma recomendação, ter uma fala na  
2322 tribuna. Isso é fortalecer. Agora esse fortalecimento depende de uma série de ações. E essas  
2323 ações deveriam vir da secretaria, de uma resposta da secretaria ou de uma decisão deste  
2324 colegiado, lembrando que existe um orçamento, não estou dizendo que não existe, então, só  
2325 queria saber como isso vai acontecer.

2326

2327 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - Bom,  
2328 neste momento, nós estamos colocando no regimento não da possibilidade de como isso vai  
2329 acontecer, isso não tem nem condições de dizer de como será o orçamento do comitê nesses  
2330 próximos meses. Mas o que podemos colocar no Regimento é isso, quer dizer, no regimento  
2331 é esse limite, ou seja, nós estamos dizendo que as representações serão oferecidas condições  
2332 para isso. Agora se é possível acontecer, nós vamos deliberar aqui, de acordo com as  
2333 possibilidades. Mas não tenho como colocar isso no regimento. Não dá para chegar nesse  
2334 nível de detalhe de dizer que sempre terá orçamento. Para tudo isso será dada a informação  
2335 para deliberação se é possível, ou não. Algum outro esclarecimento? Alguma sugestão de  
2336 texto?

2337

2338 **A Sra. Eliane da Silva Souza Pequeno (Conselho Nacional da Promoção da Igualdade**  
2339 **Racial-CNPIR/FUNAI)** - Ao final do inciso VII do art. 36, exercer outras atribuições que  
2340 lhes sejam designadas pelo plenário ou pela presidência, desde que garantida a sua  
2341 efetividade, porém essa questão que a Estela colocou vai além da garantia da efetividade.  
2342 Mas, sim, o apoio, qual conselheiro está, onde, quais condições, abrange muito. Eu acho que  
2343 garantida a sua efetividade, ela cobre tanto a questão de custos, quanto de quem que o  
2344 Conatrap define para ser por ele representado.

2345

2346 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** -- Aqui  
2347 está se falando das condições para que se exerça essas atribuições designadas pelo  
2348 presidente. Efetividade eu não entendi exatamente o que você quer dizer com isso.

2349

2350 **A Sra. Eliane da Silva Souza Pequeno (Conselho Nacional da Promoção da Igualdade**  
2351 **Racial-CNPIR/FUNAI)** - O que a Dalila levantou foi com relação à questão prática.  
2352 Quando será essa viabilização? Bom, isso não temos condições de colocar no Regimento  
2353 Interno.

2354

2355 **A Sra. Jeanete Mazzeiro (Conselho Nacional de Direitos da Mulher)** - Bom, eu entendo  
2356 que tendo um representante do Conatrap nos estados, preferencialmente, com toda lógica, é  
2357 isso. Agora desde que ele tenha a condição de lidar com aquele tema que ele vai representar.  
2358 Porque não adianta se a pessoa mexe com determinada coisa e vai ali para responder outra  
2359 que às vezes não está tão inserido dentro do assunto. Então cada um de nós aqui representa  
2360 um segmento. Acho que o mais importante é isso, termos uma boa representação porque  
2361 conhecemos aquele tema que vamos tratar. Acho que essa é a coisa mais importante da  
2362 representação. Por exemplo se for coisa de mulher vai ser a CNDM, se for coisa de direitos  
2363 humanos, vai a pessoa que representa os direitos humanos. Eu acho que tem que ter um  
2364 segmento, da pessoa identificar com aquilo que ele está indo fazer.

2365

2366 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - Ok. Mas  
2367 aqui estamos tratando dos direitos, deveres e competências. Então, no art. 36 “São direitos  
2368 dos membros do Conatrap”. Não estamos tratando de como será essa deliberação, eu  
2369 concordo, eu acho que deve ser analisada dessa forma, mas isso também não entra nesse  
2370 dispositivo especificamente. Ok? Mais algum esclarecimento?

2371

2372 **A Sra. Maria das Graças Sá Gadelha (Instituto Aliança com o Adolescente)** - Na  
2373 verdade é mais uma dúvida. Eu estou muito mais preocupada com esse poder monocrático  
2374 do presidente determinar como direito que a gente exerça outras atribuições, porque me  
2375 parece assim, uma coisa...

2376

2377 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - Me  
2378 pareceu interessante ninguém questionar isso.

2379

2380 **A Sra. Maria das Graças Sá Gadelha (Instituto Aliança com o Adolescente)** - Eu fiquei  
2381 um pouco preocupada, quer dizer, de repente o presidente determina que um membro do  
2382 Conatrap exerça uma função, sem a prévia consulta ao pleno, me parece que isso é muito  
2383 mais importante do que propriamente assegurar as condições, embora também seja um  
2384 aspecto importantíssimo.

2385

2386 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - Sim.  
2387 Tem alguma proposta a isso?

2388

2389 **A Sra. Maria das Graças Sá Gadelha (Instituto Aliança com o Adolescente)** - Não, na  
2390 verdade, talvez “mediante prévia consulta ou atribuições correlatas”.

2391

2392 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - Quem  
2393 sabe aqui a gente não colocaria a mesma solução que demos lá numa solução em conjunto  
2394 com as coordenações das comissões permanentes? O pleno talvez seja difícil dependendo, o  
2395 pleno nos engessa as reuniões.

2396

2397 Penso que a colocação da Eliane foi muito feliz quando ela fala das atribuições correlatas e  
2398 concordo com a Graça, a preocupação dela é ser mesmo essa de quem vai representar, ele é  
2399 competente nessa matéria, penso que as condições objetivas já estão postas.

2400

2401 **A Sra. Estela Escândola (Rede Feminista de Saúde)** – Eu queria só lembrar um fato  
2402 recente agora que poderíamos ter nos apropriado melhor. Teve o Encontro da Cátedra e eles  
2403 custeavam tudo, não precisava do Conatrap investir em nada caso fosse eu, por causa de  
2404 Mato Grosso do Sul, e o evento era lá. Então, talvez tenhamos que circular o convite, mas,  
2405 ao mesmo tempo garantir, gente, que sejam pessoas que estejam mais próximas da temática,  
2406 mas também mais próxima geograficamente. Deslocar alguém para ir lá discutir, eu adoro ir  
2407 para Belém... Eu acho que temos que garantir essa coisa do deslocamento das pessoas que  
2408 têm mais a ver com o tema, mas também que tem mais proximidade física.

2409

2410 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** -Mas  
2411 especificamente, eu também concordo com tudo que você falou. O que a graça colocou aqui  
2412 é a questão se essa decisão será do presidente de designar outras atribuições? E outros foram  
2413 esclarecimentos. Como se dispõe a quê?

2414

2415 **A Sra. Estela Escândola (Rede Feminista de Saúde)** – Essa é a proposta que eu tinha.  
2416 Porque, na verdade, você passa a discussão dentro do grupo do Conatrap. Aí a designação  
2417 tem que ser de alguém que tem autoridade. De comum acordo.

2418

2419 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - Essa que  
2420 é a questão. Essa decisão se nós a submetemos sempre à plenária, nós temos uma  
2421 dificuldade, nós nos reunimos poucas vezes por ano.

2422

2423 **A Sra. Estela Escândola (Rede Feminista de Saúde)** – Por isso tem que ter aquela outra  
2424 decisão pela internet.

2425

2426 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - Pois é.  
2427 Aquela decisão que nós usamos um pouquinho antes aqui em outro dispositivo. A minha  
2428 sugestão é que não seja o pleno. Se não vamos engessar mesmo e não vai ter outra decisão  
2429 nunca. Recuperar aquele texto.

2430

2431 **A Sra. Danielle de Souza Galdino (Secretária Executiva/CETP)** - Aí cabe ao  
2432 coordenador consultar a sua comissão, mas o nosso contato é com o coordenador.

2433

2434 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - Isso.  
2435 Recupera aquele texto lá e o introduz aqui e vamos para lá. “exercer outras atribuições que  
2436 lhes sejam designadas pelo (a) Presidente em conjunto com as coordenações das comissões  
2437 permanentes, ou pelo Plenário, desde que asseguradas as condições. Pessoal, atenção para  
2438 esta nova redação. A decisão pode ser autoritária, desde que compartilhada com as  
2439 comissões. Ok? Alguma dúvida? Colocando em votação. **Aprovado por aclamação.** Qual é  
2440 o próximo? Artigo 38. Caput: “Compete ao (a) Presidente do CONATRAP”. O destaque não  
2441 está no caput? O destaque está no sétimo: “exercer o voto de qualidade, no caso de  
2442 persistência de empate”. Qual é a sugestão?

2443

2444 **A Sra. Estela Escândola (Rede Feminista de Saúde)** – Exclusão. Elaborar outra proposta  
2445 que contenha as diferenças. É porque isso está sendo exercido nos outros conselhos, não?  
2446 Não tirar do presidente a história do voto minerva e propor um aprofundamento da discussão

2447 no sentido de que encontremos soluções que sejam de comum acordo entre várias. Ou então  
2448 suspende e voltamos depois.

2449

2450 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - Alguém  
2451 tem mais alguma observação sobre esse dispositivo? Alguma sugestão? Nenhuma?

2452

2453 **A Sra. Estela Escândola (Rede Feminista de Saúde)** – Pessoal, eu queria dizer que todas  
2454 as propostas que estou fazendo, tudo bem colocar Rede Feminista, não tem problema  
2455 nenhum de assumir, mas ela não é da Rede, ela é do grupo da sociedade civil que se reuniu e  
2456 fez todas essas propostas, pois dá a impressão que é a Rede Feminista que está propondo.  
2457 Não. Todas essas vozes são da organização da sociedade civil que assinaram, na época, se  
2458 não me engano, 9.

2459

2460 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - Bom,  
2461 essa questão ficou um impasse eterno. Quase todos os colegiados são assim, nada impede  
2462 que este seja diferente. Não impede que não tenhamos uma decisão final em princípio. A  
2463 ideia é não estabelecer um voto de minerva e o risco de chegar a não ter decisão sobre um  
2464 tema...

2465 **A Sra. Eliane da Silva Souza Pequeno (Conselho Nacional da Promoção da Igualdade**  
2466 **Racial-CNPIR/FUNAI)** - Por favor, eu gostaria de ter mais esclarecimento porque lá no  
2467 Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial é paritário. 22 cadeiras de órgão de  
2468 governo e 22 cadeiras órgãos da sociedade civil. Mas ainda assim quando temos uma  
2469 situação de que precisamos deliberar correr o risco no regimento interno de não ter as  
2470 soluções, eu preciso de mais esclarecimentos porque eu compreendo a sua sugestão de, na  
2471 verdade, não é destaque de acréscimo, é um destaque de exclusão, mas, na sua fala, eu  
2472 compreendo também que você pede a inclusão de uma nova forma de outra alternativa de  
2473 consenso para deliberar. É isso que estou precisando esclarecer.

2474

2475 **A Sra. Estela Escândola (Rede Feminista de Saúde)** – Na verdade é um exercício que a  
2476 gente vem fazendo em alguns conselhos. Essa questão do voto minerva vem de outro  
2477 histórico em participação de colegiado. O que temos entendido é que o voto de minerva não  
2478 cabe nesses colegiados porque há possibilidades múltiplas de chegar a consenso ou se votar  
2479 quando não houver consenso. Então, o voto de minerva, na verdade, é para quando houver  
2480 empate. Então quando ele está dizendo que há empate, nós temos que buscar outra saída de

2481 negociação que você adia a formulação, você consensua outras possibilidades. Vamos supor  
2482 que tivéssemos uma decisão, faz outra redação, faz uma comissão, você vai encontrando  
2483 possibilidades outras que não são decididas pelo voto minerva.

2484

2485 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - Ok. Eu  
2486 estou esclarecido. Contemplada, Eliane? Não precisa colocar em votação? Todos estão de  
2487 acordo? Alguém tem mais algum esclarecimento? Não? Quem não está de acordo que se  
2488 manifeste, levantando a mão? A leitura é que a maioria está de acordo?

2489

2490 **A Sra. Danielle de Souza Galdino (Secretária Executiva/CETP)** - Vai haver proposta de  
2491 uma nova redação ou só exclusão?

2492

2493 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - Não, a  
2494 proposta é exclusão. Querem sugerir nova redação? Então é manter assim. As propostas são:  
2495 excluir ou manter? Excluir é 1 e manter é 2. Proposta de exclusão em votação. Quem está de  
2496 acordo com a exclusão levante a mão: 11 votos. A Sra. Maria Guilhermina da Cunha  
2497 Salasario (CNCD) - , Senado, CNS, Senado, Unit, Rede Feminista, Sodireitos, O Sr. Davi  
2498 Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça) - da e CNAS. A proposta  
2499 nº 2: Manutenção do texto assim como se encontra. 6 votos. Abstenções? Nenhuma.  
2500 EXCLUÍDO O TEXTO. vamos adiante. Tem mais um destaque, o XII. “decidir, *ad*  
2501 *referendum*, acerca de assuntos emergenciais quando houver impossibilidade de consulta ao  
2502 Plenário”.

2503

2504 **A Sra. Estela Escândola (Rede Feminista de Saúde)** – “Vírgula, apresentando para ser  
2505 aprovado na reunião subsequente”.

2506

2507 A Sra. Danielle de Souza Galdino (Secretária Executiva/CETP) - – *Ad referendum* a ideia é  
2508 de emergencialidade. Vai para a próxima reunião, porque em todos os conselhos é uma  
2509 decisão urgente e não pode convocar todo o conselho.

2510

2511 **A Sra. Estela Escândola (Rede Feminista de Saúde)** – Apresentando para ser aprovado na  
2512 próxima reunião.

2513

2514 A Sra. Danielle de Souza Galdino (Secretária Executiva/CETP) - – Mas sempre é. Aí é  
2515 ratificado, esse é um procedimento de levar para ratificação do pleno na reunião seguinte.

2516

2517 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - Para ser  
2518 referendado. Mas ele vai decidir até lá, a decisão está valendo até lá. Na verdade, a sua  
2519 emenda está explicando o que é o *ad referendum*.

2520

2521 **A Sra. Estela Escândola (Rede Feminista de Saúde)** – Para a próxima reunião.

2522

2523 **A Sra. Estela Escândola (Rede Feminista de Saúde)** – Então podemos colocar “*ad*  
2524 *referendum* na próxima reunião acerca de assuntos emergenciais”. Todos estão de acordo  
2525 com essa nova reunião? Aprovado? Próximo é o art. 39. O caput do art. 39 diz: “Aos (as)  
2526 Coordenadores das Comissões Permanentes ou dos Grupos de Trabalho compete:”. Qual é o  
2527 inciso? Aqui no caput tem só essa emenda que é compatibilização com o texto, não é? Agora  
2528 quais são os incisos destacados? Tem destaque no caput? Não. A Aldenora tem destaque  
2529 para o art. 39.

2530

2531 **A Sra. Aldenora Gonzales (Conselho Nacional de Assistência Social)** - Bem, na verdade,  
2532 é mais para correção, inclusive pedir que faça a correção no regimento todo porque aqui fala  
2533 “Coordenadores das Comissões Permanentes ou dos Grupos de Trabalho” e há pouco  
2534 votamos que são subcomissões, então fazer essa comissão no regimento todo.

2535

2536 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - Ok.  
2537 Obrigado. Mais alguém tem mais alguma observação com relação ao caput?

2538

2539 **A Sra. Maria das Graças Sá Gadelha (Instituto Aliança com o Adolescente)** - Colocar  
2540 no mesmo patamar os coordenadores e as subcomissões consideradas em tese grupos de  
2541 trabalho e estão numa instância menos estratégicas, é algo que também poderíamos pensar.  
2542 Se essa competência, no caso, principalmente para esse tipo de situações que aqui estão  
2543 colocadas se não caberia apenas às coordenações e não as subcomissões.

2544

2545 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - Mas  
2546 desses incisos que você reputa que não são...

2547

2548 **A Sra. Maria das Graças Sá Gadelha (Instituto Aliança com o Adolescente)** - Não, só  
2549 colocar na mesma instância porque uma é estratégica e outra é mais técnica, mais tática.  
2550

2551 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - Como a  
2552 ideia é com relação às atividades se tiver atividade diferente que não pode ser concedida à  
2553 subcomissão, eu acho que faz sentido nós separarmos. Se não tiver...  
2554

2555 **A Sra. Maria das Graças Sá Gadelha (Instituto Aliança com o Adolescente)** - No  
2556 primeiro aqui “Elaborar pauta das reuniões”. Esse é apenas um exemplo.  
2557

2558 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - Sim, mas  
2559 olha só “Elaborar e divulgar aos demais integrantes a pauta das reuniões das comissões  
2560 permanentes ou das subcomissões. Tanto os coordenadores das comissões permanentes  
2561 quanto os coordenadores das subcomissões devem divulgar a pauta das reuniões. Eu não  
2562 vejo problema.  
2563

2564 **A Sra. Maria das Graças Sá Gadelha (Instituto Aliança com o Adolescente)** - É só uma  
2565 preocupação do ponto de vista as instâncias.  
2566

2567 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - A forma  
2568 alternativa aí seria nós replicarmos. Fazer um art. 39 com as comissões permanentes e um  
2569 art. 40 para as subcomissões e repetiríamos todo o restante. Fica duplicado.  
2570

2571 **A Sra. Danielle de Souza Galdino (Secretária Executiva/CETP)** - Numa leitura rápida dá  
2572 para os dois.  
2573

2574 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - Sim, foi  
2575 o que imaginei. Mais algum esclarecimento. Vamos lá ao 7º: “Articular processos de  
2576 consulta pública e a participação de convidados externos”.  
2577

2578 **A Sra. Estela Escândola (Rede Feminista de Saúde)** – Então, nós ficamos preocupados  
2579 com o tamanho dessa responsabilidade porque o coordenador de uma comissão permanente  
2580 articular um processo de consulta pública é um negócio muito grande...  
2581

2582 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça) -** Isso.  
2583 Imagine da subcomissão!

2584

2585 **A Sra. Estela Escândola (Rede Feminista de Saúde) –** Não cabe aqui. Pensamos assim:  
2586 “Participar em conjunto com a Mesa Diretora do Conatrap...”. Não sei, gente, nós vamos  
2587 fazer uma consulta pública? Podemos fazer, mas não dá para um GT ser o articular de uma  
2588 consulta pública. Então, não fizemos proposta, mas achamos que tem que manter a ideia de  
2589 que é possível a consulta Pública, mas não cabe ao GT fazer. Não fizemos proposta de  
2590 redação porque em nenhum momento anterior apareceu a consulta pública. Então, a não ser  
2591 que levemos em algum artigo que fale das prerrogativas do Conatrap desencadear um  
2592 processo de consulta pública, ou colocamos isso no âmbito do Conatrap em geral, mas tirar  
2593 das comissões.

2594

2595 **A Sra. Danielle de Souza Galdino (Secretária Executiva/CETP) -** O problema das  
2596 atribuições, foi discutido antes, é de não extrapolar o que está no decreto porque aí vai bater,  
2597 o regimento é só uma explicação jurídica que recebemos e ele não tem poder maior do que o  
2598 decreto. Ele pode até esmiuçar o como, mas não pode acrescentar atribuição. A preocupação  
2599 é: cabe entrar em atribuição isso? É só uma pergunta.

2600

2601 **O Sr. Marcel Theodoor Hazeu (SODIREITOS) -** Eu entendi essa redação que o sentido  
2602 da consulta pública não é a consulta pública, mas consultar as pessoas externas à comissão e  
2603 convidá-las a participar. Eu acho que é essa a intenção. Não pode ser consulta pública como  
2604 está escrito aqui.

2605

2606 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça) -**Correto.  
2607 Então você sugere já o texto.

2608

2609 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça) -** Não.

2610

2611 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça) -** Vamos  
2612 fazer um texto. “Convidar ou consultas pessoas externas...”. Isso não precisa vir a plenário  
2613 não.

2614

2615 **A Sra. Danielle de Souza Galdino (Secretária Executiva/CETP)** - Por exemplo, é um  
2616 caso prático. A comissão sugeriu convidar o MEC. A própria comissão no seu âmbito  
2617 convidou o MEC para esclarecimento para tomada de decisão para o comitê.

2618

2619 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - Então,  
2620 vamos fazer isso. “Convidar pessoas...”

2621

2622 **A Sra. Danielle de Souza Galdino (Secretária Executiva/CETP)** - Isso está se repetindo.  
2623 Já tem “Convidados eventuais” entraria nisso. Não sei se colocaria o mesmo termo que está  
2624 acima.

2625

2626 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - Sim, para  
2627 as comissões?

2628

2629 **A Sra. Danielle de Souza Galdino (Secretária Executiva/CETP)** - Lá é geral para o  
2630 comitê, poderia reproduzir o termo, não?

2631

2632 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - Pode  
2633 ficar assim: “Pessoas externas ao Conatrap”?

2634

2635 **A Sra. Danielle de Souza Galdino (Secretária Executiva/CETP)** - A Dalila poderia ler o  
2636 26-A?

2637

2638 **A Sra. Dalila Eugenia Maranhão Dias Figueiredo (Asbrad)** – “Poderão ser convidados a  
2639 participar das reuniões do Conatrap representantes e outros órgãos, observados o art. 4º...”

2640

2641 **A Sra. Danielle de Souza Galdino (Secretária Executiva/CETP)** - Deixe-me ler o que foi  
2642 aprovado, ao lado na terceira coluna está o texto final aprovado. Esse que você está lendo é  
2643 o anterior. “Poderão ser convidados a participar das reuniões, mediante convite do  
2644 presidente ou por deliberação da maioria absoluta dos conselheiros em caráter eventual,  
2645 especialistas e representantes de outros órgãos ou entidades públicas ou privadas com  
2646 atribuições relacionadas ao enfrentamento ao tráfico de pessoas ou temas correlatos”.  
2647 Convidar especialistas ou representantes. Pode usar esse termo?

2648

2649 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - Danielle  
2650 surgiu uma sugestão: “Articular a participação de convidados externos”.

2651

2652 **A Sra. Danielle de Souza Galdino (Secretária Executiva/CETP)** - Eles solicitam que a  
2653 Secretaria Executiva faça a articulação.

2654

2655 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - Mas aqui  
2656 como estamos falando de comissão ou subcomissão de repente pode-se chamar alguém que  
2657 é do próprio Conatrap que não participa dessa comissão ou subcomissão. Foi o que me  
2658 ocorreu agora. Tira externo também. “Articular a participação de convidados”. Contempla,  
2659 gente? Todos de acordo com essa nova redação, bem simplificada? Vamos colocar em  
2660 votação? Se todos estão de acordo permaneçam como se encontram. **APROVADO POR**  
2661 **ACLAMAÇÃO.**

2662

2663 **A Sra. Jeanete Mazzeiro (Conselho Nacional de Direitos da Mulher)** - “Participação de  
2664 convidados (as)”. Não podemos nos esquecer do gênero.

2665

2666 **A Sra. Danielle de Souza Galdino (Secretária Executiva/CETP)** - Já foi deliberado que  
2667 no final a redação vai se adaptar.

2668

2669 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** -  
2670 Acabaram os destaques? Bem, são 11h24minutos e nós terminamos os destaques. Parabéns a  
2671 todos. Fico muito contente com isso, mas temos outras questões que surgiram ontem na  
2672 discussão. O plenário tem mais alguma manifestação ou sugestão com relação ao regimento  
2673 interno?

2674

2675 **A Sra. Aldenora Gonzales (Conselho Nacional de Assistência Social)** - Um  
2676 esclarecimento no art. 31, § 2º, que diz assim: “Com relação ao direito ao voto dos membros  
2677 titulares e suplentes ou no exercício da titularidade” e no § 2º diz: “Os dois (duas)  
2678 representantes indicados pela Rede de Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e  
2679 Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante serão voto único nas reuniões  
2680 do plenário”. Eu queria entender como é que duas pessoas têm apenas um voto? No caso,  
2681 vocês duas, só vota uma? Antes que você explique, gostaria de falar aqui a minha dúvida.  
2682 Apesar de vocês estarem dividindo essa representação, vocês são duas pessoas, dois seres

2683 humanos diferentes que, com certeza, em algum momento vão pensar diferentes. Eu queria  
2684 entender como duas cabeças diferentes vão pensar igual em todos os momentos.

2685

2686 **A Sra. Jeanne de Aguiar Pinheiro de Souza (Suplente/ RNPETP )** - Temos que pensar  
2687 enquanto rede e não necessariamente enquanto posto do Ceará ou núcleo de Pernambuco.  
2688 Nós participamos de reuniões técnicas e estamos aqui não só enquanto instituições, não é  
2689 fácil. Agora nas votações nós entramos, de fato, em pontos comuns depois de muito diálogo.  
2690 Se necessário consultamos ainda as 50 cabeças que não estão aqui, que estão em vários  
2691 estados, em vários postos, para chegarmos a um denominador comum. Então, além das duas  
2692 aqui há mais 50 em todo o Brasil. Votamos com um peso só. É difícil, mas é democracia.

2693

2694 **A Sra. Aldenora Gonzales (Conselho Nacional de Assistência Social)** - Está certo, mas  
2695 precisava compreender. E no art. 8º: “A presidência será exercida pelo Secretário Nacional  
2696 de Justiça ou por pessoa por ele designada”. Ao lado tem um comentário com uma nova  
2697 redação: “Que será decidida pelo secretário nacional de Justiça ou por pessoa por ele  
2698 designada dentre os seus membros”. São duas coisas. Primeiro, dentre os seus membros,  
2699 quem? Dentre os membros do Conatrap? Todos nós que estamos aqui? Pode qualquer um  
2700 ser designado a assumir? Ou dentre os membros do governo? A outra coisa é proposta  
2701 mesmo. Que façamos a discussão aqui de instalar a Mesa Diretora. Eu, particularmente, não  
2702 conheço nenhum outro comitê nacional ou conselho nacional onde o presidente exerça  
2703 sozinho essa mesa. No próprio CNAS, quando o presidente é do governo, o vice é da  
2704 sociedade civil, e vice-versa, a cada dois anos se dá essa alternância, mas mesmo tendo  
2705 presidente e vice existe uma Mesa Diretora que é composta pelo presidente, pelo vice e os 4  
2706 coordenadores das 4 comissões que lá chamamos de “presidência ampliada”, que é o que  
2707 proponho para cá.

2708

2709 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - Mais  
2710 algum comentário? Bem, eu tenho duas questões aqui com relação a isso. Primeiro, temos  
2711 algumas limitações com relação ao decreto. E, outra, o que já foi deliberado aqui. A minha  
2712 (?) é democraticamente respeitar a instituição, ou seja, já foi votado aqui. Isso é uma matéria  
2713 discutida e acho que ela deve ser mantida. Isso não quer dizer que a nossa prática deva ser  
2714 essa. Como vocês viram aqui em alguns momentos nós ampliamos uma decisão para as  
2715 coordenações também. Eu acho que isso é possível sem afrontar o decreto e sem decidir o  
2716 que já está decidido. Eu acho que em alguns momentos podemos fazer isso, mas a minha

2717 sugestão é que isso realmente vai se decidir na prática, não tem previsão de vice-presidente  
2718 aqui no decreto, imagino que nas atuais circunstâncias, eu não preciso dizer da dificuldade  
2719 de aprovar novo decreto por uma modificação nele, não preciso fazer essa análise. Então,  
2720 temos que conviver com ele. A nossa prática é que podemos estabelecer alternativas a isso.  
2721 Um pouco nós fizemos com relação a essa decisão ser compartilhada, ser tomada em  
2722 conjunto com as comissões. Isso, na prática, pode ser algo muito parecido com isso que se  
2723 sugere, embora não seja um exemplo que exista em outros comitês e conselhos. Mas estaria  
2724 de acordo com o decreto. Nós não teríamos problema em aprovar esse regimento também na  
2725 Consultoria Jurídica. Isso inclusive estabelecer fluxos bem claros e também esses fluxos  
2726 definidos conjuntamente, ou seja, como será a decisão no Conatrap, como será essa decisão  
2727 de pauta que nós já colocamos e essa decisão será tomada de forma colegiada com as  
2728 comissões, nós podemos estabelecer esse fluxo conjuntamente, volto a dizer, como nós  
2729 vamos decidir. Eu acho que esses fluxos podemos em cerca uma semana ou duas, na semana  
2730 seguinte boa parte da nossa equipe estará no Oiapoque, mas estabelecer prazos, sair com os  
2731 prazos já definidos para apresentarmos uma proposta inicial de fluxo, de decisão, de como  
2732 será essa decisão, submeter às comissões, submeter a todos os membros e receber sugestões  
2733 e, efetivamente, cumprirmos esse tipo de fluxo. Acho que conseguimos deliberar dessa  
2734 forma sem arriscar o que já está decidido e sem arriscar um confronto com o decreto. Temo  
2735 muito que coloquemos coisas que o decreto não prevê e chegarmos à Consultoria Jurídica e  
2736 ver a impossibilidade disso ir para frente. Quer dizer, acho que já prolongamos muito tempo  
2737 para aprovar o nosso regimento interno e gostaria de ter um regimento interno não só porque  
2738 isso nos deixa muito mais tranquilos com relação à mesma condução das nossas reuniões e  
2739 dos nossos trabalhos, mas também porque acho que isso é uma coisa, primeiro, é  
2740 democrático, nós temos a nossa Constituição e o nosso regimento interno funciona como a  
2741 nossa Constituição. Isso é fundamental e importante que assim seja. A minha sugestão é que  
2742 não criemos figuras que não estão previstas no decreto. Isso faz com que respeitemos  
2743 democraticamente as decisões tomadas por esse próprio colegiado ao votar o regimento até  
2744 aqui e aos destaques que foram sugeridos.

2745

2746 **A Sra. Estela Escândola (Rede Feminista de Saúde)** – Eu quero dizer que em nenhum  
2747 momento o que estamos propondo tem a ver com antidecreto. Quando estamos falando de  
2748 mesa diretora, estamos, na verdade, não dissemos ainda que o presidente será escolhido  
2749 dentre os seus membros, aí, sim, seria contra o decreto. Quando estamos dizendo que  
2750 queremos uma mesa diretora é uma figura não prevista no decreto, porém não contrapõe o

2751 decreto, porque o parágrafo segundo do artigo 6º vai dizer: “O Conatrap será presidido pelo  
2752 secretário nacional de justiça do Ministério da Justiça ou pessoa por ele designada”. Então  
2753 estamos falando da presidência. Não estamos falando da impossibilidade de ter uma mesa  
2754 diretora. Quando propomos a mesa diretora, primeiro eu queria dizer que na verdade é para  
2755 forçar no momento de revisão do decreto inclusive a considerar outras práticas que temos  
2756 vivenciado. No movimento é assim, primeiro vivenciamos uma prática, falamos que dá certo  
2757 e depois põe na lei. A lei é sempre posterior à garantia de direito. Então precisamos, na  
2758 verdade, inserir essa mesa diretora, vivenciar essa mesa diretora porque o próximo decreto,  
2759 com certeza, vamos avançar para aquilo que o Brasil já tem sido feito. Ontem eu disse na  
2760 comissão permanente que eu penso que o fato de este comitê estar aqui no Ministério da  
2761 Justiça de vez em quando patina, talvez pela própria ausência dessa cultura de ter conselhos.  
2762 Todos os conselhos no Brasil, os presidentes são eleitos. Só este mesmo que não é eleito.  
2763 Então, a proposta de ter mesa diretora não é contra o decreto. Pelo contrário, nós não  
2764 estamos ainda questionando a presidência, nós estamos questionando a possibilidade de ter  
2765 uma mesa diretora para fazer os trabalhos acontecerem de forma mais democrática.

2766

2767 **A Sra. Aldenora Gonzales (Conselho Nacional de Assistência Social)** - Eu fui ler o  
2768 decreto e na reunião passada é que se feriu o decreto. A proposta aqui não é ferir o decreto.  
2769 O que foi aprovado pelo pleno na reunião passada é que feriu o decreto. Porque o decreto diz  
2770 que a presidência será presidida pelo secretário nacional de justiça ou por pessoa por ele  
2771 designada. E o que foi aprovado foi “designada dentre os seus membros”. Então houve um  
2772 acréscimo, portanto ferindo o decreto. A minha proposta é que continuemos com o texto  
2773 original do decreto e que se crie um parágrafo único da mesa diretora. Apenas isso.

2774

2775 **A Sra. Danielle de Souza Galdino (Secretária Executiva/CETP)** - Não vou acrescentar  
2776 nada. Só vou trazer à memória o que foi discutido, aliás, bastante discutido esse ponto,  
2777 inclusive passou quase um período inteiro só nesse ponto, tiveram vários representantes  
2778 inclusive que lidam com essas questões de leis, teve até explicações técnicas mesmo em  
2779 relação ao tema. E no momento foi consensuado de que não feriu, apenas explicava até  
2780 porque a preocupação é que o próprio presidente poderia colocar alguém que nem fosse do  
2781 comitê. Se o decreto não explicita quem ele pode, ou seja, qualquer pessoa poderia ser  
2782 alguém lá do gabinete dele que nem convive aqui conosco. E no momento lá depois de  
2783 muito debate, inclusive com informações jurídicas sobre isso que não acrescentava, apenas  
2784 explicitava e se colocasse “dentre os seus membros” incluiria inclusive sociedade civil.

2785

2786 **A Sra. Dalila Eugenia Maranhão Dias Figueiredo (Asbrad)** - Eu gostaria dizer que estou  
2787 plenamente de acordo com a fala da Estela até porque a nossa comissão, como eu disse  
2788 ontem, teve um debate muito forte sobre as lacunas que nós observamos no regimento. E  
2789 essa questão de não ter uma mesa diretora realmente é um problema, é um problema até para  
2790 o fortalecimento do próprio comitê, as nossas experiências em outros comitês já mostraram  
2791 isso. Por exemplo, o Comitê de Enfrentamento à Tortura a mesa diretora tem um papel  
2792 relevante que contribui sobremaneira para fluir os trabalhos. É democrático. Eu acho que  
2793 deveríamos debater e aprofundar um pouco mais nessa proposta que vem desde 2014 de  
2794 pensar nessa mesa diretora que não fluiu no primeiro momento, mas que nós estamos  
2795 novamente retomando essa memória.

2796

2797 **A Sra. Maria das Graças Sá Gadelha (Instituto Aliança com o Adolescente)** - Na  
2798 verdade, eu queria fazer uma questão que para mim está muito séria. O decreto tem vício de  
2799 inconstitucionalidade. A Constituição Federal prevê que nenhuma ação governamental  
2800 poderá ser exercida sem a prévia participação da sociedade civil. E quando se trata de  
2801 conselhos que são instâncias que vão exatamente traduzir essa questão da democratização e  
2802 do exercício da participação e da garantia da sociedade civil em qualquer processo, eu acho  
2803 que ele tem um vício de inconstitucionalidade. Esse decreto jamais poderia ter em se  
2804 tratando de uma instância de participação já trazer aqui essa questão já posta como se fosse  
2805 algo dentro dessa nossa discussão. Mesmo reconhecendo que está posto e que em cima disso  
2806 o regimento, pelo menos a princípio teria que trabalhar, eu acho que essa solução que se traz  
2807 de pensar pelo menos o compartilhamento das funções, junto com a sociedade civil, já  
2808 garantir que dentre os seus membros alguém da sociedade civil, acho que já reduz. Mas  
2809 podemos provocar a inconstitucionalidade desse artigo.

2810

2811 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - Há  
2812 proposta com relação ao decreto, quanto à inconstitucionalidade?

2813

2814 **A Sra. Maria das Graças Sá Gadelha (Instituto Aliança com o Adolescente)** - Eu acho  
2815 que nós podemos abrir a possibilidade de fazer uma discussão aqui no pleno sobre a  
2816 possibilidade de propor ou arguir a inconstitucionalidade e também pensar numa proposta  
2817 que possa contemplar pelo menos para reduzir os danos do decreto nesse aspecto. Eu acho  
2818 que fica muito monocrática essa decisão relacionada somente ao campo da... Alguns dos

2819 advogados aqui que possa me ajudar onde está esse artigo da Constituição Federal, acho que  
2820 é 204. É um dos incisos do art. 204, se não me engano.

2821

2822 **A Sra. Estela Escândola (Rede Feminista de Saúde)** – A proposta que tem é da  
2823 constituição da mesa diretora que independe da presidência. Nós ainda não estamos  
2824 questionando a presidência, só queremos que seja constituída a mesa diretora, composta do  
2825 vice-presidente e mais os coordenadores das comissões.

2826

2827 **A Sra. Eliane da Silva Souza Pequeno (Conselho Nacional da Promoção da Igualdade**  
2828 **Racial-CNPIR/FUNAI)** - Perdão. A minha intervenção não é sobre a mesa diretora, era  
2829 ainda sobre as consultas que a Graça estava falando. Eu acho que devemos nos pautar pela  
2830 Convenção 169 da OIT e não ter essa preocupação. É outro esclarecimento que eu estava  
2831 pensando e na discussão sobre a mesa diretora eu não tenho nada a acrescentar.

2832

2833 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - Bem,  
2834 surgiram várias questões inclusive da inconstitucionalidade do decreto. Pessoal, acho que,  
2835 até para fazer essa pesquisa e tal, a minha intenção é fazermos um intervalo de 15 minutos,  
2836 no máximo, e voltamos porque a nossa programação vai até às 13 horas. Fazemos um  
2837 intervalo até o meio-dia, vamos conversar um pouco sobre isso e cada um trocar ideias,  
2838 vamos conversando, vamos dar um prazo atrás para enxergar melhor.

2839

2840

## INTERVALO

2841

2842 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - –  
2843 Pessoal, vamos recomeçar com atraso de seis minutos. Bem, a conversa foi produtiva no  
2844 intervalo. Nós temos aqui uma sugestão intermediária. A Heloísa vai passar essa sugestão e  
2845 nós estamos abertos ao debate.

2846

2847 **A Sra. Heloísa Greco (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas/SNJ)** –  
2848 Apesar de quase dois anos discutindo regimento interno e de toda tensão que ele gerou nas  
2849 discussões, eu acho que de ontem para hoje conseguimos nas conversas paralelas e mesmo  
2850 na Comissão de Fortalecimento que foi onde eu estive que teve aquele momento de reflexão,  
2851 acho que tivemos um momento muito produtivo de também cada um ver a sua posição e  
2852 como melhorar. A sensação que eu tenho de ontem para hoje que foi a primeira vez que

2853 conseguimos conversar de forma mais construtiva também com os nossos pares. Pelo menos  
2854 é a sensação que eu tenho. Temos uma proposta e foi uma questão que já tinha saído sobre o  
2855 fluxo decisório no Conatrap. Eu sei que é uma questão que inquieta muito os conselheiros e  
2856 para nós também é claro. É um passo importante a partir do momento que já provamos o  
2857 regimento interno. Então a proposta que fazemos é que vamos ter outra reunião até o final  
2858 do ano e de apresentar uma proposta desse fluxo de decisão e como funciona isso para  
2859 depois ter as contribuições e já adiantando que vamos tentar construir esse passo coletivo, ou  
2860 seja, uma mesa diretora ou outro nome que seja com os coordenadores e coordenadores  
2861 adjuntos das comissões e esse passo vai fazer parte do fluxo decisório. Depois de receber as  
2862 contribuições do todo o comitê, nós publicaremos a resolução que estabelece então o fluxo  
2863 de decisão. Essa é uma primeira proposta e vamos tentar finalizar até a próxima reunião. E  
2864 para a próxima gestão, também outra proposta que fazemos, a partir do ano que vem, que se  
2865 crie um grupo de trabalho, uma subcomissão que repense o decreto também. Estamos vendo  
2866 que todo processo de construção do regimento esbarramos em muitos momentos do decreto.  
2867 Então também fica essa proposta para pensar para o próximo biênio do Conatrap essa  
2868 revisão do decreto. São essas duas propostas que temos.

2869

2870 **A Sra. Estela Escândola (Rede Feminista de Saúde)** – Eu quero dizer que tem a ver  
2871 também com a discussão de Sedal que talvez consigamos fazer hoje, que é assim: o Brasil  
2872 não tem uma lei geral antitráfico. Nós temos muitos decretos, penduricalhos. E a comissão  
2873 ontem está fazendo um parecer sobre uma lei que também não gostamos dela porque não  
2874 fala da forma integral. O Brasil tem construído uma história de fazer lei que além de ser  
2875 punitiva também é protetiva, a Lei Maria da Penha, o Estatuto da Criança e do Adolescente,  
2876 o Estatuto do Idoso. São legislações que trazem outra forma de pensar a garantia de direitos  
2877 para além da questão punitiva. Ou seja, sai daquela mesmice do Código Penal. Nesse  
2878 sentido, eu quero fazer duas propostas. Essa proposta já estava ventilada há três reuniões  
2879 atrás, mas de forma muito concreta. Eu quero consultar vocês do Ministério da Justiça como  
2880 é o procedimento. Nós temos que ter uma lei brasileira antitráfico. Quem vai fazer isso? É o  
2881 Ministério da Justiça que vai fazer e vai trazer para nós do Conatrap discutir? A Comissão  
2882 Permanente de Marco Legal vai fazer, nós vamos discutir e o Ministério da Justiça depois  
2883 vai encaminhar ao Legislativo? Como vai ser isso? Por quê? Dentro da proposta de uma lei  
2884 protetiva apareceria o Conatrap. Ou seja, saímos do marco de ser uma política de governo  
2885 para ser minimamente uma política de Estado. Nós precisamos fazer esse avanço. Quando a  
2886 Dalila sempre coloca: “Qual o legado que temos?”, eu penso que um legado que temos que

2887 construir o caminho é o que o enfrentamento ao tráfico de pessoas deixe de ser uma política  
2888 de governo para ser uma política de Estado. Isso significa o quê? Que nós temos que ter um  
2889 marco legal efetivo para o tráfico de pessoas para além dessa legislação pulverizada que  
2890 temos hoje. Eu estou entendendo o encaminhamento deste momento, mas eu quero pensar  
2891 um momento um pouco mais elaborado que precisamos dizer ao Estado brasileiro e à  
2892 sociedade brasileira que temos um marco legal para tráfico de pessoas.

2893

2894 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - São duas  
2895 propostas?

2896

2897 **A Sra. Estela Escândola (Rede Feminista de Saúde)** – A proposta é que primeiro vocês  
2898 nos esclareçam: vocês vão fazer o projeto de lei? Nós vamos encaminhar as duas questões  
2899 que estão em jogo: nós vamos ter uma proposta para o comitê, um novo decreto para o  
2900 comitê ou nós vamos realmente efetivar uma lei para o Estado brasileiro. Entendeu? Nós  
2901 vamos sair de política de governo para ser uma política de Estado.

2902

2903 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - O decreto  
2904 está na mão do Executivo. Mas a lei não está na mão do Executivo. Pode ser um anteprojeto.  
2905 Vamos esclarecer a nossa proposta então. A nossa proposta é não voltar a discutir o que já  
2906 foi discutido no Regimento Interno. É aprovarmos o Regimento Interno e nós já  
2907 estabelecemos agora mesmo a ideia de que vamos estabelecer fluxos. Isso já uma decisão  
2908 tomada. Nós vamos estabelecer esses fluxos de decisão em conjunto. E o fluxo de decisão  
2909 será na prática um colegiado de direção. Seriam os representantes das comissões  
2910 permanentes e o presidente. Essas decisões seriam tomadas dessa forma. Vamos resolver  
2911 como resolver isso. Nós vamos estabelecer um fluxo, distribuir a todos os participantes,  
2912 receber as contribuições e fechar o texto para a próxima reunião. Na próxima reunião, nós  
2913 estabelecemos, por resolução, o respeito a esse fluxo que as decisões no Conatrap serão  
2914 tomadas dessa forma, de acordo com esse fluxo, por resolução, e nós já teremos para a  
2915 próxima gestão essa ideia. Outra ideia que nos ocorreu agora a partir da discussão e das  
2916 manifestações do plenário é que este decreto realmente é muito limitado para o que  
2917 pretendemos. Estabelecer na próxima gestão, e essa resolução já pode ficar pronta na  
2918 próxima reunião, estabelecer uma subcomissão para propor novo decreto. E, aí, sim, nesse  
2919 decreto, nós vamos ter até a experiência de como na prática funciona essa nossa decisão  
2920 colegiada e esse decreto já contemplar isso. Quer dizer, se a subcomissão ou grupo de

2921 trabalho entender dessa forma. Mas, claro, pelo que parece já está bem maduro isso. Essa é a  
2922 proposta. Nós encerramos o Regimento Interno e já nos comprometemos com essa questão  
2923 dos fluxos e fazemos o que é uma preocupação do plenário neste momento por resolução,  
2924 depois nós fazemos um decreto e aí podemos fazer o que for necessário.

2925

2926 **O Sr. Frans Nederstigt (Projeto TRAMA)** – Em princípio de acordo com o  
2927 encaminhamento, eu queria só também refletir sobre algumas decisões que já tomamos hoje  
2928 de incluir nas decisões do Conatrap, já os coordenadores e coordenadoras das comissões. De  
2929 fato, estamos criando com a mesa diretora alguns encaminhamentos de fluxos de decisão. Se  
2930 aprofundarmos isso um pouco mais, não precisa ser agora, concordo com vocês, mas de  
2931 certa forma eu sinto que há um consenso que as decisões têm que ser, lógico do plenário,  
2932 mas tem que ter uma mesa diretora um pouco mais ampliada do que só a presidência. Só  
2933 queria reafirmar que eu sinto uma compreensão dessa necessidade, muito além do que somar  
2934 um desejo de um ou de outro.

2935

2936 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - Ótimo.  
2937 Alguma manifestação?

2938

2939 **A Sra. Jeanete Muzzeiro (Conselho Nacional de Direitos da Mulher)** - Eu acho que essa  
2940 é uma boa solução, pois contempla aos que estão chegando agora, estou até me ambientando  
2941 em primeiro lugar, mas achei muito positiva a reunião. Está bem estruturada. O pessoal está  
2942 muito envolvido. Então, eu acho que se essa solução apresentada dá um tempo de  
2943 amadurecer e contempla todo mundo pelo que eu senti aqui e das necessidades que sentimos  
2944 ainda pelo decreto. E queria deixar sugestão para já tirarmos daqui a data da reunião de  
2945 dezembro, pois todos aqui têm agenda muito cheia. Já temos que sair daqui com a data  
2946 batida. Quem não puder não tem jeito de mudar mais. Dezembro é muito cheio, então eu  
2947 acho que tem que ser na primeira quinzena. No dia 1 e 2, por exemplo, o CNDM já marcou  
2948 uma reunião lá justamente para poder livrar o resto de dezembro.

2949

2950 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - Inclusive  
2951 isso é ponto de pauta definir essa data.

2952

2953 **A Sra. Stefane Natália Ribeiro e Silva (MDS)** – Em relação a isso, pensei agora também,  
2954 temos que considerar a data das conferências que também vão acontecer em dezembro.

2955 Dezembro vai ser um mês bem atribulado. E eu queria também reforçar o apoio a esse  
2956 encaminhamento. Acho que ele encontrou um meio termo e também acredito que vai ajudar  
2957 no amadurecimento da decisão sobre como vai funcionar essa ideia de uma mesa diretora.  
2958 Estou na minha primeira reunião, mas percebo que também é um comitê novo que se reúne  
2959 poucas vezes ao ano, então conseguir construir esse fluxo e que seja bem amarrado ou  
2960 mesmo se isso for para um segundo momento, momento que seja de revisão ou do decreto,  
2961 conseguiremos fazer isso com mais maturidade, até do próprio andar como é o  
2962 funcionamento do comitê.

2963

2964 **A Sra. Eliane da Silva Souza Pequeno (Conselho Nacional da Promoção da Igualdade**  
2965 **Racial-CNPIR/FUNAI)** - Eu também queria manifestar a minha concordância e  
2966 parabenizar o andamento porque o espírito que a gente vem vindo desde a primeira reunião é  
2967 exatamente esse porque o protagonismo da sociedade civil, de quem já trabalha com a  
2968 temática, não só com o plano, mas dentro de uma perspectiva futura. Então, eu queria já  
2969 lembrar, não sei se vai ter espaço nos Informes a respeito das conferências, mas a Marcha  
2970 das Mulheres Negras no dia 18 de novembro que eu venho reiteradamente convidando os  
2971 conselheiros e conselheiras a fazerem a divulgação e a própria 1ª Conferência Nacional de  
2972 Política Indigenista que, apesar de ela estar no site acusando que será em dezembro, há uma  
2973 possibilidade de mudança para a segunda quinzena, aliás, a mensagem mostra que é 14 a 17  
2974 de novembro, então com muita possibilidade de ser transferida para a segunda quinzena de  
2975 dezembro. Antes de terminar, eu preciso me desabafar com os conselheiros a respeito das  
2976 minhas dificuldades de estar aqui porque desde a composição, não sou um caso solitário,  
2977 mas eu não tenho suplência, nós nos esforçamos para dar conta, tanto nas comissões  
2978 permanentes, tanto para todos os eventos que ocorrem em Brasília que tenho possibilidade  
2979 de participar, de estar presente, de fazer parte pelo Conatrap, de representar nos eventos, a  
2980 questão não é só de reconhecimento, porque participar de um comitê editorial de cinco  
2981 cadernos temáticos, acho maravilhoso, mas eu não queria sair da reunião sem pelo menos  
2982 brindar, estão ali sendo feitos e estão sendo muito úteis para toda a sociedade a qual estou  
2983 ligada. É só isso.

2984

2985 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - Bom,  
2986 tudo mundo está acordo com a ideia de fluxo? Bom, então, colocamos em votação o texto  
2987 final do regimento interno. Todos de acordo? Muito bem (*Palmas*). Bem, ficou também  
2988 registrada essa deliberação com relação aos fluxos, nós vamos apresentar o mais rápido

2989 possível e na próxima reunião já aprovar, já com as participações, circulando as  
2990 contribuições de todos, sem comissão, nós vamos fazer e passamos a todos. A ideia é que se  
2991 decida mesmo na próxima reunião. Na próxima reunião batemos o martelo e é este o fluxo e  
2992 está decidido.

2993

2994 **A Sra. Danielle de Souza Galdino (Secretária Executiva/CETP)** - Vai estabelecer um teto  
2995 de prazo para circular, para já trabalharmos um prazo? Eu acho que deveríamos estabelecer  
2996 um prazo porque senão fica muito solto.

2997

2998 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - Vamos  
2999 lá. Qual é a sua sugestão?

3000

3001 **A Sra. Danielle de Souza Galdino (Secretária Executiva/CETP)** - Como é para  
3002 apresentar na última reunião do mês, então podemos pegar até o 10 de novembro, circula, e  
3003 mais uns 15 dias.

3004

3005 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - Até 10 de  
3006 novembro, nós apresentamos a ideia do fluxo. Recebemos contribuições por duas semanas,  
3007 até 25/11. Na reunião de dezembro colocamos em votação.

3008

3009 **A Sra. Estela Escândola (Rede Feminista de Saúde)** – Desde ontem que estou trabalhando  
3010 com a Aldenora e hoje inseriu mais o Rafael e agora já convenci a Stefani da história de  
3011 como é que a gente elabora a proposta para as conferências nacionais. Então, eu quero fazer  
3012 o seguinte encaminhamento: primeiro que já tiremos aqui quais os grupos que vão fazer para  
3013 cada conferência nacional porque não dá, é muita conferência nacional, temos que fazer de  
3014 forma participativa. Então a minha proposta é: para cada conferência nacional, nós  
3015 colocamos 2 ou 3 ou 4 nomes, juntando governo e não governo aqui presentes, e damos um  
3016 prazo quando é que enviamos o texto-base, não vai todo mundo participar de tudo, um  
3017 pequeno elabora, assim que esse pequeno grupo elaborar manda para o e-mail e todo mundo  
3018 diz. Então, eu quero encaminhar isso porque da Política de Assistência Social eu estava  
3019 desesperada pensando que eu tinha de apresentar hoje e o Marcel me avisou que não. Então,  
3020 eu estou me propondo a fazer isso, assim, qual é o tema que vamos fazer e já escolhermos  
3021 aqui as pessoas para trabalhar isso, porque senão fica tudo no vazio, nós vamos embora e  
3022 não elabora as coisas.

3023

3024 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça) -** Perfeito.

3025 Vamos estabelecer esse grupo agora?

3026

3027 **A Sra. Stefane Natália Ribeiro e Silva (MDS) –** Eu concordo com o encaminhamento. Eu  
3028 queria só acrescentar que precisamos definir sobre quais conferências queremos incidir  
3029 porque são muitas conferências acontecendo. Então, primeiro, temos que definir em quais  
3030 conferências e a partir daí definir quais são as pessoas que vão pensar nesse texto, já por  
3031 natureza estou falando pela assistência social. Esse é o primeiro passo para conseguirmos  
3032 então encaminhar o que temos que fazer.

3033

3034 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça) -** A lista  
3035 está na pasta.

3036

3037 **A Sra. Aldenora Gonzales (Conselho Nacional de Assistência Social) -** Bom, eu  
3038 concordo com o que a Stefani colocou e já estamos desde ontem trabalhando com umas  
3039 quatro propostas aí para a Conferência de Assistência que a nacional acontece de 7 a 10 de  
3040 dezembro. Chamar a atenção que a Conferência de Segurança Alimentar vai ser a primeira  
3041 de todas, será agora já no dia 3 a 6 de novembro. Dizer que já me despedindo, fiquei muito  
3042 feliz com esse parto que tivemos aqui coletivamente aqui neste pleno. E estou muito honrada  
3043 de fazer parte. Não sei, estou me antecipando, provavelmente virei só na reunião de  
3044 dezembro, porque no ano que vem o CNAS passa por um processo eleitoral, e como já estou  
3045 no segundo mandato lá, eu vou compor a comissão eleitoral e não vou poder concorrer.  
3046 Então, provavelmente no ano que vem será outra pessoa que vai estar aqui representando a  
3047 sociedade civil. Já estou indo. Continuamos conversando no grupo e todos que vão construir  
3048 a proposta. Um bom trabalho a todos vocês. Obrigada.

3049

3050 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça) -**  
3051 Obrigado. A sua participação foi excelente, fundamental. Boa viagem.

3052

3053 **A Sra. Estela Escândola (Rede Feminista de Saúde) –** Estou conversando sobre o  
3054 Ministério da Saúde, mas, por exemplo, quem aqui tem *expertise* na área de saúde para fazer  
3055 a proposta? Mas temos ela e a Kátia Souto, ela nem é a representante aqui, a Kátia não está

3056 aqui e a Lílian não está. Quem daqui que tem a *expertise* na área da saúde para conseguir  
3057 elaborar isso. Agora não temos tempo para estudar.

3058

3059 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - Agora o  
3060 que vamos fazer é elaborar quais e os grupos, não é isso?

3061

3062 **A Sra. Heloísa Greco (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas/SNJ)** –  
3063 Vamos partir para a proposta da Stefani e definir quais são as conferências e depois vamos  
3064 compor os grupos? Mesmo que as pessoas não tenham o *expertise* o grupo faz uma proposta.  
3065 Eu estou com a lista das conferências. Vocês querem que vá lendo uma por uma? A  
3066 Conferência Nacional de Política Indigenista que vai acontecer de 17 a 20 de dezembro;  
3067 Conferência Nacional de Segurança Pública está sem data. Acontece este ano, Kátia? Sim.  
3068 Direitos Humanos, em abril que vai ser a grande conferência com todas as temáticas.  
3069 LGBT? É junto. Turismo? Está sem data. Estava prevista para setembro de 2015. Juventude,  
3070 em dezembro. Saúde? Em dezembro. Mulheres? Março do ano que vem. Segurança  
3071 alimentar, 6 de novembro. Esportes? Não tem finalização de data. São essas. Assistência  
3072 Social de 7 a 10 de dezembro.

3073

3074 **A Sra. Jeanete Luzieiro (Conselho Nacional de Direitos da Mulher)** - Eu queria reforçar  
3075 o seguinte: nas conferências nacionais tem uma pequena representação de cada estado  
3076 porque para a Conferência das Mulheres vão vir 2.500 mulheres de todo o Brasil. Não é  
3077 nada e é uma conferência que vai trazer mais pessoas. Então, eu acho importantíssimo  
3078 trabalhar isso nas conferências estaduais, porque nas conferências estaduais têm  
3079 representação de quase todos os municípios. Então, os municípios são os que mais precisam  
3080 receber informação porque ficam lá na ponta e não sabem o que está acontecendo. Então, eu  
3081 posso mandar para todos da lista a relação das conferências que vão acontecer nos estados,  
3082 da mulher. Agora vai ter que procurar o resto das outras conferências para podermos atingir.  
3083 Acho importantíssimo levar isso para a conferência estadual.

3084

3085 **A Sra. Heloísa Greco (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas/SNJ)** –  
3086 Eu acho que a ideia é vislumbrar a etapa nacional. Mas isso não impede que incidência seja  
3087 na etapa estadual. Até por isso acho que a urgência que a Estela coloca de fazer essas  
3088 propostas é que elas possam ser levadas para as estaduais também.

3089

3090 **A Sra. Danielle de Souza Galdino (Secretária Executiva/CETP)** - E aí poderíamos  
3091 utilizar a nossa rede que, inclusive, já foi tocado em reunião, saindo uma diretriz no comitê,  
3092 a rede já vai ter isso como respaldo para levar às estaduais, porque as redes ficam nos  
3093 estados. Então pensando nessas conferências quais seriam os grupos para formular  
3094 propostas?

3095

3096 **A Sra. Dalila Eugenia Maranhão Dias Figueiredo (Asbrad)** - Na Conferência Estadual de  
3097 Políticas das Mulheres em São Paulo. Eu sou do Conselho Estadual da Condição Feminina,  
3098 mas nós vamos concorrer a uma vaga. Então pode ser que também o grupo aqui presente,  
3099 algumas pessoas já tenham vaga garantida na conferência com estadia, e daí garante a  
3100 presença. Nós vamos ter uma vaga pelo Conselho Estadual da Condição feminina.

3101

3102 **A Sra. Heloísa Greco (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas/SNJ)** –  
3103 Alguém se habilita em algum desses grupos para conseguirmos dar encaminhamento? A  
3104 Stefani já se candidatou na Assistência Social.

3105

3106 **A Sra. Stefane Natália Ribeiro e Silva (MDS)** – Assistência Social nós acertamos que sou  
3107 eu, Aldenora, a Stefani e Rafael.

3108

3109 **A Sra. Maria das Graças Sá Gadelha (Instituto Aliança com o Adolescente)** - Eu me  
3110 coloco na Conferência de Direitos Humanos.

3111

3112 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - Eu me  
3113 candidato à Conferência de Direitos Humanos.

3114

3115 **A Sra. Heloísa Greco (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas/SNJ)** –  
3116 Coloca o Adelino na Conferência de Turismo também. E de mulheres a Fernanda Papa.

3117

3118 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** – Política  
3119 para Mulheres: a Dalila e a Jeanete. Saúde? Bethe Fernandes. Está faltando Juventude.

3120

3121 **A Sra. Danielle de Souza Galdino (Secretária Executiva/CETP)** - O Davi e a Graça  
3122 também na Juventude.

3123

3124 **A Sra. Maria das Graças Sá Gadelha (Instituto Aliança com o Adolescente)** - Na  
3125 verdade, eu queria apenas dar uma sugestão na linha da preocupação que a Estela tem.  
3126 Como nós vamos trabalhar à luz do plano em função das metas e o plano tem 5 linhas  
3127 operativas, sendo que apenas a primeira trata do marco regulatório, as outras são mais de  
3128 caráter operacional mesmo, eu não sei se seria o caso de a gente fechar em bloco o que  
3129 queremos mesmo elegendo questões que devem prioritariamente aparecer nessas  
3130 conferências. Para não ficar muito difuso, para trabalharmos à luz do plano, a partir das  
3131 linhas operativas definindo aspectos a partir de um discurso que queremos eleger como  
3132 prioritário que esteja presente nessas conferências, porque se pegarmos meta por meta, por  
3133 exemplo, pega macrolinha de capacitação, macrolinha de atendimento, macrolinha de  
3134 comunicação, você vai trabalhar, ali não pode deixar de acontecer.

3135

3136 **A Sra. Heloísa Greco (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas/SNJ)** –  
3137 As diretrizes da política talvez ajudem mais do que o II Segundo Plano que é um plano mais  
3138 operacional para seguir com as diretrizes da política nacional porque também vai variar  
3139 muito de acordo com os eixos da conferência, o texto-base. Eu não consigo visualizar agora  
3140 como que fechamos esse bloco, por exemplo, atendimento a vítimas é um ponto, a atenção é  
3141 um ponto da política nacional. E como vamos circular tudo, podemos ir fazendo esses  
3142 ajustes à medida que for adaptando àquela conferência.

3143

3144 **A Sra. Estela Escândola (Rede Feminista de Saúde)** – Quero lembrar também, gente, que  
3145 às vezes a gente não consegue encontrar no nosso II Segundo Plano coisas muito óbvias em  
3146 que precisamos enfrentar numa conferência, por exemplo, o cartão SUS. Não tem jeito. Nós  
3147 vamos ter que escrever sobre o cartão SUS na nossa proposta porque hoje concretamente o  
3148 migrante consegue fazer o cartão SUS para atendimento só emergencial. Ou seja, não está  
3149 no nosso II Plano, mas temos que enfrentar essa discussão. Temos que olhar o plano, mas  
3150 temos que ver o que está batendo à porta. E o que está batendo à porta necessariamente não  
3151 está no nosso II Plano. Eu acho muito interessante olhar as linhas operativas, mas  
3152 precisamos dar uma olhada naquilo que efetivamente está rolando no cotidiano. Eu acho  
3153 superimportante as organizações que trabalham diretamente estar em todas essas coisas, pois  
3154 sabemos o que está batendo à porta.

3155

3156 **A Sra. Maria das Graças Sá Gadelha (Instituto Aliança com o Adolescente)** - Nessa  
3157 questão que a Estela coloca, se você, por exemplo, vê aqui no item da linha operativa 2-D-7

3158 “Estratégia para incorporação do tema ao atendimento do Sistema Único” e aí dentro dessa  
3159 meta você incluir essa proposta. Só trabalhar à luz do plano.

3160

3161 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - Na  
3162 realidade, nós acabamos nessa solução depois que a Estela falou que tentou fazer um texto-  
3163 padrão e não deu muito certo.

3164

3165 **A Sra. Estela Escândola (Rede Feminista de Saúde)** – Mas essas 5 linhas iniciais eu tentei  
3166 fazer.

3167

3168 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - Então vai  
3169 socializar essas 5 linhas?

3170

3171 **A Sra. Kátia Maria Barreto Souto (Conselho Nacional de Saúde)** – Talvez eu esteja  
3172 desinformada, mas eu queria saber como vamos aprovar esses textos para apresentar. Por  
3173 exemplo, a da Saúde agora em dezembro. E a nossa reunião provavelmente vai ser depois da  
3174 conferência.

3175

3176 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** -Vamos  
3177 aprovar virtualmente. Circular no e-mail de todo mundo e dar prazo.

3178

3179 **A Sra. Maria Guilhermina da Cunha Salasario (CNCD)** - Eu proponho que dessas 5  
3180 linhas sejam baseadas no atendimento de cada um desses lugares, quando do atendimento  
3181 trabalhar o tema tráfico de pessoas porque já vimos que os problemas estão tanto o Creas,  
3182 Cras, mulheres, saúde, então quando você tem um problema o atendimento desses locais.

3183

3184 **A Sra. Eliane da Silva Souza Pequeno (Conselho Nacional da Promoção da Igualdade**  
3185 **Racial-CNPIR/FUNAI)** - Levando-se em consideração o que discutimos na nossa comissão  
3186 de comunicação, a representante do MEC sugeriu fazermos uma apresentação do Conatrap  
3187 para aonde queremos chegar. Então, eu compartilho com a conselheira do CNDM porque,  
3188 por exemplo, eu estou aqui representando o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade  
3189 Racial, eu participei da local do Distrito Federal da política indigenista e algumas regionais  
3190 e, provavelmente, vou participar da nacional, porque estou lá há 20 anos. Mas eu vou  
3191 precisar de algum tipo de aproximação Conatrap presença do órgão. Então sugiro como

3192 proposta fazer um pequeno ofício, alguma coisa mais tipo cartão mesmo de visita. Nós nos  
3193 colocando, aí, sim, as pessoas que já estão envolvidas que vão poder tratar das  
3194 especificidades com liberdade de estar sim representando do Conatrap. Eu acredito que não  
3195 é uma tarefa muito difícil nós nos apresentarmos seguindo a linha para se apresentar a  
3196 determinadas coisas, aqui não, se apresentar, temos possibilidade de abrir um espaço mesmo  
3197 porque há coisas que precisamos usar e pontuar porque é a mesma história do Coração Azul.  
3198 Nós que andamos com aquele coração azul no crachá há dois anos, cada um que me para e  
3199 me pergunta o que é isso, eu nem, já vai no automático: “Liberdade não se vende...”. Parece  
3200 que não, mas é uma fonte de disseminação. Agora ninguém advinha. Acho que ela tem toda  
3201 razão com a preocupação, tudo bem, vai participar, ótimo, com relação à sociedade civil  
3202 melhor ainda, porque eles estão lá, são a própria sociedade. Agora no nosso caso  
3203 representantes do governo foi uma saia justa que ficamos.

3204

3205 **A Sra. Maria Guilhermina da Cunha Salasario (CNCD)** - Eu me lembrei agora. Nós não  
3206 podemos nos esquecer que todas as propostas que chegam à nacional chegam dos estados.  
3207 Então, é imprescindível que essas propostas sejam inseridas no estado. Se formos direto para  
3208 a nacional não vai servir para nada. Só para informação.

3209

3210 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - É  
3211 importante que isso esteja pronto com tempo para socializar com a rede porque a rede está  
3212 nos estados. Pessoal, temos os grupos? Bom, podemos encerrar agora dez minutos antes?

3213

3214 **A Sra. Não Identificada** - A exemplo das reuniões anteriores, o final tem ficado  
3215 extremamente comprometido porque nós já embarcamos às 18 horas e aí é preciso antecipar  
3216 bem. Eu me lembro que temos saído já no final e tudo é muito importante. Vamos tentar ser  
3217 pontuais. Obrigada.

3218

3219 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** -  
3220 Encerrando então os trabalhos pela manhã. Voltamos às 14 horas e vamos fazer uma  
3221 proposta de encurtar os tempos de cada uma das pautas para conseguirmos falar de tudo.

3222

3223

**16/10/2015**

3224

**TARDE**

3225

3226 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - Vamos  
3227 recomendar então com um pouquinho de atraso, mas prometo compensar. Vamos esgotar a  
3228 pauta, diminuir o tamanho dos itens da pauta. Pessoal, vou apresentar a pauta da tarde e  
3229 vamos submeter a ideia de reduzir os prazos de cada um dos assuntos. Então o primeiro  
3230 ponto é o Relatório Nacional sobre Tráfico de Pessoas – Dados de 2013. Nós tínhamos uma  
3231 hora, eu sugiro 45 minutos. Segundo ponto: apresentação sobre a parceria entre MJ e o  
3232 UNODC. Nós tínhamos uma hora, eu sugiro 30 minutos. Intervalo de 15 minutos. Depois  
3233 Proposta de Avaliação do Biênio 2014-2015 e composição do Biênio 2016-2017 do  
3234 Conatrap. Nós tínhamos uma hora. Eu sugiro 30 minutos. Nós tínhamos um novo Reforma  
3235 Administrativa que foi sugerido. Eu colocaria 45 minutos para esse tema. E último tema  
3236 Avaliação da reunião e encaminhamentos da 5ª Reunião Ordinária do Conatrap. Mantém os  
3237 45 minutos.

3238

3239 **O Sr. Marcel Theodoor Hazeu (SODIREITOS)** - Aprovação do documento elaborado  
3240 pela comissão. Eu gostaria de colocá-lo.

3241

3242 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - É melhor  
3243 então que seja o primeiro.

3244

3245 **A Sra. Estela Escândola (Rede Feminista de Saúde)** – Inclusive eu tenho muitas dúvidas  
3246 se nós daríamos conta e eu quero pautar isso com a maior fraternidade do mundo. Eu li o  
3247 Relatório Nacional sobre Tráfico de Pessoas 2013 e eu penso que deveríamos fazer uma  
3248 discussão um pouco mais complexa sobre os relatórios de dados. Eu acho que não é uma  
3249 discussão de apresentar e discutir os dados. Mas de como podemos melhorar a captação de  
3250 dados, a organização de dados. Entende? Eu não queria que esse Relatório Nacional fosse só  
3251 um objeto de apresentação. Que nós nos realmente detivéssemos porque é um dos  
3252 documentos centrais da política. E eu acabei olhando e penso que deveríamos ter, se for só  
3253 para apresentar e dizer em dezembro vamos discutir a estruturação é uma coisa. Agora se for  
3254 para realmente discutir o relatório de dados é outra conversa. E sobre a pauta da reforma  
3255 administrativa, eu confesso que estava pensando que ia fazer isso junto com a Fernanda e  
3256 nós não fizemos porque ela também não esteve aqui de manhã. Mas é um documento que  
3257 precisamos tirar, hoje com o regimento interno já temos mais clareza do que vamos fazer.  
3258 Eu penso que é uma discussão rápida, mas que nós não vamos dar conta de fazer o  
3259 documento aqui. A minha sugestão é que invertamos a pauta e depois da discussão do

3260 documento, nós entramos na proposta de avaliação do biênio, pois vou viajar às 16 horas. Eu  
3261 acho que se quiser apresentar hoje apresenta, mas o relatório precisa ter uma discussão mais  
3262 detalhada.

3263

3264 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - O que  
3265 nós esperávamos na conversa do relatório efetivamente era assim: as sugestões de vocês.  
3266 Nós também à medida que recebemos o relatório e precisamos apresentar, nós percebemos  
3267 fragilidades nos dados, principalmente na coleta dos dados, mas é uma dificuldade real. E  
3268 gostaríamos muito de receber as contribuições de todos a respeito de como melhorar esse  
3269 relatório. Isso é uma grande preocupação nossa, no Ministério da Justiça, e acredito que seja  
3270 do Conatrap também. É evidente que não vamos esgotar esse tema aqui. Não seria o caso.  
3271 Mas podemos apresentar e deixar proposição mesmo dessas melhorias para a próxima  
3272 reunião.

3273

3274 **O Sr. Marcel Theodoor Hazeu (SODIREITOS)** - Nesse sentido, eu acho importante  
3275 socializar neste momento até que a apresentação ajude na leitura e entendimento dos dados,  
3276 mas que depois da apresentação, que a Comissão de Monitoramento e Orçamento fique com  
3277 a tarefa de fazer um parecer sobre o relatório para levar para a reunião porque não vai ter  
3278 tempo de fazer um debate mais aprofundado. Em cima de um parecer é mais fácil de fazer  
3279 um debate.

3280

3281 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - A ideia é  
3282 que se apresente o relatório e deixa a discussão para depois do parecer da comissão.

3283

3284 **A Sra. Estela Escândola (Rede Feminista de Saúde)** – Isso. Perfeito. Mesmo assim eu vou  
3285 manter a proposta de inversão de pauta.

3286

3287 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - Sim.  
3288 Começamos com o documento, reforma administrativa, avaliação do biênio, relatório  
3289 nacional, parceria MJ/UNODC e avaliação da reunião. É isso. APROVADO.

3290

3291 **O Sr. Frans Nederstigt (Projeto TRAMA)** – Eu fiz as discussões hoje de manhã assim  
3292 meio de longe, tentei me concentrar. Peguei a discussão que tivemos ontem na Comissão  
3293 Permanente do Marco Legal, inclusive peguei alguns documentos já preparados

3294 anteriormente. Tentei aplicar a uma introdução mais ideológica, mas política para mostrar o  
3295 posicionamento do Conatrap quanto ao enfrentamento ao tráfico de pessoas e o marco legal  
3296 ideal. Claro, um documento realmente profundo e bem elaborado levaria muito mais tempo,  
3297 mas ao mesmo tempo, olhando para a mesa, temos que aproveitar este momento quando dos  
3298 dois projetos de lei estão sendo discutidos e onde podemos ter uma influência na opção dos  
3299 dois textos, mas ontem ficou muito claro também que a plenária queria uma introdução mais  
3300 geral, que acho válido e importante. Algumas pessoas, no almoço, leram alguma coisa,  
3301 fizemos algumas observações, mas não conseguimos incluir tudo. Na verdade, eu fiz uma  
3302 breve introdução de duas páginas e atrás dessas duas páginas tem o resumo das discussões  
3303 ontem do CP do Marco Legal que eu não vou apresentar neste momento porque ontem já foi  
3304 discutido. A única observação enquanto opções pelo projeto da Câmara ou pelo projeto do  
3305 Senado tem duas questões, primeiro, aqui então vem pelo exposto o Conatrap respeitando os  
3306 processos legislativos opina quanto aos referidos projetos de lei da seguinte maneira: se  
3307 colocando à disposição para quaisquer esclarecimentos. Tem, na verdade, uma colocação  
3308 sobre a legislação especial do ECA e a legislação sobre o agenciamento que opinamos para  
3309 não ter essas modificações porque isso precisa de uma análise técnica mais aprofundada.  
3310 Isso foi colocado na reunião também. E temos a colocação que o 231 e o 231-A do Código  
3311 Penal que realmente tem que sair.

3312

3313 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - É uma  
3314 questão de ordem. Estou tendo a primeira vista do texto. Eu sugiro que para fazermos uma  
3315 leitura mais rápida e mais objetiva, fazer a leitura ponto a ponto e vamos apontando os  
3316 destaques e depois vamos rever cada ponto.

3317

3318 **O Sr. Frans Nederstigt (Projeto TRAMA)** – Eu queria que outra pessoa lesse por conta do  
3319 meu sotaque.

3320

3321 **A Sra. Lucicleia Sousa e Silva Rollemberg (CETP)** - Vou auxiliá-lo aqui com a leitura.  
3322 Recomendação/Parecer do Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas –  
3323 CONATRAP, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 479, de 2012 (texto enviado à Câmara  
3324 dos Deputados), adiante denominado simplesmente PLS, e o Substitutivo da Câmara dos  
3325 Deputados (Projeto de Lei nº 7.370, de 2014, naquela Casa), adiante simplesmente  
3326 denominado PLC.

3327

3328 O CONATRAP, dentro das suas atribuições, reunido durante sua V Reunião Ordinária,  
3329 realizado em 15 e 16 de Outubro de 2015, em Brasília/DF, faz a seguintes recomendações,  
3330 ao mesmo tempo louvando as importantes iniciativas das respectivas Casas Legislativas para  
3331 adequar a legislação brasileira referente à temática do enfrentamento ao tráfico de pessoas:

3332

3333 1.A normativa nacional atual não atende ao almejado sistema de proteção que preconiza a (i)  
3334 prevenção e (ii) repressão ao crime e (ii) atenção às pessoas traficadas (juridicamente  
3335 também identificadas de “vítimas de tráfico de pessoas”), respeitando a transversalidade dos  
3336 direitos humanos, conforme os diversos tratados internacionais de direitos humanos que o  
3337 Brasil ratificou. Embora os Projetos de Lei acima citados conseguirem traduzir várias e  
3338 importantes reivindicações do CONATRAP e da sociedade civil em propostas legislativas,  
3339 estes ainda não alcançam a amplitude necessária para um efetivo enfrentamento ao tráfico de  
3340 pessoas.

3341

3342 *2.Na visão do CONATRAP devem ser considerados alguns instrumentos jurídicos, às vezes*  
3343 *inovadores que podem tornar a repressão ao crime, prevenção e atenção às vítimas de*  
3344 *tráfico humano mais efetivas, ampliando sua aplicabilidade para qualquer modalidade de*  
3345 *tráfico humano. Instrumentos jurídicos que têm a possibilidade de incentivar o*  
3346 *protagonismo das pessoas traficadas e aquelas em situação de vulnerabilidade para serem*  
3347 *traficadas, visando a afirmação dos seus direitos humanos.*

3348

3349 1. *É por isso que o instrumentário jurídico disponível* seja nos âmbitos nacional e/ou  
3350 internacional, têm de ser empregados na efetivação dos direitos humanos das pessoas  
3351 traficadas e aquelas em situação de vulnerabilidade para serem traficadas,  
3352 independentemente de elas serem reconhecidas num processo criminal como vítima.

3353

3354 3.Neste sentido a legislação penal brasileira, bem como a legislações trabalhista e cível bem  
3355 como os PLs propostos não refletem o paradigma jurídico universal do “Tráfico de Pessoas”  
3356 conforme a definição utilizada no Decreto n° 5.017, de 12 de março de 2004, que promulga  
3357 o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado  
3358 Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em  
3359 especial Mulheres e Crianças, também chamado do “*Protocolo de Palermo*”, ratificado e  
3360 internalizado pelo nosso país.

3361

3362 2. A Política Nacional (Decreto nº 5.948/2006) definiu o tráfico de pessoas de uma  
3363 maneira mais precisa e tecnicamente mais correta que os Projetos de Lei acima citados,  
3364 fazendo referência necessária à definição ao Protocolo de Palermo.

3365

3366 3. Os artigos 231 e 231-A do Código Penal (CP) que dizem respeito ao tráfico de  
3367 pessoas, ao mesmo tempo, ampliam e restringem suas definições quando comparado com o  
3368 Protocolo de Palermo. Os dois artigos criminalizam o tráfico de pessoas para fins de  
3369 prostituição, incluindo assim a prostituição autônoma e/ou voluntária, ignorando a  
3370 tipificação mais restrita utilizada pelo Protocolo de Palermo da “exploração da prostituição  
3371 de outrem”. Ao mesmo tempo, os artigos 231 e 231-A do CP não tipificam as outras formas  
3372 de tráfico humano previsto no Protocolo. Embora não intitulado explicitamente como tráfico  
3373 de pessoas, muitas dessas outras formas são, em parte, crimes segundo outros artigos do CP  
3374 ou espalhadas em leis especiais. O tráfico humano para fins do trabalho ou serviços  
3375 forçados, escravatura ou práticas similares à escravatura ainda é tratada de forma distinta e  
3376 diferente pela legislação penal e, de certa forma, também pela legislação trabalhista.

3377

3378 4. A prática jurídica acerca da erradicação do trabalho escravo no Brasil pode trazer  
3379 benefícios para um enfrentamento ampliado do tráfico de pessoas. O trabalho escravo e a  
3380 prostituição forçada são problemas distintos, porém, também têm muitos aspectos em  
3381 comum; e, portanto, as estratégias e metodologias de repressão, prevenção e atenção às  
3382 vítimas também poderão ter algo em comum.

3383

3384 Pelo exposto, o CONATRAP, respeitando os processos legislativos, opina quanto aos  
3385 referidos Projeto de Lei da seguinte maneira, se colocando à disposição para quaisquer  
3386 esclarecimentos:

3387

3388 **Artigo 12 (PLS) e artigo 7º (PLC)**

3389

3390 O CONATRAP referenda aprovação do texto do Senado com justificativa do Ministério da  
3391 Justiça (MJ).

3392

3393 **Artigos 10, 13-A até 13-G (PLC)**

3394

3395 O CONATRAP recomenda uma análise técnica e mais aprofundada tendo em vista que o  
3396 PLC pretende ampliar as normas do Código de Processo Penal (com consequências) muito  
3397 além da temática do enfrentamento ao tráfico de pessoas. Ademais se identifica desde já  
3398 vários pontos de inconstitucionalidade e de possíveis violações de direitos.

3399

3400 **Artigo 9º (PLS) e artigo 10 (PLC)**

3401 O CONATRAP referenda aprovação do texto do Senado uma vez que no texto proposta pela  
3402 Câmara se identifica, desde, já vários pontos de inconstitucionalidade e de possíveis  
3403 violações de direitos e de normativos internacionais.

3404

3405 **Artigo 11 (PLC)**

3406

3407 O CONATRAP referenda a manutenção do artigo 149 do CP no seu texto atual uma vez que  
3408 o texto do novo art. 149-A do CP já tratará da repressão ao tráfico de pessoas em todas as  
3409 suas modalidades.

3410

3411 **Artigos 11 e 14 (PLS) e artigos 12 e 22 (PLC)**

3412

3413 O CONATRAP referenda a substituição dos atuais artigos 231 e 231-A do CP por um novo  
3414 artigo 149-A do CP que tipificará o crime de “Tráfico de Pessoas”, conforme a definição  
3415 utilizada no Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004, que promulga o Protocolo Adicional  
3416 à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à  
3417 Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças.

3418

3419 Isto para evitar problemas identificados quanto a abrangência ampla dos três elementos  
3420 tipificadores (ação, meio, finalidade) que, principalmente na proposta da Câmara, tornará  
3421 ilegal, por exemplo, “acolher pessoa” (...) “recorrendo ao pagamento” (...) “irrelevante o  
3422 consentimento da vítima” (...) “para os seguintes fins” (...) “IV – remoção de órgãos, células,  
3423 tecidos ou partes do corpo humano” o que tornará ilegal práticas totalmente aceitas como  
3424 corte de cabelo, remoção de órgãos em caso de doença ou tratamentos de embelezamento ou  
3425 por identidade de gênero, uma vez que, ao contrário do citado Protocolo de Palermo, o texto  
3426 proposto deixa de incluir expressamente “para fins de exploração” tornando ao mesmo  
3427 tempo um importante conceito jurídico de “consentimento” sem efeito:

3428

3429 **Artigo 3**

3430 **Definições**

3431 **Para efeitos do presente Protocolo:**

3432

3433 *a) A expressão "tráfico de pessoas" significa o recrutamento, o transporte, a transferência,*  
3434 *o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou a*  
3435 *outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à*  
3436 *situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para*  
3437 *obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de*  
3438 *exploração. A exploração incluirá, no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou*  
3439 *outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, escravatura ou*  
3440 *práticas similares à escravatura, a servidão ou a remoção de órgãos;*

3441 *b) O consentimento dado pela vítima de tráfico de pessoas tendo em vista qualquer tipo de*  
3442 *exploração descrito na alínea a) do presente Artigo será considerado irrelevante se tiver*  
3443 *sido utilizado qualquer um dos meios referidos na alínea a);*

3444 *c) O recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de uma*  
3445 *criança para fins de exploração serão considerados "tráfico de pessoas" mesmo que não*  
3446 *envolvam nenhum dos meios referidos da alínea a) do presente Artigo;*

3447 *d) O termo "criança" significa qualquer pessoa com idade inferior a dezoito anos.*

3448

3449 Caso este não seja o entendimento do Legislativo e seus respectivos órgãos, o CONATRAP  
3450 referenda aprovação dos textos propostas conforme tabela abaixo anexada por menos  
3451 inadequado.

3452

3453 **A Sra. Lucicleia Sousa e Silva Rollemberg (CETP)** - Só uma perguntinha, Frans, estes  
3454 textos são os textos foram os que você fez aquele cola-copia daquela tabela de ontem?

3455

3456 **O Sr. Frans Nederstigt (Projeto TRAMA)** – Essa colocação aqui sobre a definição do  
3457 tráfico de pessoas foi a discussão que foi ontem trazida na plenária sobre o texto proposto  
3458 pela Câmara. Tivemos várias discussões também depois da reunião e hoje de manhã com o  
3459 procurador do Ministério Público do Trabalho e a questão é que com a mistura que a Câmara  
3460 faz incluindo, de um lado, que o consentimento é irrelevante, deixando, ao mesmo tempo,  
3461 alguns fins, incluindo fins do tráfico de pessoas que não estão ligadas diretamente à  
3462 exploração, você cria um problema muito grande, muito sério que, no caso, por exemplo, do

3463 meio acolher uma pessoa ou alojar uma pessoa que pode ser qualquer coisa de alguém que  
3464 fica dentro de uma casa ou dentro de um estabelecimento comercial que recorre ao  
3465 pagamento, não coação, os problemas não estão nos termos de ação, os meios de coação, de  
3466 fraude. Aí está muito claro para adoção também pagamento é ilegal. Lá não é problema. Mas  
3467 quando se fala de remoção de órgãos, de tecidos, de células, você torna ao mesmo tempo  
3468 consentimento da vítima irrelevante você simplesmente torna ilegais que são aceitas,  
3469 inclusive práticas médicas onde o consentimento justamente tira o problema.

3470

3471 **A Sra. Lucicleia Sousa e Silva Rollemberg (CETP)** - Tem que haver dolo. Aí tem toda  
3472 uma questão jurídica.

3473

3474 **O Sr. Frans Nederstigt (Projeto TRAMA)** – Sim. Exatamente. Tem toda uma questão  
3475 jurídica, por isso citei lá o Protocolo de Palermo no qual está muito claro que o  
3476 consentimento é irrelevante, caso haja os meios aplicados do art. A, e caso você emprega  
3477 coação ou pagamento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra pessoa para fins de  
3478 exploração. E isso foi tirado dessa proposta. Parece talvez um problema, mas várias pessoas  
3479 que foram consultadas inclusive ontem já foi definido que não é bom qualquer texto que  
3480 foge muito do Protocolo de Palermo justamente por isso. E quando você lê o texto da  
3481 Política Nacional lá é muito mais cauteloso. Lá é o texto do Protocolo.

3482

3483 **A Sra. Lucicleia Sousa e Silva Rollemberg (CETP)** - Vou terminar a leitura e a abrimos a  
3484 discussão. Então daqui para frente não é só o que estava na tabela ontem não? Então vamos  
3485 fazer a leitura.

3486

3487 **Artigo 13 (PLS)**

3488

3489 O CONATRAP referenda aprovação do texto do Senado (quanto ao novo artigo 2º,  
3490 parágrafo 1º e quanto ao novo artigo 2-C da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990), porém,  
3491 com exceção do novo parágrafo 2º do artigo 2º da Lei nº 7.998, que o CONATRAP  
3492 recomenda suprimir, uma vez que o texto proposto neste parágrafo restringe a possibilidade  
3493 de recebimento do Seguro Desemprego, já garantido no caput do artigo 2º da Lei 7.998/90, a  
3494 todos os imigrantes encontrados em condição de tráfico de pessoas submetidas a trabalho  
3495 escravo ou a qualquer forma de exploração sexual e que (ainda) não tenham o visto de  
3496 permanência.

3497

3498 **Modificações propostas no PLC em outras legislações especiais**

3499

3500 O CONATRAP recomenda uma análise técnica e mais aprofundada tendo em vista que o  
3501 substitutivo do Projeto de Lei da Câmara pretende modificar legislações especiais [como a  
3502 Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente; Lei nº 9.615,  
3503 de 24 de março de 1998 (com consequências) às vezes muito além da temática do  
3504 enfrentamento ao tráfico de pessoas.

3505

3506 **A Sra. Lucicleia Sousa e Silva Rollemberg (CETP)** - Esse está igual ao de ontem?

3507

3508 **O Sr. Frans Nederstigt (Projeto TRAMA)** – Este está igual ao de ontem, essa é só uma  
3509 parte sobre a definição do tráfico de pessoas porque entendemos que temos que ter uma  
3510 opção entre as duas, então aqui manteve. A única modificação que foi sugerida por  
3511 Guilhermina, representante do CNDC seria o texto sobre a remoção de órgãos que no texto  
3512 do Senado está menos abrangente do que no texto da Câmara. E aí volta, na verdade, a  
3513 discussão que já tivemos na Comissão Permanente que a inclusão de células seria  
3514 justamente em concordância com a legislação internacional que pode até ser o caso, mas  
3515 como a inclusão de irrelevância do consentimento da vítima, no caput do artigo, e, ao  
3516 mesmo tempo, deixando de fora para fins de exploração no momento de remoção de órgãos,  
3517 você acaba a tornar ilegal várias práticas médicas, de embelezamento, inclusive de corte de  
3518 cabelo que é o exemplo típico, utilizado muitas vezes na Faculdade de Direito para dizer que  
3519 o consentimento é um conceito extremamente importante. Mesmo que para o enfrentamento  
3520 ao tráfico de pessoas, o consentimento pode ser considerado irrelevante no momento que  
3521 algum dos meios de coação, de pagamento para uma pessoa que tenha autoridade sobre a  
3522 outra é utilizado. Era mais complicado do que eu pensei porque essa inclusão do  
3523 consentimento da vítima, eu me lembro ontem, acho que foi a própria Lucicleia ou pessoas  
3524 do SAL falaram que foi uma inclusão no último momento pela Câmara. E não pensaram  
3525 sobre a consequência que isso pode causar. Na minha opinião e na opinião de algumas  
3526 pessoas consultadas.

3527

3528 **A Sra. Lucicleia Sousa e Silva Rollemberg (CETP)** - A questão do consentimento é  
3529 prevista no Protocolo. Ele estava previsto também previsto no PLS 479 que é o originário do  
3530 Senado. Quando foi o último texto para aprovação final do pleno, ele saiu sem a questão do

3531 consentimento. Já o da Câmara, a proposta da CPI da Câmara já apresentava a questão da  
3532 irrelevância do consentimento, que é uma recomendação da ONU e do próprio Protocolo em  
3533 constar nas legislações dos países que ratificam a irrelevância do consentimento. Essa é a  
3534 informação que temos.

3535

3536 **O Sr. Marcel Theodoor Hazeu (SODIREITOS)** - Uma questão de encaminhamento. No  
3537 meu entendimento, essa questão foi discutida ontem e eu me sinto contemplado com a  
3538 observação que foi feita nesse documento porque é uma preocupação que nós estamos  
3539 expressando para o Legislativo em relação a essa formulação específica. Então, eu gostaria  
3540 de manter essa questão porque a explicação que Frans deu e que outros também  
3541 conscientizaram é que se cria uma figura de tráfico de pessoas em cima de situações que não  
3542 são de tráfico de pessoas. Isso pode implicar repressão a certas questões de transplantes,  
3543 incluindo questões de transexuais etc., que podem ser muito negativas.

3544

3545 **O Sr. Thaddeus Gregory Blanchette (Davida)** - Eu queria salientar e assinar embaixo o  
3546 que o Frans estava dizendo, eu tenho lido muito sobre como foi escrito o Protocolo de  
3547 Palermo e as discussões que rolaram dentro desse processo. Inclusive o livro do Josué que  
3548 estava presente que estava presente por todo o processo de discussões do Protocolo de  
3549 Palermo. E tem um capítulo inteiro no livro dela sobre essa questão do consentimento e essa  
3550 questão do consentimento nunca foi para ser lido como se o consentimento não valesse para  
3551 nada. É muito claro dentro das discussões do Protocolo de Palermo que você não pode pegar  
3552 o consentimento de alguém para dizer: “Ok, tudo bem, eu vou ser um escravo”. Se a pessoa  
3553 diz: “Eu consenti ser um escravo” isso não é válido. Quando de repente o consentimento,  
3554 nós vamos definir tráfico de maneira diferente do Protocolo de Palermo e nós vamos dizer  
3555 que as pessoas que nós indicamos como traficados não têm nada a ver, a voz deles, o  
3556 consentimento deles no processo não vale. Isso está indo muito além do que o Protocolo de  
3557 Palermo planejava fazer. De fato, está atacando a noção da cidadania básica colocada na  
3558 Constituição. Você não pode dizer que o consentimento de alguém não vale nada. O  
3559 consentimento de alguém não vale especificamente nesse caso quando eles estão sendo  
3560 coagidos, forçados ou qualquer coisa assim. Por isso, vamos tomar cuidado. Não vamos  
3561 abrir mais ainda na questão que não importam o que eles dizem.

3562

3563 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - Vamos  
3564 aos destaques. No dois?

3565

3566 **O Sr. Marcel Theodoor Hazeu (SODIREITOS)** - Eu acho um ponto importante, mas  
3567 talvez eu não tenha entendido bem a significação da consideração. Porque os instrumentos  
3568 jurídicos às vezes inovadores podem se tornar importantes, talvez eu não conheça, mas quais  
3569 instrumentos inovadores seriam esses? Os instrumentos jurídicos que tenham a possibilidade  
3570 de incentivar o protagonismo das pessoas traficadas e aquelas em situação de  
3571 vulnerabilidade. Eu acho didaticamente interessante que alguma coisa bem concreta vai  
3572 simplificar. Só para reforçar esse ponto.

3573

3574 **O Sr. Frans Nederstigt (Projeto TRAMA)** – Originalmente tinha mencionado isso. A  
3575 ideia era reduzir mais. Realmente ficou um pouco sem concretização aqui. Na verdade,  
3576 seriam instrumentos como ação civil pública. Na verdade, eu nem sei se tem que ser mantido  
3577 aqui porque se fala aqui sobre questões de aplicação da lei, as formas que o Ministério  
3578 Público, o Ministério Público do Trabalho, certas organizações têm efetivar os novos  
3579 direitos que vão ser colocados. Então, eu não sei, sinceramente, se este é o momento neste  
3580 parecer de falar sobre isso porque a ideia seria justamente a assistência da acusação, vários  
3581 outros instrumentos processuais que existem e constitucionais.

3582

3583 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** -  
3584 Contemplado? Suprimir todo o 2? É isso? A proposta do Marcel é suprimir todo o item 2?

3585

3586 **O Sr. Marcel Theodoor Hazeu (SODIREITOS)** - A proposta do Frans é explicar que não  
3587 se trata de um diálogo com os projetos de lei, mas em relação a sua aplicação.

3588

3589 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - Vamos  
3590 ver se todos concordam em suprimir o item 2? De acordo? Ok. Vamos suprimir o item 2.  
3591 Qual o próximo destaque? É melhor marcar a alteração: excluir o item 2. A adaptação do  
3592 terceiro, ele segue: “É por isso que...”. Tira o “É por isso” e deixa “A partir dos  
3593 instrumentos”. Destaques no 4?

3594

3595 **O Sr. Marcel Theodoor Hazeu (SODIREITOS)** - Eu acho que o ponto 4 pertinente, mas  
3596 acho que tem que referir aos PLs, porque está se referindo à legislação brasileira, mas está  
3597 justamente dialogando com os projetos de lei. “Nesse sentido, os projetos de lei discutidos e  
3598 trabalhados bem como a legislação trabalhista” para ter um diálogo com isso.

3599

3600 **A Sra. Heloísa Greco (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas/SNJ)** –  
3601 Eu entendi que aqui nessa legislação penal brasileira, está falando da situação atual. “Nesse  
3602 sentido, a legislação penal brasileira da forma como está hoje bem como a legislação  
3603 trabalhista não repete paradigma jurídico...” com o Código Penal da forma como está, ele  
3604 não estava fazendo referência ao PL.

3605

3606 **O Sr. Marcel Theodoor Hazeu (SODIREITOS)** - Mas os PLs também não estavam em  
3607 conformidade...

3608

3609 **A Sra. Heloísa Greco (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas/SNJ)** –  
3610 Eu entendi. Mas não mistura como está hoje, o PL que vai ser apresentado, aí fica um pouco  
3611 bagunça do meio de campo, não? Eu entendi que estava falando do momento atual.

3612

3613 **O Sr. Frans Nederstigt (Projeto TRAMA)** – Bom, para ser mais claro, eu acho que todos  
3614 concordam que os projetos de lei como estão hoje são uma melhora, mas não alcança o  
3615 ideal. Eu acho que de alguma forma a colocação do Marcel cabe, mas talvez seja melhor  
3616 fazer o próximo ponto ou uma frase. Eu acho que em algum momento eu falo que os  
3617 projetos de lei conseguem alcançar, mas não atendem por completo.

3618

3619 **O Sr. Marcel Theodoor Hazeu (SODIREITOS)** - Então na minha compreensão desse  
3620 documento é dialogar com o Legislativo referente aos dois PLs. Esses dois PLs foram  
3621 elaborados justamente por causa das críticas que existem sobre o Código Penal. Então, nós  
3622 não precisamos reforçar necessariamente. Estamos no mesmo barco, entendendo que o  
3623 Código Penal não atende. Poderíamos incluir. Eu acho que neste momento eu estou  
3624 dialogando com os PLs. “Nesse sentido, a legislação penal brasileira bem como a legislação  
3625 trabalhista e cível como também os mesmos PLs propostos não refletem o paradigma  
3626 jurídico universal”. Porque eu acho que temos que sempre nos referir aos PLs.

3627

3628 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - Todos de  
3629 acordo? O Frans tem uma observação.

3630

3631 **O Sr. Frans Nederstigt (Projeto TRAMA)** – É muito rápido. Eu acho que essa legislação  
3632 cível não está bem colocada, eu gostaria de trocar por “legislações especiais” porque é muito  
3633 genérico e legislação não é o código cível que estamos falando.

3634

3635 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - Ok.  
3636 “Legislações especiais” no lugar de “Legislação Cíveis”. Todos de acordo com essa nova  
3637 redação? APROVADO. Item 6.

3638

3639 **O Sr. Thaddeus Gregory Blanchette (Davida)** - Primeiro tem um problema no segundo,  
3640 os dois artigos criminalizam o tráfico de pessoas para fins de prostituição. Não, eles não  
3641 criminalizam o tráfico de pessoas para fins de prostituição. Leiam o art. 231. Ou seja, o que  
3642 ele criminaliza é alguém ajudando uma prostituta entrando ou saindo do território ou através  
3643 do art. 231, mexendo-se dentro do território nacional. Ele criminaliza o movimento das  
3644 prostitutas, uma vez que policiais têm dito isso, agentes da Polícia Federal tem me dito isso,  
3645 você conceivelmente poderia considerar como traficante quem paga um táxi para a  
3646 prostituta sair de sua casa e ir trabalhar ou ir para um hotel, de acordo com o art. 231, Então,  
3647 por favor, nós devemos falar uma coisa que eles não criminalizam o tráfico das prostitutas,  
3648 os dois artigos definam como o tráfico, o movimento facilitando as prostitutas  
3649 independentemente do que se tiver coerção, exploração de situação de vulnerabilidade,  
3650 independentemente de qualquer coisa. Eu acho importante matar essa noção de que art. 231,  
3651 de alguma forma criminaliza tráfico. Não criminaliza. Isso é de fato parar com a imigração  
3652 de prostitutas e não para protegê-las do tráfico.

3653

3654 **O Sr. Marcel Theodoor Hazeu (SODIREITOS)** - Em coerência com a minha observação  
3655 anterior e até em coerência com a nossa própria proposta que é aprovar a supressão desses  
3656 artigos, porque mais embaixo nós falamos: “Substituir esses artigos por artigos 149”, eu não  
3657 sei se temos que reacender essa discussão sobre esses dois artigos, uma vez que nos dois PLs  
3658 estão sugerindo suprimir. Então, se esses PLs já serão suprimidos, não precisamos  
3659 convencer o Legislativo sobre isso. E é uma discussão antiga. Lógico que é importante, mas  
3660 é acho que até que ele fundamentou de certa forma a modificação. Então eu retiraria todo  
3661 esse ponto 6.

3662

3663 **A Sra. Estela Escândola (Rede Feminista de Saúde)** – Aqui no comitê ainda não temos  
3664 muita prática de estudar a fundo alguns temas de tráfico de pessoas, mas eu queria fazer um

3665 encaminhamento. Nesse processo todo, ouvimos várias expressões que precisamos nos  
3666 preocupar com o que realmente estamos falando. Tráfico humano, tráfico de drogas é  
3667 humano. Tráfico de arma é humano. Tráfico de pessoas é diferente de tráfico humano. Eu sei  
3668 que temos muita dificuldade de achar sinônimo. Mas o Brasil quando fez a ratificação do  
3669 Protocolo de Palermo e escreveu tráfico de pessoas e não tráfico de seres humanos, foi uma  
3670 discussão intensa do que significa antologia. E significa ser pessoa e significa ter história.  
3671 então, eu queria propor aqui no nosso comitê que a gente não usasse nem tráfico humano e  
3672 nem tráfico de seres humanos. Mas que pautássemos sempre para que em todos os nossos  
3673 documentos saíssem tráfico de pessoas. Então fazermos um acordo entre nós para a gente  
3674 não cair nessas pequenas armadilhas e usar sempre algo coisa que nós lutamos tanto que é  
3675 tráfico de pessoas.

3676

3677 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - Mais  
3678 alguém sobre esse item 6? Thaddeus, fica contemplado com a exclusão total? Todos de  
3679 acordo. APROVADO.

3680

3681 **O Sr. Marcel Theodoor Hazeu (SODIREITOS)** - A formulação pode ser melhor, mas eu  
3682 espero que eu consiga expressar. Há um debate avançado com relação ao emprego do tema  
3683 exploração sexual no sentido de evitar-se o uso uma vez de que não há uma definição  
3684 jurídica e nem consenso jurídico sobre o seu sentido. Essa indefinição possibilita  
3685 interpretações dúbias que pode recair à repressão à livre exercício da prostituição. De  
3686 preferência que se exclua o conceito exploração sexual, pois a concepção, por exemplo, de  
3687 trabalho escravo pode perfeitamente ser aplicado, ou defina especificamente para criança e  
3688 adolescente.

3689

3690 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - Alguma  
3691 colocação?

3692

3693 **O Sr. Frans Nederstigt (Projeto TRAMA)** – Acho que é um momento bom para colocar.  
3694 Eu só não entendi a segunda frase. Essa questão de alertar que é exploração sexual é uma  
3695 tipificação em branco, é realmente uma tipificação que não está definida, mesmo que esteja  
3696 sendo utilizado pelo Protocolo, eu acho que é bom alertar que parece que dá uma clareza  
3697 utilizar esse termo, mas que pode implicar em aplicação muito dúbias, isso concorda e  
3698 assino embaixo. Eu só não entendi isso da criança e do adolescente.

3699

3700 **O Sr. Marcel Theodoor Hazeu (SODIREITOS)** - De preferência exclua o conceito ou  
3701 defina especificamente para exploração sexual de criança e adolescente como fim do tráfico.  
3702 Lógico que não vai mudar no projeto, porque não pode mudar, mas essas considerações são  
3703 justamente para incentivar o debate e reflexão e respeito.

3704

3705 **A Sra. Heloísa Greco (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas/SNJ)** –  
3706 O que você traz é interessante e gera um debate bem grande porque quando conversamos  
3707 com a Rede de Núcleos e Postos, com a SPM, para nós formulamos o atendimento, temos  
3708 essa discussão que são categorias, não é fácil, não temos isso muito claro. É bacana que você  
3709 traga isso, mas eu tenho clareza em relação à exploração do trabalho da prostituição, que é  
3710 uma pessoa em situação em condição análoga a de escravo que seria esse caso da prostituta  
3711 que foi explorada, utilizar exploração sexual para criança e adolescente, mas eu entro na  
3712 dúvida mesmo daquela pessoa que é traficada, ela não era prostituta e ela é explorada  
3713 sexualmente. Ela não é uma trabalhadora do sexo. Para discutir algumas categorias, eu tenho  
3714 dúvidas mesmo. Mas eu acho que é pertinente colocar essas questões, eu só não sei se temos  
3715 esse acúmulo tão grande para conseguirmos definir o que é cada um.

3716

3717 **A Sra. Estela Escândola (Rede Feminista de Saúde)** – Não, não queremos definir. Só  
3718 queremos que especifique que criança e adolescente, todos nós concordamos.

3719

3720 **O Sr. Marcel Theodoor Hazeu (SODIREITOS)** - Sobre as dúvidas, ninguém tem clareza,  
3721 mas clareza é a prostituição e a exploração sexual.

3722

3723 **O Sr. Thaddeus Gregory Blanchette (Davida)** - Mesmo se for escravo é trabalhador. Essa  
3724 categoria de trabalhador sexual se é no sentido ou se não é, então o escravo acima de tudo é  
3725 alguém cuja força de trabalho, mesmo sendo uma coisa nociva que não goste, está sendo  
3726 expropriado, então é trabalhador.

3727

3728 **A Sra. Heloísa Greco (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas/SNJ)** –  
3729 Sim, estou de acordo com isso. A minha situação é quando não é um trabalhador.

3730

3731 **O Sr. Frans Nederstigt (Projeto TRAMA)** – Só colocando a última parte do Marcel  
3732 quando ele fala sobre a definição da exploração sexual para criança e adolescente, eu acho

3733 que tem que dar um entendimento ao contrário nesse texto dizendo que nem na utilização do  
3734 ECA, a exploração sexual de criança e adolescente está tipificado que isso é importante  
3735 acontecer. Assim dá essa opção de atendimento para criança e adolescente que já está  
3736 definido.

3737

3738 **O Sr. Thaddeus Gregory Blanchette (Davida)** - Com essa questão da exploração sexual  
3739 da ECA também não está muito clara o que é exploração sexual. Eu já vi várias  
3740 interpretações conflitantes de organizações de proteção da criança por exemplo. Algumas  
3741 pessoas estão alegando que qualquer contato sexual com criança abaixo de 8 anos deve ser  
3742 crime e considerado exploração sexual. Isso até, infelizmente, foi colocado no manual  
3743 publicado agora de uma agência aqui de Brasília que divulga políticas federais sobre isso.  
3744 Outras dizem: “Não, tudo bem, pode ter relações sexuais”. Mas, uma relação sexual que  
3745 envolve trocas de qualquer tipo ou qualquer manipulação ou qualquer força ou pressão é  
3746 exploração sexual. Isso é muito complicado porque se eu levo uma menina, vamos dizer que  
3747 eu sou um menino, desde 7/8 anos e eu levo uma menina de 16 para jantar, depois acabamos  
3748 num motel, houve uma troca que não era uma troca específica amorosa, eu paguei o jantar,  
3749 eu paguei o motel, isso seria considerado e de fato está sendo considerado para algumas  
3750 pessoas na agência de proteção de criança como exploração sexual de criança. Então, é  
3751 complicado isso. Quem vai determinar que tipo de troca é permitido. O normativo romântico  
3752 é alguém pagar jantar, flores etc., se tudo isso vai considerado exploração, como algumas  
3753 pessoas que estão interpretando o ECA consideram, quase todo o campo de sexualidade  
3754 adolescente como se fosse equivalente à prostituição forçada. Esse termo de exploração  
3755 sexual de crianças não é muito bem definido. Estupro é melhor bem definido. Hoje em dia  
3756 sabemos que relação sexual com criança menos de 14 anos é estupro, ponto final e acabou.  
3757 Agora o resto é interpretável por qualquer juiz. O que vai acontecer por exemplo num casal  
3758 de homossexuais e um juiz que é religioso e os pais de um adolescentes estão dizendo que o  
3759 fulano foi explorado por beltrano. Será que eles vão ser protegidos? Eu acho melhor evitar  
3760 esses termos assim até que a legislação brasileira defina claramente o que são.

3761

3762 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - Então  
3763 temos o texto do parágrafo sugerido pelo Marcel. Talvez fique mais claro colocar na última  
3764 frase “Seria preferível a exclusão do conceito”.

3765

3766 **A Sra. Estela Escândola (Rede Feminista de Saúde)** – Ou então é “preferível a exclusão  
3767 do conceito”.

3768

3769 **O Sr. Frans Nederstigt (Projeto TRAMA)** – Realmente é na última frase que não soava  
3770 bem e estou ainda muito na dúvida se tem que ficar porque deixa uma brecha para dizer:  
3771 “Ah, não, vamos utilizar sim porque no ECA está sim exploração para criança e  
3772 adolescente”. Está mal definido.

3773

3774 **A Sra. Maria das Graças Sá Gadelha (Instituto Aliança com o Adolescente)** - Acho que  
3775 já há um consenso sobre a forma como isso é tratado à luz do Estatuto da Criança e do  
3776 Adolescente no art. 244-A está bem explícito da questão da exploração sexual, a  
3777 criminalização da criança e do adolescente em situação de exploração sexual. A própria  
3778 modificação da legislação em 2005 do Código Penal traz também isso de uma forma  
3779 bastante explícita. A terceira Declaração do Congresso Mundial também traz essa questão.  
3780 Então eu acho não concordo com essa proposta.

3781

3782 **A Sra. Estela Escândola (Rede Feminista de Saúde)** – A proposta inteira ou só a parte de  
3783 baixo?

3784

3785 **O Sr. Thaddeus Gregory Blanchette (Davida)** - Me explique então o que é exploração  
3786 sexual? Graça, a criança tem bastante proteção dentro da questão do ECA. O ECA não  
3787 define o que é exploração sexual concretamente. Não define. Não diz que é embaixo dos 14,  
3788 se é qualquer relação sexual, se pode ser...

3789

3790 **A Sra. Maria das Graças Sá Gadelha (Instituto Aliança com o Adolescente)** - Mas é  
3791 proteção integral...

3792

3793 **O Sr. Thaddeus Gregory Blanchette (Davida)** - Mas o que estamos falando aqui é que  
3794 esse termo exploração sexual que dentro da legislação brasileira, esse termo tem sido  
3795 historicamente usado como alçapão e você esconde tudo e em qualquer armadilha que se  
3796 quer. Como exploração sexual não é definida em nenhum lugar do código brasileiro.

3797

3798 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - Está me  
3799 parecendo que não temos consenso aqui. Se tirarmos “é preferível ou de preferência”,

3800 estaremos dizendo tudo. Estamos dizendo que há interpretações dúbias, que pode recair em  
3801 repressão. Estamos dizendo o que precisa. Esse acréscimo, nós não temos consenso para  
3802 colocá-lo. Eu sugiro que a gente pare por ali, ok? Pronto. Agora então temos consenso. Pode  
3803 incluir até prostituição. Fica tudo até prostituição. Onde entra esse parágrafo, o Marcel e  
3804 Frans? Entrou no 5, ok? Pronto, fechamos o texto assim? TEXTO APROVADO. Passamos  
3805 a outro ponto. Reforma administrativa.

3806

3807 **A Sra. Estela Escândola (Rede Feminista de Saúde)** – Ok. Bom, eu queria inicialmente  
3808 apresentar o tema. Eu não tive tempo para escrever, mas estou me comprometendo a fazê-lo.  
3809 Historicamente no Brasil a política de enfrentamento ao tráfico de pessoas vem no final do  
3810 governo de Fernando Henrique num convênio que o governo tinha com a Embaixada da  
3811 Espanha, posteriormente com a Embaixada de Portugal. Isso era operado dentro do  
3812 Ministério da Justiça onde se propunha criar aqueles famosos escritórios de enfrentamento  
3813 ao tráfico no Brasil. Foram criados quatro no Brasil e era tudo muito complicado. E nós não  
3814 tínhamos uma política de enfrentamento ao tráfico de pessoas. A partir de 2004 mais ou  
3815 menos se começou nova investida na política de enfrentamento de pessoas no Brasil a partir  
3816 do Ministério da Justiça com a entrada de novo grupo. Mas somente a partir de 2005, com  
3817 a participação especialmente da SPM na pessoa da então ministra Nilcea Freire, nos nossos  
3818 Fóruns Sociais Mundiais, primeiro de Porto Alegre e depois de Caracas é que efetivamente  
3819 começamos a ouvir o governo brasileiro a falar de enfrentamento ao tráfico de pessoas.  
3820 Dentro do Ministério da Justiça, ainda tínhamos algo muito acanhado. Era uma coisa que  
3821 não sabíamos nem com quem conversávamos dentro do Ministério da Justiça e era a SPM  
3822 que se tornou a nossa principal interlocutora para discutir uma Política Nacional de  
3823 Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Por que faço questão de registrar isso? Porque  
3824 precisamos dar nome aos bois. Precisamos dizer como é que fomos construindo esse  
3825 processo no Brasil, a sociedade civil pressionando e quais eram as respostas que  
3826 efetivamente vinham por parte do governo brasileiro. Quem quiser conhecer mais isso está  
3827 no Relatório Cedal, onde é que foram os primeiros financiamentos, de onde saiu o dinheiro.  
3828 E realmente a SPM teve um papel decisivo para a discussão da metodologia para fazer o  
3829 atendimento, a discussão de como fazer o processo de abrigamento, da metodologia de  
3830 trabalhar o enfrentamento a partir de um conjunto de políticas públicas, num debate bastante  
3831 expressivo sobre o tráfico de mulheres para além do mundo do mercado sexual que era a  
3832 grande tônica que tínhamos nessa época. Nesse aspecto, eu registrar, de pronto, sem dúvida  
3833 nenhuma, o papel relevante que teve a Secretaria de Enfrentamento da Violência. Foi essa

3834 secretaria que capitaneou essa discussão da política de enfrentamento ao tráfico. Nesse  
3835 sentido, eu quero dizer que para nós da Rede Feminista é lamentável o fechamento da  
3836 Secretaria de Políticas para as Mulheres e a junção dela com a Seppir e a Secretaria de  
3837 Direitos Humanos. Isso coloca novamente uma política de enfrentamento da violência contra  
3838 a mulher em terceiro, quarto plano dentro do governo federal. Ou seja, parece que voltamos  
3839 a uma etapa anterior ao que tínhamos. Então, para nós da Rede Feminista, lamentamos  
3840 profundamente a reforma administrativa e essa forma de agrupar as secretarias, dando à  
3841 Secretaria de Políticas para Mulheres um *status* rebaixado ao que nós tínhamos antes. Dito  
3842 isso, quero fazer duas propostas em nome da Rede Feminista. Primeira: uma nota pública  
3843 dizendo que este comitê recomenda que a gestão da política e enfrentamento ao tráfico de  
3844 pessoas seja mantida de forma tripartite, com uma representação em que *status* for, da  
3845 política da mulher. Ou seja, não concordamos com qualquer redução na gestão da política de  
3846 enfrentamento ao tráfico, nem sequer cogitamos a possibilidade de qualquer órgão da  
3847 Política de Proteção aos Direitos das Mulheres ser retirado do processo de gestão da política  
3848 de enfrentamento ao tráfico de pessoas. E pautando isso a partir do nosso, como diz o  
3849 companheiro indígena guarani, lamento profundo sobre a extinção da SPM.

3850

3851 **A Sra. Jeanete Muzzieiro (Conselho Nacional de Direitos da Mulher)** - Bem, eu queria  
3852 falar um pouco porque como estou no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, nós do  
3853 conselho nos debruçamos com todo ardor, nos mobilizamos, fizemos o maior enfretamento  
3854 que nós pudemos, fizemos um manifesto, fomos protocolar pessoalmente no palácio, mas  
3855 era uma ação irreversível. A SPM não acabou. O ministério ficou inserido dentro de uma  
3856 pasta que ficaram três mecanismos. Foi um retrocesso? Foi. Mas a presidenta não teve outra  
3857 alternativa naquele momento. Porque está todo mundo sabendo o que está acontecendo. Eu  
3858 fiquei indignada e estou indignada até hoje. Agora tudo vai continuar da mesma forma. Nós  
3859 perdemos o *status*. Mas o trabalho, a Fernanda me corrija se eu estiver errada, vai continuar.  
3860 Vai ter a Secretaria do Enfrentamento, vai manter as pessoas, duas secretarias vão se fundir  
3861 em uma. Isso foi um informe da ministra Eleonora que hoje é uma secretária que para mim  
3862 continua ministra. Não mudou o *status* para mim. Então, eu acho que foi ruim para nós? Foi.  
3863 Perdemos muito. Mas foi o precisou ser feito naquele momento. Apesar da minha  
3864 indignação, estou somando, estou pensando tudo positivo para podermos manter isso e não  
3865 pensar tão negativo. A ministra nos explicou em reunião que tudo vai continuar, ela vai estar  
3866 à frente da Secretaria de Mulher, a Nilma vai estar à frente da Secretaria da Igualdade Racial

3867 e uma pessoa que não conheço vai coordenar a Secretaria de Direitos Humanos. A Seppir  
3868 vai continuar lá. A SPM vai continuar aqui com a ministra Eleonora.

3869

3870 **A Sra. Fernanda Papa (Titular SPM/PR)** - Só para complementar. A ministra Nilma Lino  
3871 Gomes é a nova ministra do Ministério das Mulheres, de Igualdade Racial e de Direitos  
3872 Humanos. Até que se cumpra o período de transição que são 120 dias. Cada ministério que  
3873 agora fica abaixo do novo ministério vai continuar fazendo os seus trabalhos de onde estão.  
3874 O gabinete da ministra Nilma segue no bloco A, a SPM continua no CCBB e a Secretaria de  
3875 Direitos Humanos aqui próximo ao Pátio Brasil. Os antigos ministérios se tornaram  
3876 secretarias especiais e passado o período de transição deve haver um novo formato no qual  
3877 todo mundo vai trabalhar num mesmo espaço. Essa é a perspectiva, mas estamos  
3878 aguardando o decreto presidencial ou uma medida provisória que saiu no Diário Oficial na  
3879 segunda-feira da semana passada que mostrou a estrutura da reforma ministerial, mas que  
3880 está passando por ajustes. Então, estamos ainda aguardando o novo decreto para saber os  
3881 nomes, inclusive que vão assumir as funções, por enquanto a ex-ministra Eleonora  
3882 Menecucci é agora secretaria especial de Política para as Mulheres, a SPM, como observou a  
3883 Estela, volta ao seu *status* inicial que era de secretaria especial, com a diferença de que agora  
3884 não é mais ligada à Presidência da República, mas a esse ministério. E o que os movimentos  
3885 observaram nessa reunião do próprio conselho em outros estados é o que se lamentou e que  
3886 nós recebemos expressão de muitos movimentos de mulheres e outros movimentos aliados é  
3887 que significa talvez uma redução do poder político de negociação desse espaço institucional.  
3888 Mas você está certa ao dizer que a então ministra Eleonora Menecucci, agora secretária  
3889 especial, vai empregar todos os esforços que puder para que não haja retrocesso do ponto de  
3890 vista das conquistas históricas que a secretaria conseguiu até hoje.

3891

3892 **A Sra. Dalila Eugenia Maranhão Dias Figueiredo (Asbrad)** - Não quero nem decepcionar  
3893 a querida Jeanete que acabei de dizer o quanto ela é importante neste coletivo. Mas eu quero  
3894 manifestar a minha tristeza, a minha indignação pelo que aconteceu. Sim, porque nós  
3895 perdemos espaço sim, perdemos muito, sim. Essa luta é uma luta de todas nós, sim. Não  
3896 fosse a Secretaria das Mulheres, a Nilcea, nós não teríamos construído a política pública do  
3897 posto humanizado que hoje é posto avançado. Foi empenho pessoal da Nilcea e da Cida que  
3898 não pode ser esquecida aqui que foi atrás do ministro porque não tínhamos mais condições  
3899 de trabalho por questões político-partidárias e aí, sim, estávamos acima dessas questões  
3900 porque o nosso objetivo maior era identificação de possíveis vítimas de tráfico do universo

3901 de pessoas deportadas. Para além disso, a SPM tem lutado com galhardia no dia a dia com  
3902 uma equipe pequena, mas extremamente comprometida. Então nós lutamos sim para que  
3903 isso não acontecesse. Nós estamos indignadas, estamos tristes, mas vamos perseverar sim.  
3904 Acreditando que é possível seguir em frente, mas sem deixar de manifestar a nossa  
3905 indignação, a indignação de toda a equipe da Asbrad que é a Associação Brasileira de  
3906 Defesa da Mulher, da Infância e da Juventude.

3907

3908 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - Bem,  
3909 tentando encaminhar o ponto, a sugestão da Estela, todos concordam? Que continue  
3910 tripartite e que esses órgãos continuem representados, não mais como ministério, mas como  
3911 secretarias. É essa a sugestão, não é isso? Todos concordam? Quem vai escrever?

3912

3913 **A Sra. Dalila Eugenia Maranhão Dias Figueiredo (Asbrad)** - Escrever uma  
3914 recomendação, gente, é como dizer: “O bloco já está na rua”. O que está acontecendo agora  
3915 são ações para enxugar essas secretarias que tinham *status* de ministério. Nós vamos fazer  
3916 uma recomendação, uma moção de repúdio, tudo, eu faria tudo, nota pública, tudo, eu estou  
3917 de acordo com a nota pública, só que acho que temos que ser muitíssimos rápidos, porque  
3918 neste momento as coisas estão acontecendo, o cenário não está claro ainda. Ou estou errada?  
3919 E por não estar claro ainda talvez possamos no movimento do Conatrap que ela propôs  
3920 segurar alguma coisa. Eu acho que perfeito. Tem que ser rápido, urgente e com a  
3921 competência do coletivo, não de uma pessoa, inclusive com a participação do Conselho  
3922 Nacional de Defesa da Mulher, que eu acho superimportante, que é uma instância de grande  
3923 importância numa nota como essa. Esse é o meu encaminhamento. Quer dizer, tem que ter  
3924 uma competência que é de todos nós. Eu sei que tem que ter alguém que sente e escreva  
3925 isso. Então, vamos nos sentar e escrever. Não podemos sair daqui para dizer: “Daqui a uma  
3926 semana eu envio por e-mail para todo mundo dizer sim”. Não dá. As coisas estão  
3927 acontecendo e o cenário já está mudando e esse é o perigo, do enfraquecimento, das nossas  
3928 conquistas, da perda das nossas conquistas. É isso.

3929

3930 **O Sr. Marcel Theodoor Hazeu (SODIREITOS)** - Eu quero só reforçar a importância  
3931 dessa nota, inclusive a afirmação do próprio Conatrap compor a comissão tripartite  
3932 composta pela SPM, Ministério da Justiça e SDH. E que essa composição, afirmada no  
3933 decreto e que está na política nacional e que o Conatrap faz questão de manter composição  
3934 porque ela é importante por tudo que foi falado.

3935

3936 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça) - A**  
3937 **sugestão apresentada ainda é a mesma, não é?**

3938

3939 **A Sra. Jeanete Muzzeiro (Conselho Nacional de Direitos da Mulher) - A minha**  
3940 **sugestão é que para ter um efeito maior, mais efetivo, é que tenha assinatura, o nome das**  
3941 **entidades e a assinatura de todas as entidades que estão aqui.**

3942

3943 **A Sra. Eliane da Silva Souza Pequeno (Conselho Nacional da Promoção da Igualdade**  
3944 **Racial-CNPIR/FUNAI) - Eu não tenho como deixar de me manifestar porque eu**  
3945 **acompanho o Conselho Nacional de Igualdade Racial desde 2011. A Funai tem cadeira lá**  
3946 **desde 2011. E tenho de fazer minhas as palavras do que temos visto. Eu, na minha**  
3947 **humildade, já que não trabalho na Seppir, não teria como trazer informações contundentes a**  
3948 **respeito dessa reforma administrativa para os meus colegas, eu queria que pelo menos**  
3949 **considerasse que neste Conatrap, hoje em especial nesta 5ª Reunião, nós estamos**  
3950 **representantes do governo muito poucos. Então para eu assinar um manifesto como esse**  
3951 **com a ministra que eu venho acompanhando o trabalho, não só da Nilma, mas também das**  
3952 **demais, tenho que fazer minhas as palavras do próprio senhor Ronaldo que agora desde**  
3953 **março está na Seppir, ele disse o seguinte: “Sobre reforma administrativa, nessa nova gestão**  
3954 **vamos dar continuidade ao trabalho iniciado, priorizando os eixos estabelecidos pela**  
3955 **ministra Nilma Lima, a Seppir tendo como público prioritário as mulheres, os jovens e**  
3956 **comunidades tradicionais. Não vou querer entrar muito, mas da nossa experiência na**  
3957 **Fundação Nacional do Índio, as pessoas perguntam: “Eliane, você é a única antropóloga que**  
3958 **trabalha com índio, com negro, com LGBT, com mulher”. Eu respondo: “Gente, eu trabalho**  
3959 **com pessoas”. “Ah, mas não tem nada a ver, a rubrica da Seppir não é a mesma da rubrica**  
3960 **da Funai”. Aí eu dizia: “Ministra Luísa, vai ter a conferência, os índios vão vir, a senhora vai**  
3961 **precisar de nós”. Dito e feito. 32 representações indígenas, tanto na Conferência de**  
3962 **Igualdade Racial, e 52, para nós é inédito, 52 mulheres indígenas dentro de uma plenária de**  
3963 **3 mil pessoas na Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, entre convidadas e**  
3964 **delegadas. Não tem como deixar de desabafar porque eu confio sim no trabalho deles, por**  
3965 **quê? O CDS (Centro de Desenvolvimento Sustentável), por exemplo, lançou a segunda**  
3966 **edição este ano e 15 vagas indígenas, quem é que paga não só as bolsas, mas a manutenção,**  
3967 **a permanência desses jovens no ensino universitário? A Seppir. E não só indígenas não, os**

3968 estrangeiros também, os imigrantes. Fica difícil, O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires  
3969 (Diretor do Departamento de Justiça) - .

3970

3971 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - Mas não  
3972 é uma nota de repúdio, Eliane.

3973

3974 **A Sra. Eliane da Silva Souza Pequeno (Conselho Nacional da Promoção da Igualdade**  
3975 **Racial-CNPIR/FUNAI)** - Eu entendi. Mas a minha proposta é: caberia o Conatrap  
3976 sensibilizar e se aproximar do gabinete dela ou pelo menos dar tempo que as coisas  
3977 aconteçam para nos sentirmos mais à vontade, é só isso.

3978

3979 **A Sra. Fernanda Papa (Titular SPM/PR)** - Em primeiro lugar pela SPM agradecer o  
3980 apoio. Eu queria comentar, Eliane, que acho extremamente legítimo o que a representante da  
3981 sociedade civil do comitê propõe em relação à manutenção da tripartite. Certamente, a  
3982 ministra Nilma vai ter toda a sensibilidade para conhecer o trabalho que foi construído, vai  
3983 ter até oportunidade de aproximar mais do trabalho à questão racial do comitê, porque temos  
3984 que reconhecer que também existe uma dimensão profunda do racismo em relação às  
3985 pessoas que sofrem tráfico de seres humanos no Brasil ou fora do Brasil, principalmente  
3986 internamente no Brasil. Sabemos que são as mulheres e as meninas negras as que são mais  
3987 expostas a esse tipo de crime e de violação de direito humano, se a gente for pensar nos  
3988 estados que são muito afetados pelo tráfico interno também. Mas dito isso, eu acho que uma  
3989 coisa não vai excluir a outra. Eu acho que o diálogo tem que ser feito, e o comitê tem total  
3990 autonomia e legitimidade para abrir essa conversa com a nova institucionalidade que está  
3991 nascendo e, ao mesmo tempo, acolher o histórico que é deste grupo, desta política que foi  
3992 construída ao longo do tempo numa parceria importante da Secretaria de Políticas para as  
3993 Mulheres. Estela, eu nem conhecia essa história que você recuperou. Vão levar para a Nilceia  
3994 e para a Cida esses comentários e homenagens que vocês acabaram de fazer. Mas dizer que  
3995 é muito importante sim que permaneça a tripartite e, eventualmente até, não sei se vai ser  
3996 ampliada para podermos reforçar ainda mais a dimensão étnico-racial em relação em relação  
3997 à política. Então, nós apoiaríamos esse encaminhamento que a mesa está propondo em  
3998 relação a essa manifestação trazida pelas organizações da sociedade civil e agradecemos  
3999 também.

4000

4001 **A Sra. Estela Escândola (Rede Feminista de Saúde)** – Está pronto o manifesto. “O  
4002 Conatrap, reunido na sua 5ª Reunião Ordinária nos dias 15 e 16 de outubro de 2015, vem  
4003 manifestar sua preocupação com a Reforma Administrativa operada no âmbito do Governo  
4004 Federal que transformou a SPM, que tinha *status* de ministério, a secretaria especial, como  
4005 era anteriormente. Rogamos que tal reforma não atinja as ações de enfrentamento à violência  
4006 contra a mulher e que a pauta do tráfico de pessoas continue sendo priorizada no Plano  
4007 Nacional. Especialmente, reafirmamos a necessidade de manter a gestão tripartite da Política  
4008 Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas tendo a política dos direitos da mulher à  
4009 frente junto com a SDH e o MJ.”.

4010

4011 **A Sra. Maria das Graças Sá Gadelha (Instituto Aliança com o Adolescente)** - Eu queria  
4012 ressaltar a necessidade de incluir dentro dessa gestão tripartite, porque já está posto pelo  
4013 decreto, a questão da SDH também. Era só uma questão de esclarecimento. É o seguinte: nós  
4014 tínhamos a Secretaria de Mulheres, a Secretaria de Direitos Humanos e o Ministério da  
4015 Justiça. A Seppir com a SDH foram fundidas. O que vamos fazer? São três agora. Então na  
4016 gestão ficaria um, e quem ocuparia a outra perna, vamos dizer assim? Ela não é uma  
4017 secretaria só hoje?

4018

4019 **A Sra. Heloísa Greco (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas/SNJ)** –  
4020 Acho que a partir do momento que sai essa recomendação de que a política continue  
4021 tripartite, que ela continue com o peso da Secretaria Especial de Direitos Humanos,  
4022 Secretaria Especial de Política para as Mulheres e o que a Fernanda trouxe também, quem  
4023 sabe o recorte também étnico-racial entre também. Eu acho que poderia ressaltar que a  
4024 política da forma como foi construída que continue com a transversalidade, ainda à frente,  
4025 na coordenação das atividades continue junto com a pasta de direitos humanos, mulheres e  
4026 Ministério da Justiça.

4027

4028 **A Sra. Estela Escândola (Rede Feminista de Saúde)** – Gente, não deixem passar a palavra  
4029 transversalidade. Ela é horrível.

4030

4031 **A Sra. Heloísa Greco (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas/SNJ)** –  
4032 Eu gosto tanto.

4033

4034 **A Sra. Estela Escândola (Rede Feminista de Saúde)** – Fundamento de gênero. Não  
4035 transversalidade.

4036

4037 **A Sra. Heloísa Greco (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas/SNJ)** –  
4038 Então com o fundamento de direitos humanos, da política de gênero... Então pode circular  
4039 então só com esse fundamento de gênero, de direitos humanos...

4040

4041 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - Pode ser?  
4042 APROVADO. Próximo ponto: avaliação do biênio. Bem, Estela, dois minutinhos. Com  
4043 relação ao biênio 2016/2017, a proposta do Ministério da Justiça é que sejam mantidas as  
4044 entidades que já foram escolhidas. Como o decreto permite que seja uma recondução e a  
4045 gente pretende fazer dessa forma, se, evidentemente, o plenário estiver de acordo e nós  
4046 enviaremos ofício a todas as entidades que integram o comitê para que essas entidades  
4047 façam as suas indicações ou reafirmem suas indicações. Quer dizer, as entidades que foram  
4048 escolhidas e que têm representação neste comitê seriam reconduzidas e as próprias entidades  
4049 apontariam quem são os seus representantes. Mantendo os que já estão ou indicando outras.  
4050 Essa é a nossa proposta porque teríamos grandes dificuldades de fazer uma nova eleição  
4051 neste momento, uma avaliação que até o final do ano essa questão continua. Então nos  
4052 parece mais prudente fazer essa recondução tendo em vista que é uma previsão do decreto,  
4053 quer dizer, não estaríamos inventando nada. E nesse momento nos parece mais prudente.  
4054 Coloco ao plenário à consideração dessa sugestão.

4055

4056 **A Sra. Jeanete Mazzeiro (Conselho Nacional de Direitos da Mulher)** - Trocando  
4057 integrante, já estamos ambientados com o tema, quando troca começa do zero é um tipo de  
4058 retrocesso. Acho que tudo que pode manter é bom. Eu concordo.

4059

4060 **O Sr. Marcel Theodoor Hazeu (SODIREITOS)** - Vou ver se entendi bem. Nós somos  
4061 representantes da sociedade civil e eleitos num processo inovador, eu diria assim, inscrição  
4062 on-line pela internet, por um mandato de dois anos.

4063

4064 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - Com  
4065 possibilidade de prorrogação.

4066

4067 **O Sr. Marcel Theodoor Hazeu (SODIREITOS)** - Mas de prorrogação entendido de uma  
4068 segunda eleição. Recondução? Mesmo assim se for nesse sentido no meu espírito  
4069 democrático, eu não sei se me sinto muito confortável de não pensar em nova eleição porque  
4070 estar no Conatrap, lógico, é muito importante também para nós também dá certa importância  
4071 ao nosso trabalho porque há outras entidades que com certeza também tem competência para  
4072 estar aqui e por uma decisão interna não estaria com a possibilidade de poder assumir essa  
4073 responsabilidade. Então, adoraria continuar, nós nos colocaríamos à disposição para uma  
4074 nova eleição, mas eu queria refletir um pouco mais sobre essa questão, talvez seja uma  
4075 questão ética de representação.

4076

4077 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - Eu acho  
4078 que é profundamente legítimo, nós não precisamos decidir isso agora. Seria importante  
4079 porque terminamos o ano e terminamos essa legislatura. Mas podemos convocar para o  
4080 início do ano que vem. Outra sugestão que seja. Mas temos que pensar e uma coisa que  
4081 também me ocorre é que este Conatrap aprovou hoje seu regimento, quer dizer, esta gestão  
4082 aqui não viveu um regimento, não conviveu com a sua institucionalidade de forma muito  
4083 clara. Na sua fala me ocorreu que talvez não devêssemos mesmo decidir isso agora e que  
4084 tenhamos mais um tempo. Eu acho que é interessante porque as próprias entidades podem  
4085 conversar internamente e concordo com você a posição do representante aqui dizer que  
4086 concorda. Eu acho que podemos já encaminhar essa sondagem ou vocês mesmos colocam  
4087 para as próprias entidades. Fica para a próxima reunião para conversarmos sobre isso, mas a  
4088 sugestão está feita.

4089

4090 **A Sra. Heloísa Greco (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas/SNJ)** –  
4091 Nós concordarmos com a posição do Marcel que é um espaço democrático, teve uma eleição  
4092 e agora tomamos a decisão de reconduzir. O que pesou para fazermos essa avaliação foi que  
4093 passamos dois anos amadurecendo internamente para desenvolver este trabalho. Agora  
4094 criamos uma coesão e estamos falando das entidades. Não estamos falando da representação.  
4095 Se vocês acharem que seria o momento de outra entidade participar deste espaço para  
4096 desenvolver um trabalho nos próximos dois anos. Isso também de ter demorado no  
4097 regimento, de dar essa concretude e até preparar um campo para a próxima gestão que  
4098 consiga ter um terreno para trabalhar. Foi pensando isso que veio a sugestão da recondução.  
4099 Acho que todos podem refletir e, principalmente, discutir isso na sua instituição. Não é uma  
4100 decisão do representante que está aqui, isso tem que ser conversado internamente também.

4101

4102 **O Sr. Marcel Theodoor Hazeu (SODIREITOS)** - A representação é da entidade, então, eu  
4103 posso continuar durante os 4 anos se a entidade quiser porque a entidade é que foi eleita e  
4104 não eu. Como foi a primeira experiência de eleição para representação da sociedade civil, eu  
4105 sugiro criar uma comissão ou uma tarefa para pensar a próxima eleição. Inclusive não com  
4106 uma data para daqui a dois anos, mas que a eleição seja o ano que vem talvez porque é um  
4107 processo que precisa ser, apesar de ter sido uma experiência mais participativa, mas nós  
4108 vimos que tinha, infelizmente, poucas entidades que conseguiram mandar todos os seus  
4109 documentos, serem aptas a votar e serem eleitas. Então que coloquemos isso já como ponto  
4110 de pauta para as próximas reuniões para organizar a eleição para os representantes da  
4111 sociedade civil para 2016, pode ser em agosto, então a provocação seria até a próxima  
4112 eleição.

4113

4114 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - Então  
4115 está colocada a ideia. Eu acho que na próxima teremos isso mais discutido, mais claro e até  
4116 discutido com as suas entidades. Mas podemos na próxima reunião definir que estabelecerá  
4117 uma subcomissão para sugerir o novo processo seletivo. Concordam em não decidir agora?  
4118 (risos). Ok. Encaminhado.

4119

4120 **O Sr. Marcel Theodoor Hazeu (SODIREITOS)** - Prefiro usar a palavra prorrogação.  
4121 Recondução parece que é realmente algo mais institucionalizado de continuar sem...

4122

4123 *(Participações fora do microfone)*

4124

4125 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - Não  
4126 temos condições de deliberar agora. Obrigado.

4127

4128 **A Sra. Maria das Graças Sá Gadelha (Instituto Aliança com o Adolescente)** - Eu me  
4129 atrasei um pouco e não vi como ficou a questão do relatório dos dados.

4130

4131 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - Sim, é o  
4132 próximo encontro. Vamos lá então. Isso ainda dentro deste encontro a Avaliação do Biênio.

4133

4134 **A Sra. Danielle de Souza Galdino (Secretária Executiva/CETP)** - Sobre o próximo ponto  
4135 de pauta que é uma proposta nossa para o comitê que inclusive que já foi antecipado na  
4136 reunião por Skape com os coordenadores e entendemos que foi bem aceito, mas é  
4137 importante que o comitê avalie. Nós estamos no primeiro biênio do comitê e entendemos a  
4138 importância de deixar registrado um relatório da gestão dessa representação aqui. A nossa  
4139 proposta é que seja um balanço das ações do Conatrap no Biênio 2015/2016, e aqui envolve  
4140 tanto as ações do plenário mesmo como, por exemplo, como ele se manifestou em  
4141 determinados assuntos, quais foram as suas resoluções, as suas manifestações públicas, fazer  
4142 esse relato. E também fazer esse trabalho nas comissões porque no próximo biênio vocês  
4143 terão que elaborar um novo plano de trabalho porque foi definido que cada plano de trabalho  
4144 teria esse prazo de dois anos. E seria interessante que cada comissão internamente olhasse  
4145 para o seu Plano de trabalho e visse o que deu certo, o que não certo, quais as limitações, o  
4146 que é possível, o que vocês recomendam por experiência e prática desses dois anos para um  
4147 próximo plano de trabalho, que ele deva ser mais enxuto ou não, o que foi factível e o que  
4148 não foi. É trazer esse relato de como foi a atuação da comissão nesse biênio, a partir do que  
4149 vocês propuseram no plano de trabalho, e também de como foi a participação, as reuniões, a  
4150 atuação, a experiência das comissões. A princípio eu pensei da Secretaria Executiva fazer  
4151 esse levantamento do comitê, das suas manifestações de modo mais amplo, como foi a  
4152 participação de cada entidade, essa parte de levantamento mesmo de informações e os  
4153 coordenadores coordenarem junto com a sua comissão o relatório de cada comissão. Nós  
4154 juntamos isso num único documento para contribuições finais de todo o comitê em todo o  
4155 texto do relatório para aprovação na última reunião do ano. Mas essa é só uma proposta e  
4156 estamos abertos para colher contribuições. Em linhas gerais a proposta é essa.

4157

4158 **A Sra. Maria das Graças Sá Gadelha (Instituto Aliança com o Adolescente)** - Eu acho  
4159 excelente a ideia, mas eu gostaria de dar uma sugestão de que fizéssemos um formato único  
4160 para facilitar a sistematização de todas as informações.

4161

4162 **A Sra. Danielle de Souza Galdino (Secretária Executiva/CETP)** - Eu fiz umas  
4163 perguntinhas aqui para as comissões, por exemplo, para as ações gerais do comitê: Quais as  
4164 manifestações públicas. Quais deliberações mais importantes. São perguntas norteadoras

4165 para a construção. Para as ações do plenário: quais manifestações públicas. Quais  
4166 deliberações importantes. Participação dos membros. Resumo dos principais temas  
4167 discutidos aqui na plenária. As lições aprendidas e também poderíamos pegar a avaliação  
4168 que vocês respondem em cada final de reunião vocês pontuam muita coisa interessante o que  
4169 vocês acharam da reunião. Também fazer esse resumo. Aí seria eu que faria essa  
4170 sistematização e a submeteria a vocês depois. E para cada comissão, as perguntas  
4171 norteadoras seriam: com base em seus planos de trabalho e relatórios elaborados por vocês  
4172 quadrimestrais. Quais foram os limites? Quais foram os avanços? O que foi factível? O que  
4173 não foi? Recomendações para o próximo biênio. São 5 perguntas de acordo com aquele  
4174 quadro que vocês fizeram. Quais os limites que encontraram? O que avançou? O que foi  
4175 factível está muito relacionado, depois podemos juntar. E o que não foi. E as  
4176 recomendações. Eu posso mandar por e-mail essa sugestão para nortear o trabalho de vocês.  
4177 Um quadrinho para vocês só preencherem. Eu acho que os coordenadores é que tem que  
4178 articular com as suas comissões como fazer esse levantamento. Mas eu penso que temos que  
4179 estipular um prazo porque são muitas tarefas que temos daqui para lá e já é para o final do  
4180 ano. A minha proposta é que até o dia 20 de novembro, vocês encaminhem essa proposta. O  
4181 que vocês acham? Porque como a nossa proposta é voltar a se reunir, o indicativo até  
4182 meados de dezembro, dá tempo de sistematizar, circular, concluir contribuições para  
4183 apresentar ao plenário no fim do ano para aprovação. Alguma proposta de data diferente? É  
4184 razoável 20 de novembro? Porque dá tempo de vocês se articularem, dividirem tarefas. Eu  
4185 acho que inclusive essas 4 perguntas que eu coloquei aqui, elas acabam os limites no sentido  
4186 do que não foi possível fazer. Quais foram os limites? O que não conseguiram fazer? E a  
4187 outra pergunta é? Quais foram os avanços, ou seja, o que foi factível? E, por fim,  
4188 recomendações para um próximo plano. Vocês acham que têm que ter outra pergunta  
4189 norteadora fora essas? Então, vou circular o primeiro modelo de questionário para  
4190 contribuições rápidas. Não vamos passar dez dias discutindo um formulário. É coisa rápida  
4191 para vocês trabalharem com ele. Eu queria aproveitar então, alguém quer acrescentar alguma  
4192 coisa sobre esse tema? Eu queria acrescentar uma proposta do GI para o Conatrap. O GI está  
4193 solicitando de todas as instituições aqui que compõem o Comitê que o informem sobre os  
4194 cursos de capacitação que as entidades ou órgãos que vocês participam vão realizar ou tem  
4195 previsão de realizar para o próximo ano. Isso é uma meta do plano. É a meta 3 a 5. E como  
4196 Conatrap, as instituições aqui também são parceiras da política, entra nessa meta. A partir do  
4197 ano que vem já queremos relatar também quais são as ações de capacitação que as entidades  
4198 e órgãos do Conatrap vão realizar no próximo ano. E o objetivo disso é para verificar as

4199 capacitações, por exemplo, que os órgãos do GI estão fazendo, aqui do Conatrap também,  
4200 para cruzarmos esforços, potencializar essas ações. Temos exemplos bem práticos, por  
4201 exemplo, o projeto MP Brasil já estamos indo para alguns municípios de fronteira fazer  
4202 capacitação. Mas a SPM também tem uma parceria com a Asbrad que dialoga também com  
4203 a temática. Então, eles já estão indo conosco também participando de todo esse processo.  
4204 Entendemos isso como muito rico, potencialização. Outro exemplo claro: são as caravanas  
4205 promovidas pelo Ministério do Turismo. Eles estão indo para determinados locais que têm  
4206 núcleo, que têm posto lá. Então, por que não introduzir o tema de tráfico de pessoas também  
4207 nessas caravanas? E os núcleos e postos daquela localidade ser o parceiro daquela ação. E às  
4208 vezes não tem nem núcleo, nem comitê, nem posto naquela cidade. Mas eles nos  
4209 perguntaram: Quais são os parceiros de vocês que podem nos apoiar? Nós fazemos um  
4210 trabalho de conjunto já de articulação. Eu acho que mais do que nunca temos de parar essas  
4211 inúmeras ações pulverizadas que estão fazendo a mesma coisa, estamos potencializando e  
4212 unindo esforços, principalmente na conjuntura tão difícil que estamos vivendo no momento.  
4213 Então, que vocês já vão me encaminhando essas informações de todas as capacitações  
4214 previstas para o próximo ano. E que isso seja um hábito, essa cooperação entre GI e  
4215 Conatrap. Outro ponto é em relação aos informes que tínhamos definido, eu informei para  
4216 vocês por e-mail que devido a pauta estar muito densa não abriríamos para aquele momento  
4217 de informes. Foi solicitada essa informação por e-mail, eu só recebi da Eliane, da CNPIR. E  
4218 nós temos os informes da coordenação. Nós já preparamos e vamos encaminhar por e-mail  
4219 para vocês a partir da próxima semana, porque até o momento não recebemos informes de  
4220 outras instituições. Agora vou passar para a Heloísa porque ela vai passar para o ponto de  
4221 pauta do relatório 2013.

4222

4223 **A Sra. Heloísa Greco (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas/SNJ) –**  
4224 Bom, acho bacana este momento de conversarmos agora sobre o relatório. É uma pena que a  
4225 Estela e tantas outras pessoas já terem ido embora, mas a ideia é apresentar como ele foi  
4226 construído. Sabemos das sensibilidades, das fragilidades. Eu acho que para nós é também  
4227 importante ouvirmos essa percepção do Conatrap. Nós temos várias pessoas que militam em  
4228 outras áreas, de criança de adolescente, gênero, igualdade racial, pesquisadores, acadêmicos  
4229 terem qualquer percepção desse relatório. Para nós é um momento importante para  
4230 discutirmos abertamente como ele é feito. Todo mundo que trabalha com tráfico sabe a  
4231 dificuldade de coletar dados e informações sobre o tráfico de pessoas, seja pela dificuldade

4232 que os próprios órgãos têm de registrar esse dado e também pela questão que o nosso  
4233 Código Penal ainda está no 231 e 231-A, e a política ser pautada pelo Protocolo de Palermo,  
4234 então isso aí também tem uma dissonância quando falamos de tráfico de pessoas pelo  
4235 Código Penal e pela política, então isso é uma dificuldade. E desde 2012, temos tentando  
4236 construir uma metodologia para responder e produzir esses relatórios de dados. No Prodoc  
4237 que tínhamos com o UNODC até o final do ano passado, teve uma consultoria que desenhou  
4238 uma metodologia para produção dos nossos relatórios nacionais. E a partir dessa  
4239 metodologia foram pautados os nossos três relatórios que produzimos até hoje, de 2005 até  
4240 2011, o relatório de 2012 e o relatório de 2013. E aí já entra uma questão que todos falam:  
4241 “Por que o *gap* nas informações?”. “E por que estamos em 2015 e produzimos um relatório  
4242 de 2013?”. Esse relatório é todo feito com informações de órgãos públicos. E os órgãos  
4243 públicos têm uma *delay* na informação. Então, se eu finalizo o ano de 2012, tem um tempo  
4244 mais ou menos de uns 6 a 8 meses para sistematizar essas informações por aqueles órgãos e  
4245 aí já passou quase um ano, e quando esses dados são enviados à Secretaria Nacional de  
4246 Justiça, nós também temos um tempo para processar essas informações. Geralmente estamos  
4247 tendo um *delay* de dois anos na produção dos relatórios. Como eu falei, a mesma  
4248 metodologia que foi utilizada no Relatório de 2013 foi a que foi utilizada em 2005 para o  
4249 Relatório de 2005 a 2011 e o de 2012. As informações estão divididas em relação à atenção  
4250 às vítimas, a segurança pública e o fluxo de justiça criminal. Então ele é dividido nessas  
4251 categorias, isso para facilitar a compreensão de que dado estamos falando em cada  
4252 momento. E aí tem abaixo as categorias de informações do relatório. Tem os dados das  
4253 vítimas e solicitamos essas informações para aqueles órgãos que dão informações sobre a  
4254 vítima. Temos os dados do crime, os dados do traficante e o encaminhamento dos órgãos de  
4255 justiça criminal. Essas categorias foram criadas desde o primeiro relatório. No primeiro  
4256 relatório faz o detalhamento dessas categorias, quais os órgãos que prestam informação para  
4257 cada uma dessas categorias. Como é que é feito o relatório de forma bem didática? Nós  
4258 encaminhamos um ofício para cada um desses órgãos. Aí não estão todos que mandamos o  
4259 ofício. Só aqueles que forneceram os dados. E aí solicitamos; “Queremos informações em  
4260 relação ao art. 231 e 231-A, 149”, todos aqueles também que são correlatos ao tráfico de  
4261 pessoas para conseguirmos construir o relatório. Então para o de 2013, quem prestou  
4262 informação para nós? O Ministério das Relações Exteriores, o Senasp, a SDH, a SPM, o  
4263 Ministério da Saúde, o MDS, a PRF, PF, o Depen, o Ministério Público Federal, o Conselho  
4264 Nacional dos Ministérios Públicos e o DRTI. Qual que é a grande questão para quem lê o  
4265 relatório? Não temos realmente uma informação consolidada. E isso é uma questão

4266 complicada, é um impasse para nós. Acho que esse é um ponto que podemos avaliar e quem  
4267 tem ideias de como poderemos melhorar esse sistema porque a partir das informações que  
4268 todos esses órgãos fornecem, como não tem um sistema único, nós não podemos consolidar  
4269 essa informação porque senão teria sobreposição de dados. Um dado que vem do Ministério  
4270 da Saúde de uma vítima que ele registrou como possível vítima de tráfico de pessoas pode  
4271 ter passado pela Rede de Núcleos e Postos, pode também ter tido uma denúncia no Disque  
4272 100 ou Ligue 180, pode ter sido atendido pelo Cras ou Creas, e somaríamos esses números a  
4273 informação não estaria condizente com a realidade. Por isso não consolidamos os dados e aí  
4274 o relatório pelas categorias e informamos qual é órgão deu a informação sobre aquela  
4275 categoria. Então, realmente, não fica um relatório de fácil leitura. Ele é um relatório  
4276 complicado. Mas ele dá um cenário, uma fotografia a partir de cada órgão em relação ao  
4277 crime. Então o que pedimos para construir esse relatório? Pedimos informação do 231, 231-  
4278 A, o 149, o 238, 239 do ECA, 14 a 17 da Lei 9.434, que é da Lei de Transplantes. O que não  
4279 quer dizer também que todos os órgãos, apesar da gente pedir essas informações, eles  
4280 mandam dados de todos esses artigos. Então, às vezes, em um relatório de um ano, um  
4281 exemplo, a Polícia Federal pode ter me dado 149, 231 e 231-A. Num outro ano ela me deu  
4282 só 231 e 231-A. Então não fica harmônico também. Alguns órgãos dão de todos que  
4283 solicitamos, outros não dão. E aí temos os dados de cada um dos órgãos, eu vou passando  
4284 bem brevemente, porque quem teve acesso, acho que o importante é entender como é feito  
4285 essa construção, a dificuldade que temos dos órgãos prestarem essa informação. Muitos  
4286 órgãos não têm um sistema de informação e isso dificulta também no processamento, a  
4287 dificuldade de eles não terem um sistema único, isso também é uma questão para não  
4288 conseguirmos fazer a consolidação. E aí estão os dados que foram apresentados. Os dados  
4289 do Ministério da Saúde. Aqui então estamos falando da categoria vítima. Em relação ao  
4290 atendimento a vítima de tráfico de pessoas, em 2013, o Ministério da Saúde registrou 115  
4291 vítimas de tráfico de pessoas, e colocamos o comparativo dos nossos dois outros relatórios.  
4292 Então, o que o Ministério da Saúde informou no relatório de 2012 e o que o Ministério da  
4293 Saúde informou no relatório de 2011. E o Ministério da Saúde também dá informação sobre  
4294 o perfil das vítimas. E aí é uma coisa interessante pois o perfil da vítima do Ministério da  
4295 Saúde não vai ser o mesmo perfil da vítima do MDS, então quando pergunta: Qual o perfil  
4296 dessa vítima no Brasil? Depende de qual órgão está falando. Então, o perfil da vítima  
4297 segundo o MS, 82 mulheres, 71,3% e 33 homens, que chegaram até ao sistema de saúde no  
4298 ano de 2013. Aí como eu falei: do MDS o perfil já é diferenciado. Em 2013, os CRAS e os

4299 CREAS identificaram 64 vítimas de tráfico de pessoas e desse perfil 22 mulheres e 42  
4300 homens. Podem fazer perguntas, claro.

4301

4302 **A Sra. Maria Guilhermina da Cunha Salasario (CNCD)** - Ali no perfil da vítima, esses  
4303 34,6% de mulheres e 42% de homens, ali está colocada a identidade de gênero? Tipo  
4304 atendimento a travestis, transexuais? Eu acho que o MDS registra, não? Isso é muito  
4305 importante para nós.

4306

4307 **A Sra. Stefane Natália Ribeiro e Silva (MDS)** – Eu estava aqui me questionando também,  
4308 eu não conhecia esse relato. Primeiro lembrar que as informações que estão sendo  
4309 apresentadas aí são de 2013, mas hoje nós já conseguimos fazer um levantamento bem mais  
4310 atual desses dados. Na verdade, nós temos o registro de atendimentos realizados nos CREAS  
4311 e CRAS, nós temos o RMA que é o Registro Mensal de Atendimentos, então a gente  
4312 consegue essa informação agora mês a mês, podemos até fazer um levantamento sobre isso.  
4313 Também estamos fazendo o monitoramento do plano, então foi pedido essa semana passada,  
4314 estávamos levantando já os novos dados. O que eu consigo confirmar é que no nosso censo  
4315 SUAS, e também no MRA temos uma pergunta que, inclusive, está sendo estudada como  
4316 poderíamos fazer para melhorar a capacidade dela de aprender a realidade. Nós temos uma  
4317 pergunta a respeito dos atendimentos dos CREAS e esta pergunta diz? “Este CREAS  
4318 atendeu alguma pessoa por motivo de discriminação ou violência sofrida pelo público  
4319 LGBTs?”. E aí eles respondem se sim ou não. A crítica que temos levantado é que nós  
4320 conseguimos muito pouco nesse sentido, sim ou não. Temos um levantamento homens e  
4321 mulheres, mas eu acho que quando pegamos a perspectiva de gênero, temos uma  
4322 problemática aí a respeito de quem está preenchendo esse formulário. Inclusive é uma crítica  
4323 que eu já fiz algumas vezes lá e estamos tentando e ver como faz para tentar modificar essa  
4324 variável. Eu achei bem interessante porque inclusive agora nós conseguimos dados do ano  
4325 todo. Eu não sei quem fez esses levantamentos, mas, muito provavelmente, é um  
4326 levantamento que levava em consideração do mês de referência que era o mês de agosto que  
4327 era o mês em que se aplicava o questionário do SUAS. Agora nós conseguimos números  
4328 mais tangíveis, uma vez que conseguimos fazer o levantamento do ano todo. Então, quando  
4329 você olha assim: “Foram só 64 pessoas”, 64 para o Brasil inteiro não é um número tão perto  
4330 da realidade, sabemos que é um número bem maior.

4331

4332 **A Sra. Maria Guilhermina da Cunha Salasario (CNCD)** - Eu coloco isso porque dentro  
4333 do Conselho Nacional contra Discriminação LGBT, o MDS também entrou meio cru e tal e  
4334 já estava fazendo este ano e o ano passado, inclusive uma solicitação nossa, dos formulários  
4335 que tenham a identidade de gênero que é o pressuposto para ver travestis e transexuais e  
4336 quando da violência se foi uma violência homofóbica ou uma violência transfóbica. Se ela  
4337 foi homofóbica, ela foi lesbofóbica ou foi por bifobia, isso conta muito para nós porque  
4338 essas violências são extremamente invisíveis dentro dos BOs porque não há como inserir  
4339 isso. E dentro do Sinesp, nós tentamos e não conseguimos até o momento. Então dentro dos  
4340 órgãos de relacionamento humanos, digamos assim, ver se conseguimos esses dados porque  
4341 pela Polícia Federal, pelas polícias estaduais ou municipais não temos essa contagem.  
4342 Temos hoje alguma coisa na saúde por conta do SUS. Por isso é bastante importante para  
4343 nós.

4344

4345 **A Sra. Stefane Natália Ribeiro e Silva (MDS)** – Então, só para terminar. O que nós  
4346 conseguiríamos aprender na verdade não é nem separar dentro das vítimas de tráfico de  
4347 pessoas, o público realmente é dividido homens e mulheres e se essa informação saiu do  
4348 Censo a gente consegue pegar também a questão geracional. Mas em relação à orientação  
4349 sexual ou a identidade de gênero, dentro dessa informação não, apenas aquela pergunta  
4350 única que temos no Censo Suas se houve no atendimento no Creas por algum motivo nesse  
4351 sentido.

4352

4353 **A Sra. Maria das Graças Sá Gadelha (Instituto Aliança com o Adolescente)** - Na  
4354 verdade, essa discussão sobre esses relatórios, na minha visão, eles jamais poderão ser  
4355 compatibilizados e consolidados em função de uma demanda crítica do Estado brasileiro em  
4356 não ter um sistema unificado de informações sobre a questão das violências em geral,  
4357 especificamente sobre a questão do tráfico de pessoas. Há uma necessidade imensa que se  
4358 tenha uma equalização do ponto de vista conceitual, primeiro equivoco está aí. Por outro  
4359 lado, existem diferentes portas de entrada, portas de entrada que estão no campo da atenção,  
4360 no campo da segurança pública e no campo da justiça e, portanto, com tipificações  
4361 diferenciadas. Além do que quando se analisa esse relatório, por exemplo, que foi  
4362 produzido, ele apenas lista, mas não faz uma análise da diferença, por exemplo, entre os  
4363 dados que estão no Disque 100 que são dados de denúncia. Quando você passa para o  
4364 Ministério da Saúde são dados de notificações. E as categorias que são trabalhadas em  
4365 nenhum momento elas dialogam. Você pega as categorias do Disque 100, as categorias do

4366 Ministério da Saúde e do Ministério do Desenvolvimento Social, em nenhum momento, elas  
4367 têm uma consonância, uma sintonia absurda, é uma coisa incrível do Estado brasileiro. Por  
4368 outro lado quem mais se aproxima de algumas questões que são importantíssimas, como a  
4369 colega Guilhermina traz, é o Ministério da Saúde, assim mesmo de forma que precisa ser  
4370 aperfeiçoada. No Censo SUAS, por exemplo, se você pega a base do dado que vai fazer a  
4371 consolidação de todas as informações, não existe nenhuma informação sobre identidade de  
4372 gênero, só sexo, e assim mesmo pela perspectiva dos Creas que só representam 60% de  
4373 capilaridade no Brasil todo. Ou seja, nós temos hoje uma dificuldade imensa do ponto de  
4374 vista desses aspectos. Então isso é no campo do atendimento. Se você traz isso para a  
4375 questão da segurança pública, das polícias, por exemplo, se você pega a lista dos crimes que  
4376 estão lá categorizados, eles não vão ter nenhuma relação com os dados de atendimento.  
4377 Você jamais vai poder cruzar. Não há uma compatibilização entre um dado de atendimento e  
4378 o tipo penal. E quando você chega à fase do processo, do inquérito que é a função no campo  
4379 da justiça, as pessoas às vezes perguntam, no Brasil há certa impunidade. É porque o crime  
4380 precisa ser materializado. E se temos esses furos do ponto de vista do sistema, nós jamais  
4381 vamos chegar a um consenso, a um denominador comum em relação a esses aspectos. Então  
4382 a nossa proposta é no sentido que, de fato, a metodologia que está aí posta como integrada,  
4383 ela é integrada no ponto de vista mais operacional. Mas ela precisa avançar muito no sentido  
4384 de, estrategicamente, rever, em primeiro lugar, aquilo que eu pauto em praticamente todas as  
4385 instâncias colegiadas nas quais participo. Ou a gente cria um DNA, um código nacional de  
4386 violência onde ele seja reconhecido em todas as portas de entrada para não haver  
4387 duplicidade e também para que se tenha uma padronização do ponto de vista da  
4388 compatibilização entre o atendimento do tipo penal, nós jamais vamos alcançar um resultado  
4389 de relatório consolidado. Temos que ter uma ficha única no campo da saúde, no campo do  
4390 Ministério do Desenvolvimento, todos aqueles que têm atendimento precisam criar o padrão  
4391 de equalização de temas e conceitos para chegarmos minimamente a ter um dado de  
4392 consolidação. Por outro lado rever a base de categorias do Disque 100 que também não  
4393 respondem a maioria das demandas relacionadas a alguns aspetos, porque dado é  
4394 importantíssimo do ponto de vista da política pública. No Disque 100, que eu me lembre,  
4395 recentemente eu tive uma conversa com a Bethe Fernandes porque os dados de orientação  
4396 sexual estão totalmente equivocados. As categorias que estão lá. Fizemos até um exercício,  
4397 entregamos isso à Secretaria de Direitos Humanos, mas até hoje isso não foi incorporado.  
4398 Esse é um exemplo. Mas temos vários exemplos em diferentes instâncias. Se você pega o  
4399 Disque 180 e do Disque 100 são denúncias. Mas a base a partir da qual se configura todos

4400 esses processos, ela também não dialoga. Esse é o desafio do Estado brasileiro. Para mim é o  
4401 grande desafio.

4402

4403 **O Sr. Frans Nederstigt (Projeto TRAMA)** – Eu assino embaixo o que a Graça colocou. Eu  
4404 acho que é importante entender que o tráfico de pessoas faz parte de uma violência mais  
4405 ampla que sempre temos que ter esse olhar mais abrangente. Acho que padronização é uma  
4406 coisa que pode ser tentado alcançar, mas cada caso continua um caso que uma pessoa pode ser  
4407 vítima de várias violências, entre a sexualidade das pessoas vítimas que vão ser atendidas,  
4408 então eu acho que alguns conceitos talvez possam ser padronizados, mas questionários  
4409 nunca vão conseguir porque cada ministério, cada órgão vai ter a sua visão e o seu interesse.  
4410 Eu agradeço as explicações da representante do Ministério do Desenvolvimento Social e  
4411 queria inclusive entender, por isso a pergunta era, mas agora já está explicada, como os  
4412 dados dos CRAS e CREAS chegam ao Ministério da Saúde, se isso já era um cruzamento e  
4413 integração. Uma época eu escrevi um texto sobre identificação de vítimas para o Ministério  
4414 do Desenvolvimento Social para a SPM e eu estou muito curioso como o Ministério da  
4415 Saúde faz essa identificação. Assim uma pergunta bem prática de visualização. Isso  
4416 depende, eu imagino, muito da pessoa que atende, mas como é feita essa identificação de  
4417 uma pessoa que é atendida no Sistema de Saúde dessa maneira. Eu estava curioso.

4418

4419 **A Sra. Stefane Natália Ribeiro e Silva (MDS)** – Só para deixar claro também que esses  
4420 dados estão disponíveis no site do MDS. Vocês podem com o perfil público fazer o acesso,  
4421 verificar as informações e tudo. Posso mandar o link para vocês pelo nosso grupo, mas é  
4422 uma informação relativamente fácil de conseguir. Então está à disposição também.

4423

4424 **A Sra. Dalila Eugenia Maranhão Dias Figueiredo (Asbrad)** - Eu concordo um pouco  
4425 com o que a Graça disse, eu cheguei depois, e dizer que existem muitas formas. A questão é  
4426 como identificar a pessoa. Quais são as estratégias? Porque do ponto de vista da nossa  
4427 entidade, a entidade que eu represento, que é do atendimento, que executa medidas  
4428 socioeducativas, que visita sistema penitenciário, que atende imigrante em situação de  
4429 vulnerabilidade, violência doméstica, com os ensinamentos que nós começamos a construir  
4430 no Aeroporto Internacional de Guarulhos. Nós conseguimos identificar paraguaias que  
4431 estavam pedindo medida protetiva na violência doméstica contra a mulher como uma mulher  
4432 que tinha sido resgatada da exploração laboral. Nós identificamos numa disputa de guarda  
4433 de uma avó por conta da morte da mãe das crianças que essa mãe era uma vítima de tráfico

4434 para a Espanha. Nós conseguimos identificar no universo dos nossos adolescentes, meninos  
4435 e meninas que cumprem medidas socioeducativas casos de tráfico interno de pessoas. Nós  
4436 conseguimos identificar no universo das mulheres encarceradas estrangeiras situação que  
4437 configura tráfico de pessoas. Então, a questão é, primeiro, como identificar o que é escuta  
4438 qualificada, como se dá essa coleta de dados? Eu conversei com o Ministério da Saúde em  
4439 várias oportunidades, até no Comitê do Combate à Tortura por que a Raquel que tem assento  
4440 lá, que é supercomprometida, tem um protocolo que precisa ser preenchido que incluir  
4441 inclusive a tortura. Mas a questão é como se dá isso. Então, a subnotificação é uma  
4442 realidade, isso que a Graça coloca é correto. Com relação às denúncias que chegam do  
4443 Disque 100 realmente temos problemas, mesmo que dá no Ministério Público, sabemos  
4444 disso. Também não temos monitoramento que é outro problema. Eu tenho certeza absoluta  
4445 que esse debate precisa ser aprofundado do ponto de vista de como identificar e como esses  
4446 serviços que estão no campo do atendimento de pessoas possam ser capazes de forma  
4447 qualificada e comprometida para, porque continuarão invisíveis.

4448

4449 **O Sr. Thaddeus Gregory Blanchette (Davida)** - Eu só queria colocar, eu sei que isso já foi  
4450 comentado, mas vale a pena comentar de novo. Eu gostei muito do último relatório porque  
4451 foi uma das primeiras vezes que eu vi uma coisa produzida pelo governo brasileiro que  
4452 claramente dizia: “Olha, nós não sabemos e temos definições múltiplas de tráfico e tudo isso  
4453 e esses são os melhores números que conseguimos dos vários grupos”. Só salientando nesse  
4454 próximo relatório, por favor, coloque isso bem claro no início, no parágrafo inicial, que cada  
4455 organização está contabilizando de forma diferente traficados. Eu acho que vale a pena ser  
4456 salientado que muitas organizações por falta de informações ainda só reconhecem a marca  
4457 legal, ou seja, art. 231 como tráfico. Isso desequilibra muito a questão do gênero. Porque  
4458 mesmo incluindo travestis e os trans uma boa maioria de prostitutas são mulheres. E daí não  
4459 é à toa que se você só está contando mulher prostituta que você acaba contando que 74% são  
4460 mulheres ou 84% são mulheres e esses números acabam sendo repetidos o tempo todo na  
4461 mídia e nas organizações. Então, na última ficou muito claro: “Não, eles estavam  
4462 trabalhando com trabalho escravo também e isso é massivamente masculino”. Então vamos  
4463 colocar isso bem na primeira página, salientando que as pessoas não devem, às vezes não  
4464 sabem qual é a definição que essas organizações todas estão usando. E já falaram com essas  
4465 várias instituições e órgãos qual a definição que eles usam? Isso seria bom se a gente  
4466 realmente identificasse qual é a maneira que eles estão identificando vítimas.

4467

4468 **A Sra. Dalila Eugenia Maranhão Dias Figueiredo (Asbrad)** - Do meu ponto de vista eu  
4469 posso dar uma aulinha para você.

4470

4471 **O Sr. Thaddeus Gregory Blanchette (Davida)** - Não, não. Eu sei muito bem. Só não sei  
4472 se, por exemplo, a Polícia Federal...Há muitas organizações que são muito eficientes e outras  
4473 nem tanto.

4474

4475 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - Aqui nós  
4476 percebemos qual é a grande dificuldade, quer dizer, todos conseguem dar o seu ponto de  
4477 vista uma aula sobre o conceito. Então cada um tem um conceito e fica difícil comunicar  
4478 isso.

4479

4480 **O Sr. Thaddeus Gregory Blanchette (Davida)** - O que eu estou salientando não é  
4481 especificamente da sua organização, é que tem algumas que não fazem isso. Eu não tenho  
4482 certeza se o Itamaraty de fato tem noção de que nós estamos falando de todos os tipos de  
4483 trabalho forçado, recrutamento etc e tal., eles estão ainda pensando só em prostitutas. É só  
4484 isso.

4485

4486 **A Sra. Heloísa Greco (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas/SNJ)** –  
4487 Uma coisa da fala da Graça, antes de continuar, acho que é um próximo passo. Nós vamos  
4488 aprimorando as metodologias, mas você fazer essa análise entre as categorias seria  
4489 interessante. É muito difícil hoje, nós fizemos três relatórios fazer alguma inferência, ainda  
4490 mais da forma como é coletado, como esses órgãos prestam a informação, para quem, a  
4491 gente compila as informações para conseguir fazer inferência em algumas coisas, mas ainda  
4492 é muito difícil fazer essa análise para poder cruzar o dado do atendimento, o dado do  
4493 processo criminal. Agora o que nós avançamos também que ainda não deu para parecer  
4494 tanto nos relatórios é da padronização das categorias. Paralelamente quando foi feito o  
4495 primeiro relatório, nós desenvolvemos uma metodologia de coleta integrada. Foi assinado  
4496 um protocolo entre CNJ/SDH/MPE/Senasp/Ministério Público do Trabalho/Ministérios  
4497 Públicos/SPM para coletarem de forma integrada. Então como criar essas categorias também  
4498 todos esses atores que assinaram o protocolo qual seria a ideia? Que eles introjetem para  
4499 dentro do seu sistema ou para dentro da forma como coletam os dados essas categorias que  
4500 aí, futuramente, poderíamos fazer a mesma língua. Poderíamos ter categorias padronizadas e  
4501 isso auxiliaria no relatório. Estamos na implementação dessa metodologia, a metodologia

4502 também previa um sistema onde pudesse ser o repositório dessas informações e aí não  
4503 teríamos a replicação, teríamos só um sistema entre esses órgãos que assinaram o protocolo.  
4504 O sistema ainda está em andamento. E já fizemos uma reunião de avaliação da  
4505 implementação de metodologia de coleta integrada, inclusive também o formulário que a  
4506 Rede de Núcleos e Postos utiliza também é espelhada nessas categorias e nesses campos que  
4507 a metodologia de coleta integrada prevê. Ainda temos que fazer outra avaliação. Os próprios  
4508 órgãos têm dificuldade de introjetar as categorias para dentro da sua forma de coleta de  
4509 dados. Mas temos desenvolvido isso e a forma que aprimoremos isso dentro do possível.  
4510 Ainda então dentro das categorias das vítimas. A questão do MRE. O MRE é um parceiro  
4511 nosso tanto no grupo interministerial e é um órgão que temos um relacionamento muito  
4512 próximo. A Divisão de Assistência Consular passa as informações para nós, há aqueles  
4513 brasileiros e brasileiras que chegaram até aos consulados que levaram alguns registros,  
4514 alguma denúncia sobre possíveis casos de tráfico de pessoas e aí eles relatam para nós tanto  
4515 para exploração sexual quanto para exploração do trabalho. E a DAC faz todo um trabalho  
4516 de orientação para a pessoa que está no consulado como se identifica uma possível vítima de  
4517 tráfico de pessoas. Esses foram os dados que nos chegaram em relação a 2013. O MRE  
4518 conseguiu, se não me engano, 2011 e 2012, identificar para nós a questão do gênero. De  
4519 2013, eles não passaram essa informação para nós. O dado do MTE é um dos mais  
4520 redondos, tanto pela questão de um trabalho dos auditores fiscais de trabalho. É muito  
4521 consolidada a informação deles. Eles têm muito mais dados do que colocamos. Aqui neste  
4522 slide tem pouquíssima informação. Mas no campo do MTE é onde tem mais informações  
4523 sobre a questão do trabalho em condições análogas a escravo. E temos dados muito  
4524 interessantes, no ano de 2013, número de operações, número de trabalhadores resgatados,  
4525 número de vítimas beneficiadas com seguro e desemprego, das vítimas resgatadas 94%  
4526 tiveram o seguro-desemprego, muitas vezes é por que não estariam juridicamente aptos a  
4527 receber seguro-desemprego, uma criança por exemplo. Estou na dúvida agora se ele faz  
4528 diferença entre homem e mulher porque aqui neste slide nós computamos só algumas  
4529 informações.

4530

4531 **O Sr. Marcel Theodoor Hazeu (SODIREITOS)** - Porque em geral esses são os homens,  
4532 trabalho escravo no campo.

4533

4534 **A Sra. Heloísa Greco (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas/SNJ)** –  
4535 A maioria é homem. Mas eu tenho que ver se no relatório se tem informação de gênero e se  
4536 não colocamos neste slide.

4537

4538 **O Sr. Thaddeus Gregory Blanchette (Davida)** - Seria legal também saber quais categorias  
4539 de trabalho eles estão fazendo. Eu sei que é difícil porque ninguém tem carteira assinada.

4540

4541 **A Sra. Heloísa Greco (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas/SNJ)** –  
4542 Ah, sim, até foi interessante, foi o primeiro ano de 2013 que trabalho escravo na área urbana  
4543 superou o rural e eles falam muito bem de indústria têxtil e no MTE é possível ter essa  
4544 informação sim. Em 2013 também foi um ano que apresentou um número muito grande  
4545 também de imigrantes estrangeiros resgatados no trabalho escravo. Caso de trabalho escravo  
4546 envolvendo imigrantes. Em 2012 era 1,77%, em 2013 já foram resgatados 13,35%. E os  
4547 principais países de origem: Paraguai, Peru, Haiti, Bolívia, Argentina. O dado do MTE há  
4548 muitos cruzamentos. Para o nosso relatório eu não sei se chegou a esse nível de  
4549 detalhamento. A fonte consegue.

4550

4551 **O Sr. Thaddeus Gregory Blanchette (Davida)** - Você sabe o país estrangeiro que mais  
4552 teve?

4553

4554 **(Intervenção fora do microfone)**

4555

4556 **A Sra. Heloísa Greco (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas/SNJ)** – É  
4557 possível ter essa informação com o MTE. E é até interessante isso, gente, vocês estão me  
4558 perguntando, então, talvez, nós incluirmos no próximo relatório.

4559

4560 **O Sr. Thaddeus Gregory Blanchette (Davida)** - Porque eu nunca vi falar de argentinos  
4561 sendo assim colocados.

4562

4563 **A Sra. Heloísa Greco (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas/SNJ)** –  
4564 O que vocês acharem que enriquecem, os dados do MTE, eles têm muita informação e nós  
4565 não colocamos tudo. Mas é interessante saber que enriqueceria. E outra informação que  
4566 chamou a atenção que foi 2013 o resgate no meio urbano que superou pela primeira vez o  
4567 meio rural. E agora entram os dados do SDH com o SPM que vem do canal de denúncia.

4568 Que achamos, Graça, que é relevante apresentar, apesar de ser muito diferente dos outros  
4569 dados e dos outros órgãos. Eu não sei que outra categoria nós colocaríamos. Nós colocamos  
4570 convite, mas, realmente, são denúncias. Então na hora da leitura do relatório tem que ter essa  
4571 distinção que é uma informação completamente diferente.

4572

4573 **A Sra. Maria das Graças Sá Gadelha (Instituto Aliança com o Adolescente)** - Qual  
4574 modalidade? Essa pessoa sequer está qualificada e nem capacitada para ter esse tipo de  
4575 resposta. Eu acho que a grande contribuição nossa em termos de aprimorar era no sentido  
4576 naquilo que pertine ao tráfico de pessoas quais contribuições que gostaríamos que  
4577 agregassem. Por exemplo, numa ficha, no atendimento, que questões são essenciais que têm  
4578 que constar e que precisam constar. Lá para o atendimento do Creas, para o atendimento do  
4579 Ministério da Saúde etc. que tipo de apropriação, de conceitos, quem está lá, aquela  
4580 atendente do 180 e do 100 precisa ter para poder incluir essa questão, porque é muito  
4581 genérico. Isso só apareceu recentemente. Eu me lembro que em 2010, por exemplo, só  
4582 apareceram 6 casos. A gente nem sabe se de fato são. Você coloca aí 309, se você for fazer  
4583 uma análise qualitativa desse dado, você não alcança de fato a dimensão do problema, ele  
4584 pode ser bem maior do que isso, ninguém sabe.

4585

4586 **O Sr. Thaddeus Gregory Blanchette (Davida)** - É preciso falar: “Meu Deus, tem  
4587 milhões”, eles pegam os números mais alarmantes, 960 mil denúncias, pegando todas as  
4588 denúncias de abuso sexual e colocando como se fosse exploração sexual de crianças. Aqui  
4589 nós tivemos nesse caso, quer dizer, são 37 denúncias envolvendo estrangeiros aí de repente:  
4590 “Ah, mas esse não é um guia confiável”, ou seja, só é guia confiável quando dos números  
4591 são altos. Não tem a menor noção. E os políticos citam isso o tempo todo.

4592

4593 **A Sra. Maria das Graças Sá Gadelha (Instituto Aliança com o Adolescente)** - Eu acho  
4594 que a academia tem um papel importante no sentido de subsidiar a produção desses dados e  
4595 eu também defendo há muito tempo a ideia de se criar uma taxonomia. É incrível, gente.  
4596 Nós não temos. Você nunca vai conseguir equalizar do ponto de vista das categorias porque  
4597 elas são tão díspares, tão diversas que você jamais vai conseguir. Além desse aspecto que  
4598 para mim é fundante do ponto de vista dos equívocos que existem na produção de dados de  
4599 conhecimento do Estado brasileiro, pelo menos naquilo que é competência nossa do ponto  
4600 de vista do Conatrap, que poderíamos ter um esforço maior no sentido de contribuir para  
4601 qualificar essas informações, é importantíssimo, por exemplo, constatar que tanto os dados

4602 produzidos pelo Datasuas, como o Censo SUS não trazem qualquer informação do recorte  
4603 de gênero, raça e etnia. É incrível isso que ainda esteja acontecendo. Nós poderíamos fazer  
4604 um esforço para contribuir com esses processos que são importantíssimos. Para que  
4605 queremos dados? Queremos dados para subsidiar as políticas. E se nós não  
4606 georreferenciamos esses dados, se não temos recorte de gênero, raça e etnia, é produzir um  
4607 relatório para dizer que está fazendo algo sem qualquer consistência do ponto de vista  
4608 técnico-conceitual.

4609

4610 **O Sr. Thaddeus Gregory Blanchette (Davida)** - Eu só queria falar da questão da  
4611 academia. É importantíssimo isso. Tem trabalhos sendo feitos e foram feitos sobre Disque  
4612 Denúncia. A (?) fez agora sobre pedofilia. Tem um cara, infelizmente agora o nome me  
4613 escapa, mas ele é doutor pela UFRJ que fez denúncias raciais, ou seja, o mecanismo e a  
4614 dinâmica já foram bastante explorados, essas informações já existem e o problema é que o  
4615 que estamos revelando não é de utilidade para ninguém porque quase todas as organizações,  
4616 seja se trabalham com violência contra a mulher ou violência racista ou violência  
4617 homofóbica ou tráfico de pessoas, a organização que usa esses dados está no seu interesse  
4618 político. Não estou acusando. Institucionalmente falando está no interesse político deles  
4619 elevarmos o número o máximo possível. O Disque 100 virou um gerador de denúncias dos  
4620 quais não sabemos quantos são resumidos em casos. Mas são números enormes. E aí para  
4621 todas as organizações que trabalham nessa área, ele é fantástico porque se pode dizer: “Teve  
4622 tantas centenas de milhares de denúncias”. E quando vem a academia, me desculpe, tenho  
4623 muitos problemas com isso, ninguém quer ouvir e somos chamados de arrogantes e tudo. De  
4624 fato, o problema é isso e estamos falando disso há 8 anos. Um dos problemas não é que a  
4625 academia não olhe para isso, mas estamos revelando porque realmente não é do interesse de  
4626 nenhuma das organizações. Desculpe, Disque Denúncia é um conto de fadas, não está  
4627 resolvendo o que vocês acham que resolve.

4628

4629 **A Sra. Heloísa Greco (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas/SNJ)** –  
4630 Nós sabemos que há problemas sim. A ponderação da Graça foi muito consistente nesse  
4631 ponto. O Disque Denúncia veio a dizer alguma coisa e acho que tem dificuldade sim na  
4632 ponta com quem está atendendo. Mas também dizer que ele não serve para nada...

4633

4634 **O Sr. Thaddeus Gregory Blanchette (Davida)** - Deixe-me relativizar isso. Você acha  
4635 realmente exagerado eu dizer que não está fazendo nada. No ano passado, quantas denúncias

4636 de exploração sexual de criança teve no Rio de Janeiro por Disque Denúncia? Se não me  
4637 engano eram 300 ou 400. Nenhum caso frente ao estado, nenhum. Então, se você está tendo  
4638 400 casos, quantas denúncias? Nenhum caso frente ao Ministério Público e um problema  
4639 enorme está acontecendo. Eu acho que estou absolutamente qualificado. Se o intuito do  
4640 sistema é denunciar criminosos, em seguida encontrar essas pessoas, levá-las para dentro do  
4641 sistema de justiça, se você gera 400 denúncias e você não tem nenhum caso, tem um  
4642 problema. O problema pode ser que talvez não tenha uma ligação entre os dois, sei lá, talvez  
4643 o Ministério Público está contando erradamente os casos, prende por exploração, mas no  
4644 processo ele diluído para outros tipos. Talvez exploração é difícil comprovar, então vai para  
4645 outro crime. Ou talvez os números sejam completamente fictícios. Esse nível de  
4646 desligamento é o que me faz qualificar isso como nada. Se for assim 20 casos e 100  
4647 denúncias, eu iria dizer: “Bacana”. E isso não é só um problema no Rio de Janeiro.

4648

4649 **A Sra. Fernanda Papa (Titular SPM/PR)** - Só para dar continuidade, ontem também  
4650 conversamos sobre isso, Thaddeus também levantou uma preocupação de grupos que ficam  
4651 utilizando os Disques Denúncias para, na verdade, expor grupos específicos que se reúnem  
4652 em determinados lugares da cidade e acabam, portanto, a denúncia que fazem em relação a  
4653 esses grupos em local público acabam expondo, por exemplo, os travestis, os jovens mesmo  
4654 estão reunindo a uma ação policial que acaba até recaindo como repressão contra eles. Achei  
4655 um ponto que você levantou muito importante.

4656

4657 **O Sr. Thaddeus Gregory Blanchette (Davida)** - Eu me comprometi a escrever sobre isso e  
4658 passar para o grupo.

4659

4660 **A Sra. Fernanda Papa (Titular SPM/PR)** - Mas acho importante fazer uma diferenciação,  
4661 pelo menos não posso falar pelo Disque 100 e também não sou coordenadora do 180 da  
4662 SPM, mas a Anne Cruz que é a responsável tem nos mantido bastante informados sobre isso.  
4663 A forma como o Disque Denúncia para o 180 é acompanhado, creio que seja diferente da do  
4664 100. Mas não conheço o Disque 100. Tem sim um acompanhamento e tem um fluxo de  
4665 direcionamento de denúncias para as autoridades competentes. No caso de denúncia de  
4666 tráfico, a Polícia Federal é automaticamente acionada. E nós sabemos que já houve caso  
4667 tanto de resgate e de desmantelamento de redes na Espanha, que é a Operação Planeta, em  
4668 função de denúncia no Disque 180 da SPM. E o número de denúncia tem crescido. Sabemos  
4669 que para o telefone internacional ainda estamos trabalhando a articulação da rede, já fizeram

4670 as conferências com a rede nos países no exterior para as atendentes no Brasil saberem a  
4671 quem indicar a pessoa liga com urgência para depois fazer o processo da apuração legal.  
4672 Mas acho que é importante saber que esse serviço, sim, são muito importantes para pessoas  
4673 que não têm nenhuma referência e possibilidade de pedir ajudar e começar a ter o seu  
4674 processo observado e encaminhado. Não estou misturando um disque com outro, mas acho  
4675 que eles são super-relevantes.

4676

4677 **O Sr. Thaddeus Gregory Blanchette (Davida)** - Operação Planeta foi aquilo da Rede da  
4678 Globo durante o Fantástico, durante Salve Jorge?

4679

4680 **A Sra. Fernanda Papa (Titular SPM/PR)** - Não.

4681

4682 **O Sr. Thaddeus Gregory Blanchette (Davida)** - Porque aquilo foi badalado no Brasil  
4683 inteiro: “Olha, como funciona bem o Disque Denúncia!”. Nesse caso o Disque Denúncia foi  
4684 usado exatamente na maneira sobre a qual falei. Uma mulher que era imigrante irregular na  
4685 Espanha foi denunciada como vítima do tráfico pela mãe, a polícia espanhola lá pegou todo  
4686 mundo. E a definição se era vítima de tráfico ou não dependia do visto, se tinha visto de  
4687 permanência ou era cidadã espanhola não era traficada, se era imigrante ilegal ou irregular  
4688 era traficada e as traficadas eram imediatamente devolvidas para o Brasil onde o governador  
4689 da Bahia fez um show de mídia em receber isso. Isso saiu no Fantástico no horário nobre  
4690 para aumentar o ibope do Salve Jorge. Aqui está um caso exatamente do que estou falando.

4691 **A Sra. Heloísa Greco (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas/SNJ)** –  
4692 Só sendo mais objetivo. Nós não vamos discutir os casos.

4693

4694 **A Sra. Fernanda Papa (Titular SPM/PR)** - Não vou discutir os casos, mas eu acho que é  
4695 inquestionável a importância do disque-denúncia. Eu acho que isso que era importante nós  
4696 dizemos.

4697

4698 **A Sra. Heloísa Greco (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas/SNJ)** –  
4699 Claro. E disso tudo, eu acho que nós podemos pensar, a partir da fala da Graça, e levar  
4700 também para a tripartite e ver. Fazer novas capacitações do Disque 100 e do Disque 180, e  
4701 nós vamos aprimorando até mesmo pensando que os dados fornecidos e que a política para  
4702 ser pautada pelo disque-denúncia também seja aprimorada. O próximo é do Disque 180,  
4703 também que chegaram em 2013 o número de 340, 2012 de 58. Aqui são os dados da Polícia

4704 Rodoviária Federal. No relatório anterior, eles também davam informações sobre as vítimas  
4705 resgatadas em relação ao Art. 231 e Art. 231-A. Para esse, eles informaram os dados em  
4706 relação à situação análoga de escravidão. E aí o interessante também, tem dados que são  
4707 transversais, são dados do MTE, que foram de operações que a PRF participou com o MTE,  
4708 então, pode estar duplicado, e tem operações que não foram com a MTE. Então, nós não  
4709 podemos somar o dado da PRF com o do Ministério do Trabalho e Emprego. Então, vítimas  
4710 resgatadas em 2013 foram 329. E nós demos destaque a outro projeto da PRF, que é o  
4711 MAPEAR, que eles fazem o mapeamento das rodovias federais de pontos vulneráveis à  
4712 exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias brasileiras. E no ano de 2013, 590  
4713 crianças e adolescentes foram identificadas em redes privadas de pontos vulneráveis à  
4714 exploração sexual. Como foi a coleta de dados das polícias civis? Nós encaminhamos um  
4715 ofício para cada uma das Secretarias de Segurança Pública, então, não é um dado, por  
4716 exemplo, que vem da Secretaria Nacional de Segurança Pública, nós fizemos a solicitação  
4717 direto para as polícias civis. Então, é o primeiro relatório que eu apresento os dados da  
4718 polícia civil. Não foram todas as polícias que responderam. Desses dados, 18 unidades da  
4719 Federação que responderam, foram identificadas 254 vítimas de tráfico de pessoas, e aqui  
4720 nós conseguimos identificar, eles responderam direito quando nós perguntamos. Tinham 11  
4721 casos de tráfico internacional para fins de exploração sexual, 123 para tráfico interno, para  
4722 fins de exploração sexual, 113 para trabalho escravo, tráfico internacional de criança e  
4723 adolescente, quatro, e remoção de órgãos, três. Dados de 2013. Alguma dúvida? Trabalho,  
4724 mas é que nós pedimos todos aqueles artigos. Nós pedimos Art. 231, 231 A, 149. Depois,  
4725 tem os dados da Polícia Federal. Os inquéritos instaurados sobre o tráfico de pessoas,  
4726 internacional e interno, para fins de exploração sexual. Está diferenciado e condiciona a dois  
4727 casos: Em 2013, 74 inquéritos, e a PF também respondeu em relação ao Art. 149. E aí tem  
4728 268 casos. Aí é um pouco na linha que nós percebemos que tem um número ainda de  
4729 vítimas em condicional escravo é maior do que para finalidade de exploração sexual. Dados  
4730 do Ministério Público Federal, em relação ao tráfico internacional interno, eles não  
4731 separaram a informação, mandaram a informação junta. Para finalidade de exploração  
4732 sexual, em 2013 geram 24 ações penais e 30 denúncias. O relatório de 2012 tinha  
4733 informação do MPF de 28 ações penais em 2011, sem registro no relatório. Nós chegamos  
4734 ao dado de quantas pessoas presas em relação. Aí é só ao Art. 231 e 231-A, eles não  
4735 enviaram do Art. 149. Então, pessoas presas por tráfico de pessoas em 2013, 36 pessoas, e aí  
4736 tem a peculiaridade do Depen. Como o Depen coleta esse dado? Os estados mandam os  
4737 dados para o Infopen, o Sistema de Informação, e o dado que eles publicam do ano, eles

4738 publicam duas vezes ao ano, em julho e em dezembro. Então, quando perguntam quantos  
4739 presos tiveram em 2013, é o dado do último dia de dezembro. Então, pode ter passado 70  
4740 pessoas presas em 2013, mas o registro de que estão presas no último dia do ano foram 36.  
4741 Então, também nós temos essa dificuldade. O perfil dos presos nós também conseguimos  
4742 identificar: 27 homens, 22 por tráfico internacional e 5 por tráfico interno; 9 mulheres, 7 por  
4743 tráfico internacional e 2 por tráfico interno. Eu acho que no Depen nós conseguimos isso  
4744 sim. Tem, no Infopen tem a nacionalidade deles. No nosso relatório nós não colocamos, mas  
4745 pelo que eu estou lembrando da planilha deles tem. Não sei se tem a nacionalidade, mas se é  
4746 estrangeiro ou nacional, tem. Eu acho que eles têm isso. A última informação que nós  
4747 coletamos é de pedidos de cooperação jurídica internacional, pedidos do Brasil. Foram 29  
4748 passivos 11, um total de 40. Em 2013, foi o ano que teve maior número de pedido de  
4749 cooperação jurídica internacional. Então, para essa apresentação nós selecionamos algumas  
4750 informações. Nós sabemos das fragilidades. Ainda assim, nós apostamos que o relatório é  
4751 importante ser publicado. Eu acho que isso é importante dizer, apesar de todas as lacunas e a  
4752 necessidade de aprimoramento, é uma forma que nós conseguimos de pelo menos apresentar  
4753 o que esses órgãos têm de informação sobre o tráfico de pessoas. E isso, apesar de que para a  
4754 política realmente é difícil de pensar, pautar uma política com um dado desmembrado, mas  
4755 ainda assim para a política nacional, para a coordenação, ajuda em muito. Ajuda em muito  
4756 nós conseguirmos ter esse cenário e essa fotografia. Brincadeiras à parte. Obrigada pelo  
4757 elogio. Eu acho que é importante sim. Eu acho que disso que nós apresentamos, nós  
4758 podemos colocar em pauta. Nós fomos anotando para sistematizar que é importante que o  
4759 Conatrap legitime os relatórios que nós publicamos. Não faz sentido também nós  
4760 publicarmos, termos essas informações. A ideia é tanto de legitimar, quanto de apontar esses  
4761 caminhos. Eu acho que tem melhorias que é possível fazer a curto prazo, como pensar na  
4762 orientação para os disques, para os ligues. Tem outras. O que depender de sistematização é a  
4763 longo prazo, o que depender das categorizações, é a médio prazo. Mas, vamos já começar a  
4764 adotar o que é a curto prazo, para que no próximo relatório melhore e qualifique mais a  
4765 informação. Se após a leitura, após a apresentação, vocês puderem mandar essas  
4766 contribuições para nós. Ou se após a leitura, com a explicação, ainda tiverem alguma outra  
4767 sugestão, para nós é muito bem-vindo.

4768

4769 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - Mais  
4770 alguma observação? Algum comentário? Como a Helô expôs, imagine a nossa dificuldade  
4771 de apresentar esses dados em uma coletiva, como foi o caso do secretário, que fez a

4772 apresentação. Quer dizer, a demanda dos jornalistas é sempre a comparação, então,  
4773 aumentou ou diminuiu? E aí você tem dados diferentes. O personagem, aquela coisa. Então,  
4774 você tem grande dificuldade, e é uma grande dificuldade para a política pública mesmo. Nós  
4775 não temos os dados, não sabemos onde estamos trabalhando.

4776

4777 **O Sr. Thaddeus Gregory Blanchette (Davida)** - Vai lá e vê, os Estados Unidos não têm  
4778 isso não. Sinceramente. A última vez que eu vi, que foi quando o governo fez o  
4779 levantamento das 45 forças tarefas antitráfico. Os Estados Unidos, eu fiquei chocado, uma  
4780 coisa boa nesse assassinato do jovem em Ferguson fez é que eu descobri, o mundo inteiro  
4781 descobriu, os Estados Unidos nem sabem quantas pessoas a polícia mata. O Brasil sempre  
4782 era tão ruim, o Brasil é ruim mesmo, mas eu achava e quase todo mundo achava que era por  
4783 volta de 200, 300 por ano nos Estados Unidos. O que era grande é três vezes maior. Por  
4784 causa desse auê da Ferguson, teve um monte de ONGs que começaram a trocar dados, e nós  
4785 descobrimos que os Estados Unidos matam 800, 900 pessoas, a polícia nos Estados Unidos,  
4786 por ano. Então, muitas vezes eles chegam lá com essas (?) “Eles não têm esses dados, que  
4787 eles estão pedindo para os outros”.

4788

4789 **O Sr. O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - –  
4790 Eu vou levar essa informação para o secretário. Ele vai gostar de saber. Esse é o último  
4791 quadro.

4792

4793 **O Sr. Marcel Theodoor Hazeu (SODIREITOS)** - – Essa cooperação jurídica  
4794 internacional, foi a pedido do Brasil?

4795

4796 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - – Ativo é  
4797 a pedido do Brasil e passivo é que o Brasil recebe pedidos de cooperação jurídica  
4798 internacional.

4799

4800 **A Sra. Eliane da Silva Souza Pequeno (Conselho Nacional da Promoção da Igualdade**  
4801 **Racial-CNPIR/FUNAI)** - Na verdade, só para comentar, que eu testemunhei a apresentação  
4802 do secretário. E, assim, a plateia ficou realmente comovida, porque é um show. Apesar de  
4803 todas as dificuldades e ainda no bojo da comemoração do selo, aliás, belíssimo selo. Eu

4804 tenho utilizado as minhas assinaturas para poder divulgar isso. Então, eu compreendo da  
4805 envergadura, mas o momento que foi lançado foi de uma moção ímpar.

4806

4807 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - - E nós  
4808 optamos justamente por fazer isso: revelar as fragilidades também. Então, estrategicamente  
4809 nós temos dificuldades, nós apontamos, sabemos que tem, mas o que conseguimos levantar  
4810 é isso. Muito bem, terminamos esse ponto. Temos mais um. Por solicitação. A Helô vai  
4811 apresentar a solicitação do O Sr. Marcel Theodoor Hazeu (SODIREITOS) - .

4812

4813 **A Sra. Heloísa Greco (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas/SNJ)** –  
4814 Você queria falar?

4815

4816 **O Sr. Marcel Theodoor Hazeu (SODIREITOS)** - Você está falando da relação do  
4817 Ministério de Justiça e o UNODC?

4818

4819 **A Sra. A Sra. Heloísa Greco (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de**  
4820 **Pessoas/SNJ)** – Sim.

4821

4822 **O Sr. Marcel Theodoor Hazeu (SODIREITOS)** - Eu gostei muito da apresentação. Esse  
4823 relatório, vocês vão repassar para nós?

4824

4825 **A Sra. Heloísa Greco (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas/SNJ)** –  
4826 Nós repassamos. Está no site já. Nós não fizemos versão impressa. Está só no site. Mas,  
4827 repassamos.

4828

4829 **O Sr. Marcel Theodoor Hazeu (SODIREITOS)** - Porque como nós prometemos à  
4830 Comissão.

4831

4832 **A Sra. Heloísa Greco (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas/SNJ)** –  
4833 Você quer o *Power Point* ou o relatório em si? O relatório.

4834

4835 **O Sr. Marcel Theodoor Hazeu (SODIREITOS)** - O relatório em si. Porque a Comissão  
4836 vai fazer um pequeno parecer incluindo algumas dessas observações que foram feitas, até  
4837 para contribuir.

4838

4839 **A Sra. Heloísa Greco (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas/SNJ) –**  
4840 Ótimo. Perfeito.

4841

4842 **O Sr. Marcel Theodoor Hazeu (SODIREITOS) -** A pauta sobre UNODC. Ele tem duas  
4843 razões porque nós quisemos saber. Primeiramente, UNODC sempre acompanhou, participou  
4844 dessas elaborações da política e intervenções. O (?) também resgatou, dizendo como na  
4845 verdade começou essa ideia da política nacional a partir de uma UNODC, e também ele é o  
4846 autor de protocolo, então, ele é uma referência. O UNODC no Brasil que tem participado em  
4847 muitas intervenções e ações previstas nas políticas e em conjunto com o governo brasileiro,  
4848 e alguns com entidades não governamentais. Ela tem um peso muito forte nessa discussão  
4849 sobre tráfico, é um peso, sabemos, pautado um pouco na concepção da repressão, porque  
4850 está dentro do seu papel de reprimir; é tráfico de drogas, é tráfico de pessoas etc e tal. O que  
4851 nós não conseguimos entender bem é essa correlação de forças na implementação e  
4852 formulação em relação não a política como um todo, mas da operacionalização. Muitos  
4853 editais passam por uma parceria UNODC, porque administra recursos, ele impõe algumas  
4854 regras em relação a esses encaminhamentos. Então, nós queríamos saber se a UNODC se  
4855 submete de certa forma à lógica do plano nacional, porque ele está com sua política  
4856 intervindo, de certa forma, independente. Porque também nós temos uma ação muito  
4857 estranha acontecendo em Belém, onde UNODC já há algum tempo está investindo para abrir  
4858 um escritório da UNODC, que inclusive vai trabalhar no enfrentamento ao tráfico de pessoas  
4859 e que em nenhum momento até agora tem-se articulado com o núcleo de enfrentamento ao  
4860 tráfico de pessoas no estado. Se articula diretamente com o governador e sua filha, que é  
4861 responsável por um programa chamado Pró-Pais, que não passa por controle social nenhum.  
4862 Ele é um programa assistencialista, mas não de assistência. E envolve algumas entidades que  
4863 não fazem parte do comitê contra o tráfico de pessoas, e estão implementando e mobilizando  
4864 recursos. O que eu queria entender é se há uma parceria entre o governo do Brasil com  
4865 UNODC, e o UNODC começa a implementar uma política própria de enfrentamento ao  
4866 tráfico de pessoas em um lugar aonde a política já chegou através da sua estrutura. Como é  
4867 essa relação?

4868

4869 **A Sra. Heloísa Greco (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas/SNJ) –**  
4870 Eu acho, então, pelo que você falou, perfeito, eu acho que a apresentação não vai fazer tanto  
4871 sentido.

4872

4873 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça) -**  
4874 Desculpa. Nós tínhamos preparado esse ponto de pauta, e a Helô preparou uma apresentação  
4875 do que foi essa parceria com o Ministério da Justiça, com a Secretaria Nacional da Justiça  
4876 nos últimos anos. Mas, é uma coisa mais formal. De repente, no meio da sua fala eu acho  
4877 que fica melhor você responder o questionamento feito agora, no meio da fala. E se for  
4878 necessário, você coloca algumas das telas. Eu acho que é um pouco para dar uma visão  
4879 geral. Nós temos aqui essa visão geral. E a Helô vai colocar e eu vou dar os pedaços pelo  
4880 meio.

4881

4882 **A Sra. Heloísa Greco (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas/SNJ) –**  
4883 Eu acho que é bacana trazer essa colocação, que se cria muita expectativa em relação às  
4884 parcerias que nós temos com organismo internacional. E é bom também esclarecer os limites  
4885 e a total autonomia que hoje o governo brasileiro tem para tocar a sua política. Isso eu já te  
4886 digo claramente que a UNODC, nós não nos submetemos. Nós acompanhamos a linha do  
4887 protocolo, mas não temos submissão em a quê, e como a política vai fazer. Então, um pouco  
4888 como é que começa a parceria com o UNODC. Eu acho que todo mundo aqui conhece o que  
4889 é o UNODC. É o escritório das Nações Unidas Sobre Drogas e Crimes, que é o que trata da  
4890 temática de enfrentamento ao tráfico de pessoas. Os primeiros projetos. Como funcionam  
4891 esses projetos de acordo de cooperação técnica e como é o recurso administrado? Isso é  
4892 importante. Quando o governo brasileiro faz acordo de cooperação técnica, que é o caso com  
4893 o UNODC, um acordo de cooperação técnica é uma troca em que o organismo internacional  
4894 por já ter acumulado em algumas discussões, como o UNODC tinha acumulado no tráfico  
4895 de pessoas, apoiar tecnicamente o governo brasileiro. Só que isso não é feito de forma tão  
4896 solta. Todos os apoios de cooperação técnica passam, o organismo do Brasil, no caso o  
4897 Ministério da Justiça, o UNODC e a Agência Brasileira de Cooperação, ela é triangular  
4898 vinculada ao MRE. Então, tem um acordo que o MRE acompanha, tem uma legislação  
4899 brasileira que fala o que pode e o que não pode nesse acordo de cooperação técnica, delimita  
4900 também a taxa, os custos que o UNODC vão ter com o projeto, e desde a elaboração de  
4901 todos os temas de referência para contratação de consultorias via acordo de cooperação

4902 técnica, são construídas pelo governo brasileiro. Então, qualquer termo de referência que foi  
4903 publicado, que alguém já viu contratando consultoria, não foi a UNODC com a sua filosofia,  
4904 o governo brasileiro é que desenhava esses termos de referência. Inclusive, uma informação  
4905 mais detalhada ainda, todo termo de referência para contratação de consultoria, nós o  
4906 submetemos ao nosso Recursos Humanos para ver se tem alguém com aquele perfil técnico  
4907 dentro do Ministério que poderia revisar aquele trabalho, porque eu também não vou  
4908 contratar alguém que tenho dentro do Ministério que pode realizar aquele trabalho. Então,  
4909 tem todo um caminho e tem todas as regras para taxa de pagamento de consultor, isso é  
4910 editado pela legislação brasileira. Então, assim, a formalização desses acordos é respaldada,  
4911 é acompanhada pelo Itamaraty, e nós prestamos informação no seu relatório de progresso a  
4912 cada quatro meses em um site do próprio Itamaraty também, o Sigap, onde nós vamos  
4913 falando os resultados que estão sendo obtidos. Então, toda a formalização à construção do  
4914 projeto é acompanhada pelo Itamaraty e justifica-se por que é importante para a política  
4915 nacional cada uma daquelas metas. Então, isso só para entender a formalização. Pode falar,  
4916 Thaddeus.

4917

4918 **O Sr. Thaddeus Gregory Blanchette (Davida)** - Só lembrando para as pessoas. O  
4919 UNODC, eu levantei isso no nosso grupo, e eu quero levantar aqui. Muitas vezes nós  
4920 achamos é da ONU, bacana, mas a ONU, essa mega organização em várias nações e  
4921 políticas dominam determinadas partes delas. O UNODC tem sido a sucursal das políticas  
4922 dos Estados Unidos em muitos casos. Não é à toa que é o escritório das Nações Unidas  
4923 Sobre Drogas e Crimes. Quais drogas? Todas as drogas que os Estados Unidos entendem  
4924 como ilegal. E a UNODC, então, tem sido um dos maiores exportadores internacionalmente,  
4925 os apoiadores de exportação internacional contra as drogas. A criminalização em tudo isso, e  
4926 nós estamos vendo o que isso faz na nossa sociedade em termos de mortes e prisões. Então,  
4927 eu não estou dizendo: “Vamos destruir a UNODC”, mas muitas vezes eu vejo a pessoa  
4928 dizendo: “UNODC!”.

4929

4930 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - Para nós  
4931 do governo brasileiro, principalmente no Ministério da Justiça, na Secretaria Nacional de  
4932 Justiça, ele tem servido como um instrumento de realização dessa política. Nós não teríamos  
4933 muitas vezes condições de contratar. Funciona um pouco assim. Claro, tem esse cuidado.

4934

4935 **O Sr. Thaddeus Gregory Blanchette (Davida)** - Eu vejo um colonialismo, porque tipo:  
4936 “Vocês têm esses profissionais, e nós temos recursos, mas para fazer políticas assim”. E  
4937 assim que todo esse tema de tráfico de repente entrou no Brasil através disso.

4938

4939 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - – Mas,  
4940 praticamente todos os recursos vêm do recurso brasileiro.

4941

4942 **O Sr. Thaddeus Gregory Blanchette (Davida)** - Sim, mas eles estão te dando todas as  
4943 coisas que outra hora não seria possível fazer se não fossem eles. Tudo isso é muito sedutor,  
4944 particularmente para alguém que seja limitado nas possibilidades de fazer o que faz dentro  
4945 do país. Eu lembro que eu sentei com um dos caras, não vou dizer o nome dele, que eu não  
4946 quero caluniar ele, mas da Secretaria de Estados de Direitos, Assistência Social e Direitos  
4947 Humanos do Rio de Janeiro. Ele veio para o nosso comitê estadual e falava mil maravilhas  
4948 sobre como a polícia na Espanha estava fazendo tal coisa na luta contra o tráfico. Quem tem  
4949 acompanhado a luta contra o tráfico na Espanha sabe que é muito ralmente disfarçada,  
4950 como uma luta contra imigrantes que os espanhóis não querem lá. Mas, esse cara tinha ido  
4951 para Barcelona por oito meses, pago através de um desses programas do UNODC. Então, ele  
4952 volta para o Brasil fazendo mil maravilhas e falando, e esquecendo que o papel dele é  
4953 defender o cidadão brasileiro, não é ficar lá fazendo auxiliar para polícia civil espanhola. O  
4954 Frans fala muito sobre isso. Então, vamos manter seus sonhos, sonho de muita gente, mas a  
4955 nossa posição como profissionais em fazer um pós-doc na Europa e coisa dessa natureza. E  
4956 aí a UNODC e essas outras organizações vêm com essas possibilidades. Então, só comentar.

4957

4958 **A Sra. Heloísa Greco (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas/SNJ)** – E  
4959 toda essa construção que nós chamamos do Pró-Doc, as metas foram construídas pela  
4960 política brasileira. E quando for apresentar os resultados do que nós tivemos com o último  
4961 acordo do UNODC, muitos deles eram metas do segundo plano. Por exemplo, cadernos  
4962 temáticos, nós não teríamos publicado se não fosse esse relatório, que por mais que você  
4963 falou... O seu artigo está lá nos cadernos temáticos. Nós utilizamos a ferramenta do Pró-Doc  
4964 tanto para contratação, quanto para apoio técnico. Que hoje, claramente, nós não teríamos  
4965 avançado tanto no segundo plano, que é uma política nacional, então, não tem essa ditadura  
4966 de fora. Não tem mesmo. Uma sedução. Agora eu peguei pesado. Uma orientação de  
4967 agenda. E depois eu vou falar de todos os resultados para entender isso, o que é política  
4968 nacional feita em parceria com o UNODC. E aí a parceria principalmente na análise de

4969 produtos, na elaboração. Mas a elaboração do projeto, a construção do termo de referência, a  
4970 determinação de valores para pagar a equipe, o consultor contratado, tudo isso foi o governo  
4971 brasileiro que ditou. Nós já tivemos três projetos na área de tráfico de pessoas com o  
4972 UNODC. O primeiro foi bem pequeno, que durou pouco tempo, em 2002. Sempre é uma  
4973 letra é um número. Projeto R18. E esse primeiro que tem registrado hoje na Coordenação,  
4974 esse projeto é uma parceria para realizar as primeiras pesquisas sobre tráfico de pessoas e  
4975 para capacitar atores de segurança pública. Era bem incipiente ainda a discussão. Em 2012,  
4976 nós tivemos o projeto S25, que ele estabeleceu as linhas gerais e planejou a Política  
4977 Nacional de Enfrentamento ao Tráfico e ajudou na implementação do primeiro plano  
4978 nacional. E no projeto de 2007, também esboçou as linhas orientadoras do 2º Plano de  
4979 Enfrentamento ao Tráfico. Depois disso, nós passamos para o de 2012, que foi um projeto  
4980 mais robusto que nós tivemos com o NODC, que foi o projeto Brax613, que iniciou em  
4981 2013 e foi até o final do ano passado. Ele foi uma parceria para desenvolver, aprimorar  
4982 principalmente mecanismo de gestão do enfrentamento ao tráfico de pessoas e essa parceria  
4983 o SNJ no fortalecimento da implementação de ações integradas e eficazes. Então, toda a  
4984 estrutura que hoje nós temos da gestão da política veio com o apoio desse projeto. E eu acho  
4985 que quando eu falo do apoio desse projeto, nem falo tanto do UNODC, eu acho que eu falo  
4986 muito mais dos consultores e de todo o acúmulo que nós tivemos a partir disso. As pessoas  
4987 que nós conseguimos trazer para trabalhar conosco é que conseguiram dar esse avanço  
4988 gigantesco na política. Aqui tem uma lista gigante, mas para ver um pouco o que foi isso que  
4989 surgiu dessa parceria. E aí, Marcel, se isso já não estiver respondendo tanto as suas  
4990 perguntas, não era essa a expectativa, nós podemos ir alinhando. Da gestão da política, todo  
4991 desenho da metodologia de gestão hoje, seja o desenho do Conatrap, a ideia de um grupo  
4992 interministerial, a tripartite, esse desenho partiu de uma consultoria via UNODC. O mapa de  
4993 indicadores para o monitoramento e avaliação do segundo plano também foi viabilizado via  
4994 cooperação, a proposta metodológica do funcionamento do Conatrap também. Nós  
4995 conseguimos avançar muito na coleta de dados, informações e pesquisas a partir da parceria.  
4996 A metodologia integrada de coleta de dados, que eu tinha falado anteriormente, foi  
4997 desenhada por uma consultora. Os relatórios nacionais que nós produzimos até hoje, esse  
4998 desenho que nós fazemos, todos eles foram produzidos por consultores. É sempre sobre  
4999 análise e supervisão de longas horas do SNJ e do UNODC. Hoje nós temos uma  
5000 metodologia de diagnóstico local sobre o tráfico de pessoas, aquele estado que quer entender  
5001 o crime do tráfico de pessoas. Nós temos hoje uma metodologia para fazer um diagnóstico  
5002 local, e além também a pesquisa Enafon. Foi por meio do UNODC, que fez uma carta-

5003 acordo com o ICMPD, que é possível por meio de um acordo de cooperação se fazer uma  
5004 carta-acordo com outro organismo internacional, e hoje nós temos o Enafron em três  
5005 línguas. Em relação à formação em EPP. Hoje nós temos uma matriz nacional de formação.  
5006 Quem quiser dar um curso, uma capacitação, nós publicamos módulos. O módulo  
5007 introdutório. E, além disso, nós elaboramos projetos pedagógicos específicos, nós temos  
5008 projetos para os GGIs, para prevenção, atendimento as vítimas e dentro do Plano Nacional  
5009 de Fronteira. Temos o Manual de Orientação do Docente e Guia para Organização de Cursos  
5010 e Ações Normativas. Tudo o que eu estou falando até agora está dentro do 2º Plano. Você  
5011 pode ver que não é nada que foge da política ou que foge do 2º Plano, é tudo atrelado.  
5012 Inclusive foi isso que possibilitou nós atingirmos algumas metas que estão relatadas hoje no  
5013 relatório do 2º Plano. Em relação a atendimento às vítimas, também foi muito grande o  
5014 acúmulo que nós tivemos nesses anos com o Pró-Doc. Nós temos hoje um relatório sobre as  
5015 políticas e procedimentos de atendimento a populações vítimas de violência em diferentes  
5016 áreas. Nós temos o mapeamento de procedimentos, formulários, fluxos e sistema de  
5017 compatibilização de dados, que hoje é usado pela Rede de Núcleos e Postos. Todos da rede,  
5018 ela utiliza o mesmo formulário, temos o fluxograma, protocolo de comunicação, guias de  
5019 atendimento, guias de referências, guias de atuação, guias de formação de formadores. Em  
5020 relação às capacitações realizadas, nós fizemos um seminário de cooperação jurídica  
5021 internacional dentro do Pró-Doc. O curso de formação para profissionais do sistema de  
5022 justiça e segurança, que nós fizemos o primeiro curso, curso-piloto, em novembro de 2014.  
5023 A capacitação para Rede de Núcleos e Postos, também em outubro de 2014. O curso  
5024 presencial para os profissionais de comunicação da imprensa desenvolvido pela Repórter  
5025 Brasil também foi uma carta-acordo que nós fizemos via projeto com o UNODC. E oficina  
5026 para compartilhamento de experiências e aperfeiçoamento de atuação com as ONGs. E os  
5027 seis projetos de prevenção que nós financiamos para desenvolver o projeto de prevenção  
5028 também foi via Pró-Doc do UNODC. Que nós não conteríamos essa ferramenta se fosse  
5029 direto do governo para repassar esse recurso para as ONGs, e aqui nós temos o Trama e a  
5030 Sodireitos que foram contempladas. E outros produtos relevantes: A Feira Nacional de  
5031 Práticas, dentro da Comigrar, também foi via Pró-Doc, a publicação do Guia para  
5032 Jornalistas, também a pesquisa para o tráfico de pessoas na imprensa brasileira, que também  
5033 foi com a Repórter Brasil, o mapeamento hoje que nós temos hoje de atores sociais  
5034 estratégicos para serem mobilizados para a temática de ETP, e nós produzimos um *mailing*,  
5035 que nós temos hoje um contato com um mínimo de 500 entidades. E o levantamento técnico  
5036 do funcionamento e metodologia da rede atual de postos avançados, que foi no final do ano

5037 passado também, fazer o mapeamento de como está o funcionamento desses postos de  
5038 atendimento humanizado ao migrante. Então, essa apresentação breve, eu acho que pode  
5039 abrir para perguntas se tiverem mais algumas dúvidas, é para deixar muito claro assim, têm  
5040 regras, nós não nos submetemos ao ditame só porque é um organismo internacional, nós  
5041 pautamos todo o acordo de cooperação. E esses produtos são claramente condizentes com a  
5042 política e com o plano nacional. Alguma dúvida? Os cadernos temáticos não apareceram,  
5043 mas sim, é um produto.

5044

5045 **O Sr. Marcel Theodoor Hazeu (SODIREITOS)** - Eu acho informativo mesmo. Tem  
5046 muitas questões que nós podemos tentar aprofundar a relação e como se elabora e  
5047 implementa essa comparação. Mas, eu tenho também uma pergunta específica ainda. Essa  
5048 política da própria UNODC aqui no Brasil é referente ao enfrentamento ao tráfico de  
5049 pessoas e outros que se trabalha. Como ela está expressa nessas corporações que têm com o  
5050 governo brasileiro e eu quero saber mais sobre esses escritórios da UNODC e a relação com  
5051 a política nacional e com o Ministério da Justiça, porque eles estão, a meu ver, reinventando  
5052 o que eles tentaram fazer em 2004 aqui. Tinha essa ideia do escritório da UNODC para  
5053 implementar com pontos de enfrentamento ao tráfico de pessoas. Agora, estão chegando de  
5054 novo, sem respeitar o processo que está em curso.

5055

5056 **A Sra. Heloísa Greco (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas/SNJ)** –  
5057 Marcel, muito claramente, tem a linha que o UNODC segue, mas aqui no Brasil, não existe  
5058 uma política do UNODC. A política é brasileira, e para eles fazerem parceria tem que ser  
5059 interesse da política brasileira. Nós seguimos o Protocolo de Palermo, nós temos a mesma  
5060 visão de tráfico de pessoas, mas o que vai ser o objetivo da parceria é a política nacional, nós  
5061 que ditamos a linha.

5062

5063 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** -  
5064 Complementando aqui. Com relação ao trabalho do Ministério da Justiça, claro, nós que  
5065 vamos dizer o que fazer. Agora, com um organismo internacional nós não vamos dizer o que  
5066 eles vão fazer fora da parceria conosco. Ou seja, nós não temos qualquer ingerência, é um  
5067 escritório da ONU, de dizer: “Isso o UNODC pode ou não pode fazer”. Não existe essa  
5068 possibilidade. Agora, dentro da nossa parceria, nós é que dizemos o que o UNODC fará  
5069 conosco. Tentando ser bem simples.

5070

5071 **O Sr. Marcel Theodoor Hazeu (SODIREITOS)** - Deixe-me expressar bem. A partir de  
5072 tudo o que vocês apresentaram, parece que há uma cooperação muito grande no  
5073 enfrentamento ao tráfico de pessoas. Se apresentem recursos, mas uma cooperação,  
5074 discussão, imagino da elaboração dos próprios termos de referência, de alguma forma se  
5075 discute isso, na seleção de pessoas que vão escutar. Então, se discute o básico, conhece o  
5076 plano nacional talvez melhor que nós. Qual é a ação deles no sentido de enfrentamento ao  
5077 tráfico de pessoas aqui no Brasil? Não deveria estar articulada, então, a essas políticas  
5078 nossas?

5079

5080 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - Dentro  
5081 dessa possibilidade. Agora, com relação ao escritório, eu acho que a tua questão é essa. Essa  
5082 política de escritórios, talvez a Helô possa explicar melhor.

5083

5084 **A Sra. Heloísa Greco (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas/SNJ)** –  
5085 Nós não respondemos pela UNODC. Mas, quando apareceu o seu, que isso fique bem claro,  
5086 eu liguei até para ter a informação, que nós também desconhecíamos se vai implementar um  
5087 órgão no Brasil, e me falaram que não é real essa implementação de um escritório em  
5088 Belém. Inclusive, eles estão com muita dificuldade para manter o escritório aqui em Brasília.  
5089 Então, é muito difícil, é inviável, não tem nada em vista implementar um escritório em  
5090 Belém.

5091

5092 **O Sr. Marcel Theodoor Hazeu (SODIREITOS)** - Então, eu vou mandar esse documento  
5093 para vocês, porque isso eu acho realmente muito estranho.

5094

5095 **A Sra. Heloísa Greco (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas/SNJ)** –  
5096 Porque nós fizemos uma consulta e foi muito claro, não tem possibilidade.

5097

5098 **O Sr. Marcel Theodoor Hazeu (SODIREITOS)** - Tem atas de reuniões com o governo do  
5099 estado, tem a liberação da casa onde ele vai funcionar, tem um comitê criado de UNODC,  
5100 você vê que é uma (?) governo do estado com o UNODC, e eles dizem que não têm?

5101

5102 **A Sra. Heloísa Greco (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas/SNJ) –**  
5103 Nós não podemos responder. O que nós podemos, se você quiser mandar, nós repassamos  
5104 para o escritório aqui de Brasília.

5105

5106 **O Sr. Marcel Theodoor Hazeu (SODIREITOS) -** Essa informação é muito importante.  
5107 Então, formalmente eles negaram que vai ter um escritório.

5108

5109 **A Sra. Heloísa Greco (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas/SNJ) –**  
5110 Em telefonema, negaram que teria um escritório.

5111

5112 **O Sr. Marcel Theodoor Hazeu (SODIREITOS) -** Então, eu já estou satisfeito.

5113

5114 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça) -** Não foi  
5115 formalmente, Marcel, foi por telefone, que fique bem claro. Nós não fizemos um ofício.

5116

5117 **O Sr. Marcel Theodoor Hazeu (SODIREITOS) -** A palavra é tão formal quanto.

5118

5119 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça) -** O que eu  
5120 quero deixar muito claro, não estou querendo tirar o corpo fora, nem nada, a questão é a  
5121 seguinte, nós não temos como responder pelo UNODC. Essa informação que a Helô está  
5122 passando é a informação que nós recebemos, é vendendo o peixe que compramos, é essa a  
5123 questão. Agora, se quiserem caminhar de outra forma, a própria entidade que você  
5124 representa questionar o UNODC, se quiser encaminhar para nós, Ministério da Justiça, e não  
5125 Coordenação do Conatrap, mandar para o Ministério da Justiça, nós podemos fazer essa  
5126 consulta formalmente.

5127

5128 **O Sr. Marcel Theodoor Hazeu (SODIREITOS) -** Até como o Conatrap. Porque eu acho  
5129 que é uma política de enfrentamento ao tráfico de pessoas que está acontecendo em um  
5130 organismo internacional. Eles dizem que vão aos locais, ou seja, de Belém, sem se articular  
5131 com a política nacional, enquanto é um parceiro nosso, histórico da política nacional. Só  
5132 para sugerir que não se faça assim, mas que se faça em articulação com o núcleo local,  
5133 fortalecer a política nacional.

5134

5135 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - Até se  
5136 você tiver outros elementos, é interessante. Talvez o nosso interlocutor...

5137

5138 **A Sra. Heloísa Greco (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas/SNJ)** –  
5139 Era isso do nosso ponto. Nós vamos encaminhando, então, para o final. Vou passar para o  
5140 Davi.

5141

5142 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** -  
5143 Encerramos esse ponto? Primeiro, eu quero agradecer a todos pela cooperação, pela grande  
5144 parceria mesmo. E eu estou muito feliz com a aprovação do regimento interno. Imagino que  
5145 vocês muito mais que eu, porque participaram de todo o processo. Eu também tenho que  
5146 transmitir aqui, o secretário me ligou mais cedo, pediu muitas desculpas, mas infelizmente  
5147 ele não pôde se fazer presente aqui como gostaria. Inclusive, estava na agenda dele lá, eu  
5148 acompanhei. Mas, vocês imaginem todas as dificuldades de uma Secretaria que tem tantos  
5149 temas importantes, em um dia que o nosso ministro, eu fiquei sabendo agora, foi internado  
5150 no Hospital Sírio Libanês, ficará três dias no hospital incomunicável. Mas, enfim, no resto  
5151 tudo parece que vai bem, tirando isso. Obrigado. Eu compreendo. Eu acho que é isso que  
5152 nós procuramos com esse Colegiado, é esse entendimento e essa aproximação com a política  
5153 pública. Eu acho que todas essas reuniões são enriquecedoras, e nós percebemos a ânsia de  
5154 ver as coisas funcionarem muito rapidamente, enquanto a política pública tem às vezes um  
5155 ritmo um tanto diferente. Às vezes nós mesmos somos angustiados com isso, mas as coisas  
5156 vão acontecendo e vão amadurecendo, e nós não temos uma paciência histórica das coisas.  
5157 Eu sempre costumo dizer isso, um livro de história: 100 anos está em uma página, mas a  
5158 nossa vida 100 anos são muitas páginas. Então, nós às vezes não temos certa paciência  
5159 histórica que é preciso ter na construção das políticas públicas. Então, feito isso, eu acho que  
5160 nós só temos um último ponto aqui mesmo, que é falar das datas prováveis. As datas  
5161 prováveis da próxima reunião. Nós estamos pensando entre 15 e 17, ou seja, dois dias entre  
5162 15 e 17 de dezembro. Nós estamos com a agenda muito apertada. Essa é a sinalização  
5163 possível. Dois dias, 15 e 16 ou 16 e 17?

5164

5165 **A Sra. Eliane da Silva Souza Pequeno (Conselho Nacional da Promoção da Igualdade**  
5166 **Racial-CNPIR/FUNAI)** - Eu sugiro 15 e 16, mas já, de antemão, eu vou colocar a minha  
5167 situação, porque eu ainda não tenho suplência, e estaremos em plena Conferência Nacional  
5168 de Política Indigenista. Eu não tenho o dom da onipresença, então, faço votos que não só no

5169 caso do CNPIR, que não sou única, mas que toda a bancada do governo, por favor, nós  
5170 poderemos melhorar a qualidade do debate. Fica muito prejudicada, nós nos sentimos meio  
5171 desolados na hora de conversar com os nossos pares, e não foi assim durante a construção.  
5172 Eu sinto saudade.

5173

5174 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça) - –**  
5175 Perfeito. Obrigado. Só fazendo uma observação, que o único entre nós aqui que tem o dom  
5176 da onipresença é o Frans que conseguiu redigir e participar da reunião ao mesmo tempo. Eu  
5177 vou fazer o seguinte, eu acho que nós poderíamos aproveitar, para finalizar mesmo, fazer  
5178 duas coisas ao mesmo tempo, já que nós fizemos tantas coisas ao mesmo tempo aqui. Então,  
5179 vocês já se manifestam com relação às datas e já fazem uma avaliação breve do que foi essa  
5180 reunião nesses dois dias. Tem outra proposta. Para os coordenadores das Comissões, se  
5181 sugerem duas reuniões de Coordenação, por Skype. Uma primeira no dia 4 de novembro, e a  
5182 segunda no dia 30 de novembro. Sugestão de data, evidente que dá para nós tentarmos  
5183 compatibilizar. Gostaria de ouvi-los sobre isso.

5184

5185 **O Sr. Frans Nederstigt (Projeto TRAMA) –** Quanto das Comissões, tranquilo, 4 e 30. Só  
5186 que essa semana, para estes dois dias para nós nos encontrarmos em dezembro, eu acho que  
5187 não tem tantos advogados aqui, mas essa é uma semana sem noção, esta é a semana mais  
5188 pesada do ano. Então, eu, provavelmente, não vou estar, porque é a última semana antes do  
5189 recesso. Tudo cai nesta semana, inclusive prazos, várias outras questões que têm que ser  
5190 resolvidas. Eu acho que uma semana é péssima, mas temos outro representante, se eu sou o  
5191 único. A avaliação do evento, eu escrevi aqui. Superou muito a minha expectativa,  
5192 principalmente em comparação com o último evento. Eu achei muito participativo, muito  
5193 democrático. Eu acho que conseguimos produzir, enquanto Conatrap, uns documentos e  
5194 algumas produções ou alguns posicionamentos que eu acho que é o sentido do Conatrap. Se  
5195 não temos isso, perde um pouco a função de nós nos reunirmos aqui. E, finalmente, tiramos  
5196 esse peso das costas do regimento interno, então, parabéns, principalmente a Mesa e todos  
5197 os participantes.

5198

5199 **O Sr. Marcel Theodoor Hazeu (SODIREITOS) -** Primeiramente, agradecer pelos dois  
5200 dias de reunião superprodutivos, não muito tensos, apesar de muito densos. Mas, eu  
5201 concordo com o Frans. Eu participei de quatro a cinco reuniões, e essa foi talvez a reunião  
5202 mais produtiva e de uma forma mais colaborativa de todos, de certa forma além de questões

5203 mais de informação, de posições, mas não embates em busca de posicionamento mais de  
5204 poder. Quero também parabenizar a excelente condução dos trabalhos. Todo mundo se  
5205 sentiu, eu acho, eu me senti muito à vontade de poder contribuir. Também eu acho que senti  
5206 a possibilidade em todos que participaram, e muito feliz que nós conseguimos o regimento  
5207 interno. Na próxima reunião não estarei. Eu vou consultar a minha suplente, porque a partir  
5208 do dia 11, até dia 11 de janeiro, eu estarei na minha terra natal. Mas, continuo contribuindo.  
5209 E a minha suplente vem. Vamos participar nós dois da reunião do Skype, para preparar tudo.  
5210 Eu agradeço a todo mundo. Também um excelente acompanhamento *online* das falas e da  
5211 sistematização, que ajuda muito para nós podermos acompanhar e decidir.

5212

5213 **O Sr. Thaddeus Gregory Blanchette (Davida)** - De novo, eu estou nessa com o Frans, o  
5214 Marcel e muitas outras pessoas aqui. Faz 10 anos, e eu sou extremamente cético, sempre fui  
5215 e não vou mudar, mas cada vez mais que eu olho para o que está na acontecendo na Europa  
5216 e Estados Unidos, e comparando o que nós estamos fazendo, eu tenho que dar parabéns para  
5217 nós. Nós não estamos sendo malucos, nós estamos conseguindo manter um equilíbrio  
5218 bastante bom, levando em consideração todos os interesses, e não simplesmente jogando  
5219 pessoas em baixo do ônibus, que há cinco ou seis anos é o que eu achava que iria acontecer.  
5220 Essa reunião em particular, de novo, minha primeira reunião aqui, porque eu não posso  
5221 comparar com os outros, mas comparando com as reuniões que eu estou encarando no Rio  
5222 de Janeiro, tanto no Comitê Estadual, quanto na FIA e outros lugares, esse era um poço de  
5223 esclarecimento irracional. Eu estou andando aí: “Meu Deus, o Estado brasileiro está  
5224 começando a entrar em estado terminal” E é incrível você chegar a algum lugar e pelo  
5225 menos tem pessoas sãs ainda, pessoas que estão realmente tentando fazer alguma coisa de  
5226 útil. Todo mundo aqui foi extremamente a favor, mesmo as pessoas com quem eu discordo  
5227 são preparadas. Se nós conseguimos reproduzir os níveis de competência desse Comitê em  
5228 nível nacional, o Brasil vai ter um sistema de proteção ao tráfico inegável. Então, eu estou  
5229 muito feliz nisso. É como eu falei, eu meio que vejo o meu trabalho sendo um pouco  
5230 desagradável, por razões óbvias, mas eu estou ciente do fato que a situação poderia ser  
5231 muito pior. Mas, de novo falando, eu acho que foi Geisel que falou, o problema não é o  
5232 presidente, é o policial na esquina. De certa forma, nós temos que chegar até aquele cara. Só  
5233 isso. O meu horário é bagunçado aqui. Não sei se vai ser melhor ou pior. Então, é por causa  
5234 da greve federal, eu estou começando o meu semestre agora. Eu não sei. Ou eu, ou Cida,  
5235 vamos estar. Eu pretendo, mesmo se for dia 16, mas eu prefiro dia 23. Mas, eu vou ter que  
5236 ver a agenda e ver o que eu posso fazer.

5237

5238 **A Sra. Dalila Eugenia Maranhão Dias Figueiredo (Asbrad)** - Sobre a data, eu estou mais  
5239 ou menos como o Frans. É um período bem ruim, bem difícil. Então, se pudesse ser outra  
5240 oportunidade. Senão, virá a suplente da Asbrad. E sobre a equipe, tudo o que aconteceu,  
5241 estou realmente de acordo com todos os que me antecederam. Essa equipe é maravilhosa,  
5242 agiu de forma democrática. Nós pudemos trabalhar com leveza, com generosidade, com  
5243 produção. Nós produzimos, nós conseguimos avançar, e isso eu me senti muito bem. Eu  
5244 estou até feliz, porque eu vou chegar a minha casa só amanhã. Até estou aceitando a  
5245 passagem enviada para mim. Mas, de qualquer maneira, eu estou muito feliz e até do  
5246 regimento finalmente ter sido uma página virada, pelo menos do ponto de vista dos debates  
5247 que aconteceram aqui, e espero que nós consigamos chegar na ponta com toda essa  
5248 bagagem, esse acúmulo, para que nós possamos realmente fazer acontecer. É isso o que eu  
5249 espero. Muito obrigada pelas oportunidades aqui.

5250

5251 **A Sra. Maria das Graças Sá Gadelha (Instituto Aliança com o Adolescente)** - Eu acho  
5252 que eu não tenho muito que repetir, porque eu acho que se construiu já um consenso de que  
5253 foi muito produtiva a reunião, nós conseguimos avançar bastante. O fato de termos  
5254 conseguido aprovar o regimento finalmente traz para nós uma referência do ponto de vista  
5255 da nossa forma de condução desse trabalho. De novo, fazer um agradecimento especial a  
5256 equipe toda do Ministério, inclusive a comissão do O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires  
5257 (Diretor do Departamento de Justiça) - nesse processo. Eu acho que é um diferencial muito  
5258 grande quando nós viemos no sentido de um não confronto, mas de uma abertura maior, de  
5259 buscar a construção de consenso, eu acho que isso é importante. E dizer que agora sim nós  
5260 podemos, se for mantida essa postura e essa forma, já que de alguma forma o decreto nos  
5261 engessou, mas que as contribuições todas que aqui vieram, seja do governo ou da sociedade  
5262 civil, com certeza são importantes e relevantes para nós repensarmos essa nova política de  
5263 tráfico de pessoas no Brasil. Com relação a data, nós moramos em Brasília, não temos  
5264 nenhuma dificuldade, podemos flexibilizar de acordo com a maioria.

5265

5266 **A Sra. Stefane Natália Ribeiro e Silva (MDS)** –Eu também, começando com relação a  
5267 data, pelo MDS está tranquilo, também pela facilidade de estar em Brasília. Quero dizer que  
5268 foi uma reunião excelente. Como é a primeira vez que eu participo, quero até agradecer pela  
5269 acolhida. Ainda me apropriando do tema, é um tema que eu já conhecia, mas nunca tinha  
5270 acompanhado o Comitê, o trabalho mesmo. Então, agradecer a acolhida, a possibilidade já

5271 de me sentir incluída no grupo o suficiente para poder conversar. Então, realmente foi uma  
5272 discussão muito madura, e isso é bem legal, quando nós encontramos um grupo que  
5273 consegue levar a discussão nesse sentido, mesmo com opiniões diversas. Isso é muito bom.  
5274 No mais, é isso. Espero encontrar vocês na próxima reunião. Que nós possamos construir  
5275 mais ainda esse caminho do enfrentamento, que nós temos pela frente.

5276

5277 **A Sra. Fernanda Papa (Titular SPM/PR)** - Obrigada. Eu só tenho a agradecer também a  
5278 condução, a parceria da Coordenação Dizer que nós vamos mantendo todo mundo  
5279 informado à medida que as mudanças institucionais vão avançando. E que nós temos muito  
5280 trabalho até o GI. Lucicleia, eu estou te devendo a minha parte do relatório. Mas, eu acho  
5281 que uma coisa que vale registrar, já que às vezes vai para a ata, ou pelo menos para as nossas  
5282 memórias, é que é impressionante a qualidade do relacionamento que o Ministério da Justiça  
5283 na Coordenação, e que traz isso para a tripartite, faz na condução dessa política. Nós  
5284 sabemos que fazer a política com fundamento de gênero, como diz a Estela, buscando levar  
5285 intersetorialmente, de forma transversal. Porque a transversalidade também em outra visão é  
5286 conseguir discutir uma perspectiva específica, ou várias, com outros atores que também tem  
5287 o papel sobre o problema que nós estamos trabalhando, mas que não necessariamente  
5288 conseguem se sentar no lugar em que nós estamos sentados. E na medida em que nós  
5289 conseguimos negociar e ampliar as perspectivas, eu acho que todo mundo consegue avançar.  
5290 Então, eu acho que foi uma oportunidade mesmo. Adorei conhecer os conselheiros que não  
5291 estavam na última vez em que eu estive aqui, que foi a minha primeira participação. Muito  
5292 obrigada, Thaddeus. A Eliane não está aqui, e a Marione também, do nosso grupo de  
5293 trabalho. E dizer que bom, que até dezembro certamente nós vamos estar aqui. Depois nós  
5294 vamos ver.

5295

5296 **A Sra. Kátia (Representante Beatriz Silva-Senasp)** – Primeiramente eu também queria  
5297 agradecer. Essa é a minha participação. Eu sou suplente da Beatriz. Eu acompanhava o  
5298 trabalho sempre por e-mail, os materiais que são enviados via e-mail. É um trabalho bastante  
5299 envolvente, é um tema bem diversificado, que te deixa preso àquilo ali. Agradecer a  
5300 acolhida. Foi uma reunião bastante democrática, a Mesa realmente soube conduzir muito  
5301 bem o trabalho. Quanto à data, eu não posso confirmar, porque fica a critério da Beatriz, que  
5302 eu não sei qual é a agenda dela. Mas, se puder, eu gostaria de continuar participando. Gostei  
5303 bastante.

5304

5305 **O Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires (Diretor do Departamento de Justiça)** - – É  
5306 muito importante também que vocês entreguem as avaliações aqui. A Secretaria Executiva  
5307 está insistindo com isso. Entregue as avaliações, que para nós é muito importante que isso  
5308 aconteça. Então, agradeço a todos. E aqui um especial agradecimento à equipe da  
5309 Coordenação de Enfrentamento ao Tráfico. Todas as pessoas, Natacha, as meninas  
5310 estagiárias, a Ellen, Ana Clara, Gui, Lucas, Marina. Nós temos uma equipe muito pequena,  
5311 mas muito valorosa. Então, nós fazemos questão de agradecer a todos pessoalmente. Muito  
5312 obrigado. Obrigado a todos. (*Palmas!*)